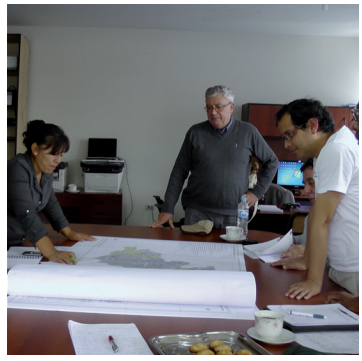
RELATÓRIO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL NA IBERO-AMÉRICA

2013-2014



Secretaría General
Iberoamericana

Secretaria-Geral
Ibero-Americana

Secretaría General
Iberoamericana

Secretaria-Geral
Ibero-Americana

Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)
Paseo Recoletos, 8
28001-Madrid

Copyright SEGIB

Abril de 2014

AUTORA DO RELATÓRIO

Cristina Xalma
Investigadora da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)

DIREÇÃO

Salvador Arriola
Secretário para a Cooperação Ibero-Americana (SEGIB)

Martín Rivero
Secretário Executivo do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS)

COLABORAÇÃO

Mónica Páez
Gerente da Unidade Técnica e Silvia López, investigadora do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS)

Silvia López
Investigadora do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS)

FOTOGRAFIA DA CAPA

Projeto de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral entre o Chile e o Peru para Fortalecer a Gestão Integrada de Bacias Hidrográficas Fronteiriças

DESIGN E IMPRESSÃO

Monocromo
Vázquez 1384, piso 8, apto 12
11200 Montevideo, Uruguay
+598 2400 16 85
info@monocromo.com.uy

Depósito Legal: 363.130

RELATÓRIO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL NA IBERO-AMÉRICA

2013-2014

ÍNDICE DE CONTEÚDOS

Acrónimos 12

Apresentação 16

Resumo executivo 19

CAPÍTULO I.

Rumo a uma agenda de cooperação pós-2015: explorando visões ibero-americanas partilhadas

*A cargo dos Responsáveis para a Cooperação Ibero-Americana

I.1. Contextualização do atual quadro dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM): principais lições aprendidas 24

I.2. Identificando possíveis conteúdos na definição da Agenda de Desenvolvimento pós-2015 25

I.3. Perspetivas do papel da cooperação internacional na Agenda de Desenvolvimento pós-2015 26

I.4. Desafios da região face à construção da Agenda pós-2015 29

CAPÍTULO II.

A Ibero-América e a Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral

II.1. Aplicando a Estatística à Cooperação Sul-Sul: um novo desafio 32

II.2. Projetos e Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral em 2012 36

II.3. Participação dos países na Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral 39

II.4. Os fluxos de cooperação entre países: uma aproximação 50

II.4.1. Análise a partir de uma perspetiva bilateral 50

II.4.2. Análise a partir de uma perspetiva sub-regional 56

II.5. Análise setorial da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral 62

II.5.1. Perfil dos projetos e ações de cooperação 62

II.5.2. Perfil das capacidades e necessidades dos países 78

II.6. Outras características da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral em 2012 91

II.6.1. Usando indicadores construídos à volta de Datas 91

II.6.1.1. Períodos de aprovação, início e conclusão 92

II.6.1.2. Tempo decorrido entre a aprovação e o início dos projetos 94

II.6.1.3. Tempo médio de duração 95

II.6.2. Usando indicadores construídos à volta de Custos 98

II.6.2.1. Dimensão económica 100

II.6.2.2. Eficiência e responsabilidade partilhada 101

CAPÍTULO III.

A Cooperação Sul-Sul Triangular na Ibero-América

III.1. A necessidade de abordar alterações conceptuais e metodológicas 108
III.2. Rumo a uma nova definição de Cooperação Sul-Sul Triangular 109
III.3. Projetos e ações de Cooperação Sul-Sul Triangular em 2012 111
III.4. Participação dos países na Cooperação Sul-Sul Triangular em 2012 115
III.5. Análise setorial da Cooperação Sul-Sul Triangular em 2012 120
III.6. Outras características da Cooperação Sul-Sul Triangular em 2012 126
III.6.1. Uma análise a partir dos dados relativos às Datas 126
III.6.2. Uma análise a partir dos dados relativos aos Custos 128
III.7. Planificação e gestão operacional da Cooperação Sul-Sul Triangular 132

CAPÍTULO IV.

A Ibero-América e a Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional

IV.1. A modo de introdução 138
IV.2. Redefinindo e delimitando a Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional 138
IV.3. Programas e projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional em 2012 143
IV.4. Análise setorial da Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional em 2012 147
IV.5. Países e organismos regionais: fórmulas de participação 151
IV.6. Acerca dos mecanismos institucionais que regulam esta cooperação 156
IV.6.1. Instrumentos jurídicos 156
IV.6.2. Órgãos de administração e gestão 158
IV.6.3. Regulando processos 158
IV.6.4. Sobre o financiamento 160

CAPÍTULO V.

A Ibero-América na Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD)

V.1. A crise económica e a análise da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) 166
V.2. A Ibero-América e a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) mundial 167
V.2.1. A Evolução da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (2000-2012) 167
V.2.2. Acerca dos doadores 167
V.2.3. Acerca dos recetores 171
V.2.4. Interpretando o impacto da crise 174
V.3. A APD de Espanha, Portugal e Andorra destinada aos seus parceiros ibero-americanos 178
V.3.1. Espanha 178
V.3.2. Portugal e Andorra 181
V.4. O Haiti e o Caribe não Ibero-Americano na Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) 182

Bibliografia 185

Annexes 191

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro II.1. Aplicando a Estatística Descritiva ao estudo da Cooperação Sul-Sul 34
Quadro II.2. Aplicando a Estatística Descritiva: um exemplo a partir da distribuição de projetos 47
Quadro II.3. A cooperação com o Haiti e o Caribe não Ibero-Americano 59
Quadro II.4. Os sistemas fiscais e tributários: o incipiente papel da Cooperação Sul-Sul 72
Quadro II.5. As ações de cooperação no ajuste dos sistemas eleitorais da região 74
Quadro II.6. A CHSS Bilateral de 2012: o iniludível compromisso com os povos indígenas 76
Quadro II.7. México e América Central: uma cooperação essencialmente económica 86
Quadro II.8. O peso da cultura na cooperação colombiana: alguns exemplos 88
Quadro II.9. A saúde nos perfis de cooperação da Argentina e do Equador 89
Quadro III.1. Portugal e a crescente aposta na Cooperação Sul-Sul Triangular 119
Quadro III.2. As triangulações chileno-norte-americanas: ligando a agricultura ao comércio 124
Quadro IV.1. Experiências com características bilaterais, triangulares e regionais: como se classificam? 141
Quadro IV.2. Aprovação e gestão dos Projetos do Programa de Cooperação MERCOSUL-AECID: uma ilustração 161

ÍNDICE DE ESQUEMAS

Esquema II.1. Cronologia do processo de criação de Indicadores para a Cooperação Sul-Sul 32
Esquema II.2. Grau de concentração e dispersão da CHSSB, conforme o Índice de Herfindahl 45
Esquema II.3. Comparação dos índices de concentração da CHSSB, conforme o país e o papel. 2012 52
Esquema II.4. Intensidade da relação entre alguns parceiros cooperantes. 2012 55
Esquema II.5. Possíveis Indicadores para a Cooperação Sul-Sul, conforme as datas e o uso potencial 91
Esquema II.6. Informação disponível sobre as datas dos Projetos registados em 2012 92
Esquema II.7. Possíveis Indicadores para a Cooperação Sul-Sul, conforme custos e uso 98
Esquema III.1. Redefinindo a Cooperação Sul-Sul Triangular: mudanças mais relevantes 110
Esquema III.2. Grau de concentração e dispersão da CSST, por cooperantes e papel. 2012 115
Esquema III.3. Operação mais frequente nos Projetos de CSS Triangular 134
Esquema IV.1. Reformulação e principais mudanças na definição de CHSS Regional 139
Esquema IV.2. CHSS Regional e cooperação participada por Organismos Regionais 151
Esquema IV.3. Processo de criação e caracterização do mecanismo institucional que rege o Programa Mesoamericano de Cooperação (eixo México) 157
Esquema IV.4. Mecanismo de aprovação e formalização de um Programa Ibero-Americano 159
Esquema IV.5. Principais fontes de financiamento da Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional 163
Esquema V.1. Contribuição dos principais doadores e recetores para a mudança registada no total da APD líquida mundial destinada à Ibero-América. 2008-2012 176

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico II.1. Variações na distribuição da CHSS Bilateral, entre os anos 2011 e 2012 46

Gráfico II.2. Índice de concentração e dispersão da CHSSB, conforme o país. 2012 51

Gráfico II.3. Relação entre o volume da oferta/receção e o grau de concentração. 2012 52

Gráfico II.4. Distribuição dos Projetos de CHSS Bilateral, conforme o papel e as sub-regiões. 2012 56

Gráfico II.5. Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, conforme os grupos setoriais de atividade. 2012 70

Gráfico II.6. Distribuição dos Projetos de CHSS Bilateral, conforme os principais setores. 2012 70

Gráfico II.7. Perfil setorial da cooperação realizada pelos principais ofertantes. 2012 79

Gráfico II.8. Perfil de capacidades dos principais ofertantes, conforme o setor de atividade. 2012 80

Gráfico II.9. Perfil setorial da cooperação recebida pelos países. 2012 82

Gráfico II.10. Perfil das necessidades dos principais recetores, conforme o setor de atividade. 2012 85

Gráfico II.11. Distribuição dos Projetos de CHSSB de 2012, conforme a data 93

Gráfico II.12. Projetos distribuídos conforme o tempo decorrido entre as datas de aprovação e início 95

Gráfico II.13. Distribuição dos Projetos, conforme o seu tempo médio de duração 96

Gráfico II.14. Comparação da duração média estimada para os para os Projetos de CHSSB, conforme terminaram e 2012 ou continuaram em execução posterior 97

Gráfico II.15. Distribuição das ações, conforme o seu tempo médio de duração 97

Gráfico II.16. Informação disponível sobre custos, conforme a tipologia do custo e o papel do país 99

Gráfico II.17. Distribuição dos projetos, conforme o tipo de custo assumido pelo ofertante 102

Gráfico II.18. Distribuição dos Projetos de CHSSB de 2012, conforme indicador 104

Gráfico III.1. Projetos e ações de Cooperação Sul-Sul Triangular. 2006-2012 111

Gráfico III.2. Distribuição da Cooperação Sul-Sul Triangular, conforme o cooperante e o papel. 2012 116

Gráfico III.3. Cooperação Sul-Sul Triangular, por grupos setoriais de atividade. 2012 120

Gráfico III.4. Distribuição da CSS Triangular, por setores de atividade. 2012 122

Gráfico III.5. Perfil setorial dos principais cooperantes, conforme o papel e a atividade. 2012 123

Gráfico III.6. Distribuição da CSS Triangular, conforme as datas de inicio e finalização 128

Gráfico III.7. Distribuição da CSS Triangular, conforme o tempo médio de duração 129

Gráfico III.8. Distribuição dos Projetos de CSST, conforme o tipo de custo e o cooperante. 2012 131

Gráfico III.9. Tipo de acordo que regulamenta a relação, conforme as partes signatárias e os cooperantes. 2012 132

Gráfico III.10. Participação dos diferentes parceiros nas fases do ciclo dos Projetos de CSST 134

Gráfico IV.1. Tipo de capacidades que se fortaleceram através da CHSS Regional. 2012 148

Gráfico V.1. Total da APD líquida destinada à Ibero-América e aos países em desenvolvimento. 2000-2012 168

Gráfico V.2. Total da APD líquida destinada à Ibero-América, conforme os doadores. 2012 169

Gráfico V.3. Esforço dos principais doadores, conforme a APD líquida destinada à Ibero-América e o peso desta sobre o total da APD que destinaram a todos os países em desenvolvimento. 2012 170

Gráfico V.4. Participação dos principais doadores da APD líquida à Ibero-América. 2000 e 2012 170

Gráfico V.5. Total da APD líquida destinada à Ibero-América, conforme o recetor. 2012 172

Gráfico V.6. Importância da APD destinada aos principais recetores, conforme a APD líquida total recebida e em termos per capita. 2012 172

Gráfico V.7. Participação dos principais recetores da APD líquida à Ibero-América. 2000 e 2012 173
Gráfico V.8. Comparação dos pesos relativos dos principais recetores sobre a APD líquida mundial destinada à Ibero-América. 2000 e 2012 173
Gráfico V.9. Evolução da APD líquida mundial à Ibero-América, conforme os doadores e os recetores. 2000-2012 175
Gráfico V.10. Importância relativa dos doadores e dos recetores na APD dos seus parceiros. 2012 177
Gráfico V.11. Total da APD líquida de Espanha à Ibero-América e aos países em desenvolvimento. 2000-2012 179
Gráfico V.12. Participação da Ibero-América sobre a APD líquida de Espanha. 2000-2012 179
Gráfico V.13. Total da APD líquida de Espanha à Ibero-América, conforme os principais recetores. 2012 180
Gráfico V.14. Comparação dos pesos relativos dos principais recetores sobre a APD líquida que Espanha destinou à Ibero-América. 2000 e 2012 180
Gráfico V.15. Total da APD líquida de Portugal para a Ibero-América. 2000-2012 181
Gráfico V.16. Total da APD líquida destinada ao Haiti e ao resto do Caribe não ibero-americano. 2000-2012 183
Gráfico V.17. Total da APD líquida per capita destinada aos países do Caribe não ibero-americano. 2012 184
Gráfico V.18. Total da APD líquida destinada ao Haiti e ao resto do Caribe não ibero-americano, conforme os doadores. 2012 184

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa II.1. Distribuição geográfica dos projetos de cooperação, conforme papel. 2012 40
Mapa II.2. Distribuição geográfica das ações de cooperação, conforme papel. 2012 42

ÍNDICE DE MATRIZES

Matriz II.1. Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2012 37
Matriz II.2. Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2012 38
Matriz II.3. Projetos de CHSS Bilateral, conforme a seleção dos principais ofertantes. 2012 54
Matriz II.4. Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por sub-regiões. 2012 57
Matriz II.5. Sul-Sul de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por dimensão de atividade. 2012 64
Matriz A.2. Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2012 192

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela II.1. Comparação dos graus de concentração da CHSSB, por indicador. 2011 e 2012 45
Tabela II.2. Peso dos parceiros na CHSSB dos principais ofertantes e recetores. 2012 53
Tabela II.3. Mudanças no tratamento dos setores de atividade. 2013-2013 63
Tabela II.4. Distribuição dos projetos de CHSS Bilateral, por setores de atividade. 2012 71
Tabela II.5. Perfil setorial dos principais ofertantes, conforme o IVCR ou de Bela Balassa. 2012 79
Tabela II.6. Perfil setorial dos principais recetores, conforme o IVCR ou de Bela Balassa. 2012 83
Tabela II.7. Distribuição dos projetos, conforme as datas de aprovação, início e conclusão 93
Tabela II.8. Projetos distribuídos conforme o tempo decorrido entre as datas de aprovação e início 94
Tabela II.9. Distribuição dos projetos, conforme o seu tempo médio de duração 95
Tabela II.10. Distribuição dos projetos, conforme o tipo de custo assumido pelo ofertante. 2012 100
Tabela II.11. Disponibilidade dos dados necessários para o cálculo de indicadores a partir dos custos 103
Tabela III.1. Projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular, conforme o primeiro ofertante. 2012. 112
Tabela III.2. CSS Triangular com o Caribe não Ibero-Americano, conforme o primeiro ofertante. 2012 118
Tabela III.3. Distribuição da CSS Triangular, por setores de atividade. 2012 121
Tabela III.4. Informação disponível sobre datas para projetos e ações de CSS Triangular. 2012 126
Tabela III.5. Distribuição de projetos e ações de CSST, conforme as datas de início e finalização. 2012 127
Tabela III.6. Distribuição da CSS Triangular, conforme o tempo médio de duração 129
Tabela III.7. Informação disponível sobre os custos da CSS Triangular, conforme a tipologia do custo e os cooperantes que o assumem. 2012 130
Tabela III.8. Distribuição dos projetos de CSST, conforme o tipo de custo e o cooperante. 2012 131
Tabela IV.1. Programas de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. 2012 144
Tabela IV.2. Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. 2012 145
Tabela IV.3. Países participantes nos Programas de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. 2012 146
Tabela IV.4. Seleção de projetos executados no quadro de alguns Programas de CHSSR. 2012 149
Tabela IV.5. Mapa dos agentes que participaram nos Programas de CHSS Regional, em representação de um país e/ou de um organismo regional. 2012 153
Tabela A.1. Classificação dos setores de atividade, conforme dimensão e código 191
Tabela A.3. Ações de Cooperação Sul-Sul Triangular, conforme o primeiro ofertante. 2012 198
Tabela A.4. Países participantes nos Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. 2012 202
Tabela A.5. Classificação dos agentes que principalmente participam nos Projetos de CHSS Regional, conforme quem representam. 2012 203
Tabela A.6. Total da APD líquida destinada à Ibero-América, conforme os países recetores. 2000-2012 204
Tabela A.7. Total da APD líquida destinada à Ibero-América, conforme o doador. 2000-2012 205
Tabela A.8. Total da APD líquida espanhola destinada à Ibero-América, conforme os países recetores. 2000-2012 206

ACRÓNIMOS

AECID	Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
AGCI	Agência de Cooperação Internacional do Chile
AIESAD	Associação Ibero-Americana de Educação Superior à Distância
AIF	Associação Internacional de Fomento
AMEXCID	Agência Mexicana de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
ANUIES	Associação Nacional de Universidades e Instituições de Educação Superior do México
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
APCI	Agência Peruana para a Cooperação Internacional
AUSAID	*Austrálian Agency for International Development*
BDC	Banco de Desenvolvimento do Caribe
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAATEL	Comité Andino de Autoridades de Telecomunicações
CAC	Conselho Agropecuário Centro-Americano
CAD	Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
CAF	Banco de Desenvolvimento da América Latina
CAN	Comunidade Andina
CARICOM	Comunidade do Caribe
CELAC	Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CEPAL	Comissão Económica para a América Latina e o Caribe
CERLALC	Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e no Caribe
CHSSB	Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral
CHSSR	Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional
CINTERFOR	Centro Interamericano para o Desenvolvimento do Conhecimento na Formação Profissional
CISSCAD	Conselho de Institutos de Segurança Social da América Central e R. Dominicana
COMISCA	Conselho de Ministros da Saúda da América Central
COMJIB	Conferência dos Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos
COSIPLAN	Conselho Sul-Americano de Infraestruturas e Planejamento
CSUCA	Conselho Superior Universitário Centro-Americano
CSS	Cooperação Sul-Sul
CSST	Cooperação Sur-Sul Triangular
CUIB	Conselho Universitário Ibero-Americano
F-ODM	Fundo para a Realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
FFPG	Fundo Fiduciário Pérez Guerrero
FOCAI	Fondo de Cooperación y Asistencia Internacional de Colômbia
GEF	*Global Environment Fund*
GCI	Grupo de Cooperação Internacional do MERCOSUL
GMC	Grupo Mercado Comum do MERCOSUL
IAM	Iniciativa Amazónica contra a Malária
IICA	Instituto Interamericano de Agricultura

INB	Rendimento Nacional Bruto
INCAP	Instituto de Nutrição da América Central e do Panamá
INTI	Intervenção Nutricional Territorial Integral
MEMO	Memorando de Entendimento
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MIPYME	Micro, Pequena e Média Empresa
OCAM	Comissão Centro-Americana de Diretores de Migração
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
OEA	Organização dos Estados Americanos
OEI	Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura
OIEA	Organismo Internacional de Energia Atómica
OISS	Organização Ibero-Americana de Segurança Social
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPS	Organização Pan-Americana da Saúde
OSPESCA	Organização do Setor Pesqueiro e Aquícola do Istmo Centro-Americano
PIB	Produto Interno Bruto
PIFCSS	Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul
PIM	País de Ingreso Medio
PMA	Programa Mundial de Alimentos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRM	Países de Rendimento Médio
RAVREDA	Rede Amazónica de Vigilância da Resistência aos Antimaláricos
RC	Responsável pela Cooperação Ibero-Americana
RESSCAD	Reunião do Setor da Saúde da América Central e R. Dominicana
RMAAM	Reunião de Altas Autoridades e Ministras do MERCOSUL
SEGIB	Secretaria-Geral Ibero-Americana
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Brasil
SGONU	Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas
SICA	Sistema para a Integração Centro-Americana
SSII	Sistemas de Informação
SNU	Sistema das Nações Unidas
UE	União Europeia
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
USAID	*United States Agency for International Development*

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

O esforço que temos vindo a desenvolver desde 2007 na Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), apoiados pelos nossos países e, a partir de 2009, também pelo Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS), voltou a dar os seus frutos. O resultado desse esforço partilhado é esta sétima edição do *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2013-2014*.

A presente edição vem acompanhada de várias novidades. A primeira relaciona-se com a mudança da data da publicação que deixará de ter lugar no último trimestre do ano (altura que habitualmente coincidia com as Cúpulas Ibero-Americanas de Chefes de Estado e de Governo) e passará a ser publicada no início do ano seguinte. O ajustamento temporário não procura modificar a sua periodicidade (continuará a ser um relatório anual) mas sim permitir que o relatório coincida com o princípio do ano civil.

Em segundo lugar, chegamos a este *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América* com novos avanços metodológicos. Em concreto, o trabalho coletivo e horizontal que os países da região realizaram entre as sucessivas edições, permitiram-nos incorporar cada vez mais e melhores ferramentas de análise. Particularmente importantes foram o uso dos Indicadores para a Cooperação Sul-Sul e a mais recente aplicação de técnicas estatísticas. Igualmente, melhorámos a nossa capacidade de saber cada vez mais sobre aspetos mais qualitativos, tais como os aspetos relativos ao funcionamento e à gestão das modalidades de Cooperação Sul-Sul reconhecidos no nosso espaço.

Finalmente, e como terceira novidade relevante, o redobrado compromisso do Brasil, um dos países mais dinâmicos na Cooperação Sul-Sul da região, para com o nosso Relatório. É que se bem que este país tenha sempre colaborado ativamente em todas as edições, de 2013 para cá, passou a fazê-lo na qualidade de novo membro do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS). Com esta adesão são já 20 os países ibero-americanos que participam no Programa, um facto do qual nos orgulhamos e que interpretamos como uma mostra do apoio e da confiança que os países depositam no trabalho que está a ser desenvolvido entre todos.

Chegamos assim a 2014 com um Relatório que avança e se consolida, mas cujo futuro dependerá, sem dúvida, da forma como conseguirmos responder aos estimulantes desafios colocados por um cenário mundial marcado pela transformação do Sistema de Cooperação e pela construção de uma nova Agenda para o Desenvolvimento pós-2015. A partir da SEGIB, iremos tentar responder a este desafio com o mesmo compromisso e dedicação de sempre. Confiamos assim em ser capazes de materializar essa resposta através das novas edições deste Relatório que, hoje e amanhã, esperamos continue a reforçar-se como uma ferramenta inovadora e imprescindível para acompanhar a gestão da Cooperação Sul-Sul dos nossos países e dos nossos povos.

Rebeca Grynspan
Secretária-Geral
Ibero-América

Salvador Arriola
Secretário para a Cooperação
Ibero-Americana

RESPONSÁVEIS DA COOPERAÇÃO IBERO-AMERICANA, À DATA DE 1 DE ABRIL DE 2014		
País	**Organismo**	**Titular responsável**
Andorra	Ministério de Assuntos Exteriores e Relações Institucionais	Sra. Gemma Cano
Argentina	Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto	Sra. Lucila Rosso
Bolívia	Ministério de Planificação do Desenvolvimento	Sr. Harley Rodríguez
Brasil	Agência Brasileira de Cooperação (ABC)	Sr. Fernando José Marroni de Abreu
Chile	Agência de Cooperação Internacional do Chile (AGCI)	Sr. Jorge Daccarett
Colômbia	Ministério de Relações Exteriores	Sra. María Andrea Albán
Costa Rica	Ministério de Relações Exteriores	Sra. Irina María Elizondo
Cuba	Ministério do Comércio Exterior e Investimento Estrangeiro	Sra. Dagmar González
Equador	Secretaria Técnica de Cooperação Internacional (SETECI)	Sra. Gabriela Rosero
El Salvador	Ministério de Relações Exteriores	Sra. Ryna Garay
Espanha	Agência Espanhola para a Cooperação Internacional e o Desenvolvimento (AECID)	Sr. Rafael Garranzo
Guatemala	Subsecretaria de Cooperação Internacional	Sra. Ana Méndez
Honduras	Secretaria Técnica de Planificação e Cooperação	Sr. Julio Raudales
México	Agência Mexicana de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AMEXCID)	Sr. Bruno Figueroa
Nicarágua	Ministério de Relações Exteriores	Sr. Valdrack Jaentschke
Panamá	Ministério de Relações Exteriores	Sra. Maria Celia Dopeso
Paraguai	Ministério de Relações Exteriores	Sr. Fernando Acosta
Peru	Agência Peruana de Cooperação Internacional (APCI)	Sr. Luis Humberto Olivera
Portugal	Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.	Sra. Ana Paula Laborinho
R. Dominicana	Ministério da Economia, Planificação e Desenvolvimento	Sr. Inocencio García
Uruguai	Agência Uruguaia de Cooperação Internacional (AUCI)	Sr. Martín Rivero

RESUMO EXECUTIVO

O **Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2013-2014** é composto por cinco capítulos:

a) Tal como tem vindo a acontecer desde 2009, o primeiro capítulo trata da posição política que os países ibero-americanos, através dos seus Responsáveis para a Cooperação, têm em diferentes debates internacionais sobre a Agenda do Desenvolvimento e da Cooperação Sul-Sul.

b) O segundo, terceiro e quarto capítulos centram a sua análise na evolução e caracterização, no ano 2012, das diversas modalidades de cooperação reconhecidas no espaço ibero-americano e mais concretamente nas denominadas de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, de Cooperação Sul-Sul Triangular e de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional.

c) Por último, e em quinto lugar, o Relatório revê a participação da Ibero-América na Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), num contexto marcado pela crise económica internacional.

Respondendo assim à vontade de que *"...a nossa região deve (desempenhar) um papel protagonista nos debates sobre a formação da nova agenda global de desenvolvimento e começar a assumi-la a partir da própria instância da sua definição"*, o **primeiro capítulo** do presente Relatório **explorou a visão ibero-americana relativa à Agenda de Cooperação Pós-2015**. A esse respeito, a Ibero-América incidiu no que entende que são os **principais desafios**:

a) Por um lado, a **identificação de possíveis conteúdos que definam a Agenda Pós-2015**. A ênfase foi colocada em como incorporar a essa agenda o diálogo entre o global e o local, entre a garantia do universal e o respeito pela pluralidade. Assim, tornou-se imperativo "*vincular (...) a agenda normativa dos direitos humanos com a (...) de desenvolvimento*", mas também adotar perspetivas transversais que cruzem as prioridades da futura agenda.

b) Por outro lado, a **adaptação do papel da Cooperação Internacional à nova Agenda**. Tendo em conta a situação de mudança e no sentido de avançar para um Sistema de Cooperação Internacional integral e solidário, a Ibero-América sublinhou a necessidade de "*adotar uma perspetiva diferenciada que vá para além do PIB para determinar os níveis de desenvolvimento dos países*"; assim como de "*escalar o contributo dos países do sul para o desenvolvimento mediante a Cooperação Sul-Sul e Triangular*".

O **segundo capítulo** analisou o sucedido em torno dos **506 projetos e 203 ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral participados pela Ibero-América em 2012.** De facto, relativamente à forma como se produziu essa participação, ao perfil setorial que a apoiou e a outras tendências do comportamento dessa modalidade, devemos destacar o seguinte:

a) **Praticamente 90% dos projetos foram executados pelo Brasil, pelo México, pela Argentina, pelo Chile e pela Colômbia**, países cuja importância relativa no que respeita a esses 506 projetos oscilou entre os 30% do primeiro e os 9,5% do último. Os restantes 11,1% dependeram de nove ofertantes que também apresentaram um diferente grau de participação: Uruguai e Equador (16 e 14 projetos, respetivamente); Peru, Cuba e Costa Rica (os quais em conjunto somaram 20 projetos); e El Salvador, Paraguai, Guatemala e Panamá (os únicos que participaram, em cada caso, com um ou dois projetos). Entretanto, as Honduras, a Nicarágua, a República Dominicana, a Venezuela e a Bolívia não registaram atividade no papel de ofertantes.

b) **Na receção de projetos participaram todos os países latino-americanos**. Uma vez mais, os diferentes graus de participação permitiram distinguir entre o **Equador, principal recetor com 66 projetos equivalentes a 13% do total registado em 2012**; **El Salvador, Bolívia e Paraguai** (com pesos relativos cada um deles de 8-9%); a Guatemala, Costa Rica, Cuba, Peru e Uruguai (que explicaram outros 30% dos projetos recebidos); México, Nicarágua, Panamá e República Dominicana, mais a Colômbia e a Argentina (com praticamente 25% dos 506 projetos finais); e finalmente as Honduras junto com 3 países sul-americanos, Chile, Venezuela e Brasil, que explicaram os 7% restantes.

c) **Cerca de 45% desses 506 projetos foram executados para fortalecer capacidades relacionadas com as economias nacionais**. Além do mais, isso aconteceu, numa proporção 70-30 a favor dos Setores produtivos, cuja importância relativa foi significativamente superior à da promoção de Infraestruturas e serviços económicos. De maneira complementar, **um pouco mais da quarta parte (27,1%) dos projetos respondeu a um objetivo social**. Entretanto, o **fortalecimento das instituições de governo teve uma importância menor mas suficientemente notável**, pois englobou 14,4% da CHSS Bilateral. Uma percentagem muito semelhante totalizaram, de forma conjunta, os projetos dedicados ao Ambiente (7,1%) e à promoção de Outros modelos de desenvolvimento (7,4%).

a) Finalmente, **usando os Indicadores para a Cooperação Sul-Sul construídos durante este anos e aplicando-lhes técnicas estatísticas**, foi passível aprofundar um pouco mais no **conhecimento de outros aspetos da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral de 2012**. A título de ilustração, puderam conhecer-se várias questões, tais como:

- Uma parte mínima (10%) dos projetos de CHSSB em execução em 2012 foram aprovados entre os anos 2006 e 2009; a maioria deles (90%) formalizou-se em datas posteriores a 2009. No entanto, em qualquer dos casos, 2011 foi o ano com mais aprovações (160 projetos, equivalentes a mais de metade dos que foram considerados).
- Apenas um terço dos projetos em execução terminou a sua atividade no mesmo ano, 2012. Estima-se que os restantes o façam, maioritariamente, ao longo de 2013 (48,2%) e 2014 (15,6%). Em menor percentagem (uns 1,5%) terminarão nalguma altura de 2015.
- Os projetos tenderam a manter-se em execução durante um tempo médio de 492,1 dias (à volta de um ano e 4 meses). Em contraste, a média de execução das ações foi muito inferior, de 57,4 dias (2 meses de duração).

O **terceiro capítulo** centrou a sua análise nos **77 projetos e nas 55 ações de Cooperação Sul-Sul Triangular que os países ibero-americanos promoveram durante 2012**. A esse respeito, destacaram-se as questões relacionadas com o grau da participação e o papel exercido pelos países; o perfil das capacidades que resultarem fortalecidas; o comportamento de outras características dos projetos e ações; e o aprofundamento de aspetos relacionados com a planificação e a gestão operacional da Cooperação Sul-Sul Triangular. Em concreto:

a) **Em praticamente 95% dos projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular de 2012 exerceram o papel de primeiro ofertante quatro países:** o **Chile** (em 44,2% dos 77 projetos finalmente registados), o **México** (31,2%), a **Colômbia** (11,7%) e o **Brasil** (7,8%).

b) **Exercendo o papel de segundo ofertante destacaram-se** por sua vez, a **Alemanha,** o **Japão,** os **Estados Unidos** e a **Austrália,** os quais estiveram presentes em dois terços dos projetos.

c) Por seu lado, **os três principais recetores foram o Paraguai, El Salvador e a Guatemala**, os quais explicaram cerca de metade (46,8%) dos 77 projetos. Se **os somarmos às Honduras**, os quatro recetores elevam o seu valor de participação para 58,5%.

d) Mas parte da importância relativa de cada um desses países deve ser entendida tendo em conta algumas **relações consideradas preferenciais**. A título de exemplo, em 2012 destacaram-se as mantidas entre o **Chile** e o seu principal segundo ofertante, os **Estados Unidos**; a triangulação destes com o **Paraguai**; assim como a da **Alemanha e do México** para com outros países da região, especialmente alguns dos centro-americanos, andinos e o Paraguai.

e) **Dois terços dos projetos** (67,5%) **estiveram orientados para o fortalecimento de capacidades económicas e sociais** (44,2% e 23,4%, respetivamente). Além disso, na área estritamente económica primaram os projetos que tiveram entre os seus objetivos o desenvolvimento dos setores produtivos (28,6%), maioritários face aos que apoiaram a criação de condições de funcionamento (15,6%). Igualmente, praticamente **um de cada cinco projetos** (18,2%) foi impulsionado para atender a **necessidades ambientais**. **Relativamente menos significativos** (um de cada dez), foram **os projetos destinados ao apoio às instituições públicas e de Governo**. As denominadas "outras" dimensões (como cultura, género e modelos de desenvolvimento) quase não estiveram representadas (3,9%) na CSS Triangular de 2012.

f) **Recorrendo de novo ao uso de indicadores e de técnicas estatísticas puderam-se apreciar outros aspetos relativos ao comportamento desta modalidade**. Assim, por exemplo, soube-se que:

- A maior parte dos projetos de CSS Triangular (54,8%) iniciaram-se nalguma altura de 2012. De facto, mais de 90% dos projetos e praticamente 100% das ações começaram durante esse ano ou durante o ano anterior (2011).
- A finalização dos projetos tendeu a produzir-se em 2012 (70%). Estima-se que 25% dos projetos termine a partir de 2014 (16,7% durante esse ano e 6,6% ao longo de 2015 ou de 2016). Entretanto, 90% das ações terminaram a sua atividade em 2012 e, praticamente 96% terá terminado antes do final de 2013.
- Alternativamente, considera-se que os projetos tenderam a executar-se num tempo médio de 440 dias, equivalentes a pouco mais de 14 meses ou um ano e dois meses, enquanto que as ações registaram um tempo de execução notavelmente inferior, de 109 dias ou, o que é o mesmo, de pouco mais de 3 meses e meio.

g) Por último, **o estudo realizado permitiu aproximar-se a uma das fórmulas operacionais mais frequentes na planificação e gestão dos projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular**. Assim, e em termos gerais podemos afirmar que:

- Os projetos realizados através dessa modalidade tendem a surgir a pedido dos recetores. Esse pedido interpreta-se, por sua vez, a modo de resposta formal a um convite dos ofertantes, os quais oferecem um catálogo de possíveis projetos de acordo com as suas capacidades. Igualmente, os recetores tendem a solicitar aqueles que cobrem as suas necessidades de fortalecimento institucional, muitas vezes associadas a processos de conceção e implementação de políticas e estratégias públicas para o desenvolvimento.
- O "convite" para participar em projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular tende a estar regulamentado por um acordo bilateral subscrito pelo primeiro e segundo ofertantes. Tal parece estar em conformidade com o facto de que os diferentes tipos de acordos formais que regulam a relação entre as partes costumam ter um caráter bilateral e tenham sido rubricados, na sua maioria, por aqueles que exercem esses dois papéis. Entretanto,

os acordos assinados pelos três cooperantes, embora notáveis, são minoritários.

- A parcela principal do financiamento costuma recair nesses mesmos ofertantes (e especialmente no segundo). A maioria das vezes, através de contribuições específicas. São uma minoria as ocasiões em que o financiamento se canaliza através de mecanismos institucionalizados. No entanto, quando isso acontece, a fórmula jurídica que se tende a adotar é a de um fundo de cooperação, individual ou misto.

No que se refere ao **quarto capítulo, no ano de 2012 identificaram-se 38 programas e 13 projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional.** A esse respeito convém assinalar que:

a) Em termos gerais, o **propósito principal** da cooperação participada pelos países ibero-americanos através dessa modalidade **foi dar resposta a problemáticas comuns relacionadas com o fortalecimento das capacidades de gestão dos Governos, assim como dos âmbitos da Saúde e da Educação**. Contudo, observaram-se diferenças ao recorrer a um ou a outro instrumento de intervenção: assim, os países optaram pelos programas quando precisaram de atender a necessidades nas áreas da **Cultura** e da **Ciência e Tecnologia**; e pelos projetos para objetivos mais específicos relacionados com a competitividade da **Empresa**, o **Ambiente** e o **Género.**

b) Para esta modalidade **procedeu-se à elaboração do mapeamento do universo dos cooperantes que participaram nos programas e projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional em 2012**. Destacaram-se a autoridade, instituição ou organismo setorial nacional que representou cada país ibero-americano; os conselhos, associações, fóruns e reuniões ministeriais em torno dos quais estes se agruparam (por vezes como parte orgânica de organismos regionais e internacionais); a presença pontual dos Ministérios das Relações Exteriores e das Agências e Direções Gerais de Cooperação; assim como a dos próprios organismos regionais, desta vez através das suas secretarias-gerais.

c) Igualmente, **realizou-se uma primeira aproximação** às características **dos mecanismos institucionais que acompanharam a Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional**. Em concreto, passou-se a saber algo mais sobre os **instrumentos jurídicos** em torno dos quais se constituirão os referidos mecanismos; a **estrutura orgânica** que se criou para tornar operacional esta modalidade; o **modo como se regularam aspetos concretos** como a solicitação, aprovação, acompanhamento e avaliação dos programas; assim como a **fórmula mais comum de financiamento**. Tendo em conta os dados disponíveis, os resultados foram muito condicionados pelo estudo de três casuísticas: os Programas da Cooperação Ibero-Americana, o Programa Mesoamericano (eixo México) e o Programa Mercosul-AECID.

O último capítulo foi dedicado à **Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) da qual participou a Ibero-América durante os anos 2000-2012, dando especial aten**ção às **mudanças e inflex**ões **registadas a partir de 2008**, coincidindo com o **início de uma crise financeira global** que afetou, muito especialmente, alguns dos principais doadores da região:

a) **Entre os anos 2000 e 2012 a APD mundial** à **região praticamente duplicou**: dos 3.237 milhões de dólares da primeira data para os 6.215 da segunda. Por etapas, a crise representou uma mudança de tendência: de uma taxa de aumento médio de 9,4% entre 2000 e 2008 para outra, menor, de 2,8%, entre 2009 e 2012. Mas essa segunda taxa de crescimento escondeu resultados muito díspares: registos de quedas cada vez mais intensas com um enorme e anómalo aumento em 2011 (de 29,9%) que situou o valor da APD, contra todos os prognósticos, num máximo histórico de 7.152 milhões de dólares.

b) Este facto deve ser interpretado tendo em conta as **mudanças nos comportamentos individuais dos principais doadores da região: dos tradicionais, como os Estados Unidos, a Espanha e o Japão e dos novos, como o caso da França**. Assim, e a partir de 2012 combinaram-se: os registos negativos da cooperação japonesa; a intensa queda da APD espanhola; a crescente irregularidade, com tendência para o decréscimo, da ajuda dos Estados Unidos; e o intenso aumento da APD de França, país que deslocou os Estados Unidos e se situou como primeiro doador à região.

c) **As alterações na Ajuda Pública ao Desenvolvimento desses doadores refletiram as diferentes respostas** à **crise**: de ajuste fiscal e redução orçamental nalguns casos; de modificação de prioridades setoriais e geográficas noutro. De facto, **a outra face da moeda foram as mudanças que também se registaram na estrutura dos recetores**. Neste sentido, a partir do biénio 2008-2009, as moderadas reduções da ajuda a recetores tradicionais como a Bolívia e as Honduras coincidiram com a irregular mas progressiva queda dos fundos atribuídos à Colômbia e com o intenso aumento da Ajuda Pública ao Desenvolvimento destinada ao Brasil, país que se situou como primeiro recetor.

1

RUMO A UMA AGENDA DE COOPERAÇÃO PÓS-2015: EXPLORANDO VISÕES IBERO-AMERICANAS PARTILHADAS

Capítulo acordado e elaborado pelos países ibero-americanos através da figura dos seus Responsáveis para a Cooperação

I.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO ATUAL QUADRO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO-ODM: PRINCIPAIS LIÇÕES APRENDIDAS

EM DEZEMBRO DO ANO 2000, os líderes das nações do mundo aprovaram a Declaração do Milénio com o fim de atender aos principais desafios globais. Esse acordo serviu de enquadramento para a criação dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), uma agenda mundial de desenvolvimento a cumprir até 31 de dezembro de 2015. O estabelecimento de objetivos globais comuns permitiu igualmente avançar na definição de metas claras, comunicáveis e verificáveis mediante indicadores e esquemas de monitorização.

No mesmo sentido, podemos afirmar que o estabelecimento de objetivos, metas e indicadores, facilitou a definição de políticas públicas mais eficazes e a avaliação dos resultados a nível nacional e internacional através da criação ou fortalecimento de instâncias nacionais de estatística. Nessa ordem de ideias, a estrutura institucional favoreceu a transparência e a prestação de contas, permitindo identificar e atender as áreas em que as ações possam ter um maior impacto.

É inegável que os ODM demonstraram ser um instrumento útil para centrar prioridades e canalizar recursos: os debates à volta dos mesmos contribuíram para legitimar os desafios colocados pela erradicação da pobreza à escala global, assim como pela necessidade de criar estratégias para alcançar a prosperidade mundial. Neste âmbito, é pertinente reconhecer a relevância que os ODM tiveram para o desenvolvimento interno dos países e para a agenda internacional dado que constituíram um pacto político que mobilizou a comunidade internacional, as instituições financeiras internacionais e os fundos, programas e organismos do Sistema das Nações Unidas (SNU) na construção de uma estrutura social e económica para combater a pobreza e elevar os níveis de vida da população em todo o mundo.

Mas os ODM também foram objeto de críticas a partir das quais podemos retirar ensinamentos para o futuro. Mencionou-se, entre as suas limitações, a generalidade dos objetivos, o facto de defenderem a obtenção de mínimos e que não se tenha questionado a sustentabilidade dos resultados. Também se menciona o seu formato, seguindo um "modelo único" (one-size-fits-all), assim como a simplificação e desvinculação de outros compromissos acordados a nível regional e internacional, como são o caso das convenções em matéria de alterações climáticas e dos instrumentos de direitos humanos.

Igualmente, foi muito criticado que os ODM se apresentassem como um enquadramento que aborda os sintomas e não as causas subjacentes da pobreza, tal como a crescente desigualdade no interior dos países, tema de grande interesse para os países de rendimento médio (PRM). Também se mencionou a escassa articulação entre os objetivos económicos, sociais e ambientais que resultam da "agenda ODM". Por outro lado, reconheceu-se a falha da incorporação da igualdade de género, que foi reduzida a um ODM em vez de ser incorporada como um eixo transversal.

Finalmente, mas não menos importante, os ODM foram criticados pela existência de um desequilíbrio interno no sentido de que o cumprimento de 7 dos 8 objetivos recai centralmente nos países em desenvolvimento, enquanto que apenas o ODM 8 "Fomentar uma parceria mundial para o desenvolvimento", em que os compromissos são mais vagos e insuficientes que nos restantes, define responsabilidades que recaem primordialmente sobre os países desenvolvidos, sendo este objetivo o que registou menos realizações. É de salientar que neste ODM se oferece, de forma implícita, uma definição de arquitetura global, do papel dos países e do financiamento global.

Tanto os reconhecimentos como as críticas mencionadas estão atualmente presentes no processo dos debates globais e regionais sobre os resultados alcançados na consecução dos ODM e sobre a eficácia alcançada a partir dos mesmos em matéria de luta contra a pobreza. Este processo, lançado ao aproximar-se a data limite do cumprimento desses objetivos, foi oficializado em 2011, nas Nações Unidas, através da apresentação do relatório do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (SGONU) intitulado "Acelerar os progressos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio: opções de crescimento sustentável e inclusivo e questões relativas à promoção da Agenda das Nações Unidas para o desenvolvimento após 2015", no qual se faz um apelo a todas as partes para estabelecerem um esquema de consultas inclusivo, transparente e aberto a fim de se definir uma agenda de desenvolvimento pós-2015.

Entre os assuntos em discussão surgem atualmente questões que vão desde os conteúdos da futura agenda até como articulá-la com os objetivos de desenvolvimento sustentável, de modo a que se aproveitem e consolidem as realizações alcançadas ao mesmo tempo que se avança para além das mesmas.

Numa perspetiva mais abrangente, procura-se integrar a nova agenda em construção com os resultados alcançados noutros espaços que trataram temas que os ODM ignoraram, como aconteceu, por exemplo, na conferência "Rio+20" onde se debateu o desenvolvimento nas suas diferentes dimensões, destacando-se que cada país tem a responsabilidade primordial do seu próprio desenvolvimento econó-

mico, social e ambiental, sendo que esses esforços devem ser apoiados pelos compromissos da APD, assim como pela CSS. É de mencionar que esta última é reforçada pelos esquemas de cooperação triangular, pelos padrões de comércio e investimento e pela cooperação técnica para o desenvolvimento, assim como por uma conjuntura nacional e internacional conducente ao desenvolvimento.

Os princípios e acordos estabelecidos nestas instâncias, que pela sua integralidade continuam a ser válidos para abordar em termos práticos a forma como se pode financiar a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, estão a enriquecer os debates sobre o pós-2015.

A nossa região deve desempenhar um papel protagonista nos debates sobre a formação da nova agenda global de desenvolvimento e começar a assumi-la a partir da própria instância da sua definição, sendo por isso necessário continuar a debater e a construir acordos regionais que permitam, a partir da riqueza da região, enfrentar os desafios globais.

I.2. IDENTIFICANDO POSSÍVEIS CONTEÚDOS NA DEFINIÇÃO DA AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PÓS-2015

O MUNDO MUDOU significativamente desde a Declaração do Milénio e do surgimento dos ODM. Os países em desenvolvimento estão a alterar a dinâmica do multilateralismo, ampliando a sua participação e a sua influência nas negociações e na tomada de decisões em temas centrais da agenda internacional como as alterações climáticas, o comércio internacional e o financiamento do desenvolvimento.

A agenda pós-2015 deverá ter por base a continuação dos esforços realizados para alcançar os ODM, assim como a incorporação dos ensinamentos adquiridos na sua implementação e no estabelecimento de mecanismos inovadores de financiamento capazes de mobilizar os recursos que forem necessários.

Indubitavelmente, a prioridade da Agenda Pós-2015 continuará a ser a eliminação da pobreza mundial e garantir que as realizações para a erradicação da mesma sejam irreversíveis, de forma a que se procurem manter as condições que permitam oferecer bem-estar a uma sociedade globalizada à escala planetária em todos os âmbitos, económicos, sociais e ambientais. Não obstante, há que ter em conta que nos últimos anos a geografia e a conceptualização da pobreza se transformaram tanto à escala global como regional, produto - entre outros fatores - do crescimento demográfico, da migração, da urbanização, das crises alimentares, energéticas e financeiras e das alterações climáticas. É um facto que este último fator terá consequências devastadoras nos progressos já realizados para a consecução dos ODM e poderá tê-las nos esforços que se realizarem para a erradicação da pobreza se aquelas consequências não forem devidamente tidas em conta, já que afetam diretamente os grupos mais vulneráveis aos prejuízos provocados pelas alterações do clima.

Portanto, ao contrário da perspetiva limitada dos ODM, deve agora promover-se uma perspetiva integral, tratando as componentes sociais, económicas e ambientais do desenvolvimento a partir de uma visão multidimensional do mesmo, em que se reconheçam as diferentes conceções do mundo, trabalhando a partir de uma pluralidade de particularidades em vez de o fazer a partir de uma suposta globalidade unificadora.

Isto não deve, de nenhuma forma, ser entendido como um apelo para tirar protagonismo na agenda à componente da globalidade, já que os processos, sistemas e fenómenos globais incidem sobre ou limitam as projeções do desenvolvimento dos países - a segurança alimentar, por exemplo, vê-se afetada pela volatilidade internacional dos preços e pela especulação das matérias-primas ou *raw materials* no sistema financeiro internacional – mas como um apelo para incluir as particularidades a partir das quais se constitui a globalidade. A agenda de desenvolvimento pós-2015 deve atacar as causas estruturais das desigualdades, a pobreza e a degradação ambiental atendendo tanto às formas particulares como se expressam em cada região quanto às suas características e efeitos globais.

Voltando ao diálogo entre o global e o particular, a agenda de desenvolvimento pós-2015 deve ser capaz de reconhecer e promover modalidades de trabalho capazes de refletir as circunstâncias e características próprias de cada país e região. Tratar da mesma maneira aqueles que de facto são diferentes, sem considerar aquilo que faz a sua diferença, seria cometer uma injustiça.

Neste sentido, é de suma importância estabelecer uma ligação estreita entre a agenda normativa dos direitos humanos e a agenda de desenvolvimento, o que representa um desafio complexo, mas possível. Só uma perspetiva que leve em conta os direitos humanos nos assegura uma abordagem universal dos problemas do desenvolvimento: o exercício do conjunto desses direitos por todas e por todos, independentemente dos rendimentos per capita dos países em que

vivem ou de qualquer outra condição, deve orientar a definição da nova agenda que estamos atualmente a debater. Não há desenvolvimento possível se os Estados não cumprirem as suas obrigações de promoção, respeito e garantia do conjunto universal e indivisível dos direitos humanos.

Para garantir o exercício desses direitos, é essencial pensar as políticas públicas começando nas pessoas e aprofundar o diálogo e as ações que promovam a coerência das políticas entre os diferentes agentes.

A isto deve acrescentar-se que o quadro pós-2015 deverá adotar uma perspetiva transversal de temas que cruzem as prioridades definidas na futura agenda. Os direitos humanos são claramente um deles, mas também o são as situações dos grupos mais vulneráveis - como por exemplo os povos indígenas e os afrodescendentes - e especialmente a situação das mulheres, dos jovens e das crianças.

Para a nossa região foi motivo de reflexão a necessidade de que o novo quadro reconheça a importância dos processos de mobilidade humana e migratória a partir de uma perspetiva de direitos humanos, já que as pessoas migrantes se vêm expostas a diversas formas de violência, sendo uma das piores o tráfico de seres humanos (que não é exclusiva deste grupo), mas também a discriminação, o racismo e a xenofobia. Adicionalmente, a agenda pós-2015 deve assegurar que os esforços empreendidos tenham por objetivo último a criação de condições de equidade, entendida como uma medida de bem-estar, promovendo um acesso equitativo às oportunidades que permitem a ampliação das capacidades básicas dos indivíduos.

A fim de avançar na construção de metas e indicadores claros e verificáveis, é necessário centrar as expectativas em compromissos concretos, que reflitam a diversidade das problemáticas e dos países e que, por sua vez, facilitem o acompanhamento e a avaliação dos objetivos acordados na nova agenda.

Finalmente, para se cumprirem os novos objetivos que se venham a definir será necessária uma visão da cooperação internacional para o desenvolvimento que seja coerente com a agenda que resultar dos debates em curso.

I.3. PERSPETIVAS DO PAPEL DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PÓS-2015

NUMA ALTURA EM QUE se debate a nova agenda do desenvolvimento é importante que os países ibero-americanos reflitam sobre o papel da cooperação durante os próximos anos. É fundamental que a cooperação internacional para o desenvolvimento se comprometa a continuar os seus esforços para construir um multilateralismo que albergue a possibilidade de incorporar as diferentes conceções de desenvolvimento que os países têm.

Como dizíamos, torna-se necessário promover o debate da construção de uma nova agenda da cooperação internacional alinhada com a nova agenda de desenvolvimento que facilite e promova a participação de todos os agentes envolvidos nos processos de desenvolvimento, entre eles, a sociedade civil, o setor privado e a academia, sempre atuando articuladamente com os Estados nacionais que devem conservar o seu papel de liderança na formulação e execução das políticas públicas.

O novo sistema deve também demonstrar a sua capacidade para se adaptar à evolução das situações da dinâmica internacional. Neste sentido, queremos destacar duas questões que consideramos indispensáveis caso se pretendam alcançar esquemas de cooperação internacional que permitam avançar decididamente para o sucesso de uma agenda de desenvolvimento pós-2015 na qual estejam presentes os elementos até aqui mencionados:

Em primeiro lugar assinalamos a necessidade de adotar uma perspetiva diferenciada que vá para além do PIB para determinar os níveis de desenvolvimento dos países.

A classificação dos países de acordo com o seu PIB per capita é insuficiente para refletir os desafios de desenvolvimento com que ainda se enfrentam os PRM. Esse indicador esconde os persistentes níveis de pobreza e a enorme desigualdade que existe tanto entre os países que formam este grupo como no interior dos mesmos. Definir o trabalho e as prioridades da cooperação para o desenvolvimento a partir do PIB implica regressar ao conceito já muito ultrapassado de que este equivale a crescimento económico.

Além disso, a classificação dos países de acordo com o PIB teve um efeito de concorrência pelos recursos de cooperação entre países menos desenvolvidos, países de rendimento médio superior e países de rendimento médio baixo.

No caso particular da nossa região, o uso exclusivo do PIB como indicador de desenvolvimento levou a uma queda dos fluxos de APD para a América Latina e o Caribe, que passou de representar mais de 1% do PIB regional na década de 1960 para 0,22% na atualidade.[1]

É necessário dizer, que embora se verifique um crescimento em várias economias da região na última década, com a consequente melhoria dos indicadores macroeconómicos (reservas, dívida pública, inflação) e uma redução na incidência da pobreza, ainda existem no seu interior desafios assentes em necessidades de desenvolvimento associadas a uma série de vulnerabilidades e brechas estruturais.

Tendo em consideração e em resposta à dificuldade que representa aplicar o critério do PIB como única variável de classificação dos Estados, a Comissão Económica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) lançou uma nova abordagem para determinar vulnerabilidades a partir de brechas estruturais de desenvolvimento, entendidas como atrasos produtivos endémicos que limitam a possibilidade de transitar para economias e sociedades mais inclusivas e que persistem apesar do crescimento económico verificado.

Para o caso da América Latina e do Caribe, as brechas estruturais mais importantes encontram-se: i) no rendimento por habitante, ii) na desigualdade, iii) na pobreza, iv) no investimento e na poupança, v) na produtividade e na inovação, vi) nas infraestruturas, vii) na educação, viii) na saúde, ix) na fiscalidade, x) no género e xi) no ambiente.[2]

A identificação e a quantificação da magnitude relativa destas diferentes brechas a nível dos países seria o primeiro passo diferenciado para determinar os maiores desafios para o desenvolvimento da região e aquelas áreas que se devem incorporar numa nova agenda de cooperação para o desenvolvimento.

No entanto, devemos também reconhecer que, tendo em conta os recursos humanos e financeiros de que dispõem, nem todos os PRM têm as mesmas necessidades em matéria de cooperação internacional.

Por todos estes motivos, se aceitarmos que um dos objetivos primordiais da cooperação para o desenvolvimento irá continuar a ser a luta contra a pobreza, é necessário estabelecer novos critérios de atribuição, centrados nas necessidades das pessoas e não apenas no desempenho económico dos seus países.

Além disso, os progressos económicos da região levam-na a enfrentar novas problemáticas que se sobrepõem às mais tradicionais e que afetam o seu desenvolvimento, tais como, entre outras, os frequentes desastres naturais, a (in) segurança energética e alimentar, a transnacionalização do crime e os desafios demográficos associados à dependência infantil e dos idosos. Para as enfrentar, é necessário um modelo de desenvolvimento inovador, com base na mudança para a igualdade e a sustentabilidade ambiental e que feche as brechas estruturais. Consequentemente, é preciso ultrapassar essas brechas para aumentar a produtividade e a competitividade de forma sistémica, para fortalecer as instituições e os sistemas democráticos, investindo também em inovação e em capital físico e humano, o que se considera um aspeto fundamental.

Uma conceção ampla e multifacetada do desenvolvimento que requeira não apenas melhorar os níveis macroeconómicos à escala nacional mas também melhorar a vida das pessoas mediante processos sustentáveis e inclusivos. Para os debates sobre a agenda de desenvolvimento pós-2015, isto significa a construção de um sistema holístico de classificação do desenvolvimento dos países, flexível e que reflita de forma mais fiel as realidades particulares das populações de tal maneira que as ações do SNU se encontrem melhor orientadas para dar resposta aos desafios globais do desenvolvimento e às necessidades dos países de forma mais equilibrada, adotando perspetivas eficientes, diferenciadas e sustentáveis.

Finalmente, é necessário sublinhar que os países a que o sistema internacional decidiu chamar de "rendimento médio", devem desempenhar um papel próprio dentro da arquitetura global da cooperação, em coerência com a dualidade da sua situação (avanços e necessidades cobertas nalguns âmbitos, e graves dificuldades noutros). Neste sentido, devem continuar a ser o destino da cooperação tradicional para o desenvolvimento com origem em doadores do norte para evitar regressões para o subdesenvolvimento, aproveitar as possibilidades que a Cooperação Sul-Sul e Triangular (CSSeT) oferecem e potenciar o seu compromisso como impulsionadores do desenvolvimento global.

Assim, devemos destacar que a CSSeT pode mobilizar recursos adicionais para a promoção do desenvolvimento, mas de nenhuma forma substitui a cooperação norte-sul, nem invalida nenhum dos compromissos a favor do desenvolvimento e do seu financiamento, assumidos historicamente pelos países desenvolvidos, entre eles o de dedicar 0,7% do seu PIB como ajuda pública ao desenvolvimento. A CSS ganha importância por motivo da proximidade cultural entre os países que a praticam, do respeito pelas diferentes visões de desenvolvimento e da flexibilidade e adaptabilidade das experiências partilhadas, e da solidariedade das nações.

Em segundo lugar, sublinhamos a necessidade de escalar o contributo dos países do sul para o desenvolvimento mediante a cooperação Sul-Sul e Triangular.

Se entendemos que o desenvolvimento é um fenómeno multidimensional que exige a participação de todos, é importante que se estabeleça um sistema de cooperação internacional integral e solidário, no qual se levem em conta os países em função das suas capacidades, tanto estruturais como de inserção internacional.

Como já mencionámos, mesmo num contexto de crescimento dos países da região, o apoio internacional é necessário para fortalecer as suas capacidades, de forma a que a

1. CEPAL. 2012. "Os Países de Rendimento Médio: Uma Nova Perspetiva Baseada nas Brechas Estruturais" Ano 2012, página 14.

2. CEPAL. 2012. "Os Países de Rendimento Médio: Uma Nova Perspetiva Baseada nas Brechas Estruturais". CEPAL. Santiago de Chile.

cooperação sirva como catalisador dos esforços nacionais. Por isso, a cooperação para a América Latina deve ser canalizada para abordar as necessidades internas e os desafios de desenvolvimento sustentável que persistem na região.

Torna-se também necessário promover oportunidades efetivas de progresso para os países em desenvolvimento através da coerência de políticas em diferentes âmbitos, tais como o comércio internacional, o investimento estrangeiro, a transferência de tecnologia, a mobilização de recursos internos e o tratamento da dívida, que aumentem as oportunidades dos países em desenvolvimento. Analogamente, entende-se necessário promover uma maior participação da América Latina e dos países em desenvolvimento na governação global do desenvolvimento.

Nas últimas décadas, a arquitetura da cooperação internacional evoluiu de forma dual. Devido ao crescimento e fortalecimento institucional de alguns países em desenvolvimento e do retrocesso da presença de alguns doadores tradicionais, cresceu -por um lado - a importância e visibilidade da Cooperação Sul-Sul, e - por outro – incrementaram-se e tornaram-se mais complexos os esquemas de cooperação triangular.

Verifica-se que uma crescente procura de alianças horizontais e o reconhecimento de aptidões técnicas por parte de diferentes agentes promovem novas formas de parceria entre países do sul, sem requererem o apoio de um doador tradicional. Com o propósito de congregar esforços técnicos e financeiros, os parceiros dos países em desenvolvimento agregam-se para executar ações de cooperação que têm uma vocação mais integral do que a que pode oferecer um plano meramente bilateral.

Desta forma, estão a ser incrementados na prática da CSS diversos mecanismos de parceria entre dois países do sul a favor de um país terceiro. Atualmente, vários países da América Latina utilizam estas práticas para estabelecer ações de cooperação com países do Caribe, da África e do Sudeste Asiático. Este tipo de ações está também a ser desenvolvida entre países da região, particularmente a favor do Haiti.

Estas formas de trabalho sob esquemas triangulares acrescentam-se àqueles nos quais participam doadores do norte ou organismos internacionais e já não há dúvidas relativamente ao facto de que a cooperação triangular pode incrementar tanto os potenciais benefícios da cooperação tradicional como os da CSS.

Não obstante o atrás mencionado, para a nossa região é imprescindível que todas essas experiências de cooperação sejam realizadas no pleno respeito pelos princípios fundamentais que norteiam a cooperação entre países do sul: a solidariedade entre as nações, o respeito pela soberania nacional, a horizontalidade das negociações, a ação a pedido do recetor e a não condicionalidade.

Finalmente, é fundamental promover uma maior participação da América Latina e do Caribe, assim como de outros países em desenvolvimento, nos mecanismos e fóruns internacionais de promoção do desenvolvimento. Isto para além de fortalecer os mecanismos de coordenação de âmbito regional na perspetiva de reforçar a complementaridade das ações, apoiar os esforços que se promovem na região a favor da inclusão e da equidade, aprender uns com os outros e formular agendas próprias para a região.

É essencial fortalecer os novos organismos de integração regional como a UNASUL (União de Nações Sul-Americanas) e a CELAC (Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos) - entre outros - promovendo políticas e ações coordenadas para avançar no sentido de maiores níveis de desenvolvimento por vias sustentáveis.

Por último, a avaliação e definição de novos compromissos no âmbito do desenvolvimento, é uma boa altura para avançar para uma governação e agenda de cooperação internacional que reflitam o facto de que as alternativas e propostas para enfrentar os desafios do desenvolvimento podem chegar a partir de muitos lugares e agentes, reconhecendo desta forma os países do sul o lugar significativo que conseguiram ocupar no cenário internacional pelo seu trabalho, inovação e perspetivas de futuro.

I.4. DESAFIOS DA REGIÃO FACE À CONSTRUÇÃO DA AGENDA PÓS-2015

A PARTIR DO QUE foi dito antes, podemos identificar uma série de desafios que consideramos importantes para a região face ao processo de construção da agenda pós ODM.

a) Apropriar-se da agenda

Muito se falou na literatura da cooperação internacional da importância da apropriação (ownership) para o sucesso das ações. Os países da região devem ir mais além e apropriar-se do próprio processo de criação da futura agenda participando de forma decidida na sua elaboração. A nova agenda de desenvolvimento apenas reconhecerá os progressos e a importância dos nossos países no espaço da cooperação internacional com a profundidade que sabemos que possuem se nos envolvermos no diálogo em curso de forma decidida e formos capazes de expressar claramente os nossos pontos de vista, as nossas possibilidades de contribuir e as nossas necessidades.

A América Latina, como fonte de riqueza ambiental, cultural e como principal fornecedor de bens públicos globais, precisa de manter um diálogo horizontal na construção da nova agenda de desenvolvimento e na arquitetura da cooperação internacional.

b) Estabelecer claramente a importância da CSS e o seu contributo para a Agenda de Desenvolvimento

A CSS não pode ser considerada uma modalidade "nova" de cooperação internacional. Há opiniões divergentes sobre quais foram as primeiras ações deste tipo de cooperação, mas, mesmo às mais antigas - aquelas que situam os seus inícios na Conferência de Bandung – reconhecem-se cerca de 60 anos de experiência.

É necessário deixar claro que a Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento de 1978 não "criou" uma nova forma de fazer cooperação para o desenvolvimento, mas que reconheceu e sistematizou um processo que lhe é anterior. A CSS, com as suas formas particulares e os seus princípios específicos, pode contribuir tanto para o desenvolvimento dos países e das pessoas como a cooperação tradicional, e nesse sentido não é subsidiária daquela. É necessário continuar a evidenciar e a construir este contributo.

c) Requerer que sejam tidas em conta as necessidades de todos para construir uma agenda de desenvolvimento verdadeiramente global

A agenda dos ODM não teve suficientemente em conta aspetos centrais para os PRM, o que levou a uma concentração excessiva da ajuda dos doadores tradicionais nos países economicamente mais pobres de acordo com o PIB per capita. A nova agenda deve ser capaz de incluir as diferentes necessidades de desenvolvimento que existem nos países e nas regiões de um mundo diverso.

Respeitando a necessidade de apoiar as pessoas e os grupos de pessoas em situação de maior vulnerabilidade, a agenda deve abrir-se até abranger uma multiplicidade de obstáculos ao desenvolvimento que, a nível global, resultam indivisíveis quando se pretende realizar um trabalho de sucesso. As desigualdades entre países e no interior dos mesmos constituem obstáculos ao desenvolvimento cuja superação requer o apoio internacional na medida em que são reflexo de processos estruturais, e portanto fortemente enraizados, que devem ser modificados.

d) Construir uma agenda com cortes transversais

Há obstáculos ao desenvolvimento que sobressaem como barreiras nas diferentes áreas que o compõem enquanto realidade multifacetada. A nova agenda de desenvolvimento para o pós-2015 deve estar apegada aos compromissos que os Estados assumiram em matéria de direitos humanos, considerando, em cada uma das suas intervenções, variáveis tais como a situação da mulher e dos jovens, a questão ambiental e a promoção da paz.

Para terminar, consideramos que, por tudo o que foi dito, os países da América Latina têm um papel especial a desempenhar na construção da nova agenda de desenvolvimento pós-2015, ao mesmo tempo que afirmamos o compromisso que existe em cada um de nós, responsáveis de cooperação internacional dos Estados que integram a região ibero-americana, de dedicar o nosso máximo esforço no cumprimento da responsabilidade que isso significa.

2

A IBERO-AMÉRICA E A COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL BILATERAL

II.1. APLICANDO A ESTATÍSTICA À COOPERAÇÃO SUL-SUL: UM NOVO DESAFIO

A PASSADA EDIÇÃO do *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América* incluía um progresso significativo: pela primeira vez, o relatório recorria ao uso de indicadores que permitiam aprofundar tanto a análise como o consequente conhecimento da Cooperação Sul-Sul que tem lugar na região. De facto, e tal como o Esquema II.1 sugere, a possibilidade de aplicar estes indicadores não foi imediata, mas sim fruto do trabalh que os próprios países, através das suas Agências e Direções Gerais de Cooperação, realizaram nos âmbitos da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) e do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS), desde há praticamente dois anos.

Neste contexto, os esforços desenvolvidos pelo espaço ibero-americano nesse sentido, ao longo dos anos 2011 e 2012, ficam resumidos no esquema. Em síntese:

a) Os Seminários - Workshops de Quito e Montevideu (setembro de 2011 e março de 2012, respetivamente), criaram os alicerces para a construção dos indicadores: refletiu-se sobre o *para quê* se queria medir a Cooperação Sul-Sul, assim como sobre o *que* medir nesta, para passar depois ao *como* concretizar o expressado.

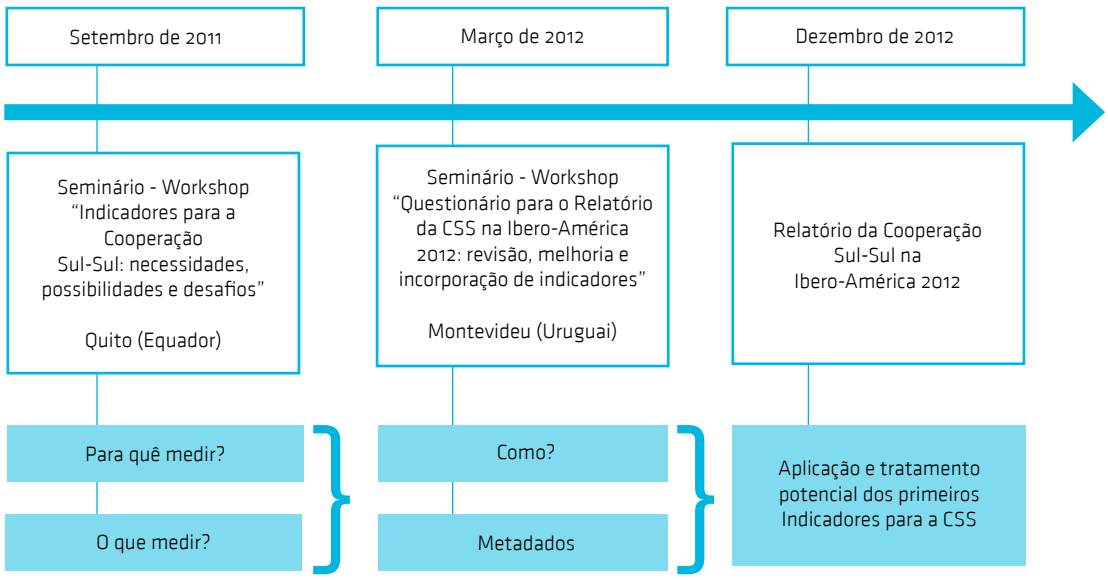
b) Vencidas estas etapas, puderam construir-se os metadados (de forma simplificada, a definição, a fórmula de cálculo e o uso potencial) de cada um dos indicadores desejados. Só assim foi possível obter algo de imprescindível para a construção de qualquer indicador: que fossem aplicáveis, compreensíveis e socializáveis (Mondragón, 2002).

c) Finalmente, a última etapa foi testar os referidos indicadores o que ocorreu no seu espaço mais natural: no *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2012*, o mesmo que reunia todos os dados disponíveis sobre a Cooperação Sul-Sul na região.

No entanto, os resultados conseguidos com a aplicação destes Indicadores para a Cooperação Sul-Sul (sem dúvida, uma melhor e mais rigorosa caracterização assim como um maior conhecimento do que acontece na Ibero-América), não estão isentos de novos aperfeiçoamentos. Abrem-se muitos outros desafios que apontam fundamentalmente em duas direções:

a) A necessidade de melhorar as capacidades que os países têm em termos de registo e fornecimento de dados. De facto, e por outras palavras, seria necessário avançar no desenvolvimento dos Sistemas de Informação (SSII) sobre Cooperação de que os países dispõem.

Esquema II.1. Cronologia do Processo de Geração de Indicadores para a Cooperação Sul-Sul.



Fonte: Reprodução do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (2013).

b) A maior "otimização" do uso dos dados básicos e dos indicadores que já se têm, para sermos capazes de explicar ainda mais com o mesmo. Sem dúvida, isso remete para a aplicação de técnicas próprias da Estatística Descritiva, até agora não utilizadas.

A presente edição do *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América* assume esses desafios:

a) Por um lado, realizando esforços para continuar a apoiar as Agências e Direções Gerais de Cooperação dos países ibero-americanos por forma a melhorarem os sistemas de registo e fornecimento de dados que ano após ano alimentam este relatório.

b) Por outro, começando a recorrer ao uso de técnicas estatísticas com as quais aprofundar cada vez mais o conhecimento da Cooperação Sul-Sul que tem lugar na Ibero-América. Para este efeito, elaborou-se o Quadro II.1. A sua leitura introduz-nos no uso das mencionadas técnicas: permite entender o *que* é e *em que consiste* a Estatística Descritiva, assim como ilustrar sobre a forma como esta se pode transportar para o estudo da Cooperação Sul-Sul. Igualmente, e tal como os leitores podem comprovar ao longo do texto (inclusivamente os menos familiarizados com estas técnicas), a sua aplicação permitirá obter uma série de resultados e conhecimentos impossíveis de alcançar com os recursos disponíveis até agora.

Nesta base, o presente capítulo, dedicado especificamente à Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, está estruturado da seguinte forma:

a) Em primeiro lugar, criam-se as *matrizes de oferta e receção* dos projetos e ações de CHSS Bilateral correspondentes ao ano 2012. A partir da análise dos dados contidos nessas matrizes obtêm-se:

   - Os mapas regionais, através dos quais se visualiza o papel que os países exercem no intercâmbio de CHSS Bilateral, assim como a intensidade com a que o fazem.
   - Uma caracterização do fluxo do intercâmbio que se produz entre esses mesmos países, tanto a nível bilateral como das sub-regiões que integram a América Latina.

b) Reproduzindo as mesmas matrizes de projetos e ações de cooperação com um critério setorial, passa-se a analisar o perfil de capacidades e necessidades da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América: para toda a região; e para cada país e papel.

c) Finalmente, e recorrendo a técnicas estatísticas, aprofundam-se outras características importantes do comportamento da Cooperação Sul-Sul na região. Entre estas, destaca-se a aproximação à dimensão apresentada pelos projetos (por duração e custo) e à avaliação do grau de eficiência que parece haver na gestão e uso dos recursos.

QUADRO II.1.

Aplicando a Estatística Descritiva ao Estudo da Cooperação Sul-Sul

POSSÍVEIS VARIÁVEIS ESTATÍSTICAS PARA O ESTUDO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL					
Variável	**Valores**		**Elementos que proporcionam a informação**		
	Exemplo	**Descrição**	**Indivíduo**	**População**	**Amostra**
Projetos oferecidos	1, 4, 20, 35, 57, 72, 128...	Qualquer valor, inteiro, em unidades	Um país	Os países ibero-americanos	O grupo de países que exerceu o papel de ofertante
Custo Orçamentado	1.000; 13.540,27; 105.423,05...	Qualquer valor, incluindo decimais, em unidades monetárias	Um projeto	O total dos projetos em execução num ano	O total dos projetos em execução para os quais se tenha o dado do custo

Fonte: SEGIB.

O TERMO ESTATÍSTICA DESCRITIVA refere-se *"àquela ciência que analisa séries de dados"* e que, a partir da análise dessas séries, *"procura retirar conclusões sobre o comportamento de algumas variáveis"*. Embora essa análise se possa realizar sobre *variáveis qualitativas* (entendidas a modo de *atributos* de algo, tal como a nacionalidade, o género ou a cor da pele, sem tradução numérica possível), o normal é realizar os estudos correspondentes usando *variáveis quantitativas* (como a idade, os preços ou as receitas, todas elas traduzíveis por um valor numérico concreto). Se esse valor for um número inteiro e finito, a *variável quantitativa* é por sua vez *discreta*; se, pelo contrário, o valor puder "ter (infinitos) decimais" e ser qualquer um dentro de um intervalo, a *variável quantitativa* é por sua vez *contínua*.

Também, quando se estuda o comportamento de uma variável, devemos necessariamente distinguir entre:

- O *indivíduo* (qualquer elemento que proporciona informação sobre o fenómeno);
- A *população* (integrada pelo conjunto de todos os indivíduos);
- A *amostra* (equivalente a um subconjunto selecionado entre a população total).

A seguinte tabela ilustra e caracteriza alguns exemplos de variáveis que se poderiam aplicar ao estudo da Cooperação Sul-Sul. Assim, e sempre a título de ilustração, duas opções possíveis seriam:

- A primeira, os **projetos oferecidos**, variável discreta, traduzível por qualquer número inteiro (1, 4, 57,... 128...). A informação sobre o número de projetos oferecidos poderia estar associada a um país (*indivíduo),* ao conjunto dos países ibero-americanos (*população*) ou ao do grupo dos países ofertantes (*amostra*).
- A segunda, referir-se-ia ao **custo orçamentado**, variável quantitativa também discreta pois o seu valor monetário tem os decimais limitados (como pode ser, por exemplo, um valor de 13.540 dólares e 27 cêntimos). De forma análoga, esse custo poderia referir-se a um projeto (*indivíduo*), ao total em execução no ano da análise (*população*) ou ao conjunto dos projetos em execução para os quais temos dados de custo (*amostra*).

Depois de identificadas: a variável, a série de dados disponível e o universo sobre o qual será realizada a análise, o mais oportuno é aplicar as ***técnicas estatísticas*** que se considerarem. Embora as opções sejam muitas (*medidas de posição central e não central* – tais como a *média* ou os *percentis*, respetivamente; *medidas de dispersão* – tais como a *variância* ou o *desvio-padrão*; e *medidas de forma – de concentração*, *de assimetria* e *de Curtose*; entre outras), há uma técnica que é especialmente interessante para ser aplicada ao estudo da Cooperação Sul-Sul: a ***distribuição de frequências***.

A seguir reproduz-se uma possível *tabela de distribuição de frequências*. A variável de análise escolhida para este exemplo refere-se ao *custo orçamentado* para os projetos que estiveram em execução durante o período de referência. Na tabela resultante, cada uma das colunas, lidas da esquerda para a direita, informa sobre o seguinte:

- A primeira coluna ordena todos os valores da variável (neste caso, o custo orçamentado – a modo de ilustração, CP1, CP2, CP3...) de forma crescente: do menor para o maior registo encontrado.
- A segunda, assinala, para cada um desses valores, qual é a sua "*frequência absoluta simples*": quer dizer, o número de vezes que se repete cada valor (CP1 uma, CP2 quatro, CP3 outras quatro...).

EXEMPLO DE UMA TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA

Variável	Frequências absolutas		Frequências relativas	
	Simples	Acumuladas	Simples	Acumuladas
CP1	1	1	(1/75)*100 = 1,3%	1,3%
CP2	4	(1+4) = 5	(4/75)*100 = 5,3%	(1,3%+5,3%) = 6,7%
CP3	4	(5+4) = 9	(4/75)*100 = 5,3%	(6,7%+5,3%) = 12,0%
CP4	2	(9+2) = 11	(2/75)*100 = 2,7%	(12,0%+2,7%) = 14,7%
CP5	5	(11+5) = 16	(5/75)*100 = 6,7%	(14,7%+6,7%) = 21,3%
...	...	...	...	...
		75		100,00%

Fonte: SEGIB.

- Por seu lado, a terceira, apresenta as "*frequências absolutas acumuladas*": por outras palavras, indica, à medida que se avança no valor, quantos registos há acumulados (9 até ao valor CP3, por exemplo). Igualmente, o último valor desta coluna (no caso exposto, 75) deve coincidir com o total dos registos da amostra.
- A seguinte coluna já se refere à "*frequência relativa simples*" de cada valor: mede, portanto, a representatividade de cada número sobre o total dos registos existentes (neste caso, 1,3% para CP1).
- Finalmente, a última, comporta-se de forma análoga à terceira mas para a frequência relativa, pelo que apresenta, para cada valor, o peso do conjunto dos registos que vai deixando atrás (100% quando chegarmos ao último valor registado).

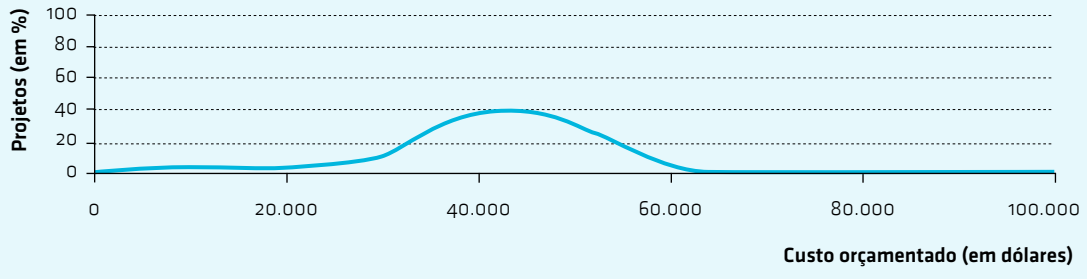
A partir da informação da tabela podemos construir alguns gráficos que contribuem, sem dúvida, para alcançar o objetivo inicialmente perseguido: conhecer mais e melhor o comportamento da variável analisada. A título de ilustração, uma tabela como a anterior pode dar lugar a um gráfico como aquele que a seguir se apresenta:

Neste exemplo concreto, o gráfico ordena os projetos segundo o seu custo orçamentado, o qual se move num *intervalo de valores* (outro termo estatístico) compreendido entre 0 e 100.000 dólares. Por seu lado, a cada valor de custo é atribuída a "*sua frequência relativa simples*": quer dizer, a parte (em percentagem) do total de projetos que registam esse valor de custo. Tal como se observa, o que o gráfico anterior explica é:

- Que quase não se registaram projetos com custos inferiores a 20.000 dólares ou superiores a 60.000;
- Que, dito de outra forma, os projetos tenderam a estar orçamentados entre 20.000 e 60.000 dólares;
- Que a maioria dos projetos (40%) apresentaram de facto custos da ordem dos 40.000-50.000 dólares. ■

Fonte: SEGIB a partir de http://www.aulafacil.com/CursoEstadistica.

DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS DE CHSSB CONFORME O SEU CUSTO ORÇAMENTADO



Fonte: SEGIB.

II.2. PROJETOS E AÇÕES DE COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL BILATERAL EM 2012

TAL COMO AS MATRIZES II.1 e II.2[1] do ano 2012 sugerem, os dezanove países da América Latina mantiveram em execução um total de 506 projetos e 203 ações de CHSS Bilateral. Uma comparação destes valores com os do ano anterior (586 projetos e 229 ações), parece sugerir uma diminuição do nível da atividade mantida pelos países: de 13,7% para o caso dos projetos e de 11,4% para as ações. No entanto, e por causas metodológicas, os dados percentuais anteriores de redução da atividade não são fiáveis.

Com efeito, e tal como tem vindo a acontecer noutras edições, ainda não se conseguiu manter um fornecimento de dados completamente estável. Neste sentido, a variação das fontes na altura de disponibilizar a informação impossibilita a construção de séries temporárias, assim como o necessário exercício de comparação dos dados entre dois anos consecutivos. De facto, se bem que no ano 2011, 18 das 19 Agências e Direções Gerais de Cooperação da América Latina os comunicaram (com a única exceção da Venezuela), no ano 2012, houve uma perda significativa: a de Cuba, um país de referência no âmbito da Cooperação Sul-Sul e que tradicionalmente se classificava entre os cinco principais ofertantes. Para ilustrar o impacto que isso pode ter tido nos valores globais da região, basta lembrar que, para Cuba, em 2010, se registaram 139 projetos (só ultrapassada pelo Brasil) e 43 ações; em 2011, esses valores reduziram-se até 53 e 28; e, em 2012, apenas se identificaram 7 projetos e 4 ações.[2]

Ao anterior acrescentam-se outros dois factos que também afetam a metodologia do cálculo:

a) Parte dos projetos (não acontece com as ações) contabilizados em 2012, já estavam em execução em 2011, pelo que já foram contabilizados no exercício anterior. Na verdade, em 2012 isto afetou 147 projetos (29,1% dos 506 finalmente registados).

b) As matrizes também incluem projetos e ações de caráter "bidirecional". Pela sua natureza (trata-se daquela cooperação na qual os dois parceiros atuam ao mesmo tempo como ofertantes e recetores), cada projeto e ação "bidirecional" (identificados entre parêntesis nas matrizes), atribui-se aos dois parceiros nos dois papéis, o que provoca, primeiro, um "duplo registo" e, depois, um "aumento contabilístico" do número de projetos e ações finalmente registados. O seu peso é significativo e, tanto em 2011 como em 2012, os valores de participação dos "bidirecionais" sobre os totais tendem a coincidir: em concreto, explicam à volta de 10% dos projetos e à volta de 3,5-4% das ações.

Finalmente, devemos destacar que, dada a diferente dimensão dos projetos e das ações, o rácio entre ambos continua a interpretar-se como sintoma da força que a CHSS Bilateral da região mantém. Mais especificamente, devemos assinalar que, embora o número de ações continue a ser necessariamente significativo, o de projetos continua a demonstrar um maior peso relativo: assim, enquanto que em 2011 por cada ação executada se promoveram 2,6 projetos, em 2012 essa relação apenas se reduziu uma décima (até 2,5).

1. Lembrar que cada célula da Matriz informa sobre:
a) O número de projetos/ações intercambiados por cada par de parceiros: na correspondente horizontal identifica-se o nome do país que exerce o papel de ofertante; na vertical, o do que atua como recetor.
b) As células da última linha e coluna informam sobre o total de projetos/ações em que cada país participou: de novo como ofertante ou recetor, respetivamente.
c) A soma final da última coluna e da última linha coincide e refere-se ao número total de projetos/ações executadas durante esse ano.

2. Devemos lembrar aqui, que o número de projetos e ações "registados" para cada país se obtém ao combinar os dados declarados por todos os países. Neste sentido, e para o caso específico de Cuba, os dados de 2010 e de 2011 dependem de várias fontes (a própria Cuba e os seus parceiros cooperantes); enquanto que, o que se conhece para 2012, depende apenas do declarado pelos seus parceiros.

Matriz II.1. Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2012

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECETORES																			
		PRM-BAJO						PRM-ALTO											PR-ALTO		TOTAL
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Argentina	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Peru	R. Dominicana	Venezuela	Chile	Uruguai	
PRM-BAJO	Bolívia																				0
	El Salvador												0+(2)								2
	Guatemala									1											1
	Honduras																				0
	Nicarágua																				0
	Paraguai												1		1						2
PRM-ALTO	Argentina	25	7			1	13			4+(4)	1	6	12	0+(5)	3	4	1			7+(1)	94
	Brasil	12	17	3	3	6	16	5		6	3	15	7	5+(1)	4	15	14	8	1	8	149
	Colômbia	3	6	10	1		5	1+(4)	1		5		4	1			1		1	3+(2)	48
	Costa Rica			1										1+(3)							5
	Cuba												7								7
	Equador		4				2									2+(1)	1	3		1	14
	México	4	6	19	4	8		1+(5)	0+(1)	3	12+(3)	8	14		3	7			0+(9)		107
	Panamá						1														1
	Peru		1					1					5+(1)								8
	R. Dominicana																				0
	Venezuela																				0
PR-ALTO	Chile	2	1	3	2	2	1	2			4	1	13	0+(9)	3	1	4			4	52
	Uruguai		5			1	2	1+(1)		3+(2)									1		16
	TOTAL	**46**	**47**	**36**	**10**	**18**	**40**	**21**	**2**	**23**	**28**	**30**	**66**	**25**	**14**	**30**	**21**	**11**	**12**	**26**	**506**

Nota: a) Seguindo os critérios do Banco Mundial, à data de 1 de julho de 2013, os países foram classificados de acordo com os seus níveis de Rendimento Nacional Bruto per capita.
Nesta base, cada economia foi classificada como País de Rendimento Médio Baixo (RNB per capita entre 1.036 e 4.085 dólares), Rendimento Médio Alto (entre 4.086 e 12.615 dólares) e Rendimento Alto (mais de 12.616 dólares).

b) Entre parêntesis apresentam-se aqueles projetos que foram declarados pelos países como "bidirecionais". Nesses casos, os dois países participantes são ao mesmo tempo ofertante e recetor.

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências de Cooperação e Direções Gerais de Cooperação.

Matriz II.2. Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2012.

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECETORES																			
		PRM-BAJO						PRM-ALTO											PR-ALTO		TOTAL
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Argentina	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Peru	R. Dominicana	Venezuela	Chile	Uruguai	
PRM-BAJO	Bolívia																				0
	El Salvador												1		1						2
	Guatemala																				0
	Honduras																				0
	Nicarágua																				0
	Paraguai																				0
PRM-ALTO	Argentina	7	3	2	1	2	1		4	4	2		4		1	4	2	4	3	4	48
	Brasil	1	1			3	1	1		3	1	1				3	2				17
	Colômbia		4		1						3		1	1	1	0+(1)					12
	Costa Rica		1		2								3	1		1					8
	Cuba		2										1		1						4
	Equador		4	1						1					3	1	1	1			12
	México	3	8	2	6	3	2	2	3	4	7	3	3		7	3	4	6	3	3	72
	Panamá						1									0+(1)					2
	Peru	1								1+(1)			3		0+(1)				0+(1)	0+(1)	9
	R. Dominicana																				0
	Venezuela												1			1					2
PR-ALTO	Chile	2			1		1	1					3			1+(1)	3				13
	Uruguai		1													0+(1)					2
	TOTAL	14	24	5	11	8	6	4	7	14	13	4	20	2	15	18	12	11	7	8	203

Nota: a) Seguindo os critérios do Banco Mundial, à data de 1 de julho de 2013, os países foram classificados de acordo com os seus níveis de Rendimento Nacional Bruto per capita. Nesta base, cada economia foi classificada como País de Rendimento Médio Baixo (RNB per capita entre 1.036 e 4.085 dólares), Rendimento Médio Alto (entre 4.086 e 12.615 dólares) e Rendimento Alto (mais de 12.616 dólares).

b) Entre parêntesis apresentam-se aquelas ações que foram declaradas pelos países como "bidirecionais". Nesses casos, os dois países participantes são ao mesmo tempo ofertante e recetor.

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências de Cooperação e Direções Gerais de Cooperação.

II.3. PARTICIPAÇÃO DOS PAÍSES NA COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL BILATERAL

A INFORMAÇÃO CONTIDA nas matrizes pode ser reordenada de muitas formas, dependendo do objetivo final que se pretenda. Uma dessas possibilidades permite a construção dos Mapas II.1 e II.2, os quais mostram a distribuição geográfica dos projetos e das ações de cooperação, respetivamente, dependendo dos países serem ofertantes ou recetores.

Assim, e em concreto, a construção dos mencionados mapas requer:

a) Considerar os dados das Matrizes II.1 e II.2 correspondentes ao total dos projetos (e das ações) oferecidos e recebidos por cada país (últimas coluna e linha, respetivamente).

b) Medir, a partir dos dados selecionados, o grau de participação de cada país e para cada papel sobre o total dos 506 projetos e 203 ações registados em 2012.

c) Desenhar um mapa da América Latina para cada papel e, em cada caso, para projetos e ações, e atribuir a cada país uma cor de menor ou maior intensidade que sugira, por sua vez e consequentemente, um menor ou maior grau de participação na CHSSB de 2012.

Da observação dos mapas depreende-se que:

a) A maior parte dos projetos (praticamente 90%) foram executados por apenas 5 países. Mais concretamente, e de mais para menos, em número de projetos oferecidos, destacam-se o Brasil, o México, a Argentina, o Chile e a Colômbia. No entanto, entre estes cinco ofertantes e tal como se observa no Mapa II.1.A, houve diferenças significativas de participação: assim, enquanto que o Brasil representa quase 30% dos 506 projetos de 2012, a Colômbia representa 9,5%.

b) Os 11,1% restantes projetos dependeram de um maior número de países: um total de nove, os quais devem também ser diferenciados por intensidade de participação. Neste sentido, distingue-se entre: Uruguai e Equador, os quais se destacaram por exercer com cada vez mais dinamismo o papel de ofertantes (16 e 14 projetos respetivamente); o Peru, Cuba e Costa Rica, os quais somaram conjuntamente 20 projetos; e El Salvador, Paraguai, Guatemala e Panamá, os únicos que participaram, em cada caso, com um ou dois projetos.

c) Entretanto, cinco países (Honduras, Nicarágua e República Dominicana na sub-região centro-americana e caribenha, juntamente com a Venezuela e a Bolívia na América do Sul), não registaram em 2012 qualquer atividade no exercício do papel de ofertantes de projetos.

d) No entanto, todos os países latino-americanos foram recetores de projetos, o que sem dúvida contribui para explicar que a receção esteja muito melhor distribuída. De facto, as diferentes intensidades de participação sugeridas pelo Mapa II.1.B, distribui os países conforme os seguintes grupos: o principal recetor, o Equador, com 66 projetos equivalentes a 13% do total registado em 2012; El Salvador junto com a Bolívia e o Paraguai, cada um deles com pesos relativos de cerca de 8-9%; a Guatemala, a Costa Rica e Cuba, com o Peru e o Uruguai, os quais, em conjunto, representam outros 30% dos projetos recebidos; o bloco integrado pelo México, Nicarágua, Panamá e República Dominicana, ao qual se acrescentam a Colômbia e a Argentina (praticamente 25% dos 506 projetos finais); e fechando o círculo, as Honduras e os sul-americanos Chile, Venezuela e Brasil (7% do total restante).

e) Por seu lado, a distribuição da oferta e receção das ações segue alguns dos padrões dos projetos, embora com matizes percentuais e de protagonismo por país:

   - A partir dos ofertantes (Mapa II.2.A), desta vez 85,7% das ações concentram-se em seis países (México, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Equador), entre os quais também há diferenças significativas, pois as participações relativas nas 203 ações finalmente registadas oscilam de 5,9% do Equador a 35,5% do México (este último, um valor 6 vezes superior ao primeiro).

   - Novamente, há um bloco de países que não exerce em nenhuma ocasião o papel de ofertante (Guatemala, Honduras, Nicarágua e República Dominicana junto com a Bolívia e o Paraguai) enquanto que outro, composto por um total de sete países, representa 14,3% das ações restantes: por um lado, Peru e Costa Rica (9 e 8 ações, respetivamente); por outro lado, Cuba, El Salvador, Panamá, Venezuela e Uruguai (4 ações no caso cubano e 2 no de cada um dos seguintes).

   - Finalmente, e no exercício do papel de recetor (Mapa II.2.B), voltam a encontrar-se todos os países latino-americanos. Por subgrupos e conforme o seu nível de participação relativa, encontram-se: como principal recetor, El Salvador (11,8% das ações); os vizinhos Equador e Peru representam quase outros 20% das 203 ações registadas; as Honduras, Costa Rica, Panamá, Colômbia, Venezuela e República Dominicana juntamente com a mais longínqua Bolívia, contribuíram para o resultado final com praticamente 45% dos registos; entretanto, os 25% restantes explicam-se, por um lado, pela Nicarágua juntamente com o bloco sul-americano integrado pelo Chile, Uruguai, Paraguai e Brasil (17,7%) e, por outro lado, pelo México, Guatemala e Cuba mais a Argentina (com uma percentagem menor, de 7,4%).

Conforme o antes enunciado, a observação e a análise dos mapas sugere um padrão de distribuição de projetos e ações

Mapa II.1. Distribuição geográfica dos projetos de cooperação, conforme o papel. 2012.

Participação em percentagem.

MAPA II.1.A. CONFORME O OFERTANTE

Legenda. Faixas de intensidade, por percentagem de projetos de cooperação oferecidos ou recebidos no ano 2012:

Não se registam ações	Entre 2,6 e 5,0%	Entre 7,6% e 10,0%	
Entre 0,1% e 2,5%	Entre 5,1% e 7,5%	Entre 10,1% e 12,5%	
		Mais de 12,6%	

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

Mapa II.1. Distribuição geográfica dos projetos de cooperação, conforme o papel. 2012.

Participação em percentagem.

MAPA II.1.B. CONFORME O RECETOR

Legenda. Faixas de intensidade, por percentagem de projetos de cooperação oferecidos ou recebidos no ano 2012:

Não se registam ações		Entre 2,6 e 5,0%		Entre 7,6% e 10,0%	
Entre 0,1% e 2,5%		Entre 5,1% e 7,5%		Entre 10,1% e 12,5%	
				Mais de 12,6%	

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

Mapa II.2. Distribuição geográfica das ações de cooperação, conforme o papel. 2012.

Participação, em percentagem.

MAPA II.2.A. CONFORME O OFERTANTE

Legenda. Faixas de intensidade, por percentagem de ações de cooperação oferecidas ou recebidas no ano 2012:

Não se registam ações	Entre 2,6 e 5,0%	Entre 7,6% e 10,0%
Entre 0,1% e 2,5%	Entre 5,1% e 7,5%	Entre 10,1% e 12,5%
		Mais de 12,6%

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

Mapa II.2. Distribuição geográfica das ações de cooperação, conforme o papel. 2012.

Participação, em percentagem.

MAPA II.2.B. CONFORME O RECETOR

Legenda. Faixas de intensidade, por percentagem de ações de cooperação oferecidas ou recebidas no ano 2012:

- Não se registam ações
- Entre 0,1% e 2,5%
- Entre 2,6 e 5,0%
- Entre 5,1% e 7,5%
- Entre 7,6% e 10,0%
- Entre 10,1% e 12,5%
- Mais de 12,6%

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

diferente: mais concentrados na oferta; menos na receção. No entanto, uma forma de comprovar estes padrões de comportamento, consiste em recorrer aos resultados produzidos por alguns Indicadores de concentração e dispersão da Cooperação Sul-Sul[3] já utilizados na edição anterior deste Relatório. Mais especificamente:

a) A Tabela II.1. apresenta os valores do Índice de Herfindahl[4] para os projetos e ações oferecidos e recebidos nos anos 2011 e 2012. Esses valores (por intervalos inferiores a 0,1000, entre 0,1000 e 0,1800 e acima desse valor, da menor para a maior concentração) são por sua vez ilustrados no Esquema II.2. Da sua observação conjunta depreende-se que:

   - Tanto os projetos como as ações recebidas mostram Índices de Herfindahl inferiores a 0,1000 (entre 0,0660 e 0,0707), próprios de uma distribuição diversificada e com um nível de dispersão relativamente baixo.
   - Entretanto, o valor mínimo que a oferta mostra (correspondente às ações de 2011) é de 0,1278, o que sugere uma concentração moderada. Os restantes valores (referentes às ações de 2012 e aos projetos de 2011 e 2012) são, no entanto, superiores a 0,1800, o que corrobora um padrão de oferta mais concentrado e disperso.
   - Não obstante, entre 2011 e 2012 registaram-se variações no comportamento da CHSS Bilateral recebida: de crescente dispersão para as ações (de 0,1278 a 0,2041) e de progressivamente menor dispersão para os projetos (de 0,2095 a 0,1878). Sobre isso influi a variação nos intervalos de valores, que aumentaram nas ações oferecidas (de 47 em 2011 para 72 em 2012 - facilitando a "dispersão" dos valores) e se reduziram nos projetos oferecidos (de 210 em 2011 para 149 em 2012 – favorecendo desta vez uma distribuição um pouco mais uniforme dos possíveis valores).

b) De forma complementar, a Tabela II.1 também apresenta outros indicadores de concentração (tais como as percentagens de participação do primeiro cooperante e dos dois e três principais sobre o total dos projetos e das ações oferecidas e recebidas em 2011 e 2012), alguns dos quais se apresentam no Gráfico II.1. De novo, da observação conjunta de ambas as figuras se retiram conclusões que reforçam as antes mencionadas:

   - Tanto para 2011 como para 2012, todos os indicadores de concentração e dispersão aplicados, apresentam valores mais elevados para a oferta de projetos e ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral do que para a receção.
   - A título de ilustração e para apoiar o antes referido, a relação entre o oferecido (projetos ou ações) pelos três principais ofertantes e o oferecido pelos restantes tende a ser de 70%-30% (Gráficos II.1.A e B). Pelo contrário, a mesma relação para o caso dos recetores inverte-se até 30%-70% (Gráficos II.1.C e D).
   - Igualmente, no âmbito da oferta, entre 2011 e 2012 ratificam-se as mudanças nos níveis de concentração: reduzem-se para os projetos e aumentam para as ações. A título de exemplo, a percentagem de projetos oferecidos pelo principal ofertante reduz-se de 35,8% em 2011 para 29,4% em 2012, enquanto que para as ações aumenta (de 20,5% no primeiro ano para 35,5% no segundo).

Finalmente, devemos mencionar que, o modo como as ações e os projetos se distribuem, tanto sob o ponto de vista da oferta como da receção, pode ainda ser analisado por outras vias. De facto, e para o ilustrar elaborou-se o Quadro II.2 que permite conhecer um pouco melhor o comportamento dos países na hora de oferecerem e receberem CHSS Bilateral, usando-se para isso um novo recurso: a Estatística Descritiva aplicada ao estudo da Cooperação Sul-Sul.

3. A possível **concentração** dos projetos e das ações em apenas alguns ofertantes ou recetores deve corresponder a uma **maior dispersão dos valores** e vice-versa, caso estes estejam diversificados.

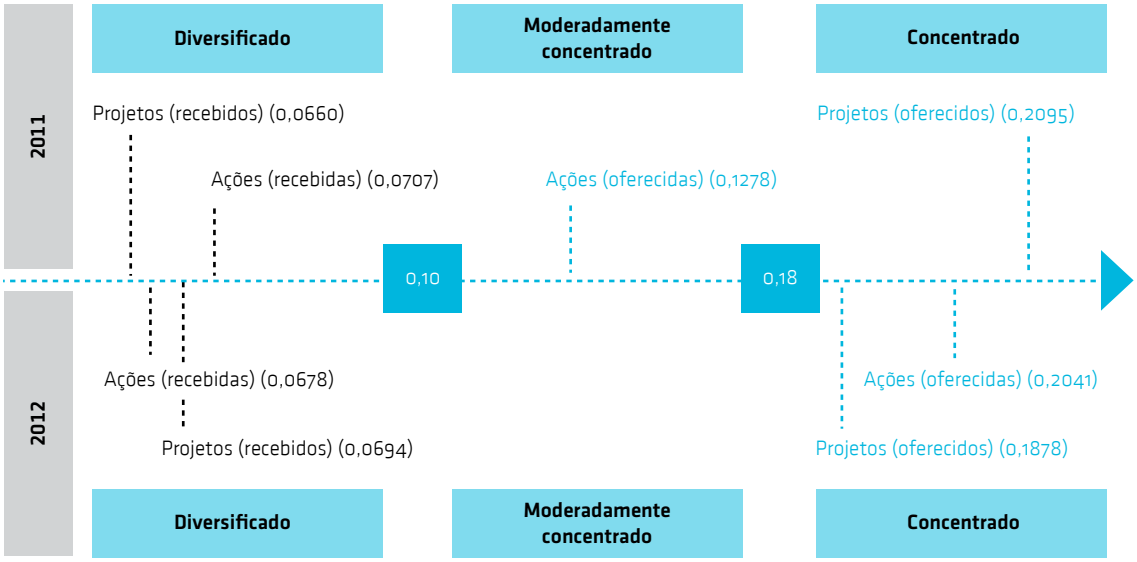
4. Em economia, este Índice utiliza-se para medir o grau de concentração das exportações ou importações de produtos: quer dizer, para identificar se o comércio mundial ou de um país depende de muitos ou de poucos parceiros, de muitos ou de poucos produtos, ou inclusivamente de uma combinação de ambos. A sua versão mais completa obtém-se somando os quadrados das participações relativas que cada produto e parceiro têm sobre o comércio que um país mantém com o resto do mundo. A fórmula matemática aplicada permite obter um índice que oscila entre 0 e 1. Dentro deste intervalo de valores, os resultados obtidos interpretam-se da seguinte forma: entende-se que há **diversificação** quando os valores estão abaixo de 0,10; **concentração moderada** quando se movimentam entre 0,10 e 0,18; e **elevada concentração** com valores acima de 0,18. Aqui modificado para medir o grau de concentração ou diversificação da oferta e da receção da CHSSB, atende à fórmula $_{n}\Sigma_{i=1}\,(P_{of\text{-}i} / P_{of\text{-}T})^2$, obtida na soma dos quadrados dos pesos relativos que cada país tem sobre a oferta ou receção final de projetos ou ações. Produzem-se também resultados compreendidos entre 0 e 1 e os seus valores interpretam-se nos mesmos termos (PIFCSS, 2013).

Tabela II.1. Comparação dos graus de concentração da CHSSB, por indicador. 2011 e 2012.

INDICADORES		PROJETOS		AÇÕES	
		2011	2012	2011	2012
OFERTANTES	Índice de Herfindahl para a CHSSB oferecida	0,2095	0,1878	0,1278	0,0241
	Número de ofertantes que concentram 75% da CHSSB	4	4	6	5
	Percentagem da CHSSB oferecida pelo principal ofertante	35,85%	29,4%	20,5%	35,5%
	Percentagem da CHSSB oferecida pelos dois principais ofertantes	56,3%	50,6%	38,8%	59,1%
	Percentagem da CHSSB oferecida pelos três principais ofertantes	69,5%	69,2%	52,4%	67,5%
RECETORES	Índice de Herfindahl para a CHSSB recebida	0,0660	0,0694	0,0707	0,0678
	Número de recetores que concentram 75% da CHSSB	11	11	10	11
	Percentagem da CHSSB recebida pelo principal recetor	11,1%	13,0%	11,8%	11,8%
	Percentagem da CHSSB recebida pelos dois principais recetores	20,8%	22,3%	22,3%	21,7%
	Percentagem da CHSSB recebida pelos três principais recetores	30,2%	31,4%	31,9%	30,5%

Fonte: SEGIB a partir do PIFCSS (2013) e das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

Esquema II.2. Grau de concentração e dispersão da CHSSB, de acordo com o Índice de Herfindahl.



Fonte: SEGIB a partir do PIFCSS (2013) e das declarações das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

Gráfico II.1. Variações na distribuição da CHSS Bilateral, entre os anos 2011 e 2012.

Em percentagem sobre o total dos projetos ou ações, conforme o caso.

GRÁFICO II.1.A. PROJETOS OFERECIDOS

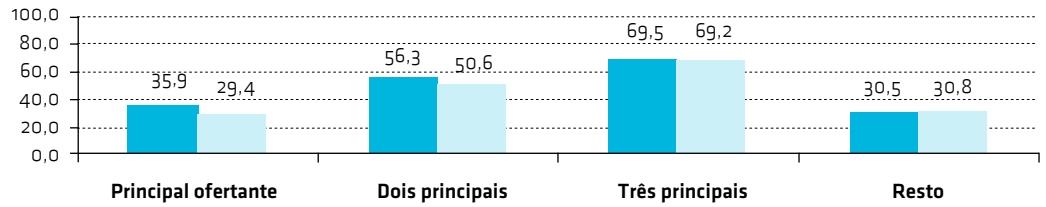


GRÁFICO II.1.B. AÇÕES OFERECIDAS

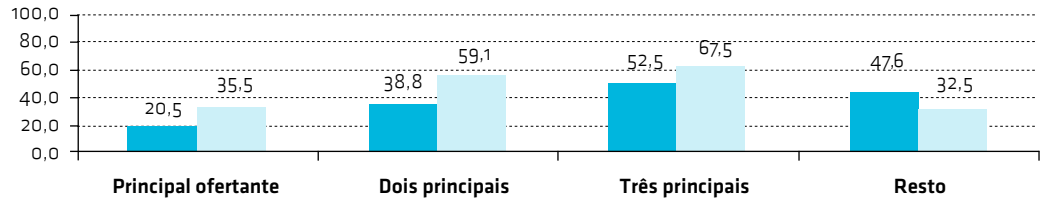


GRÁFICO II.1.C. PROJETOS RECEBIDOS

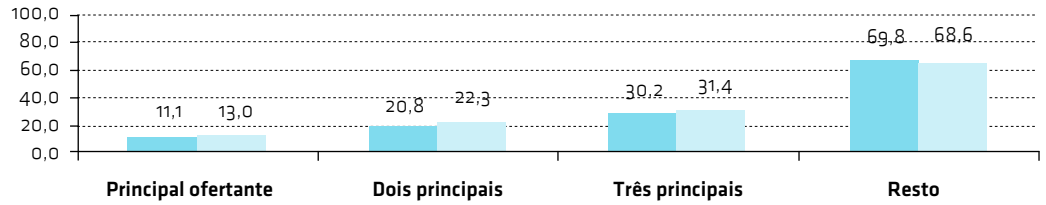
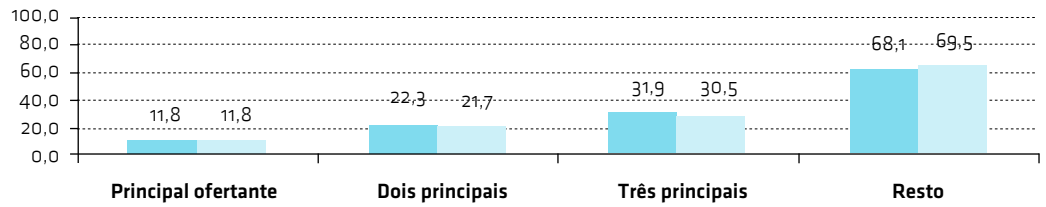


GRÁFICO II.1.D. AÇÕES RECEBIDAS



Em percentagem sobre o total dos projetos ou ações, conforme corresponda

2011 **2011** **2012**

Fonte: SEGIB a partir do PIFCSS (2013) e das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

QUADRO II.2.

Aplicando a Estatística Descritiva: um exemplo a partir da distribuição de projetos

TAL COMO SE MENCIONOU no Quadro II.1, a aplicação da Estatística Descritiva à Cooperação Sul-Sul pode contribuir para alcançar um maior conhecimento sobre o comportamento de algumas das suas variáveis. Um exemplo disso pode ilustrar-se a partir da tentativa de conhecer o modo como os projetos se distribuíram entre os diferentes ofertantes e recetores: por outras palavras, conhecer quantos projetos cada país ibero-americano tendeu a oferecer ou a receber.

O recurso estatístico mais imediato e simples para responder a esta questão é a estimativa de uma média: ou seja, proceder ao cálculo da média dos projetos oferecidos ou recebidos por cada cooperante. Tendo em conta que, em 2012, participaram na Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral Ibero-Americana 19 países e que o total dos projetos intercambiados foi de 506, podemos afirmar que cada país tendeu a oferecer e/ou a receber 26,6 projetos (506/19).

Mas é óbvio que esta **média** foi calculada deixando de lado pressupostos importantes:

a) Por um lado, a existência de valores extremos que, se não forem eliminados, distorcem o resultado final. Assim, por exemplo, sabe-se que cinco países ibero-americanos não ofereceram nenhum projeto em 2012. Em consequência, para o caso dos ofertantes, deveria voltar a calcular-se a média eliminando "os cinco zeros" ou, dito de outra forma, calculando a média oferecida só para 14 países (506/14), o que daria um valor superior, de 36,1 projetos.

b) Por outro lado, não se têm em conta os diferentes graus de concentração da oferta e da receção de projetos, o que invalida o uso de uma mesma média para analisar duas realidades que se comportam de forma diferente.

Neste sentido, um modo alternativo de evitar estes erros de interpretação é recorrer a uma **tabela de distribuição de frequências**. A seguir mostram-se os resultados que se obtêm para os diferentes papéis exercidos pelos países:

a) Para o caso dos ofertantes, o número de projetos oferecidos por cada país movimenta-se num intervalo de valores muito vasto, entre 0 e 149. O normal seria construir a tabela com os 19 valores registados entre esses dois extremos. Mas, ao tratar-se de uma amostra tão pequena, a tabela de distribuição de frequências resultante daria muito pouca informação, pois a maioria dos valores (exceto o 0), só aparece uma vez. Nestes casos (amostras pequenas em intervalos grandes), recomenda-se a construção de tabelas que agrupem os valores por intervalos: neste caso, de 20 em 20. Ao proceder desta forma, pode rapidamente visualizar-se em que intervalos tendem a concentrar-se os valores.

A tabela resultante sugere que a maioria dos valores (14 sobre 19, equivalentes a 73,7% do total) se concentram no intervalo que oscila entre 0 e 20. Os outros 5 registos encontram-se em intervalos de valores notavelmente superiores (de 40 a 60; de 80 a 100; de 100 a 120; e superiores a 140). Esta tendência (muitos países a oferecerem poucos projetos e apenas alguns a oferecerem muitos) corresponde a uma realidade de elevada concentração e dispersão, própria da oferta de projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. Uma observação do gráfico seguinte, obtido a partir da tabela anterior das frequências relativas simples, ratifica a mesma ideia.

b) Por seu lado, o intervalo de valores entre os quais o número de projetos recebidos oscila é significativamente menor: de 0 a 66. No entanto, dado que se continua a tratar de uma amostra de apenas 19 valores, os registos voltam-se a agrupar em intervalos de 20. A tabela resultante (na parte inferior) mostra agora que em 2012 a maioria dos países (10) receberam entre 20 e 40 projetos; outros seis receberam menos de 20; e apenas 3 registaram mais de 40 e menos de 80 projetos. Estes valores voltam a ser consequentes com uma distribuição dos projetos de CHSS Bilateral recebidos: mais diversificada e menos dispersa do que a dos oferecidos. Também, o gráfico seguinte, construído a partir das frequências relativas simples, dá lugar a uns resultados que ratificam tudo o que foi dito antes.

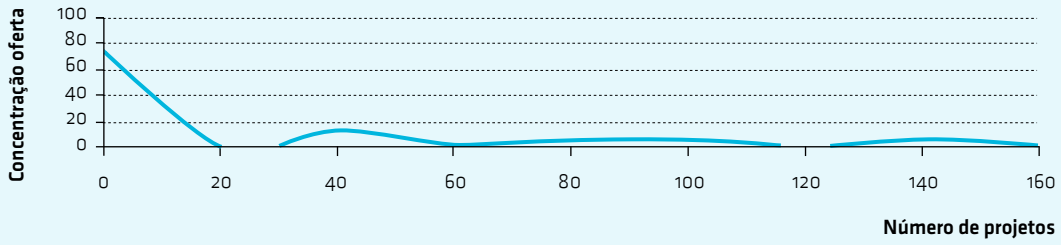
Outro exercício alternativo, com origem nos anteriores, consiste em visualizar ao mesmo tempo ambas as tendências num mesmo gráfico. Foi o que se fez com a figura que a seguir se apresenta. Da sua observação depreende-se que, efetivamente, as tendências registadas no exercício de cada papel diferem: assim, enquanto que no papel de ofertante a maioria dos países não oferecem mais de 20 projetos e apenas alguns oferecem um número notavelmente mais elevado (de 40, entre 80

TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DOS PROJETOS EXECUTADOS POR PAÍS. 2012.

Intervalos de projeto	Frequências absolutas		Frequências relativas	
	Simples	Acumuladas	Simples	Acumuladas
0-20	14	14	73,7%	73,7%
21-40	0	14	0,0%	73,7%
41-60	2	16	10,5%	84,2%
61-80	0	16	0,0%	84,2%
81-100	1	17	5,3%	89,5%
101-120	1	18	5,3%	94,7%
121-140	0	18	0,0%	94,7%
141-160	1	19	5,3%	100,0%

Fonte: SEGIB.

DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS DE CHSSB OFERECIDOS PELOS PAÍSES



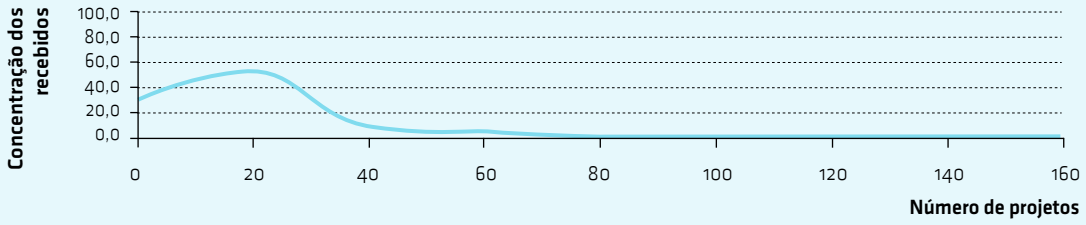
Fonte: SEGIB.

TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DOS PROJETOS RECEBIDOS POR PAÍS. 2012.

Intervalos de projeto	Frequências absolutas		Frequências relativas	
	Simples	Acumuladas	Simples	Acumuladas
0-20	6	6	31,6%	31,6%
21-40	10	16	52,6%	84,2%
41-60	2	18	10,5%	94,7%
61-80	1	19	5,3%	100,0%
81-100	0	19	0,0%	100,0%
101-120	0	19	0,0%	100,0%
121-140	0	19	0,0%	100,0%
141-160	0	19	0,0%	100,0%

Fonte: SEGIB.

DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS DE CHSSB RECEBIDOS PELOS PAÍSES



Fonte: SEGIB.

e 100 ou mais de 140 projetos); no papel de recetores, a maioria dos países ibero-americanos tendem a receber uns 20 projetos, uma minoria à volta de 40 a 60, mas nunca mais de 80.

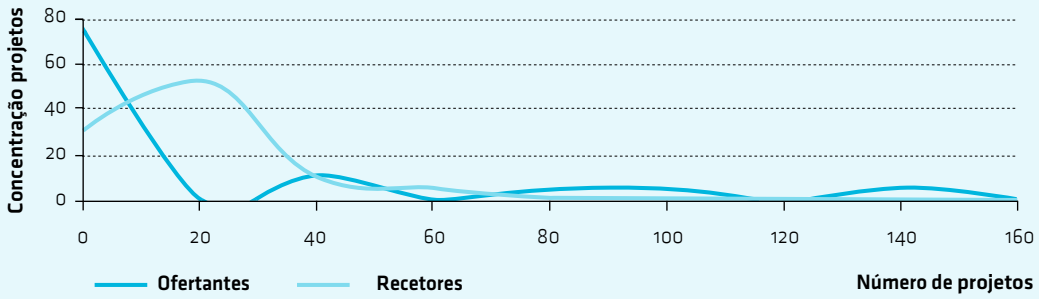
Por sua vez, todo este exercício alternativo serve para graduar os resultados obtidos no cálculo da média. Com efeito:

a) O valor de 26,6 projetos resulta mais fidedigno com a realidade dos recetores (para os quais se regista um menor intervalo de valor e uma melhor distribuição) do que com a dos ofertantes (mais intervalos com distribuições mais extremas).

b) O estimado para os ofertantes, de 36,1, também não se ajusta à realidade, pois calcula-se eliminando os valores extremos da parte inferior do intervalo (os cinco zeros) mas não os valores extremos da parte superior (149, 107, 94...). Por esse motivo, uma média que se situa à volta de 40 projetos apenas reflete o que na realidade sucede a uma minoria dos países (apenas dois registam valores próximos, de 52 e 48 projetos), mas não à maioria. ■

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS DE CHSSB OFERECIDOS E RECEBIDOS PELOS PAÍSES



Fonte: SEGIB.

II.4. OS FLUXOS DE COOPERAÇÃO ENTRE PAÍSES: UMA APROXIMAÇÃO

UMA ANÁLISE SEPARADA vai permitir compreender que tipo de relação se estabelece entre os países quando cooperam entre si: entre outras questões, identificar quem coopera com quem e com que intensidade, ou se há relações preferenciais ou inclusivamente de dependência entre ofertantes e recetores. Para isso, passa-se seguidamente a uma análise que adota uma perspetiva dupla: uma primeira, bilateral, relativa às relações entre dois; uma segunda, subregional, que assume os países integrando diferentes blocos (neste caso, os formados pelo México e o Caribe Ibero-Americano, pela América Central, pelos países Andinos, pelo Brasil e pelo Cone Sul).

II.4.1. ANÁLISE A PARTIR DE UMA PERSPETIVA BILATERAL

O Gráfico II.2 foi elaborado para identificar quão concentradas são as relações bilaterais que os principais ofertantes (Gráfico II.2.A) e recetores (Gráfico II.2.B) mantêm com o resto dos seus parceiros cooperantes. Para isso, calculou-se que Índice de Herfindahl corresponde a cada país:[5] quer dizer, estimou-se o grau de concentração e de dispersão que mantêm o total dos projetos oferecidos ou recebidos por cada um deles quando se distribuem entre os seus parceiros.

Da sua observação depreende-se que:

a) Entre os países que principalmente exerceram o papel de ofertantes (Gráfico II.2.A), só o Brasil mostrou uma relação suficientemente diversificada relativamente aos restantes parceiros. Que o seu Índice de Herfindahl seja o único que se situou abaixo de 0,1000, resulta coerente com o facto de ter sido, por seu lado, o país que ofereceu um maior número de projetos (149) ao maior número de parceiros (só a cooperação brasileira manteve uma relação com os outros 18).

b) Entretanto, o México, a Argentina, o Chile e a Colômbia (os seguintes ofertantes em importância relativa) registaram Índices de Herfindahl que oscilaram entre o 0,1016 mexicano e o 0,1363 argentino. Desses valores depreende-se que a sua relação com o resto dos países é moderadamente concentrada. Este dado resulta também coerente com o facto de que são ofertantes que, em 2012, tenderam a executar entre 50 e 100 projetos com apenas uma parte (de 13 a 15) dos 18 possíveis parceiros.

c) De maneira consequente com o anterior, o Uruguai e o Equador (16 e 14 projetos, em ambos os casos para 6 parceiros) são os ofertantes que têm associados os Índices de Herfindahl mais elevados, 0,2344 e 0,2041, acima do 0,1800 que marca o início do valor a partir do qual se situam os países que mantêm a distribuição de projetos e parceiros mais concentrada.

d) Por sua vez, e sob o ponto de vista dos recetores, o Equador foi o país que registou uma concentração e dispersão de projetos e parceiros mais moderada; um comportamento que se manifesta num Índice de Herfindahl de 0,1524. Que este seja o menor dos valores registados pelos recetores, está também de acordo com o referido comportamento: o Equador foi o país que recebeu mais projetos (66) de mais parceiros (mesmo assim, só 9 dos 18 possíveis).

e) O resto dos recetores tidos em consideração (na realidade, os outros 18 com a única exceção do Brasil),[6] registaram valores de Índice de Herfindahl superiores a 0,1800 e que oscilaram entre um mínimo de 0,2051 da cooperação salvadorenha e um máximo de 0,6033 da venezuelana. Tal como sugerem os valores, a realidade associada a estes países é a própria de países que combinaram um número relativamente baixo de projetos recebidos, com um número de parceiros também pequeno. A título de ilustração, em 2012 esta situação oscilou entre os 47 projetos e os 8 parceiros de El Salvador e a máxima concentração venezuelana (11 projetos de dois únicos parceiros).

Não obstante, e para além do padrão particular que cada país ibero-americano possa estar a seguir ao estabelecer a sua cooperação bilateral com os outros países da região, há alguns comportamentos que tendem a repetir-se e que, em consequência, podem ser entendidos a título de "tendência". Assim, e tal como se ilustra no Esquema II.3 e no Gráfico II.3:

5. Para este caso específico aplicou-se a fórmula $_{n}\Sigma_{i=1}(P_{of\text{-}i} / P_{of\text{-}T})^2$, a qual corresponde à soma dos quadrados dos pesos relativos que cada parceiro tem sobre a oferta ou receção final dos projetos do país ofertante ou recetor. De novo, o resultado alcançou valores compreendidos entre 0 e 1. O seu parâmetro de interpretação é o mesmo que nos restantes casos: abaixo de 0,1000, aceita-se que há uma distribuição diversificada; entre 0,1000 e 0,1800, moderadamente concentrada; acima de 0,1800, concentrada.

6. O Brasil exclui-se porque em 2012 apenas recebeu dois projetos, um número inferior ao mínimo de 10 que se exige para que o cálculo, neste caso do Índice de Herfindahl, seja suficientemente significativo.

Gráfico II.2. Índice de concentração e dispersão da CHSS Bilateral, conforme o país. 2012.

Países ordenados de maior para menor peso relativo. Valor do Índice de Herfindahl, com quatro casas decimais.

GRÁFICO II.2.A. PRINCIPAIS OFERTANTES

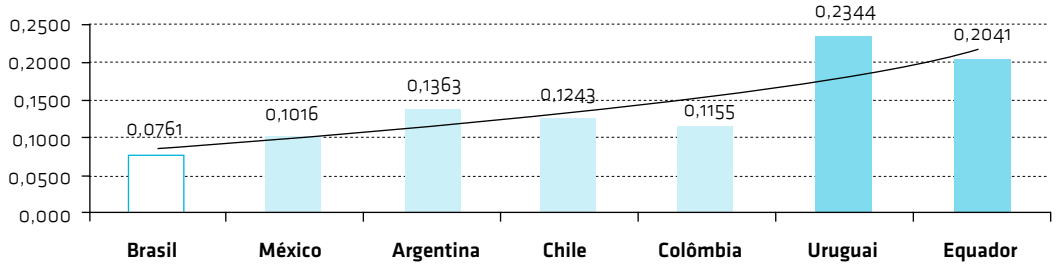
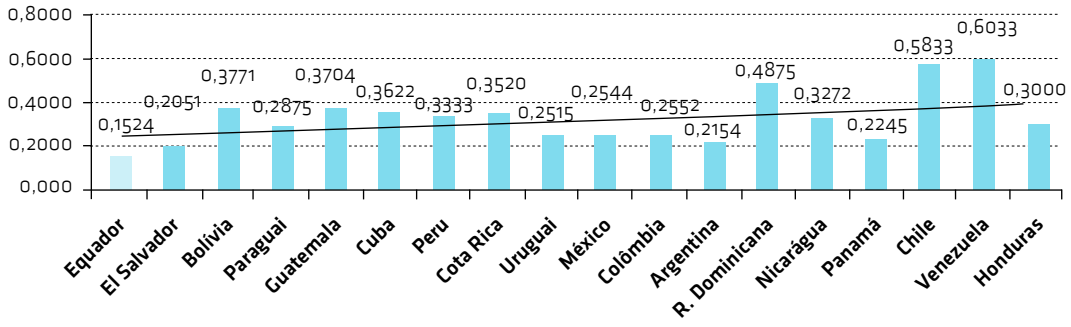


GRÁFICO II.2.B. PRINCIPAIS RECETORES



Diversificação (<0,10) | Moderadamente concentrado (0,10-0,18) | Concentrado (>0,18)

Nota: Para que os resultados sejam minimamente significativos, o Índice de Herfindahl calcula-se para os ofertantes e os recetores que ofereceram/receberam no mínimo 10 projetos no ano 2012 (só projetos, não ações).

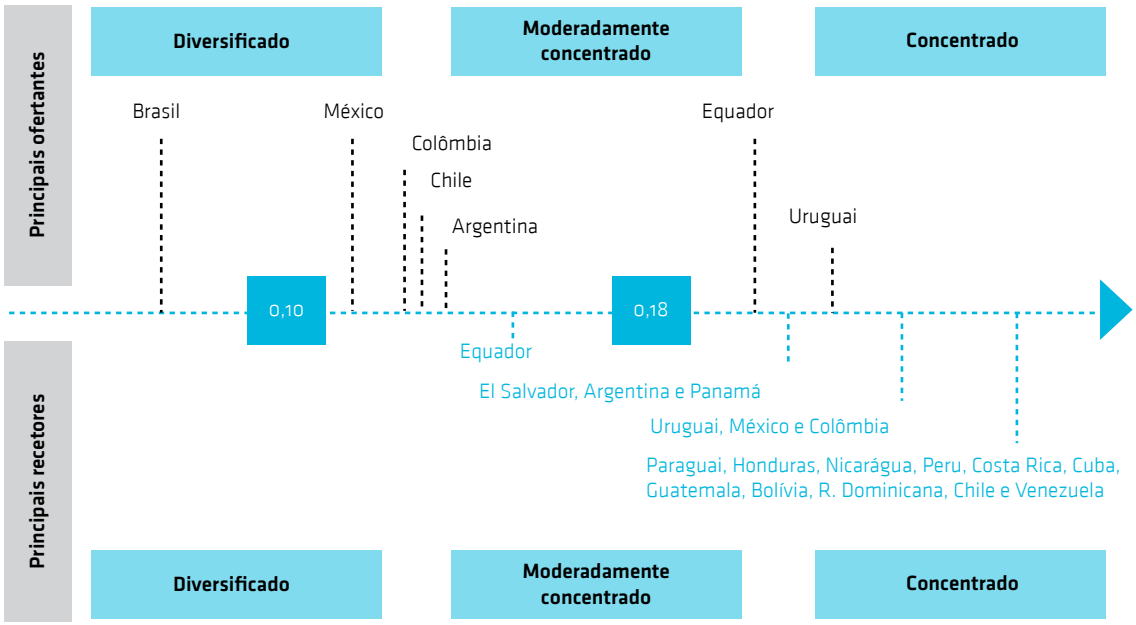
Fonte: SEGIB a partir do PIFCSS (2013) e das declarações das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

a) Os principais ofertantes (ao ser, de momento, um número sempre relativamente menor do que o dos possíveis recetores) tendem a poder distribuir a sua cooperação entre mais parceiros, uma situação que se manifesta através de Índices de Herfindahl mais baixos do que os dos recetores, para quem a situação é precisamente a inversa (um número relativamente alto de recetores face a um número menor de possíveis ofertantes). Este padrão de comportamento pode visualizar-se no Esquema II.3: sobre uma linha que vai dos valores mais baixos até aos mais altos do Índice, a localização dos países segundo este, leva a que os ofertantes ocupem maioritariamente a parte esquerda (a associada a uma maior diversificação) e os recetores a direita (a relacionada com uma maior concentração).

b) Do mesmo modo, e tal como se verificou em repetidas ocasiões, há uma relação direta entre o número de projetos que se podem oferecer ou receber e as possibilidades que daí derivam na hora de diversificar a relação com os parceiros. Assim, os Gráficos II.3.A e II.3.B estabelecem a ligação, para os ofertantes e os recetores, respetivamente, do volume de projetos intercambiados em 2012 com os correspondentes Índices de Herfindahl. Para ambos os casos a linha de tendência é decrescente: quanto mais projetos oferecidos ou recebidos mais possibilidade de dispersão e, portanto, menor concentração.

Mas o grau de concentração que cada país apresenta na sua relação com os outros não é o único dado importante. Outros indicadores de concentração corroboram as ideias anteriores ao mesmo tempo que oferecem nova informação: na realidade, ajudam também a saber qual a importância e quem são os principais parceiros de cada qual. De facto, e para esse efeito, elaborou-se a Tabela II.2. Tal como se ob-

Esquema II.3. Comparação dos índices de concentração da CHSSB, conforme o país e o papel. 2012.



Nota: Para que os resultados sejam minimamente significativos, o Índice de Herfindahl calcula-se para ofertantes e recetores que ofereceram/receberam no mínimo 10 projetos no ano 2012 (só projetos, não ações).

Fonte: SEGIB a partir do PIFCSS (2013) e das declarações das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

Gráfico II.3. Relação entre o volume de oferta/receção e o grau de concentração. 2012.

Número de projetos por país, em unidades e valor do Índice de Herfindahl, com decimais.

GRÁFICO II.3.A. PRINCIPAIS OFERTANTES

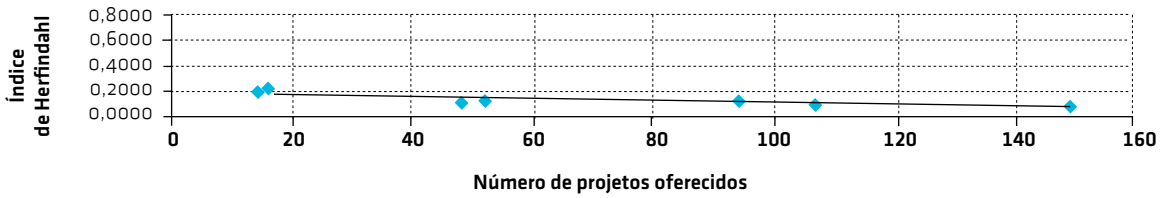
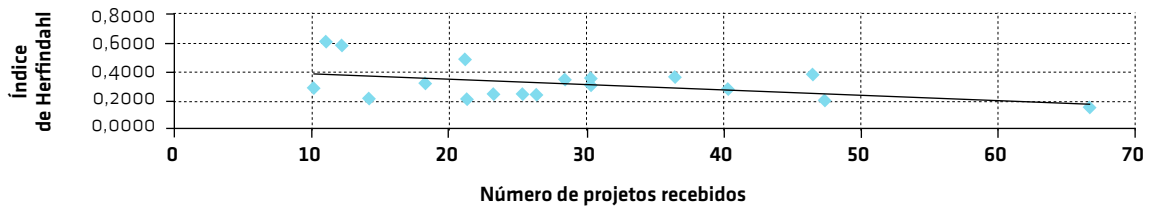


GRÁFICO II.3.B. PRINCIPAIS RECETORES



Fonte: SEGIB a partir do PIFCSS (2013) e das declarações das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

Tabela II.2. Peso dos parceiros na CHSSB dos principais ofertantes e recetores. 2012.

Países ordenados de maior para menor número de projetos. Participação, em percentagem.

II.2.A. PRINCIPAIS OFERTANTES

RECETORES	PRINCIPAL RECETOR	CONFORME RECETOR	DOIS PRINCIPAIS RECETORES	TERCEIRO RECETOR	TRÊS PRINCIPAIS RECETORES
Brasil	11,4	10,7	22,1	10,1	32,2
México	17,8	14,0	31,8	13,1	44,9
Argentina	26,6	13,8	40,4	12,8	53,2
Chile	25,0	17,3	42,3	7,7	50,0
Colômbia	20,8	12,5	33,3	10,4	43,8
Uruguai	31,3	31,3	62,5	12,5	75,0
Equador	28,6	21,4	50,0	21,4	71,4

II.2.B. PRINCIPAIS RECETORES

RECETORES	PRINCIPAL RECETOR	CONFORME RECETOR	DOIS PRINCIPAIS RECETORES	TERCEIRO RECETOR	TRÊS PRINCIPAIS RECETORES
Equador	21,2	19,7	40,9	18,2	59,1
El Salvador	36,2	14,9	51,1	12,8	63,8
Bolívia	54,3	26,1	80,4	8,7	89,1
Paraguai	40,0	32,5	72,5	12,5	85,0
Guatemala	52,8	27,8	80,6	8,3	88,9
Cuba	50,0	26,7	76,7	20,0	96,7
Peru	50,0	23,3	73,3	13,3	86,7
Costa Rica	53,6	17,9	71,4	14,3	85,7
Uruguai	30,8	30,8	61,5	19,2	80,8
México	36,0	24,0	60,0	20,0	80,0
Colômbia	34,8	26,1	60,9	21,7	82,6
Argentina	28,6	23,8	52,4	23,8	76,2
R. Dominicana	66,7	19,0	85,7	4,8	90,5
Nicarágua	44,4	33,3	77,8	11,1	88,9
Panamá	28,6	21,4	50,0	21,4	71,4
Chile	75,0	8,3	83,3	8,3	91,7
Venezuela	72,7	27,3	100,0	0,0	100,0
Honduras	40,0	30,0	70,0	20,0	90,0

Nota: Para que os resultados sejam minimamente significativos, estes indicadores aplicam-se aos ofertantes e recetores que ofereceram/receberam no mínimo 10 projetos no ano 2012 (só projetos, não ações). Todas as percentagens superiores a 50% foram sombreadas.

Fonte: SEGIB a partir do PIFCSS (2013) e das declarações das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

Matriz II.3. Projetos de CHSS Bilateral, conforme a seleção dos principais ofertantes. 2012.

Projetos, em unidades; participação, como percentagem do total recebido.

II.3.A. EM NÚMERO DE PROJETOS

OFERTANTES	RECETORES								
	Resto	Argentina	Brasil	Colômbia	Equador	México	Chile	Uruguai	TOTAL
Resto	4	1		1	16	4			**26**
Argentina	61			4+(4)	12	0+(5)		7+(1)	**94**
Brasil	116	5		6	7	5+(1)	1	8	**149**
Colômbia	31	1+(4)	1		4	1	1	3+(2)	**48**
Equador	13							1	**14**
México	74	1+(5)	0+(1)	3	14		0+(9)		**107**
Chile	24	2			13	0+(9)		4	**52**
Uruguai	8	1+(1)		3+(2)			1		**16**
TOTAL	**331**	**21**	**2**	**23**	**66**	**25**	**12**	**26**	**506**

II.3.B. PESO DE CADA PARCEIRO SOBRE OS TOTAIS RECEBIDOS

OFERTANTES	RECETORES								
	Resto	Argentina	Brasil	Colômbia	Equador	México	Chile	Uruguai	TOTAL
Resto	1,2	4,8		4,3	24,2	16,0			**5,1**
Argentina	18,4			**34,8**	18,2	20,0		**30,8**	**18,6**
Brasil	**35,0**	23,8		26,1	10,6	24,0	8,3	**30,8**	**29,4**
Colômbia	9,4	23,8	**50,0**		6,1	4,0	8,3	19,2	**9,5**
Equador	3,9							3,8	**2,8**
México	22,4	**28,6**	**50,0**	13,0	**21,2**		**75,0**		**21,1**
Chile	7,3	9,5			19,7	**36,0**		15,4	**10,3**
Uruguai	2,4	9,5		21,7			8,3		**3,2**
TOTAL	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Nota: A negrito, os valores máximos para cada recetor. Entre parêntesis, os projetos registados como bidirecionais.

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

serva, a tabela estima quanto representam para cada um dos principais ofertantes (Tabela II.2.A) e recetores (Tabela II.2.B), o primeiro, o segundo e o terceiro parceiros mais importantes, assim como quanto representam os dois e os três primeiros juntos.

Nesse sentido, da observação das referidas tabelas depreende-se, em coerência com o que foi visto até agora, que os recetores são mais dependentes da sua relação com apenas alguns ofertantes do que o contrário. Nos termos dos novos indicadores isso traduz-se da seguinte forma:

a) Para praticamente metade dos recetores considerados, o principal ofertante é responsável por mais de metade da cooperação que receberam em 2012. Nalguns casos, de facto, a participação do primeiro ofertante é inclusivamente superior a dois terços.

b) Entretanto, os ofertantes registam uma participação relativa do seu principal recetor muito inferior, que se movimenta entre um mínimo de 11,4% e um máximo de 31,3%.

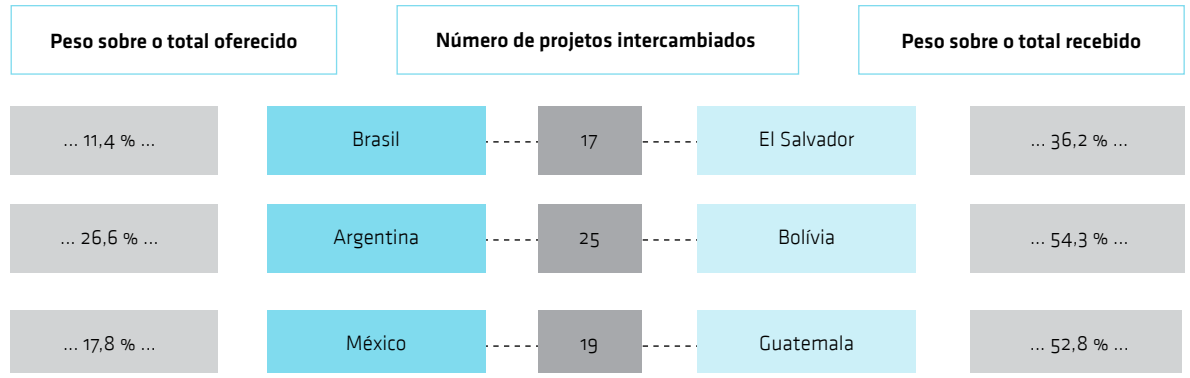
c) Igualmente, o Equador é o único dos recetores para o qual os seus dois principais parceiros ainda não representam mais de 50,0% da sua cooperação; para tudo o resto é superior.

d) Em contraste, os dois principais recetores de cinco dos sete ofertantes tidos em consideração, continuam a registar quotas de participação ainda inferiores a esses mesmos 50%.

e) Finalmente, os três principais parceiros dos recetores representam, no mínimo, 59,1% da sua cooperação. No entanto, para os cinco países que ofereceram mais pro-

Esquema II.4. Intensidade da relação entre alguns parceiros cooperantes. 2012.

Projetos, em unidades; participação sobre o total, em percentagem.



Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

jetos em 2012, a participação relativa dos seus três principais parceiros nem sequer ultrapassa 53,2%.

Por último, resta-nos associar os dados com os seus protagonistas e identificar quais são aqueles pares de países que mantêm uma relação bilateral mais intensa. Assim, combinando a informação da Tabela II.2 com a incluída na própria Matriz II.1, descobrimos que:

a) Há três pares de países (Brasil e El Salvador, Argentina e Bolívia, México e Guatemala) que mantêm uma relação especialmente interessante, pois em cada um desses pares e para ambos os parceiros, o outro é o cooperante mais importante. Para o ilustrar foi elaborado o Esquema II.4, a partir do qual se constata que, enquanto que para o Brasil, a Argentina e o México os principais recetores são, respetivamente, El Salvador, a Bolívia e a Guatemala, para estes três últimos, os principais ofertantes são, precisamente, os três primeiros.

b) Igualmente, quando se analisam os ofertantes mais importantes no exercício do seu papel de recetores observa-se que, para cada um deles, o país que explica uma maior parte da cooperação que recebem é, precisamente, outro dos principais ofertantes. Para o comprovar, elaboraram-se as Matrizes II.3, nas quais se observa nitidamente o nível de intercâmbio de CHSS Bilateral que houve em 2012 entre esses países e para com os restantes. Assim, podemos afirmar que:

   • Enquanto que a Argentina, o Brasil, a Colômbia, o Equador, o México, o Chile e o Uruguai representam 94,9% dos 506 projetos oferecidos em 2012, no seu papel de recetores, os mesmos países representam uma percentagem muito menor, apenas de 34,6%.

   • Para cada um destes países, outro de entre eles representou a parte mais significativa da cooperação que recebeu. Mais especificamente (Matriz II.3.B): para a Argentina, o principal ofertante foi o México (28,6% do total); para a Colômbia, a Argentina (34,8%); para o Equador, o México (21,2%); no caso do México, o Chile (36,0%); no do Chile, o México (75%); e no caso do Uruguai, partilharam o papel de primeiros ofertantes a Argentina e o Brasil (30,8% do total dos projetos recebidos, respetivamente).[7]

   • Devemos destacar, que o que atrás se disse é influenciado pelo facto de que, tal como se observa na Matriz II.3.A, uma parte importante do intercâmbio que teve lugar entre estes países foi realizado através de projetos bidirecionais: na verdade, os que foram permutados entre estes ofertantes representam 86,9% de todos os bidirecionais de 2012.

A modo de síntese, todos os indicadores ratificam que os países ofertantes e recetores de CHSS Bilateral mantêm um padrão de comportamento diferente relativamente à sua relação com os outros parceiros: mais diversificada no caso dos primeiros, mais concentrada e dispersa para os segundos. Não obstante, estes resultados não deixam de ser coerentes com uma realidade na qual apenas alguns países ibero-americanos tendem a ser os que executam a maior parte dos projetos, enquanto que todos eles exercem, nalguma altura, o papel de recetor. Neste cenário, a possibilidade de distribuir melhor a CHSS Bilateral recai nos ofertantes e não nos recetores, os que, em consequência, estão mais dependentes de apenas alguns parceiros.

7. Exclui-se o Brasil porque só recebeu dois projetos o que não é significativo. Mesmo assim, estes procederam, precisamente, da Colômbia e do México.

II.4.2. ANÁLISE A PARTIR DE UMA PERSPETIVA SUB-REGIONAL

Após se constatarem diferentes possibilidades, desde a passada edição deste Relatório decidimos trabalhar com uma divisão sub-regional da América Latina em cinco blocos: os formados pelo México e Caribe Ibero-Americano, pela América Central, pelos Países Andinos, pelo Brasil (como entidade separada) e pelo resto do Cone Sul. Neste sentido, a Matriz II.4 reproduz a matriz base (II.1) de oferta e receção de projetos, mas agrupa os dados relacionados com os países dependendo da sua pertença a um bloco sub-regional ou a outro. A matriz resultante (II.4) revela-se assim como um instrumento que permite avançar no conhecimento da CHSSB a partir de outra perspetiva: aquela que aborda as relações que se estabelecem a nível intra e inter sub-regional.

No entanto, a primeira conclusão que se pode retirar da sua observação, refere-se à importância relativa que cada sub-região manteve sobre o total dos 506 projetos de CHSSB permutados em 2012. Neste sentido, e tal como também sugere o Gráfico II.4[8]:

a) No exercício do papel de ofertantes (Gráfico II.4.A), os países do Cone Sul constituíram o bloco mais ativo já que foram responsáveis por quase um terço (32,4%) dos projetos. Esta participação também se consegue sem incluir nesta sub-região o Brasil, o qual, embora tratado de forma individual e sendo o principal ofertante, alcança um peso mais do que significativo, muito próximo mas algo inferior ao do resto dos seus vizinhos, equivalente a 29,4% do total.

b) Os restantes 506 projetos (cerca de 40,0%) foram, em mais de metade dos casos (22,5% do total) da responsabilidade do México e das nações do Caribe Ibero-Americano. A estes seguiram-se, por ordem de importância relativa, os cinco países da cordilheira andina, os quais conjuntamente chegaram a representar 13,8% dos projetos de 2012. A menor percentagem correspondeu à América Central, que representou 1,8% do total oferecido.

c) Por seu lado (Gráfico II.4.B), os pesos redistribuem-se e invertem o papel de recetor. Assim, o bloco andino (34,8%) e o centro-americano (30,2%) chegam a representar praticamente dois terços do total dos projetos executados em 2012. No entanto, os países do Cone Sul e do bloco formado pelo México e Caribe acumulam participações menores mas notavelmente significativas: de 19,6% e 15,0%, respetivamente. Menor relevância teve o Brasil que, em contraste, apenas recebeu 0,4% dos projetos desse ano.

De forma complementar, a análise sob o ponto de vista das relações intra e inter sub-regionais traz novas conclusões. Neste sentido, devemos destacar que:

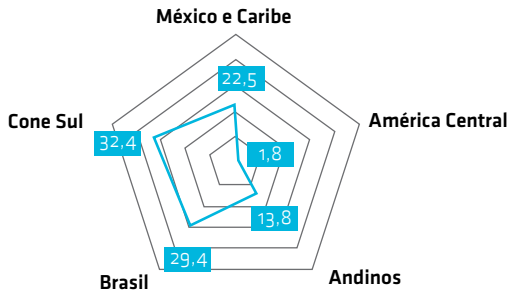
a) No que se refere às relações que se estabelecem entre as diferentes sub-regiões, observando a Matriz II.4.B e considerando como referência os blocos que maiorita-

8. Para a sua correta leitura, devemos ter em conta que, sobre cada uma das linhas imaginárias que unem o centro da figura externa (neste caso um pentágono) com cada um dos seus vértices, apresentam-se os valores percentuais de participação (de 0% - no núcleo - até 100% - em cada vértice) dos itens que se indicam sobre ele. Por seu lado, a figura irregular que se desenha no interior do pentágono é obtida depois de se unirem os valores de cada item.

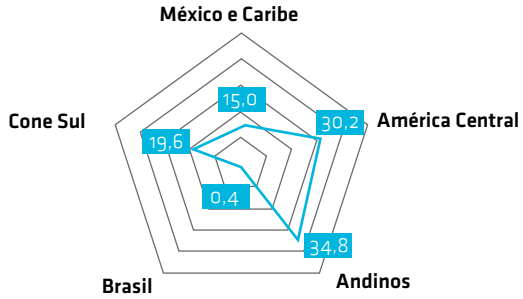
Gráfico II.4. Distribuição dos projetos de CHSS Bilateral, conforme o papel e as sub-regiões. 2012.

Participação, como percentagem do total oferecido/recebido.

A. PESO DAS SUB-REGIÕES NO PAPEL DE OFERTANTES



B. PESO DAS SUB-REGIÕES NO PAPEL DE RECETORES



Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

Matriz II.4. Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por sub-regiões. 2012.

Projetos, em unidades; participação, como percentagem do total oferecido/recebido.

II.4.A. PROJETOS TOTAIS

OFERTANTES	RECETORES					
	México e Caribe Ibero-Americano	América Central	Países andinos	Brasil	Países do Cone Sul (exceto Brasil)	TOTAL
México e Caribe Ibero-Americano	8	55	35	1	15	**114**
América Central	4	1	3	0	1	**9**
Países andinos	3	27	19	1	20	**70**
Brasil	35	36	48		30	**149**
Países do Cone Sul (exceto Brasil)	26	34	71	0	33	**164**
TOTAL	**76**	**153**	**176**	**2**	**99**	**506**

II.4.B. PARTICIPAÇÃO (SOBRE O TOTAL OFERECIDO)

OFERTANTES	RECETORES					
	México e Caribe Ibero-Americano	América Central	Países andinos	Brasil	Países do Cone Sul (exceto Brasil)	TOTAL
México e Caribe Ibero-Americano	7,0	48,2	30,7	0,9	13,2	**100,0**
América Central	44,4	11,1	33,3	0,0	11,1	**100,0**
Países andinos	4,3	38,6	27,1	1,4	28,6	**100,0**
Brasil	23,5	24,2	32,2		20,1	**100,0**
Países do Cone Sul (exceto Brasil)	15,9	20,7	43,3	0,0	20,1	**100,0**
TOTAL	**15,0**	**30,2**	**34,8**	**0,4**	**19,6**	**100,0**

II.4.C. PARTICIPAÇÃO (SOBRE O TOTAL RECEBIDO)

OFERTANTES	RECETORES					
	México e Caribe Ibero-Americano	América Central	Países andinos	Brasil	Países do Cone Sul (exceto Brasil)	TOTAL
México e Caribe Ibero-Americano	10,5	35,9	19,9	50,0	15,2	**22,5**
América Central	5,3	0,7	1,7	0,0	1,0	**1,8**
Países andinos	3,9	17,6	10,8	50,0	20,2	**13,8**
Brasil	46,1	23,5	27,3	0,0	30,3	**29,4**
Países do Cone Sul (exceto Brasil)	34,2	22,2	40,3	0,0	33,3	**32,4**
TOTAL	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Nota: As diversas sub-regiões correspondem ao México juntamente com o Caribe Ibero-Americano (Cuba e República Dominicana); América Central (Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica e Panamá); Países Andinos (Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia); Brasil; e o resto do Cone Sul (Paraguai, Chile, Argentina e Uruguai).

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

riamente se responsabilizaram por executar os 506 projetos registados em 2012, pode afirmar-se que houve algumas relações inter-sub-regionais claramente preferenciais. Isso aconteceu, pelo menos em dois dos casos considerados: em concreto, com a cooperação oferecida pelo Cone Sul (43,3% teve lugar nos países andinos), e com a realizada pelo México e pelo Caribe ibero-americano (48,2% da qual teve como destino a América Central).

b) No entanto, este padrão não se repetiu com o Brasil, o ofertante que tem as relações mais diversificadas. Assim, e embora seja certo que a maior proporção dos seus projetos (32,2%) tenha sido executada nos países andinos, os restantes dividiram-se de forma muito semelhante entre a América Central, o México e o Caribe, e o Cone Sul (cada um com pesos de 20-24%).

c) Entretanto, na ótica dos recetores coexistiram diferentes padrões de relação: um, correspondente aos países andinos, de certa dependência, ao concentrar uns dois terços da origem da sua cooperação no Cone Sul (40,3%) e no Brasil (27,3%); outro, relativo ao bloco centro-americano, o qual apresentou um teor menos dependente, pois se bem que o México e o Caribe representaram a maior parte dos projetos recebidos (35,9%), o resto distribuiu-se uniformemente entre o Brasil (23,5%) e o Cone Sul (22,2%).

d) No que se refere agora às relações que existem no interior de cada sub-região, as Matrizes II.4.B e II.4.C sugerem que, pela intensidade no intercâmbio entre os seus países membros, só há uma sub-região a destacar: aquela que está integrada pelo Cone Sul, para a qual o destino preferencial na hora de cooperar foi a própria (representou 33,3% dos 164 projetos que executou) ao mesmo tempo que uma notável quinta parte dos 99 recebidos.

Finalmente, e tratando-se de uma análise sub-regional, devemos dar aqui continuidade ao que já foi iniciado em anteriores edições: a uma revisão da cooperação mantida entre os nossos países e o Caribe não Ibero-Americano. Desde o ano 2007, coincidindo com a primeira edição deste Relatório e muito especialmente após o ano 2010, quando o Haiti sofreu os efeitos de um devastador terramoto, a solidariedade e a cooperação para com esta região foi sem dúvida preferencial. Por esse motivo elaborou-se o Quadro II.3, que resume e caracteriza os projetos e as ações de CHSS Bilateral promovidos pela Ibero-América no Caribe ao longo de 2012.

QUADRO II.3.

A cooperação com o Haiti e o Caribe não Ibero-Americano

Seleção de alguns indicadores básicos para o Haiti e o resto do Caribe não ibero-americano.

População, em habitantes; PIB per capita, em dólares a preços correntes; mortalidade infantil, em permilagem.

Países	População	Receitas		Taxa mortalidade infantil
		Produto Interno Bruto (PIB) per capita	Classificação de acordo com o Banco Mundial (BM)	
Haiti	10.173.775	760,0	PRB-País com Baixos Rendimentos	56,5
Antigua e Barbuda	89.069	12.640,00	PRE-País de Rendimento Elevado	9,2
Baamas	371.960	Nd	PRE-País de Rendimento Elevado	13,9
Barbados	283.221	Nd	PRE-País de Rendimento Elevado	16,9
Belize	324.060	Nd	PRMS-País de Rendimento Médio Superior	15,7
Dominica	71.684	6.460,0	PRMS- País de Rendimento Médio Superior	11,5
Granada	105.483	7.110,0	PRMS- País de Rendimento Médio Superior	11,4
Guiana	795.369	3.410,0	PRMB- País de Rendimento Médio Baixo	29,0
Jamaica	2.712.100	5.140,0	PRMS- País de Rendimento Médio Superior	14,4
São Cristóvão e Nevis	53.584	13.330,0	PRE- País de Rendimento Elevado	7,0
São Vicente e Granadinas	109.373	6.380,0	PRMS- País de Rendimento Médio Superior	21,1
Santa Lúcia	180.870	6.530.0	PRMS- País de Rendimento Médio Superior	14,9
Suriname	534.541	8.480,0	PRMS- País de Rendimento Médio Superior	18,5
Trindade e Tobago	1.337.439	14.400,0	PRE- País de Rendimento Elevado	18,4
Total com Haiti	17.142.528	7.694,5	------	18,5
Total sem Haiti	6.968.753	8.388,0	------	15,5

Fonte: SEGIB a partir do Banco Mundial (http://datos.bancomundial.org).

O CARIBE CONSTITUI uma região de enorme heterogeneidade. A disparidade de realidades que nela convivem mostra-se na tabela inferior, que apresenta os dados demográficos e socioeconómicos das 14 nações (todas exceto Cuba e a República Dominicana) que, sendo caribenhas, não são por seu lado ibero-americanas. De facto, duas delas (São Cristóvão e Nevis e o Haiti) ilustram duas dessas situações extremas:

a) São Cristóvão e Nevis (com uma superfície de 261 km^2, praticamente 1.000 vezes menor do que a ocupada pelo Haiti - 27.250 km^2 - no território que partilha com a República Dominicana), regista o menor número de habitantes da região (cerca de 53.500), um valor que contrasta com os mais de 10 milhões de habitantes do Haiti (um país quase cinco vezes mais populoso do que o segundo com mais habitantes, a Jamaica).

b) São também dois países com um nível de rendimento bem diferente: enquanto que em 2012 São Cristóvão e Nevis registou um dos PIB per capita mais elevados da região (superior a 13.000 dólares), o Haiti registou o mais baixo (760 dólares - equivalentes a menos de dois dólares por dia), um valor muito inferior do que corresponde à Guiana (o segundo país mais pobre desta região, com um PIB/capita de 3.410 dólares). Isto explica a razão pela qual, segundo o Banco Mundial, a primeira seja uma das cinco nações do Caribe não Ibero-Americano que se classifica como País de Rendimento Elevado e o Haiti, a única de Rendimento Baixo.

c) Os diferentes níveis relativos de rendimento estão acompanhados por outras disparidades no comportamento dos indicadores sociais. Para o comprovar está o que acontece com as taxas de mortalidade

Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral com o Haiti e o Caribe não Ibero-Americano. 2012.

Em unidades

A. PROJETOS

Países Ibero-Americanos	Haiti	Resto do Caribe não Ibero-Americano													Total
		Antígua e Barbuda	Baamas	Barbados	Belize	Dominica	Granada	Guiana	Jamaica	São Cristóvão e Nevis	São Vicente e Granadinas	Santa Lúcia	Suriname	Trindade e Tobago	
Argentina										1	2	3		1	7
Brasil															0
Chile	2														2
Colômbia	7	2		3	6	2			2	1		2	1		26
Equador	1														1
México	8				3									1	15
Total	**18**	**2**	**0**	**3**	**9**	**2**	**0**	**0**	**5**	**2**	**2**	**5**	**1**	**2**	**51**

B. AÇÕES

Países Ibero-Americanos	Haiti	Resto do Caribe não Ibero-Americano													Total
		Antígua e Barbuda	Baamas	Barbados	Belize	Dominica	Granada	Guiana	Jamaica	São Cristóvão e Nevis	São Vicente e Granadinas	Santa Lúcia	Suriname	Trindade e Tobago	
Argentina	1	1					1	1		3			1		8
Brasil											1	1			2
Chile															0
Colômbia		3		3	4	4				4		4	3		25
Equador															0
México	2				2		1	1					1		7
Total	**3**	**2**	**0**	**3**	**6**	**4**	**2**	**2**	**0**	**7**	**1**	**5**	**5**	**0**	**42**

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação e de http://www.sitimapa.com/apc/apcNew2.3/

infantil, de 7 por mil (próprio de um país desenvolvido) em São Cristóvão e Nevis, face a 56,5 por mil no Haiti.

Assim, tal como se foi observando nas sucessivas edições do Relatório, nos últimos anos, os países da América Latina mantiveram um fluxo ativo de CHSS Bilateral com estas nações do Caribe não Ibero-Americano. As tabelas seguintes foram elaboradas para se saber como se desenvolveu este intercâmbio em 2012.

A este respeito, cabe assinalar que:

a) Em 2012, os países da América Latina executaram no Caribe não Ibero-Americano um total de 51 projetos e 42 ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral.

b) O perfil de receção dos projetos e das ações foi diferente:

   • No caso dos projetos houve um recetor, o Haiti, que se destacou relativamente aos restantes por concentrar 35,3% do total executado. Na verdade, recebeu o dobro (18 projetos) dos registados pelo segundo principal recetor, Belize, e mais do triplo do que receberam os terceiros principais recetores (Jamaica e Santa Lúcia, com 5 projetos cada um). As restantes nações oscilaram entre a receção de um máximo de três projetos (Barbados) e nenhum (Baamas, Granada e Guiana).

   • Uma característica interessante na distribuição é que parece não discriminar por nível de rendimento.

   • Entretanto, as ações apresentaram uma distribuição muito mais diversificada. De facto, as 42 ações finalmente registadas distribuíram-se entre as zero executadas em Trindade e Tobago e as 7 que tiveram como destino final São Cristóvão e Nevis. Neste caso, o Haiti não teve um perfil recetor especialmente relevante, pois apenas recebeu 3 ações.

   • Como noutras ocasiões, o que foi antes dito pode ser corroborado calculando-se o Índice de Herfindahl que corresponde a cada distribuição. Com efeito, os projetos apresentam um Índice superior, de 0,1864, que indica concentração; enquanto que as ações obtêm um menor valor, com 0,1099, na fronteira entre o que se pode considerar diversificado e de uma concentração moderada.

c) No que se refere aos ofertantes, os 51 projetos e as 42 ações executadas em 2012 dependeram de apenas seis países. Apenas dois deles (a Colômbia e o México, face à Argentina, Brasil, Chile e Equador) têm a sua costa banhada pelo Mar do Caribe. Seguramente por isso, são precisamente esses dois países os que maior peso relativo tiveram sobre a cooperação finalmente registada. Em concreto:

   • Mais de três quartas partes do total executado na região em 2012 teve a sua origem na Colômbia, principal ofertante, que chegou a representar 51,0% dos projetos e 59,5% das ações, assim como no México, com 29,4% e 16,7% da CHSSB, respetivamente.

   • A relação preferencial da Colômbia e do México para com esta região não é fortuita: depois de vários anos a executar a sua cooperação em diversos países sob um canal estritamente bilateral e sentindo uma certa ineficácia, ambos decidiram agrupar a cooperação sob algumas diretrizes comuns, o que deu lugar ao impulso de ambas as estratégias regionais de cooperação. Nesse sentido, a Colômbia impulsionou em 2009 a sua **Estratégia Regional com o Caribe**, na qual a CHSSB com as nações cooperantes se executa nalgumas áreas prioritárias de atividade; e o México rubricou, a partir de 2010 e depois do devastador terramoto do Haiti, um **Programa de Cooperação Técnica com o CARICOM**, sendo este o enquadramento a partir do qual se executam parte dos seus projetos e ações.

   • Entre os restantes ofertantes apenas se destacou a Argentina, que representou 13,7% e 19,0% da CHSSB restante. Entretanto, o Brasil, o Chile e o Equador registaram intercâmbios pontuais, com combinações de projetos e ações muito menores (de 0-2, 2-0 e 1-0, respetivamente).

Finalmente, devemos mencionar que os projetos de CHSS Bilateral promovidos no Caribe não Ibero-Americano estiveram muito centrados em resolver necessidades nos âmbitos da educação, da saúde, dos programas sociais (tudo isso com uma tendência especial para os assuntos relacionados com a infância), do desenvolvimento de capacidades agropecuárias e do fortalecimento institucional em diversas áreas da gestão do governo. Tentaram cobrir-se necessidades do mesmo tipo através da execução das ações, desta vez através de diferentes instrumentos de formação, entre os quais foram recorrentes a realização de cursos e a atribuição de bolsas de estudo. ■

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação, http://datos.bancomundial.org e http://www.sitimapa.com/apc/apcNew2.3/

II.5. ANÁLISE SETORIAL DA COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL BILATERAL

A SEGUIR PASSAMOS a efetuar uma análise do perfil setorial mantido pela Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral em 2012. Para isso, devemos realizar um exercício duplo: por um lado, identificar a tipologia das capacidades (sociais, económicas, ambientais...) nas quais esta cooperação teve tendência a concentrar-se; por outro lado, saber se os países mostraram algum perfil de especialização, tanto na hora de as transferir como de as fortalecer.

Mas essa análise requer, primeiro, classificar setorialmente os projetos e as ações. De facto, e para este efeito, temos vindo a usar desde 2007 uma classificação setorial (uma variante da que foi criada pelo Comité de Ajuda ao Desenvolvimento –CAD- em 2004), que reorganiza e agrupa os setores conforme correspondem a capacidades "sociais", "económicas" ou de "outra" índole. Na prática, as edições anteriores mostraram, no entanto, que esse "outro" era demasiado lato. Neste sentido, por exemplo e na análise geral, setores como o fortalecimento institucional (dentro essa rubrica mas muito importantes para a região), ficavam praticamente "invisíveis", e apenas um estudo mais pormenorizado lhes dava a sua dimensão real.

Por esse motivo, na presente edição do Relatório passamos a "desagregar" esse "outros". O resultado final é a classificação setorial que se apresenta na Tabela II.3, na qual se inclui também uma comparação entre a classificação resultante e a vigente até hoje. Assim, a classificação finalmente usada distingue entre um total de 27 setores de atividade, agrupados à volta das seguintes dimensões:

a) **Social**, que inclui Educação, Saúde, Saúde Reprodutiva, Saneamento e Abastecimento de Água e um "Outros" mais geral, referido, sobretudo, a Políticas Sociais e de Habitação;

b) **Económica**, que distingue dois subgrupos de setores: por um lado, o que está orientado para a criação de condições de funcionamento da economia (denominado *Infraestruturas e Serviços Económicos*), dentro do qual se encontra tudo o que está relacionado com Energia, Transportes, Comunicações, Ciência e Tecnologia, Finanças, Emprego e Empresas; e por outro lado, os *Setores Produtivos*, ou seja, os setores dedicados ao fortalecimento de atividades Extrativas, de Agricultura, Silvicultura, Pesca, Construção, Indústria, Turismo e Comércio.

c) **Fortalecimento institucional**, que engloba todas as atividades cujo objetivo final é o de apoiar os Governos e a Sociedade Civil;

d) **Ambiente**, que se refere a tudo o que está relacionado com as medidas e políticas de Proteção e preservação ambiental, assim como com a Prevenção de desastres;

e) **Outra** multissetorial, na qual agora apenas ficam englobadas as atividades relacionadas com a Cultura, o Género e um "outros" referente a modelos de desenvolvimento alternativos.

Assumindo esta classificação setorial construíram-se as Matrizes II.5 (referidas aos projetos) e as Matrizes A.1 (correspondentes às ações e incluídas no anexo). Os dados contidos nestas permitem saber, como sempre para cada país e no exercício de cada papel, com quem e quanta cooperação foi permutada; mas como informação adicional, acrescentam qual foi o objetivo de cada uma dessas permutas em termos de fortalecimento de capacidades. O seu conteúdo constitui assim a base sobre a qual realizar a análise pensada.

II.5.1. PERFIL DOS PROJETOS E AÇÕES DE COOPERAÇÃO

O Gráfico II.5 mostra os pesos relativos que cada dimensão de atividade tem sobre o total dos 506 projetos e 203 ações de CHSS Bilateral registados em 2012. Da sua observação depreende-se que:

a) A maior parte dos projetos (cerca de 44%) orientaram-se para o fortalecimento das economias nacionais. Além disso, tal aconteceu numa proporção 70-30 a favor dos Setores Produtivos, cuja importância relativa foi significativamente superior à da promoção de Infraestruturas e serviços económicos. Entretanto, um pouco mais da quarta parte dos 506 projetos (27,1%) responderam a um objetivo Social. O Fortalecimento das instituições de governo e da sociedade civil teve uma importância menor em relação aos anteriores, mas suficientemente notável, pois englobou 14,4% das atuações. Uma percentagem muito sem elhante somaram, de forma conjunta, os dedicados ao Ambiente (7,1%) e à promoção de Outros modelos de desenvolvimento (7,4%).

b) Por seu lado, o perfil das ações diferiu dos projetos. Com efeito, mais de dois terços das 203 ações registadas em 2012 tiveram por objetivo, em participações praticamente iguais, o fortalecimento das capacidades sociais (34,8%) e institucionais (33,3%) dos países. Os restantes objetivos afetaram as ações em proporções notavelmente inferiores, que oscilaram entre 6,2% e 7,1% (correspondentes ao Ambiente e às Infraestruturas e Serviços Económicos) e os, algo superiores, 9,0% e 9,5% (estes últimos dentro das rubricas Outros e Setores Produtivos).

Tabela II.3. Mudanças no tratamento dos setores de atividade. 2012-2013*.

2012			2012 e 2013	2013		
DIMENSÃO DA ATIVIDADE		**CÓDIGO ANTIGO**	**SETORES PRODUTIVOS**	**CÓDIGO NOVO**	**DIMENSÃO DA ATIVIDADE**	
Social		11	Educação	11	**Social**	
		12	Saúde	12		
		13	População e saúde reprodutiva	13		
		14	Abastecimento e saneamento de água	14		
		15	Outros	15		
Económica	Infraestruturas e serviços económicos	21	Energia	21	Infraestruturas e serviços económicos	**Económica**
		22	Transporte e armazenamento	22		
		23	Comunicações	23		
		24	Ciência e tecnologia	24		
		25	Banca e finanças	25		
		26	Emprego	26		
		27	Empresas	27		
	Setores produtivos	2A	Extrativas	2A	Setores produtivos	
		2B	Agricultura	2B		
		2C	Silvicultura	2C		
		2D	Pesca	2D		
		2E	Construção	2E		
		2F	Indústria	2F		
		2G	Turismo	2G		
		2H	Comércio	2H		
Outras		31	Governo	31	**Fortalecimento institucional**	
		32	Sociedade civil	32		
		34	Ambiente	41	**Ambiente**	
		36	Prevenção de desastres	42		
		33	Cultura	51	**Outros**	
		35	Género	52		
		37	Outros	53		

Nota*: O detalhe completo do tipo de atividade incluída em cada setor pode ser encontrado na Tabela A.1 do Anexo.

Fonte: SEGIB a partir de uma variante do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) (novembro de 2004).

Matriz II.5. Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por dimensão de atividade. 2012.

MATRIZ II.5.A. **DIMENSÃO SOCIAL**

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECETORES																			
		PRM-BAIXO						PRM-ALTO											PR-ALTO		TOTAL
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Argentina	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Peru	R. Dominicana	Venezuela	Chile	Uruguai	
PRM-BAIXO	Bolívia																				0
	El Salvador																				0
	Guatemala																				0
	Honduras																				0
	Nicarágua																				0
	Paraguai																				0
PRM-ALTO	Argentina	5	2				2						4	0+(2)		1				1	17
	Brasil	3	7	2	3	2	5	3		1	1	4	3	5	3	4	3	5		2	56
	Colômbia	1	1	2	1		2						2						1	1	11
	Costa Rica			1																	1
	Cuba												7								7
	Equador		1													1+(1)		1		1	5
	México			5				0+(2)		1			4		1	3			0+(2)		18
	Panamá																				0
	Peru							1					1+(1)								3
	R. Dominicana																				0
	Venezuela																				0
PR-ALTO	Chile	2	1	2				1			1		2	0+(2)	1	1	2			3	18
	Uruguai		1							1									1		3
TOTAL		11	13	12	4	2	9	7	0	3	2	4	24	9	5	11	5	6	4	8	139

Matriz II.5. Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por dimensão de atividade. 2012.

MATRIZ II.5.B. DIMENSÃO ECONÓMICA. INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECETORES																			
		PRM-BAIXO						PRM-ALTO											PR-ALTO		TOTAL
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Argentina	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Peru	R. Dominicana	Venezuela	Chile	Uruguai	
PRM-BAIXO	Bolívia																				0
	El Salvador																				0
	Guatemala																				0
	Honduras																				0
	Nicarágua																				0
	Paraguai												1		1						2
PRM-ALTO	Argentina	3	2							2	1	2	3		1					1+(1)	16
	Brasil	1					1				2	2	2			3	2		1	1	15
	Colômbia	1	1	1							1		2							1	7
	Costa Rica													0+(1)							1
	Cuba																				0
	Equador		2															2			4
	México	1	1	1		1					3+(1)		3						0+(1)		12
	Panamá																				0
	Peru												2								2
	R. Dominicana																				0
	Venezuela																				0
PR-ALTO	Chile													0+(1)	1						2
	Uruguai		1					0+(1)		1											3
TOTAL		6	7	2	0	1	1	1	0	3	8	4	13	2	3	3	2	2	2	4	64

Matriz II.5. Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por dimensão de atividade. 2012.

MATRIZ II.5.C. DIMENSÃO ECONÓMICA. SETORES PRODUTIVOS.

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECETORES																			
		PRM-BAIXO						PRM-ALTO											PR-ALTO		TOTAL
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Argentina	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Peru	R. Dominicana	Venezuela	Chile	Uruguai	
PRM-BAIXO	Bolívia																				0
	El Salvador																				0
	Guatemala									1											1
	Honduras																				0
	Nicarágua																				0
	Paraguai																				0
PRM-ALTO	Argentina	13				1	7			0+(4)		2	1	0+(2)	2	2	1			3	38
	Brasil	4	1			1	5	1		4		8	1	0+(1)	1	4	6	3			40
	Colômbia						1	1+(4)													6
	Costa Rica													1+(2)							3
	Cuba																				0
	Equador						1														1
	México	3	4	8	4	3		1+(2)	0+(1)		3+(2)	8	4		2	3			0+(2)		50
	Panamá																				0
	Peru												2								2
	R. Dominicana																				0
	Venezuela																				0
PR-ALTO	Chile				1						1	1	7	0+(2)			2			1	15
	Uruguai					1															1
TOTAL		20	5	8	5	6	14	9	1	9	6	19	15	8	5	9	9	3	2	4	157

Matriz II.5. Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por dimensão de atividade. 2012.

MATRIZ II.5.D. **FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL.**

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECETORES																			
		PRM-BAIXO						PRM-ALTO											PR-ALTO		TOTAL
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Argentina	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Peru	R. Dominicana	Venezuela	Chile	Uruguai	
PRM-BAIXO	Bolívia																				0
	El Salvador												2								2
	Guatemala																				0
	Honduras																				0
	Nicarágua																				0
	Paraguai																				0
PRM-ALTO	Argentina	2	3				3			2		1	1			1					13
	Brasil	1	8	1		1	4	1				1	1			1	1			3	23
	Colômbia	1	2	5			2				1			1						0+(1)	13
	Costa Rica																				0
	Cuba																				0
	Equador															1	1				2
	México			3		1					4		1						0+(1)		10
	Panamá						1														1
	Peru																				0
	R. Dominicana																				0
	Venezuela																				0
PR-ALTO	Chile			1			1				1		2	0+(1)	1						7
	Uruguai		2				2			0+(1)											5
TOTAL		4	15	10	0	2	13	1	0	3	6	2	7	2	1	3	2	0	1		76

Matriz II.5. Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por dimensão de atividade. 2012.

MATRIZ II.5.E. **AMBIENTE.**

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECETORES																			
		PRM-BAIXO						PRM-ALTO											PR-ALTO		TOTAL
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Argentina	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Peru	R. Dominicana	Venezuela	Chile	Uruguai	
PRM-BAIXO	Bolívia																				0
	El Salvador																				0
	Guatemala																				0
	Honduras																				0
	Nicarágua																				0
	Paraguai																				0
PRM-ALTO	Argentina	1												0+(1)							2
	Brasil	1	1			1				1						2	2			1	9
	Colômbia										2									1	3
	Costa Rica																				0
	Cuba																				0
	Equador		1				1														2
	México		1	2		2		0+(1)		1	2					1			0+(1)		11
	Panamá																				0
	Peru																				0
	R. Dominicana																				0
	Venezuela																				0
PR-ALTO	Chile				1	1					1		2	0+(1)							6
	Uruguai		1																		1
TOTAL		2	4	2	1	4	1	1	0	2	5	0	2	2	0	3	2	0	1	2	34

Matriz II.5. Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por dimensão de atividade. 2012.

MATRIZ II.5.F. **OUTRAS DIMENSÕES.**

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECETORES																			
		PRM-BAIXO						PRM-ALTO											PR-ALTO		TOTAL
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Argentina	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Peru	R. Dominicana	Venezuela	Chile	Uruguai	
PRM-BAIXO	Bolívia																				0
	El Salvador																				0
	Guatemala																				0
	Honduras																				0
	Nicarágua																				0
	Paraguai																				0
PRM-ALTO	Argentina	1					1					1	3							2	8
	Brasil	2				1	1									1				1	6
	Colômbia		2	2					1		1						1			0+(1)	8
	Costa Rica																				0
	Cuba																				0
	Equador																				0
	México					1				1			2						0+(2)		6
	Panamá																				0
	Peru		1																		1
	R. Dominicana																				0
	Venezuela																				0
PR-ALTO	Chile					1		1						0+(2)							4
	Uruguai							1		1+(1)											3
TOTAL		3	3	2	0	3	2	2	1	3	1	1	5	2	0	1	1	0	2	4	36

Nota: a) Seguindo os critérios do Banco Mundial, à data de 1 de julho de 2013, os países foram classificados de acordo com os seus níveis de Rendimento Nacional Bruto per capita. Nesta base, cada economia foi classificada como País de Rendimento Médio Baixo (RNB per capita entre 1.036 e 4.085 dólares), Rendimento Médio Alto (entre 4.086 e 12.615 dólares), Rendimento Médio Alto (entre 4.086 e 12.615 dólares) e Rendimento Alto (mais de 12.616 dólares).

b) Entre parêntesis apresentam-se aqueles projetos que foram declarados pelos países como "bidirecionais". Nesses casos, os dois países participantes são ao mesmo tempo ofertante e recetor.

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências de Cooperação e Direções Gerais de Cooperação.

Gráfico II.5. Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por grupos setoriais de atividade. 2012.

Em percentagem.

GRÁFICO II.5.A. PROJETOS

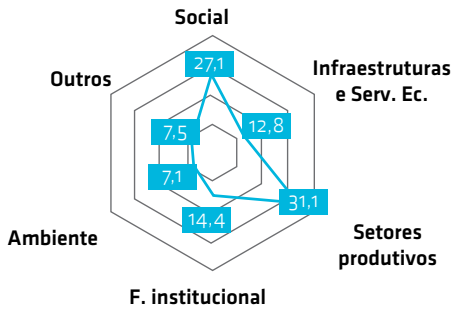
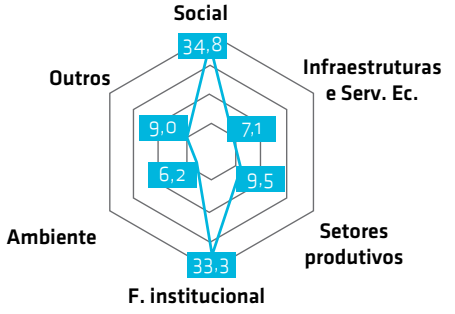


GRÁFICO II.5.B. AÇÕES



Fonte: SEGIB a partir das Agências de Cooperação e Direções Gerais de Cooperação.

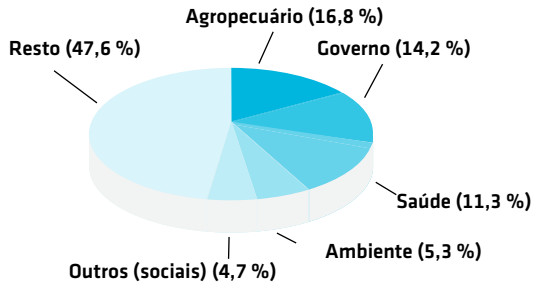
Mais especificamente, a Tabela II.4 e o Gráfico II.6 desagregaram os projetos por setores de atividade e ordenaram-nos conforme tivessem maior ou menor importância relativa sobre o total. A partir da sua observação, constata-se que mais de metade dos 506 projetos se concentraram em apenas 5 setores de atividade (Agricultura, Fortalecimento dos Governos, Saúde, Ambiente e Outros – Sociais) dos 27 possíveis que foram levados em consideração. Em concreto:

a) O apoio a atividades de caráter agropecuário envolveu 85 projetos (16,8% do total). Esse apoio manifestou-se de múltiplas formas, mas há certas temáticas que tenderam a ser recorrentes. Foram os casos:

- Da transferência das experiências que melhoraram o rendimento da obtenção de produtos comuns na região, tais como o cacau, o café, o trigo ou o milho;
- De um tratamento especial que foi dado à agricultura de dimensão familiar, que transferiu conhecimentos e instrumentos de gestão e inclusivamente introduziu os pequenos agricultores no manejo de tudo o que lhes permite reduzir os riscos inerentes a essa atividade (quer, por exemplo, através da implementação de sistemas de rega simples ou melhorando o acesso aos seguros agrícolas e rurais);
- Do processamento à pequena escala de produtos derivados da agropecuária, em especial do gado (destacando-se aqui projetos sobre leite e carne);
- De tudo o que diz respeito ao fitofarmacêutico, um âmbito no qual se registam projetos muito variados que vão desde a investigação epidemiológica até ao tratamento e controlo de pragas e de doenças, e que passa inclusivamente pela criação e conceção de enquadramentos jurídicos que garantam uma produção segundo determinados padrões e com inocuidade.

Gráfico II.6. Distribuição dos projetos de CHSS Bilateral, conforme os principais setores. 2012.

Participação, em percentagem.



Fonte: SEGIB a partir das Agências de Cooperação e Direções Gerais de Cooperação.

b) O segundo principal setor em termos de importância relativa foi o que se situa à volta do fortalecimento institucional dos governos (72 projetos, 14,2% do total). De novo, os projetos foram muito variados mas repetiram algumas temáticas:

- Primaram os centrados na gestão das administrações públicas: transferência de competências gerenciais, modernização tecnológica, progressos nos enquadramentos jurídicos, novas metodologias de atribuição de recursos, entre outros. Neste sentido, os projetos referiram-se, quer à administração pública em geral, quer a alguma das suas instituições. De facto, em 2012 e tal como o Quadro II.4 sugere, 12,5% destes projetos estavam relacionados com as instituições responsáveis pelos assuntos fiscais e de tributação.
- A defesa dos Direitos Humanos foi abordada a partir de perspetivas muito diversas: entre outras, a luta contra a erradicação do trabalho infantil, a luta contra

Tabela II.4. Distribuição dos projetos de CHSS Bilateral, por setores de atividade. 2012.

Número de projetos, em unidades; participação, em percentagem.

CÓDIGO	SETOR DE ATIVIDADE	NÚMERO PROJETOS	PESO SOBRE O TOTAL	FREQUÊNCIA ACUMULADA	PESO DENTRO DO GRUPO	GRUPO (ACUMULADO A 100%)
2B	Agropecuário	85	16,8	16,8	54,1	
31	Governo	72	14,2	31,0	94,7	
12	Saúde	57	11,3	42,3	41,0	
41	Ambiente	27	5,3	47,6	79,4	
15	Outros (sociais)	24	4,7	52,4	17,3	
11	Educação	21	4,2	56,5	15,1	
2F	Indústria	21	4,2	60,7	13,4	
51	Cultura	21	4,2	64,8	58,3	
13	População e saúde reprodutiva	20	4,0	68,8	14,4	
14	Abastecimento e s. água	17	3,4	72,1	12,2	Sociais
21	Energia	16	3,2	75,3	25,0	
2A	Extrativas	15	3,0	78,3	9,6	
23	Comunicações	13	2,6	80,8	20,3	
53	Outros (outras)	13	2,6	83,4	36,1	
24	Ciência e tecnologia	12	2,4	85,8	18,8	
2D	Pesca	12	2,4	88,1	7,6	
2G	Turismo	11	2,2	90,3	7,0	
27	Empresas	10	2,0	92,3	15,6	
2C	Silvicultura	8	1,6	93,9	5,1	
26	Emprego	7	1,4	95,3	10,9	
42	Prevenção de desastres	7	1,4	96,6	20,6	Ambiente
2H	Comércio	5	1,0	97,6	3,2	
25	Banca e finanças	4	0,8	98,4	6,3	
32	Sociedade civil	4	0,8	99,2	5,3	Fortalecimento institucional
22	Transporte e armazenamento	2	0,4	99,6	3,1	Infraestruturas e serv. económicos
52	Género	2	0,4	100,0	5,6	Outros
2E	Construção	0	0,0	100,0	0,0	Setores produtivos
	TOTAIS	**506**	**100,0**	----	----	

Fonte: SEGIB a partir das Agências de Cooperação e Direções Gerais de Cooperação.

QUADRO II.4.

Os sistemas fiscais e de tributação: o incipiente papel da Cooperação Sul-Sul

Indicadores fiscais e de tributação da América Latina e o Caribe. 2000-2011.

Em percentagem sobre do Produto Interno Bruto (PIB).

Região	Receitas Fiscais		Carga de Tributação*	
	2000	2011	2000	2011
América Latina	19,6%	23,6%	12,7%	15,7%
Caribe	24,5%	28,3%	19,3%	23,0%

Nota*: Excluídas as contribuições para a Segurança Social. Fonte: SEGIB a partir da CEPAL (2013).

NOS ÚLTIMOS ANOS, a América Latina tem vindo a manifestar uma preocupação crescente em melhorar a atuação dos seus sistemas fiscais e de tributação. Tal como sugere Pita (2008)[1] numa citação, a preocupação decorre da tomada de consciência de que essa melhoria provoca uma sequência de efeitos positivos, tais como podem ser: o incremento da cobrança de impostos, a diminuição da evasão fiscal e a redução do denominado "fosso tributário" (diferença entre a cobrança potencial e efetiva), tão próprios de realidades com desigualdades de receitas como a latino-americana. Evidentemente, a tudo isto temos de acrescentar a melhoria da capacidade dos governos de libertar recursos a favor da redistribuição e do bem-estar social e, consequentemente, do desenvolvimento das suas economias nacionais e dos seus povos.

Esta mudança de perceção está de acordo com o que aconteceu na região: entre os anos 2007 e 2012, 17 países da América Latina e do Caribe realizaram algum tipo de reforma no seu sistema de tributação e fiscal (CEPAL, 2013). Os ajustes empreendidos dirigem-se fundamentalmente em duas direções:

a) Por um lado, na introdução de novos impostos. Neste sentido, por exemplo, fortaleceu-se a cobrança do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), alargaram-se as imposições sobre o capital e ganharam uma nova importância impostos seletivos sobre o álcool e o tabaco, assim como outros baseados em critérios ambientais e aplicados ao consumo de combustíveis e veículos.

b) Por outro lado, passou-se a reformar a estrutura da administração. Neste caso, a tendência que prevaleceu foi a de descentralizar o sistema (especialmente nos países de maior tamanho), o que por sua vez levou à necessidade de melhorar a coordenação entre os diferentes agentes e instituições que o formam.

Neste quadro de reformas pode observar-se o que aconteceu tanto na América Latina como no Caribe em termos de cobranças. Mais especificamente, e tal como sugere a tabela seguinte, na década compreendida entre 2000 e 2011, as receitas fiscais da América Latina, em percentagem do PIB, aumentaram quatro pontos percentuais (de 19,6% para 23,6%). O mesmo aconteceu com a carga de tributação, que se incrementou de 12,7% para 15,7%. Para ambos os indicadores, os países do Caribe registaram a mesma tendência ascendente.

A aposta no fortalecimento dos sistemas fiscais e de tributação da região, reafirmou-se por sua vez na promoção de uma CHSS Bilateral que teve também como propósito apoiar os processos de mudança das instituições responsáveis por esses assuntos. Assim, tal como se pode observar na tabela seguinte, em 2012 registaram-se 9 projetos sobre temas fiscais e de tributação. Participaram neles países como o Uruguai e o México (que realizaram duas das reformas mais importantes das que foram empreendidas), assim como a Argentina e a Colômbia, que apoiaram fundamentalmente a Guatemala, o Paraguai e El Salvador, três nações imersas em processos de mudança dos seus sistemas fiscais e especialmente zelosas com os apoios recebidos. ■

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação e da CEPAL (2013).

1. http://www.eurosocialfiscal.org/uploads/documentos/20090703_150705_SIST._TRIBU._AMERICA_LATINA.pdf.

PROJETOS DE CHSS BILATERAL NO FORTALECIMENTO FISCAL E DA TRIBUTAÇÃO. 2012.		
Ofertante	**Recetor**	**Projeto**
Argentina	Paraguai	Fortalecimento da capacidade técnica dos funcionários da Subsecretaria de Estado da Tributação
Colômbia	Guatemala	Fortalecimento do modelo de planificação, seguimento e avaliação da gestão e do sistema de gestão de qualidade da Superintendência da Administração Tributária (SAT)
		Fomento de capacidades de pessoal técnico em áreas de quantificação da evasão e estudos tributários
		Fortalecimento da Unidade de Preços de Transferências, intendências de fiscalização, Superintendência da Administração Tributaria (SAT)
México	Guatemala	Troca de materiais e apoio à modernização tecnológica do Centro de Capacitação Tributária e Aduaneira (CENSAT) da Superintendência da Administração Tributária (SAT)
Uruguai	El Salvador	Desenvolvimento do Plano Estratégico Institucional do Ministério das Finanças de El Salvador
		Reforma da administração tributária e análise da sustentabilidade da dívida pública
	Paraguai	Apoio à implementação do Imposto de Renda Pessoal
		Fortalecimento da área de fiscalização

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

QUADRO II.5.

As ações de cooperação no ajuste dos sistemas eleitorais da região

De acordo com o Instituto Federal Eleitoral (IFE) mexicano, os sistemas eleitorais referem-se ao "*conjunto de meios (através dos quais) a vontade dos cidadãos se transforma em órgãos de governo ou de representação política*".[1] A sua forma última pode ser muito variada dependendo das decisões que se tomem sobre os diferentes componentes técnicos que integram a sua complexa estrutura: refere-se, entre outros, por exemplo, à distribuição das circunscrições dos eleitores, à fórmula de candidatura, à modalidade de voto ou à sua transformação em mandatos.

A respeito destes sistemas, a realidade latino-americana mostra uma enorme diversidade. Apenas alguns dados demonstram-no:

a) Em 2007, a América Latina registava 12 tipos diferentes de procedimentos para a eleição dos seus governantes.[2]

b) Entre 1994 e 2011, os sistemas eleitorais latino-americanos mostraram-se muito dinâmicos e sofreram profundas transformações. De facto, nesse período, 13 dos 19 países da região realizaram algum tipo de reforma ou ajuste dos seus sistemas de eleição presidencial; igualmente, 4 deles (Venezuela, 1999; Equador, 2008; Bolívia, 2009 e República Dominicana, 2010) efetuaram o referido ajuste procedendo mesmo à revisão das suas constituições.[3]

Neste contexto de transformação e dinamismo (entre 2008 e 2012, todos os países da região realizaram algum tipo de votação)[4] situam-se as ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral que os países latino-americanos intercambiaram com o objetivo de fortalecerem o seu sistema eleitoral. Neste sentido, a tabela seguinte apresenta as ações registadas em 2012. Tal como se observa, a sucessiva realização de workshops, seminários, assistências técnicas e trocas de experiências, tiveram por objetivo principal fortalecer aspetos bem diversos desses sistemas. No entanto, devemos destacar os relacionados com a implementação do voto eletrónico e com o alargamento do direito de participação aos cidadãos residentes no estrangeiro.

Em concreto:

a) No que se refere ao voto eletrónico, o Brasil foi o primeiro país a promover algumas experiências de caráter ainda pontual. Não obstante, em outubro de 2012, foi a Venezuela que alargou o processo e que se conseguiu transformar no primeiro país (a nível mundial) a automatizar eletronicamente todas as fases do processo eleitoral. Seguindo o seu exemplo, países como a Argentina, o Equador, o México, o Paraguai e o Peru avançaram na sua implementação progressiva mas ainda parcial. A Colômbia e o Panamá[5] pretendem impulsionar a mesma opção em breve.

b) Por seu lado, entre os anos 2008 e 2012, os países da região que autorizaram o voto dos seus nacionais residentes no estrangeiro aumentaram de 10 para 15. Neste sentido, nos últimos anos, aos 10 primeiros (Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, Honduras, México, Panamá, Peru, República Dominicana e Venezuela) acrescentaram-se também a Bolívia (2009) e mais recentemente o Paraguai, El Salvador e Costa Rica (que o aplicarão pela primeira vez nas eleições a realizar entre 2013 e 2014). Igualmente, outros, como o Chile estão em processo de garantir esse direito. Um caso excecional é o da Nicarágua, que o tem contemplado na sua legislação desde o ano 2000, mas os requisitos técnicos associados ao seu exercício não permitiram até agora a sua aplicação efetiva.[6] ■

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação, assim como de consultas no Instituto Federal Eleitoral do México (http://www.ife.org); International Institute for Democracy and Electoral Assistance (IDEA) (http://www.idea.int); Latinobarómetro Database (http://www.latinobarometro.org/lat.jsp); e Revista Mundo Electoral (http://www.mundoelectoral.com).

1. http://www.ife.org.mx/documentos/DECEYEC/sistemas_electorales_y_de_partid.htm#11
2. http://www.idea.int/americas/ep.cfm
3. http://www.ife.org.mx/docs/IFE-v2/CAI/CAI-publicaciones/docs/2011/ELECC-LEGYPRES.pdf).
4. http://www.latinobarometro.org/documentos/LATBD_INFORME_LATINOBAROMETRO_2010.pdf
5. http://www.rpp.com.pe/2012-09-17-tendencias-del-voto-electronico-en-america-latina-noticia_522552.html
6. http://www.mundoelectoral.com/html/index.php?id=1007

AÇÕES DE CHSS BILATERAL NO FORTALECIMENTO DE SISTEMAS ELEITORAIS. 2012.

Ofertante	Recetor	Ação	
		Nome	Tipo de atuação
Colômbia	Peru	Implementação gradual do voto eletrónico no quadro do *Programa de Fortalecimento de Partidos e Processos Políticos*	Intercâmbio de experiências
México	Peru	Voto a partir do estrangeiro	Painel
Panamá/ Peru	Panamá/ Peru	O papel da sociedade civil na reforma eleitoral: os casos do Panamá e do Peru	Workshop (Bidirecional)
Peru	Equador	Experiência desenvolvida pelo Júri Nacional de Eleições (JNE) através do projeto "Voto informado"	Assistência técnica
Uruguai	Peru	Transmissão dos resultados das eleições no quadro da segurança eleitoral	Seminário
Venezuela	Peru	Auditorias ao sistema automatizado de votação venezuelano	Workshop

Fonte: SEGIB partir das declarações das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

QUADRO II.6.

A CHSS Bilateral em 2012: o ineludível compromisso com os povos indígenas

PROJETOS DE CHSS BILATERAL COM POPULAÇÕES INDÍGENAS. 2012.

Ofertante	Recetor	Projeto
Brasil	El Salvador	Apoio às ações de Cuidados de Saúde e Formação de Povos Indígenas
Chile	Equador	Estratégias de Fortalecimento do Modelo de Gestão e Cuidados de Saúde Intercultural/ Fortalecimento da Política Pública de Interculturalidade
México	El Salvador	Desenvolvimento do turismo em comunidades indígenas de El Salvador
	Nicarágua	Fortalecimento da administração e manejo dos governos territoriais dos povos indígenas e afrodescendentes nas regiões autónomas da Nicarágua
	Panamá	Assessoria em gestão e administração escolar (educação intercultural bilingue)
	Peru	Análise da variabilidade genómica da população indígena e mestiça do Peru como plataforma para o desenvolvimento da medicina genómica
Peru	Argentina	Promoção das Saúde Intercultural com Comunidades Indígenas

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

APESAR DOS ESFORÇOS que foram realizados a partir de diferentes âmbitos, ainda hoje os números relacionados com os povos indígenas são muito relativos e costumam depender da fonte que se consulta. Na verdade, no âmbito estritamente latino-americano e caribenho e no próprio seio das Nações Unidas, os dados proporcionados por duas das suas agências (a da Infância - UNICEF - e a do Desenvolvimento - PNUD) mostram-se discrepantes: assim e de acordo com a UNICEF, a população indígena da América Latina e do Caribe situa-se por volta dos 30 milhões de pessoas, um valor notavelmente inferior aos 50 milhões estimados pelo PNUD. À incerteza sobre o valor global acrescenta-se a enorme heterogeneidade na sua distribuição ao longo da região: considerando de novo dados da UNICEF, 87,0% dessa população está concentrada em cinco países (no México, o país com maior número em termos absolutos - 9 milhões, na Guatemala, no Peru, na Colômbia e na Bolívia, este último o de maior concentração, pois 66,2% da sua população nacional é por sua vez indígena).[1,2]

Considerando portanto as estimativas mais generosas, os indígenas tendem a representar entre 7% e 8% da população total da região.[3] Mas, para além do seu peso relativo, a importância que se dá a estes povos constata-se por outros dados. Assim, por exemplo e até à data, apenas 22 países em todo o mundo ratificaram o instrumento fundamental do Direito Internacional para a proteção dos povos indígenas: a Convenção número 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). No entanto, catorze dos países signatários (mais de metade) pertencem à região latino-americana e caribenha.[4]

Neste contexto, não é de estranhar que em 2012 se registasse um número crescente de projetos de CHSS Bilateral dedicados a melhorar as condições de vida destes povos. Embora a atividade neste âmbito seja ainda incipiente, envolve países como o México e o Peru, assim como outros centro-americanos e andinos, e o Brasil, o Chile e a Argentina. Igualmente, e apesar de se tratarem de projetos de caráter multissetorial (fortalecimento do turismo como via de geração de receitas, fortalecimento dos governos e educação), sem dúvida que os que mais se repetem tendem a estar relacionados com o setor da saúde e com a implementação de uma atenção intercultural.

1. http://www.unicef.org/lac/pueblos_indigenas.pdf
2. http://www.undp.org/content/undp/es/home/presscenter/pressreleases/2013/05/22/pueblos-indigenas-en-america-latina-pese-a-los-avances-en-la-participacion-politica-las-mujeres-son-las-mas-rezagadas-segun-el-pnud/
3. http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/PublicacionesEstadisticas.asp?idioma=e
4. http://www.survival.es/campanas/convenio169

Com efeito, quase todos os estudos sobre povos indígenas coincidem em evidenciar a sua vulnerabilidade face à pobreza, à pobreza extrema e à doença.[5] De facto, e de acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPS), 40% da população indígena latino-americana e caribenha ainda não tem acesso a serviços de saúde de caráter básico. Isso faz com que a referida população sofra com mais frequência e virulência de doenças que tradicionalmente se associam à não disponibilidade de água potável assim como à pobreza (entre outras, o caso da tuberculose, da malária ou da pneumonia).[6]

Dado serem também populações que tradicionalmente receiam os tratamentos médicos convencionais, uma das tarefas pendentes mais importantes para ultrapassar o atraso desta população em termos de saúde, reside em aplicar tratamentos que fomentem a interculturalidade. Neste sentido, tratam-se de sistemas de saúde que harmonizam os conhecimentos e os tratamentos médicos de todas as culturas envolvidas. O seu fomento (que tal como se observa está na agenda de cooperação que se está a aplicar na região) permite superar os anteriores receios e criar condições de maior e melhor acesso à saúde para os povos indígenas.[7] ■

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação, assim como de dados estatísticos das Agências das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Comissão Económica para América Latina e o Caribe (CEPAL), da Survival International e da Organização Pan-Americana da Saúde (OPS).

5. http://assets.survivalinternational.org/static/files/campaigns/PCK_SPANISH_LONG.pdf

6. http://www.cdi.gob.mx/participacion/dlupe/salud_pueblos_indigenas_americas.pdf

7. http://www.paho.org/can/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=6569&Itemid=

o tráfico de seres humanos, a contagem de vítimas, a identificação de desaparecidos, os avanços em trabalhos de antropologia genética e na criação de bancos de perfis genéticos.

- Aos anteriores acrescentam-se outros projetos de fortalecimento institucional, também numerosos, nos âmbitos da justiça, da defesa, e da segurança dos cidadãos.

- Devemos por fim destacar que, a prioridade dada às capacidades da administração pública esteve também muito presente no perfil das ações, tendo representado um terço destas. Para o ilustrar, foi elaborado o Quadro II.5, cuja leitura pormenoriza e contextualiza o caso das ações orientadas para fortalecer os sistemas eleitorais.

c) Outro setor relevante foi o da saúde. Neste caso, destacaram-se os intercâmbios promovidos nos âmbitos da investigação clínica, da vigilância epidemiológica, do controlo de doenças, do desenvolvimento de fármacos e do fortalecimento da gestão do próprio sistema de saúde. Igualmente, uma parte dos projetos de saúde (mas não apenas nesse setor) orientaram-se para um grupo especialmente vulnerável: o dos povos indígenas (ver Quadro II.6, no qual se explica a sua situação na região e a incipiente transversalização deste tema na Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral de 2012).

d) Por último, detalharam-se as temáticas abordadas nos âmbitos do ambiente e em "outros" perfis sociais (27 e 24 projetos, respetivamente). Aqui, destacaram-se os projetos para a preservação e gestão de áreas naturais, a capacitação em indicadores de medição e avaliação ambiental, o tratamento de resíduos e a implementação de tecnologias limpas, assim como o fortalecimento de programas sociais muito centrados em grupos que por diferentes motivos são considerados vulneráveis (crianças, jovens, deficientes...).

II.5.2. PERFIL DAS CAPACIDADES E NECESSIDADES DOS PAÍSES

Com o fim de saber que tipo de capacidades e necessidades prevaleceram na cooperação que os países latino-americanos trocaram em 2012, elaboraram-se as figuras que seguem:

a) Gráficos que incluem a participação relativa de cada grupo setorial sobre o total dos projetos oferecidos/recebidos pelos principais ofertantes e recetores, respetivamente.

b) Uns segundos gráficos que, de forma análoga aos anteriores mas desagregando mais por nível de atividade, incluem a importância relativa de cada setor, por país e papel.

c) Tabelas que medem o perfil setorial de ofertantes e recetores de acordo com os valores proporcionados pelos Índices de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR) ou de Bela Balassa. Vale a pena lembrar aqui que este é um indicador alternativo, que ajuda a constatar quão importante é um grupo setorial sobre o total oferecido ou recebido por país. Por esta via e de acordo com os parâmetros normalizados, a importância de um grupo setorial reflete-se em valores superiores a 0,9.[9]

Assim, e no que se refere aos países que principalmente exerceram o papel de ofertantes, podemos observar os Gráficos II.7 (por grupos setoriais e pesos relativos), a Tabela II.5 (grupos e IVCR) e o Gráfico II.8 (desagregado por setores de atividade). Destes depreende-se que:

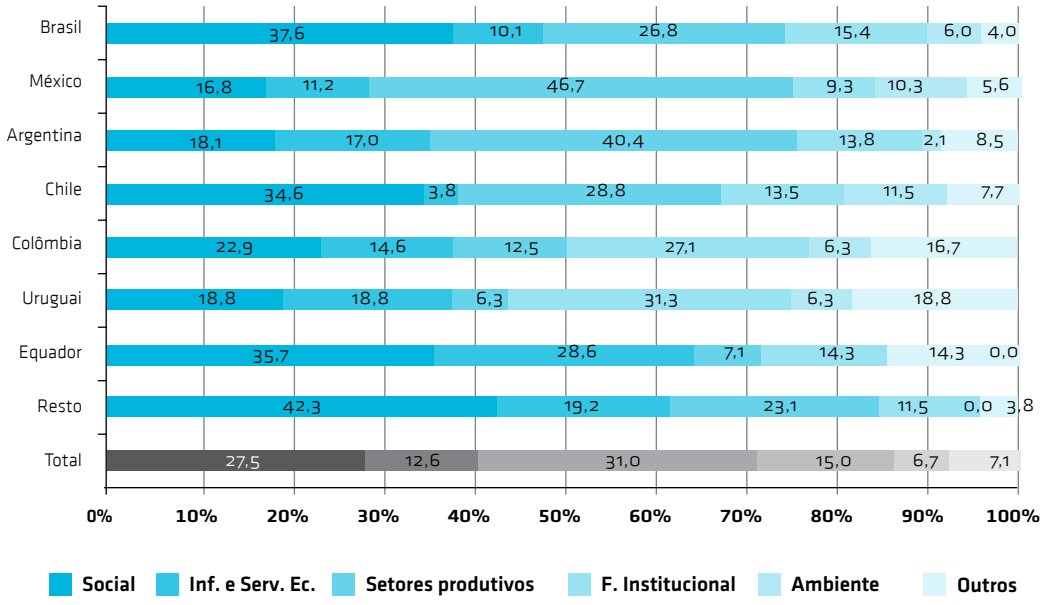
a) Cerca de 75% dos projetos que o Brasil executou ao longo de 2012 dividiram-se em proporções muito semelhantes entre Social (37,6%) e Económico (36,1%). Dentro destes, houve uma participação muito superior dos Setores produtivos (26,8%) face às Infraestruturas e serviços económicos (10,1%). De facto, a força do Brasil à volta destes grupos de atividades corrobora-se por sua vez pelos resultados em termos de IVCR, pois são precisamente as dimensões Sociais e os Setores produtivos (Tabela II.5) os que registam valores superiores ao 0,9 estabelecido como parâmetro (1,4 e 1,0, em cada caso).

   Por setores, na CHSS Bilateral do Brasil primou o setor agropecuário (uma quinta parte dos 149 projetos). Trataram-se, fundamentalmente, de transferências de capacidades nos âmbitos fitofarmacêutico, de apoio a sistemas de inovação e informação, assim como de criação de cadeias produtivas e agronegócios. Curiosamente, e por ordem de importância relativa, destacou-se um segundo setor que se classifica à margem do socioeconómico: o dedicado ao fortalecimento das instituições públicas (15,4%). Neste caso, destacaram-se os projetos nas áreas da defesa (capacitação de militares) e da proteção dos direitos das crianças, adolescentes e jovens.

9. Tal como já observamos na edição anterior deste Relatório, o Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR) ou de Bela Balassa é um indicador usado no âmbito do comércio internacional para se conhecerem os perfis de especialização de um país. Nas suas diferentes versões, este Índice determina quão competitivo (ou quão forte ou fraco) é um país (por exemplo) na exportação de um determinado tipo de produto. Neste caso, a sua fórmula mais habitualmente usada é $IVCR = (X^i_a / X^i_w) / (X^t_a / X^t_w)$, em que X^i_a / X^i_w se refere ao peso que as exportações do *país a* do *produto i* têm sobre o total das exportações mundiais desse mesmo produto; e X^t_a / X^t_w, ao peso que as exportações totais do mencionado *país a* têm sobre o total das exportações mundiais. Por outras palavras, o índice dá ideia de quão importante é um produto na exportação de um país, tendo em conta a sua própria importância como país exportador. Neste sentido, a opção de aplicar este raciocínio à Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral passa por realizar algumas mudanças de variáveis e objetivos: por um lado, as exportações substituem-se pela oferta de projetos, os produtos pelos setores de atividade, e o total mundial pelo conjunto do espaço ibero-americano; por outro, o que se procura agora é saber que importância tem uma dimensão de atividade no conjunto dos projetos executados por um país e, por sua vez, se há muitos ou poucos países que partilham essa força (SEGIB, 2012).

Gráfico II.7. Perfil setorial da cooperação realizada pelos principais ofertantes. 2012.

Em percentagem.



Nota: Para que seja significativo, só se calcula o perfil daqueles ofertantes que realizaram, no mínimo, 10 projetos.

Fonte: SEGIB a partir das Agências de Cooperação e Direções Gerais de Cooperação.

Tabela II.5. Perfil setorial dos principais ofertantes, conforme o IVCR ou de Bela Balassa. 2012.

IVCR, com uma casa decimal.

OFERTANTES	DIMENSÕES SETORIAIS					
	Sociais	Económicas		Fortalecimento Institucional	Ambiente	Outras
		Infraestruturas e serviços ec.	Setores produtivos			
Brasil	1,4	0,4	1,0	0,6	0,2	0,1
México	0,6	0,4	1,7	0,3	0,4	0,2
Argentina	0,7	0,6	1,5	0,5	0,1	0,3
Chile	1,3	0,1	1,1	0,5	0,4	0,3
Colômbia	0,8	0,5	0,5	1,0	0,2	0,6
Uruguai	0,7	0,7	0,2	1,1	0,2	0,7
Equador	1,3	1,0	0,3	0,5	0,5	0,0
Resto	1,5	0,7	0,8	0,4	0,0	0,1

Nota: Para que seja significativo, só se calcula o perfil daqueles ofertantes que realizaram, no mínimo, 10 projetos.

Fonte: SEGIB a partir do PIFCSS (2013) e das Agências de Cooperação e Direções Gerais de Cooperação.

Gráfico II.8. Perfil de capacidades dos principais ofertantes, conforme o setor de atividade. 2012.

Em percentagem.

GRÁFICO II.8.A. BRASIL

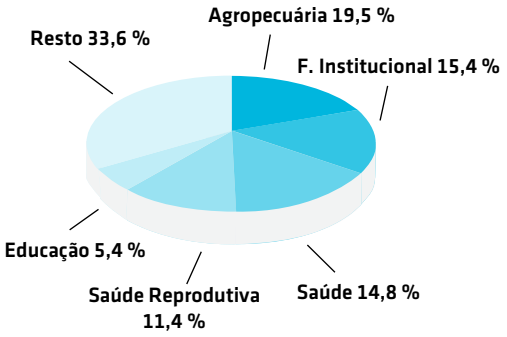


GRÁFICO II.8.B. MÉXICO

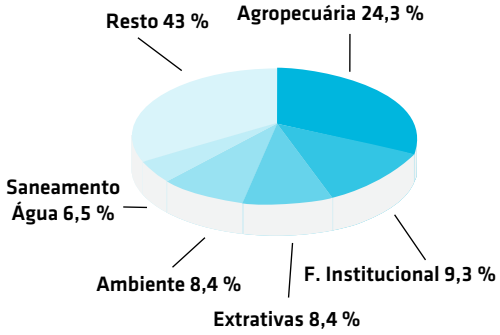


GRÁFICO II.8.C. ARGENTINA

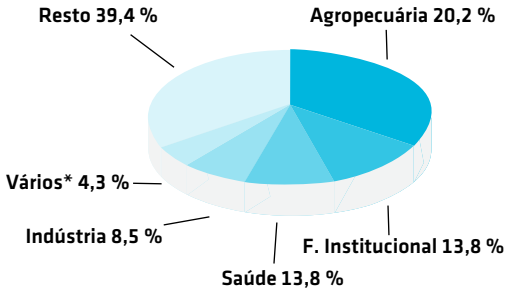


GRÁFICO II.8.D. CHILE

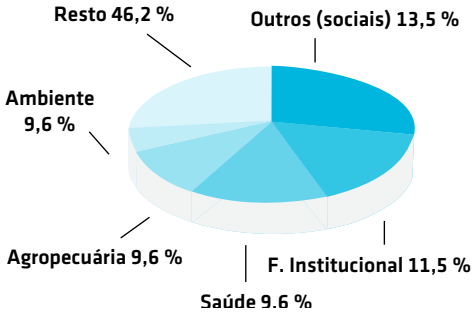
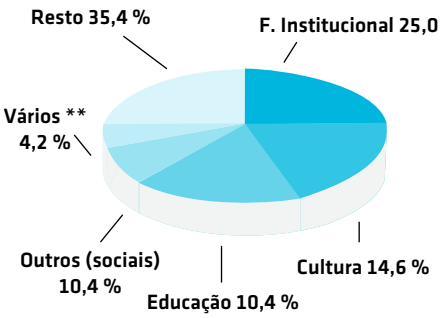


GRÁFICO II.8.E. COLÔMBIA



Nota: Vários* refere-se, indistintamente, aos setores da Energia, do Turismo e do Fortalecimento Institucional (todos com um peso de 4,3% sobre o total da CHSSB oferecida pela Argentina); por seu lado, Vários** refere-se, também de forma indistinta, aos setores da Energia, das Comunicações, da Ciência e da Tecnologia, da Agropecuária e do Ambiente (todos com um peso de 4,2% sobre o total da CHSSB oferecida pela Colômbia).

Fonte: SEGIB a partir das Agências de Cooperação e Direções Gerais de Cooperação.

Igualmente, completaram o perfil da cooperação brasileira os setores sociais (Saúde -14,8%-, Saúde Reprodutiva -11,4%- e Educação -5,4%-) e em especial tudo o que está relacionado com o apoio aos sistemas nacionais de saúde, ao tratamento de doenças específicas (VIH/SIDA, câncer, dengue), ao âmbito farmacêutico, à saúde maternoinfantil e ao apoio à formação profissional, isto só para referir alguns.

b) Entretanto, o México e a Argentina (segundo e terceiro ofertantes) mostraram uma tendência marcada para o âmbito Económico: 57,9% e 57,4% do total executado, respetivamente. Não obstante, dentro desse âmbito, numa proporção que oscilou entre 50% e 60%, a maior parte voltaram a ser projetos para fortalecer os Setores produtivos. De facto, os ICVR associados a estes voltaram a ser os mais elevados (1,7 e 1,5, em cada caso).

   Além disso, para ambos os países, a atividade agropecuária foi a que mais esforços concentrou, pois representou 1 de cada 4 projetos mexicanos e 1 de cada 5 argentinos. No entanto, os perfis específicos diferiram, pois o México registou um dinamismo maior no campo fitofarmacêutico e no que se relaciona com a avaliação e minimização dos riscos associados à atividade; enquanto que a Argentina mostrou uma clara preferência pelos projetos pecuários (em especial bovinos, espécies autóctones crioulas e camelídeos, entre outros).

   Os dois ofertantes coincidiram também na aposta pelo Fortalecimento institucional dos países parceiros (segundo setor mais importante, representando 9,3% e 13,8% dos seus projetos executados, respetivamente). As diferenças expressaram-se no restante perfil, pois enquanto que o México deu prioridade à transferência de capacidades nos âmbitos Extrativo (8,4%), Ambiental (8,4%) e de Abastecimento e saneamento de água (6,5%); a Argentina fê-lo nos da Saúde (13,8%) e do apoio à Indústria (8,5%).[10]

   De qualquer forma, uma ilustração da clara tendência económica do México na hora de cooperar (sobretudo com os seus vizinhos centro-americanos), fica patente no Quadro II.7.

c) Por seu lado, o Chile (quarto ofertante) foi o país que em maior medida partilhou o padrão do Brasil: 75% dos seus projetos estão relacionados com os âmbitos Social (34,6%) e Económico (37,7%); uma maioria destes últimos (9 de cada 10) orientados para o fortalecimento dos Setores produtivos; e com uns ICVR que também apoiam o anterior, com valores acima de 0,9 para o Social e o Produtivo (de 1,3 e 1,1, respetivamente).

   As diferenças mais relevantes surgem quando desagregamos por setores de atividade. Neste sentido, no caso chileno (Gráfico II.8.D), a principal atividade não seria a agropecuária (quarta em importância relativa) mas tudo o que se relaciona com a promoção das Políticas de proteção social (especialmente com a infância e a juventude) e de acesso à Habitação de famílias com menos recursos (13,5% dos 52 projetos de 2012). Seguiram-se, por ordem de importância relativa, a cooperação destinada ao Fortalecimento das instituições públicas (11,5%), à Saúde (9,6%) e ao Ambiente (9,6%).

d) Entretanto, a Colômbia apresentou um dos perfis mais diversificados e com menor peso no conjunto das atividades socioeconómicas (apenas metade dos 48 projetos de 2012, em proporções próximas de 22,9% e de 27,1%, respetivamente). Além disso, dentro dos económicos também não primaram os Setores produtivos, mas sim os destinados a reforçar as Infraestruturas e os serviços (14,6%) como podem ser os relacionados com a Energia, as Comunicações e a universalização da Ciência e da Tecnologia.

   De facto, os projetos com maior peso relativo foram os orientados para o Fortalecimento Institucional (25% do total e 1,0 do ICVR), tais como os de apoio à Gestão pública, os de Resolução de conflitos e os de Cooperação. Igualmente, destacaram-se os executados no âmbito da Cultura (14,6% dos 48 finais), cujo tratamento especial se mostra no Quadro II.8. Outra quinta parte da cooperação Colômbiana incluiu atividades nos setores da Saúde e das Políticas sociais e de habitação (10,4% cada um).

e) Finalmente, para o Uruguai e o Equador, o menor volume relativo de projetos (16 e 14), dificultou as estimativas dos seus perfis. Mesmo assim, nota-se uma enorme semelhança entre o padrão de cooperação uruguaio e o chileno (menos de metade nas áreas socioeconómicas; mais peso nas Infraestruturas que nos Setores económicos; e proporções semelhantes às do Chile no Fortalecimento institucional, Ambiente e Outros); assim como a importância para o Equador da transferência de capacidades Sociais (35,7%) e Económicas (outro 35,7%) e especialmente de Infraestruturas e serviços (mais del 28% em Ciência e Tecnologia, Comunicações e apoio a Empresas).

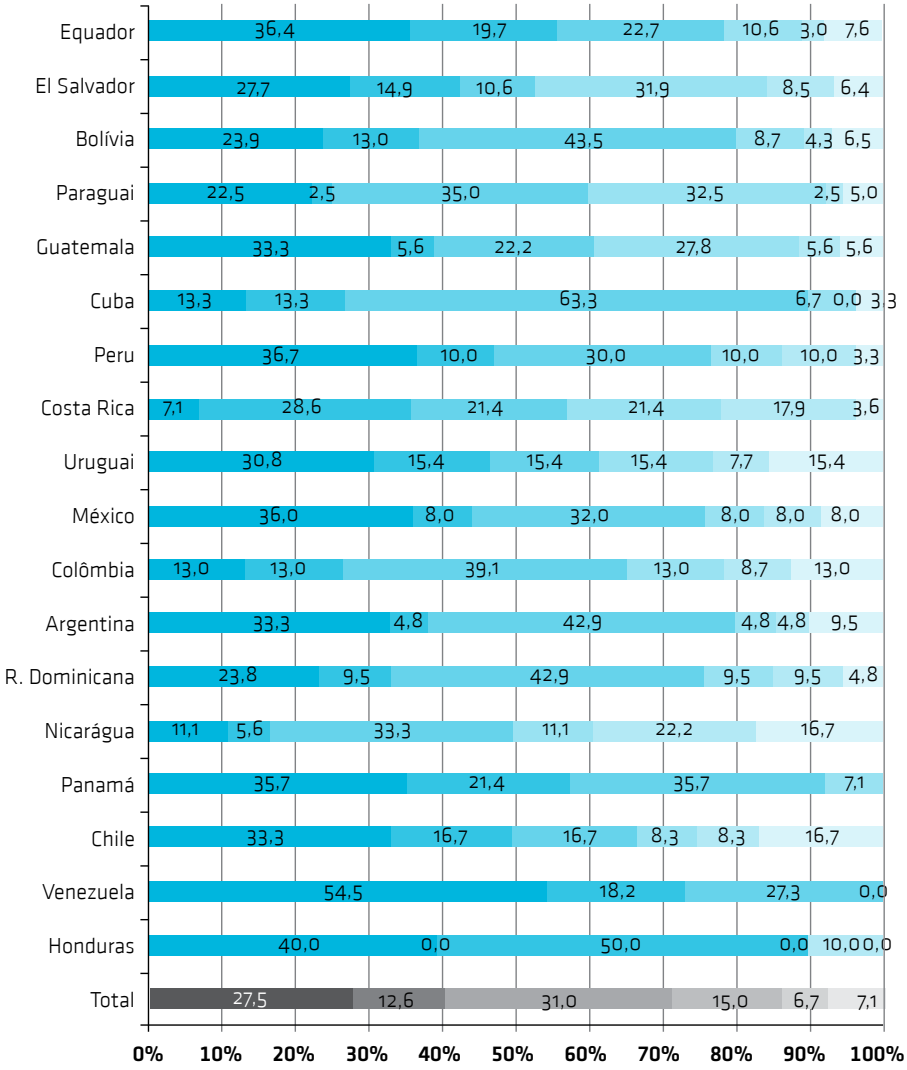
Por outro lado e no que se refere ao exercício do papel de recetores, devemos agora observar os Gráficos II.9, a Tabela II.6 e o Gráfico II.10, todos análogos aos anteriormente apresentados. A partir da sua observação conjunta podemos identificar, em primeiro lugar, diferentes perfis de país em função da importância relativa das capacidades socioeconómicas. Com efeito, e considerando, para que seja significativo, os países que receberam mais de 20 projetos:

a) Há um primeiro grupo (Equador e Bolívia - primeiro e terceiro recetor - junto com Cuba, Peru, México, Argentina e República Dominicana) para o qual o apoio a atividades socioeconómicas terá sido muito significativo, pois representou entre 75% e 90% dos projetos recebidos. Igualmente, dentro do mesmo grupo podemos distinguir:

10. Ver em pormenor no referido Quadro II.9, a importância do âmbito Social tanto no perfil de ofertante da Argentina como no de recetor do Equador.

Gráfico II.9. Perfil setorial da cooperação recebida pelos países. 2012.

Em percentagem.



Nota: Para que seja significativo, só se calcula o perfil daqueles países que receberam, no mínimo, 10 projetos.

Fonte: SEGIB a partir das Agências de Cooperação e Direções Gerais de Cooperação.

- Entre aqueles para os quais os âmbitos Social e Económico mantiveram proporções muito semelhantes (Equador, Peru, México e Argentina) relativamente àqueles para os quais o que realmente prevaleceu foi o âmbito Económico (Bolívia e República Dominica juntamente com Cuba). De facto, Cuba apresentou a relação mais extrema: do total de 30 projetos recebidos, 77% foram orientados para as capacidades económicas e apenas 13% para as sociais.

- No estritamente económico, para quase todos os países o proeminente foi o apoio ao âmbito Produtivo (na verdade, e para esta dimensão setorial - Tabela II.6 - quase todos têm associados ICVR superiores a 1,0). As exceções são o Equador, a Bolívia e Cuba, para os quais os projetos destinados a melhorar as condições de funcionamento das suas economias chegaram a representar entre 13% e 20% do que foi recebido, com os respetivos Índices de VCR elevados, oscilando entre 1,0 e 1,6.

Tabela II.6. Perfil setorial dos principais recetores, conforme o IVCR ou de Bela Balassa. 2012.

IVCR, com uma casa decimal.

OFERTANTES	DIMENSÕES SETORIAIS					
	Sociais	Económicas		Fortalecimento Institucional	Ambiente	Outras
		Infraestruturas e serviços ec.	Setores produtivos			
Equador	1,3	1,6	0,7	0,7	0,5	1,1
El Salvador	1,0	1,2	0,3	2,1	1,3	0,9
Bolívia	0,9	1,0	1,4	0,6	0,6	0,9
Paraguai	0,8	0,2	1,1	2,2	0,4	0,7
Guatemala	1,2	0,4	0,7	1,8	0,8	0,8
Cuba	0,5	1,1	2,1	0,4	0,0	0,5
Peru	1,3	0,8	1,0	0,7	1,5	0,5
Costa Rica	0,3	2,3	0,7	1,4	2,7	0,5
Uruguai	1,1	1,2	0,5	1,0	1,1	2,2
México	1,3	0,6	1,0	0,5	1,2	1,2
Colômbia	0,5	1,0	1,3	0,9	1,3	1,9
Argentina	1,2	0,4	1,4	0,3	0,7	1,4
R. Dominicana	0,9	0,8	1,4	0,6	1,4	0,7
Nicarágua	0,4	0,4	1,1	0,7	3,3	2,4
Panamá	1,3	1,7	1,2	0,5	0,0	0,0
Chile	1,2	1,3	0,5	0,6	1,2	2,4
Venezuela	2,0	1,4	0,9	0,0	0,0	0,0
Honduras	1,5	0,0	1,6	0,0	1,5	0,0

Nota: Para que seja significativo, só se calcula o perfil daqueles países que receberam, no mínimo, 10 projetos.

Fonte: SEGIB a partir das Agências de Cooperação e Direções Gerais de Cooperação.

b) Por contraste, o segundo grupo (El Salvador, Paraguai e Guatemala - segundo, quarto e quinto principais recetores - juntamente com a Costa Rica, o Uruguai e a Colômbia) partilhou um perfil no qual o âmbito socioeconómico continuou a ser maioritário (mais de 50% dos projetos recebidos) mas em que a soma de ambas as dimensões mostra um peso significativamente menor e nunca superior a 65% (uns dez pontos percentuais abaixo dos 75% que no mínimo se registaram no primeiro dos grupos). Devemos também destacar que:

- A maior parte deles partilhou um perfil no qual os âmbitos Social e Económico apresentaram proporções ou muito próximas (El Salvador, Guatemala e Paraguai) ou claramente tendendo para o segundo (Paraguai, Costa Rica e Colômbia).
- No âmbito estritamente económico, a maioria também apresentou um perfil com um peso proeminente dos Setores Produtivos. A exceção foi a Costa Rica, que concentrou quase a terça parte dos projetos recebidos para apoiar a criação de Infraestruturas e serviços económicos, um dado que explica por que este é o país que, para este grupo setorial, apresenta o ICVR mais elevado (de 2,3).

Dadas as estruturas setoriais descritas, o grau de participação de outro tipo de atividades (Fortalecimento institucional, Ambiente e Outros) no perfil de cooperação dos recetores, foi mais elevado quanto mais baixa foi a importância relativa mantida pelo conjunto dos projetos de caráter Social e Económico. Esta proporcionalidade inversa explica que os países do segundo grupo (pesos do âmbito socioeconómico inferiores a 65%) se moveram em faixas de participação relativas das outras dimensões de atividade mais elevadas que as correspondentes ao primeiro (peso mínimo do âmbito socioeconómico de 75%). Em concreto:

a) Os projetos que melhoraram as capacidades institucionais dos governos mantiveram, para o primeiro grupo, pesos relativos que oscilarem entre 4,8% da Argentina e 10,6% do Equador. Essa faixa de valores aumentou e alargou-se para o segundo grupo, pois passou a movimentar-se entre 13,0% da Colômbia e 32,5% do Paraguai.

b) A mesma dinâmica reproduziu-se naqueles projetos que foram executados para apoiar a proteção e preservação do Ambiente: a importância relativa oscilou entre 0,0% de Cuba e 10,0% do Peru, para o primeiro grupo; e num intervalo de valores superior, entre 2,5% do Paraguai e 17,9% da Costa Rica, para o segundo.

c) No que se refere à participação da cooperação que fortaleceu outros modelos de desenvolvimento, para o primeiro grupo, os valores variaram entre 3,3% do Peru e de Cuba, e 9,5% da Argentina, e para o segundo entre 3,6% da Costa Rica e 15,4% do Uruguai.

Finalmente, o Gráfico II.10 apresenta os perfis correspondentes aos 5 principais recetores (Equador, El Salvador, Bolívia, Paraguai e Guatemala), por setores de atividade. Tal como se observa, em 2012 os referidos perfis tenderam a mostrar uma certa heterogeneidade. Em concreto:

a) No caso do Equador, prevaleceram os esforços por apoiar a Saúde (1 de cada 5 dos 66 projetos recebidos em 2012). Esta prioridade está estreitamente relacionada com o processo de mudança que o país está a viver, assim como com a consequente necessidade de melhorar a gestão de um sistema que deve garantir o seu acesso em condições de qualidade (ver Quadro II.9). Igualmente, destacaram-se os projetos dedicados a fortalecer as Administrações Públicas, assim como a garantir os direitos das crianças e dos jovens (10,6%); ao Saneamento e melhoria do fornecimento de água potável (9,1%), os que potenciam as Comunicações (desde os serviços postais até às emissões de televisão) (9,1%) e os agropecuários, relacionados com o fitofarmacêutico e a segurança alimentar (também 9,1%).

b) El Salvador, por sua parte, concentrou um terço da cooperação recebida no fortalecimento das instituições públicas, destacando-se aqui os projetos dedicados à segurança, à defesa dos direitos humanos e à resolução de conflitos (31,9%). Complementaram o perfil deste país, até aos dois terços dos 47 projetos recebidos: os orientados para a Saúde (12,8%) a partir de perspetivas muito específicas (em termos de especialidades – gerontologia social ou hemoderivados, doenças – chagas, e inclusivamente grupos – indígenas), e outros de apoio ao desenho e implementação de políticas de proteção social e de habitação (8,5%), assim como à agropecuária (8,5%), que neste caso afetaram ramos bem diferentes, entre os quais devemos incluir a agricultura, a criação de gado e a apicultura.

c) Entretanto, na cooperação da Bolívia prevaleceu, em primeiro lugar, o fortalecimento da agropecuária: quase 35% dos 46 projetos recebidos foram preferencialmente dedicados à melhoria do rendimento e da produtividade, aos progressos fitofarmacêuticos e ao processamento de produtos básicos, tais como o leite e a carne. Em segundo lugar, destacou-se outro terço dos projetos, neste caso os relacionados com a Saúde (a vigilância epidemiológica e o tratamento de doenças), com o Fortalecimento institucional (sobretudo antropologia forense), e com a promoção da habitação e a inclusão de pessoas deficientes.

d) Para o Paraguai revelou-se básico o apoio recebido no âmbito institucional (30,0%), quer com o objetivo de reorganizar e modernizar a estrutura da sua Administração Pública, quer para capacitar os funcionários ou conceber políticas governamentais. Igualmente, praticamente outros 30% dos projetos tiveram como propósito criar alternativas económicas e de receitas, especialmente para famílias e pequenos produtores, a partir de dois setores produtivos concretos: o Agropecuário (15,0%) e o Turismo (12,5%). Completou o perfil o que aconteceu na área da Saúde (10,0%), especialmente da epidemiologia e dos fármacos.

e) Finalmente, a Guatemala (36 projetos recebidos) tendeu a concentrar a sua cooperação no fortalecimento de três tipos de capacidades: as institucionais, sobretudo as relacionadas com o seu sistema fiscal e de tributação, a segurança nacional e a defesa dos Direitos Humanos (1 de cada 4 projetos); a Educação, numa tentativa clara de melhorar a qualidade tanto da formação geral como da profissional, assim como de universalizar o seu acesso (1 de cada 5); e uma combinação da proteção da infância e da juventude, juntamente com a minimização dos riscos para a economia rural e a melhoria da segurança alimentar (1 de cada 3).

Gráfico II.10. Perfil das necessidades dos principais recetores, conforme o setor de atividade. 2012.

Em percentagem.

GRÁFICO II.10.A. EQUADOR

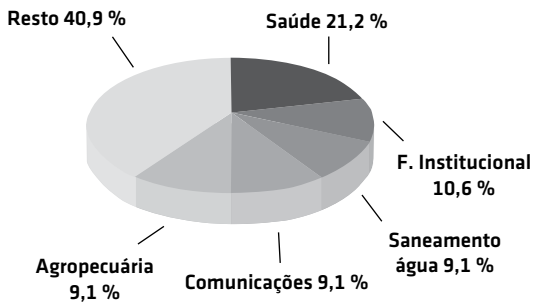


GRÁFICO II.10.B. EL SALVADOR

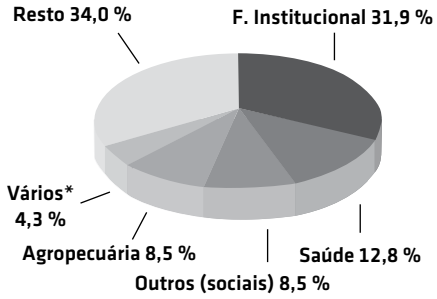


GRÁFICO II.10.C. BOLÍVIA

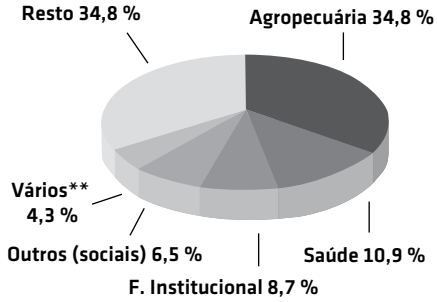


GRÁFICO II.10.D. PARAGUAI

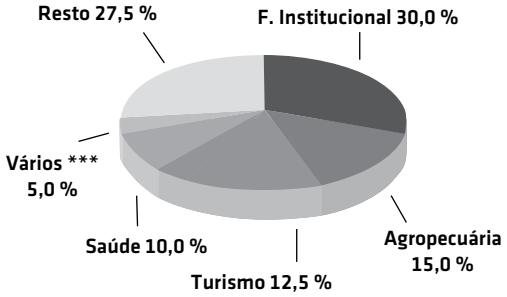
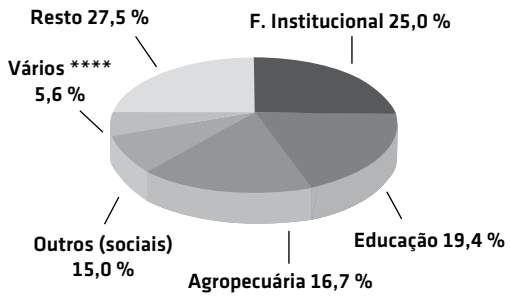


GRÁFICO II.10.E. GUATEMALA



Nota: Vários* refere-se aos setores da Energia, Banca e Dinanças, Empresas, Ambiente e Prevenção de desastres (todos com um peso de 4,3% sobre o total da CHSSB recebida por El Salvador); da mesma forma, Vários** refere-se à Saúde Reprodutiva, Energia, Ciência e Tecnologia, Ambiente e Cultura (4,3% respetivamente do recebido pela Bolívia); Vários*** refere-se aos 5,0% que representam a Educação, Outros (sociais), Indústria e Cultura para o Paraguai; Vários**** refere-se aos 5,6% que as Extrativas, o Ambiente e a Cultura representam, respetivamente, sobre a CHSSB recebida pela Guatemala.

Fonte: SEGIB a partir das Agências de Cooperação e Direções Gerais de Cooperação.

QUADRO II.7.

México e América Central: uma cooperação essencialmente económica

A CHSS Bilateral do México com a América Central, por país e dimensão setorial. 2012.

Projetos, em unidades; participação sobre o total, em percentagem.

A. PROJETOS

	Costa Rica	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Panamá	Outros	Total
Social	0	0	5	0	0	1	12	**18**
Inf. e Serv. Ec.	4	1	1	0	1	0	5	**12**
S. Produtivos	5	4	8	4	3	2	24	**50**
F. Institucional	4	0	3	0	1	0	2	**10**
Ambiente	2	1	2	0	2	0	4	**11**
Outros	0	0	0	0	1	0	5	**6**
TOTAL	**15**	**6**	**19**	**4**	**8**	**3**	**52**	**107**

B. IMPORTÂNCIA DE CADA DIMENSÃO SETORIAL NA COOPERAÇÃO RECEBIDA POR CADA PAÍS

	Costa Rica	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Panamá	Outros	Total
Social	0,0	0,0	26,3	0	0,0	33,3	23,1	**16,8**
Inf. e Serv. Ec.	26,7	16,7	5,3	0,0	12,5	0,0	9,6	**11,2**
S. Produtivos	33,3	66,7	42,1	100,0	37,5	66,7	46,2	**46,7**
F. Institucional	26,7	0,0	15,8	0,0	12,5	0,0	3,8	**9,3**
Ambiente	13,3	16,7	10,5	0,0	25,0	0,0	7,7	**10,3**
Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	12,5	0,0	9,6	**5,6**
TOTAL	**100,0**	**100**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

A COOPERAÇÃO MANTIDA pelo México ao longo do ano 2012 com os seus vizinhos centro-americanos esteve muito distorcida pelo fortalecimento de um tipo de capacidades: as económicas. A proeminência deste intercâmbio de caráter económico apresenta-se nas tabelas seguintes, nas quais os 107 projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral que o México teve em execução em 2012 se atribuíram conforme:

a) O país recetor (separando-se aqui os países centro-americanos - Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá - do resto dos países latino-americanos);

b) A dimensão da atividade dentro da qual se classificaram (Social, Económica – distinguindo-se por sua vez Infraestruturas e Serviços de Setores Produtivos, Fortalecimento Institucional, Ambiente e Outros).

Assim, e a partir da sua observação, confirma-se que:

a) Praticamente 60% da cooperação que o México executou em 2012, independentemente do seu destino final, esteve relacionada com os setores produtivos (46,7%) e das infraestruturas e serviços económicos (11,2%).

b) A maioria dos 107 projetos finalmente registados (51,4%) foram executados em países centro-americanos.

c) Fruto da combinação de ambos os fatores, os projetos de caráter económico foram os que mais peso tiveram no total dos recebidos a partir do México por parte de cada um dos países centro-americanos. De facto, essas participações relativas oscilaram entre os 47,4% e 50,0% da Guatemala e da Nicarágua (primeiro e terceiro recetor); os 60,0% e 66,7% da Costa

Rica e do Panamá; sendo os valores máximos os de El Salvador e das Honduras (83,3% e 100,0%).

Atendendo à importância de cada recetor sobre o total executado pelo México na América Central e desagregando as anteriores dimensões por setores de atividade, podemos também aprofundar o perfil de forma mais específica:

a) Os casos da Guatemala e da Costa Rica foram muito diferentes: para a Guatemala, a cooperação concentrou-se no âmbito das Extrativas (energia e minas) assim como da Agropecuária (incluindo a promoção da agricultura familiar, o crédito agrícola e o âmbito o fitofarmacêutico); enquanto que para a Costa Rica, os projetos afetaram ramos de atividade muito variados, combinando as experiências do bioetanol (Extrativas) e da mecatrónica (Ciência e Tecnologia), com a Agropecuária, a Pesca e o Fomento da Micro Empresa.

b) Por seu lado, a cooperação de caráter económico executada pelo México na Nicarágua e em El Salvador coincidiu na Agropecuária, na qual teve peso a transferência de capacidades relativas à criação de gado bovino. No entanto, e no âmbito da criação de condições económicas, enquanto que na Nicarágua teve mais peso o relativo à Geração de Energia, em El Salvador tiveram-no os projetos de Incubação de Empresas.

c) Finalmente, as Honduras e o Panamá, os dois países com menor volume de receção (4 e 3 projetos, respetivamente) mostraram um perfil muito definido: concentrado na Agropecuária e muito especialmente na deteção e tratamento de doenças animais e vegetais, no caso hondurenho, e centrado na Aquicultura e na Pesca, à volta do cultivo da tilapia e das espécies nativas, no caso panamenho. ■

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

QUADRO II.8.

O peso da cultura na cooperação Colômbiana: alguns exemplos

PRATICAMENTE 15% DOS 48 projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral que a Colômbia promoveu em 2012, assim como mais de 40% das suas 12 ações, tiveram um denominador comum: a aposta na cultura.

Com efeito, a tabela anterior enumera os projetos e as ações que o país andino promoveu no âmbito cultural durante 2012. Tal como se observa, participaram nesta cooperação a Costa Rica, El Salvador e a Guatemala (totalizando 4 projetos e 5 ações) e de forma mais ocasional, o Brasil, a República Dominicana e o Uruguai (um projeto cada um). Igualmente, e segundo os temas abordados, primaram os projetos dedicados ao fortalecimento de capacidades nos âmbitos da Música, dos Sistemas e das Redes Nacionais de Bibliotecas, assim como a formação de educadores de Animação Sociocultural e de diversas Artes Cénicas. Outras experiências foram as relacionadas com a Gestão de Políticas e de Indústrias Culturais e a formação Museográfica.

Entre os referidos projetos e ações, detalham-se a seguir várias experiências concretas:

O projeto destinou-se a capacitar 700 diretores e docentes de Música na Guatemala. Neste caso, a Colômbia teve um papel importante na transferência de técnicas e metodologias de aprendizagem musical. O objetivo último era o de melhorar a qualidade da formação musical e garantir o acesso de todos os guatemaltecos à mesma, em condições de equidade. O desafio era fazê-lo levando ainda em conta a necessidade de que essas técnicas se adequassem à realidade multi e inter-cultural (23 etnias diferentes) desse país da América Central.

El Salvador promoveu um Plano Nacional de Música para a Convivência: o objetivo era o de aproximar os jovens à Música e a usá-la como meio de integração social e de afastamento de possíveis situações de conflito e exclusão. Nas primeiras fases, significou o arranque de um projeto de Escolas de Música Sustentáveis. A Colômbia, com experiência nesse âmbito, ofereceu assessoria e capacitação para a conceção e implementação tanto do Modelo de Escola como do Plano Nacional para a Convivência.

Na República Dominicana, diagnosticou-se que o Sistema Nacional de Bibliotecas (articulado à volta da Biblioteca Nacional, de bibliotecas públicas e privadas, escolares e municipais, de universidades e centros de documentação) era deficitário. Como consequência, os hábitos de leitura da população viam-se negativamente afetados, assim como o seu acesso aos conhecimentos sociais, económicos, políticos, científicos, técnicos e culturais. Para ajudar a atenuar este deficit, a República Dominicana recebeu apoio da cooperação Colômbiana. Neste sentido, a Colômbia contribuiu para a conceção um novo Sistema Nacional de Bibliotecas que tivesse em conta a redefinição das suas funções, assim como o seu ajuste às necessidades de cada comunidade.■

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

PROJETOS E AÇÕES DE CHSS BILATERAL EXECUTADOS PELA COLÔMBIA NO ÂMBITO DA CULTURA. 2012

	Recetor	Título
Projetos	Brasil	Apoio Técnico para implementar a Rede de Bibliotecas no Distrito Federal
	Costa Rica	Formação de formadores para a Escola de Dança, Teatro e Circo do Parque da Liberdade
	El Salvador	Escolas de Música Sustentáveis
	Guatemala	Capacitação de docentes em Animação Sociocultural
		Capacitação para Aulas Musicais do Programa Pentagrama do Ministério da Educação
	R. Dominicana	Assessoria para a Formação do Sistema Nacional de Bibliotecas
	Uruguai	Troca de experiências no setor literário
Ações	Costa Rica	Assistência Técnica para Programa de Conta Satélite
		A arte como instrumento de prevenção
	El Salvador	Assistência Técnica para o Fortalecimento dos Museus
		Políticas Culturais para o Empreendimento Cultural e Indústrias Culturais
		Assessoria ao Plano Nacional da Música

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

QUADRO II.9.

A saúde nos perfis de cooperação da Argentina e do Equador

OS PROJETOS DESENVOLVIDOS no âmbito da saúde têm uma importância relativa elevada nos perfis de cooperação de dois países: por um lado, da Argentina, que, dos 94 projetos que promoveu em 2012 no exercício do seu papel de ofertante, dedicou 13,8% a fortalecer o sistema de saúde dos seus países parceiros; por outro lado, do Equador, para o qual mais da quinta parte (21,2%) dos 66 projetos recebidos foram também desse setor.

A tabela seguinte apresenta o detalhe dos projetos de saúde nos quais ambos os países participaram em 2012 no exercício dos seus respetivos papéis, assim como daqueles que foram precisamente intercambiados entre a Argentina e o Equador. De facto, a desagregação concreta por áreas e temáticas mostra para cada um desses países um perfil bem diferente: orientado para a transferência das capacidades fortalecidas nos últimos anos, no caso da Argentina; dedicadas a promover um sistema de saúde em plena reestruturação, no caso do Equador. Neste sentido, ambos os perfis não se podem desvincular dos processos que o setor está a viver em ambos os países.

Com efeito, nos últimos anos, e saídos de pontos de partida bem diferentes, tanto a Argentina como o Equador deram prioridade a este setor, promovendo quer ajustes quer reformas. Mais especificamente:

a) O sistema de saúde argentino é um dos de mais longa trajetória e com melhores resultados da região. Trata-se de um sistema de cobertura universal e gratuita e do segundo (depois de Cuba) ao qual se dedica um maior volume relativo de recursos (6,2% do PIB de 2011). Também, a maioria dos seus indicadores de mortalidade e morbilidade, assim como de recursos, acessos e cobertura de saúde, situam a Argentina entre os cinco países com realizações mais importantes da América Latina.[1]

Esta trajetória não é indiferente aos impactos provocados pela promoção, a partir do ano 2004, do Plano Federal da Saúde, através do qual se iniciou uma transformação de diferentes âmbitos do sistema. Entre as áreas que experimentaram maiores transformações e progressos destacaram-se:

- No âmbito farmacêutico, foram promovidas medidas que provocaram progressos substanciais, tais como por exemplo: o arranque do Programa Remédios (o maior programa de provisão gratuita de medicamentos do mundo) para garantir à população mais vulnerável o acesso aos fármacos; o desenvolvimento da rastreabilidade, da monitorização e da localização de medicamentos para assegurar a qualidade e legalidade do produto final; e o impulso à produção nacional de medicamentos em laboratórios próprios.
- Outras iniciativas prioritárias estiveram relacionadas com a saúde materno-infantil; o Programa Médicos Comunitários para a capacitação de profissionais de cuidados primários; e as investigações e os tratamentos no âmbito epidemiológico (incluindo tanto uma maior cobertura de vacinação gratuita e obrigatória como a implementação de programas especiais contra o Dengue e a Febre Amarela).

Neste contexto, entende-se agora o perfil dos projetos de CHSS Bilateral que a Argentina executou no ano 2012. Com efeito, uma observação pormenorizada da tabela anterior permite identificar "palavras" que se associam aos progressos anteriores: assim, a maior parte dos projetos de saúde estiveram relacionados, entre outros, com a farmacovigilância, a farmacopeia, o microencapsulamento de substâncias nutricionais, os equipamentos de eletromedicina e a monitorização de agentes causais e de controlo de vetores de doenças.

b) Por seu lado, durante anos, o Equador conviveu com um sistema de saúde fragmentado e segmentado com múltiplos financiadores e fornecedores, que deu lugar a uma cobertura ineficaz, desarticulada e grande parte da população tinha dificuldade em aceder aos serviços de saúde mais básicos. Mais recentemente, com a nova Constituição de 2008 e a promoção do denominado Plano Nacional de Bem Viver (2009-2013):

De acordo com a nova Constituição equatoriana, "*a saúde* (passa a ser) *um direito garantido pelo Estado*" e deve ser provida por este, sob "*os princípios de equidade, universalidade, solidariedade, interculturalidade, qualidade, eficiência, eficácia, precaução e bioética, com perspetiva de género e geracional*".[2]

Após este reposicionamento, reafirmado com o Plano Nacional de Bem Viver, inicia-se a Transformação Setorial da Saúde no Equador (TSSE),[3] a qual incide em dois aspetos fundamentais: no aumento do investimento (entre os anos 2000 e 2011, a despesa pública em saúde como percentagem do PIB aumentou de 1,3% para 3,0%)[4] e na melhoria da gestão, coordenação e articulação do sistema público (dentro do qual se inclui, também, a implementação do Modelo MAIS de Cuidados Integrais de Saúde).[5]

1. http://ais.paho.org/chi/brochures/2012/BI_2012_SPA.pdf
2. http://www.mmrree.gob.ec/ministerio/constituciones/2008.pdf
3. http://www.paho.org/saludenlasamericas/index.php?id=40&option=com_content
4. http://datos.bancomundial.org/indicador/SH.XPD.PUBL.ZS
5. http://construyamossalud.grupofaro.org/sites/default/files/documentos/Manual_Modelo_Atencion_Integral_Salud_Ecuador_2012%20Logrado%20ver%20amarillo.pdf

Projetos de saúde nas cooperações da Argentina e do Equador. 2012.

A. PARA A ARGENTINA, NO PAPEL DE OFERTANTE	
Recetor	**Projeto**
Bolívia	Fortalecimento da capacidade do Ministério da Saúde e Desporto na procura, ablação e transplante renal
	Implementação do Sistema Nacional de Farmacovigilância
	Monitorização de *escherichia coli*, produtor da Toxina Shiga, como agente causal do Síndrome Hemolítico-Urémica em amostras clínicas (SUH e diarreias sanguinolentas)
El Salvador	Gerontologia Social
México	Obtenção de alimentos funcionais e de outros produtos relacionados através do microencapsulamento de substâncias de interesse nutricional (BIDIRECCIONAL)
	Péptidos reguladores da fisiologia dos insetos: a sua potencialidade no controlo de vetores de doenças infecciosas. Segunda fase (BIDIRECIONAL)
Paraguai	Assistência Técnica sobre reparação e manutenção de equipamentos de eletromedicina
	Fortalecimento da Direção Nacional de Vigilância Sanitária para a criação de uma Farmacopeia Regional
Uruguai	Fortalecimento do Ministério da Saúde Pública do Uruguai para a futura criação de uma Farmacopeia Regional
B. PARA O EQUADOR, NO PAPEL DE RECETOR	
Ofertante	**Projeto**
Brasil	Apoio técnico para o fortalecimento das funções regulatórias de pré e pós autorização de medicamentos
Chile	Estratégias de Fortalecimento do Modelo de Gestão e Atenção em Saúde Intercultural
Cuba	Fortalecimento da gestão do Ministério da Saúde Pública do Equador na questão oncológica, especificamente em Radioterapia, com base na assistência técnica e na transferência de conhecimentos
	Fortalecimento da gestão institucional do Ministério da Saúde Pública do Equador através da provisão de serviços de profissionais da saúde cubana
	Implementação de serviços de diagnóstico precoce e escolar de deficiência auditiva
	Implementação de um sistema de triagem metabólico-neonatal na República do Equador
	Implementação e Fortalecimento do Modelo de Cuidados de Saúde Integral mediante o apoio técnico e a formação de profissionais equatorianos
	Projeto de Participação Comunitária para o controlo biológico do Aedes Aegypty
	Projeto Piloto destinado ao Controlo de Vetores em áreas endémicas da Província de Oro
Peru	Projeto Sócio-Sanitário II (BIDIRECIONAL)
C. DA ARGENTINA COM O EQUADOR	
Projeto	
Assistência técnica ao Ministério da Saúde Pública do Equador para o fortalecimento da capacidade institucional mediante a aplicação de normas de controlo de pré e pós autorização de medicamentos	
Fortalecimento da Direção de Economia da Saúde do Ministério da Saúde do Equador	
Fortalecimento do Sistema Equatoriano de Transplantes, via capacitação do pessoal da saúde de áreas críticas hospitalares	
Intervenção nutricional territorial integral-INTI	

Fonte: SEGIB partir das declarações das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

Neste cenário, não é de estranhar que uma grande parte dos projetos de CHSS Bilateral que o Equador recebeu tivessem por objetivo o fortalecimento da capacidade de gestão do sistema público de saúde. Por esse motivo, parte das atuações tiveram como foco central os Modelos de Cuidados (tanto de saúde Intercultural como Integral), assim como a Direção de Economia do Ministério da Saúde Pública ou o próprio Ministério, entre outros.■

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e Direções Gerais de Cooperação; e dos dados estatísticos do Banco Mundial (BM) e da Organização Pan-Americana da Saúde (OPS).

II.6. OUTRAS CARACTERÍSTICAS DA COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL BILATERAL EM 2012

TAL COMO SE REFERIU no início do presente capítulo, o trabalho que foi realizado no espaço ibero-americano ao longo dos dois últimos anos, deu como fruto a obtenção de alguns Indicadores para a Cooperação Sul-Sul. A respeito destes:

a) Identificaram-se aqueles **indicadores** que se queriam obter;

b) Elaboraram-se as suas correspondentes **fórmulas de cálculo**;

c) Definiram-se os **dados base** requeridos para isso;

d) Estudaram-se as suas **potenciais aplicações** e usos.

Na edição anterior deste Relatório testaram-se alguns destes indicadores. Mas, a falta de dados (não estavam disponíveis nem para todos os países nem para todos os projetos e ações) limitou a interpretação dos resultados lançados por esses indicadores. Neste sentido, o facto de que a informação básica necessária para o seu cálculo seja ainda parcial e incompleta, torna-se num autêntico "estrangulamento" na hora de analisar a Cooperação Sul-Sul.

No entanto, nesta edição, e com o objetivo de atenuar (na medida do possível) este problema, optou-se por combinar a aplicação de Indicadores com o uso de técnicas de Estatística Descritiva. Ao fazê-lo, dá-se um salto qualitativo: passa-se (só com indicadores) de obter um único dado ou "número" de interpretação limitada, a conseguir (ao somar a estatística) uma "série de dados" a partir dos quais podemos identificar "a tendência" no comportamento da variável estudada. De alguma forma, e com a mesma informação de partida, a combinação de ambas as técnicas permite saber mais e de uma forma mais regulada, acerca do que está a acontecer na realidade.

Em consequência, esta secção dedica-se a aprofundar outras características da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral que teve lugar na Ibero-América em 2012, estimando para isso alguns dos Indicadores construídos nestes anos e aplicando-lhes o uso de técnicas estatísticas. Neste sentido, e a partir dos grandes blocos de indicadores (os criados a partir das datas de aprovação, início e finalização dos projetos, por um lado; e os dos custos orçamentados e executados, por outro), aprofunda-se o conhecimento da CSS.

II.6.1. USANDO INDICADORES CONSTRUÍDOS À VOLTA DE DATAS

Desde há dois anos os países têm a possibilidade de informar sobre as datas de aprovação, de início e de conclusão de atividade[11] dos diferentes projetos e ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. Combinando os dados associa-

11. As datas referenciam-se nas seguintes definições: 1. Data de aprovação. Um projeto considera-se aprovado quando há um documento de projeto e, além disso, este foi formalizado, à margem da instância concreta. Data considerada: a segunda, pois coincide com o cumprimento de ambos os requisitos. 2. Data de início. Um projeto considera-se iniciado quando se inicia a primeira atividade. A data é a do início da primeira atividade, independentemente de terem havido atividades de gestão prévias. 3. Data de conclusão. Um projeto considera-se concluído quando se dá por cumprida a última atividade, sem que isso inclua a realização do Relatório final, uma condição que não é requisito para todos os projetos. A data é a do final da última atividade (PIFCSS, 2013).

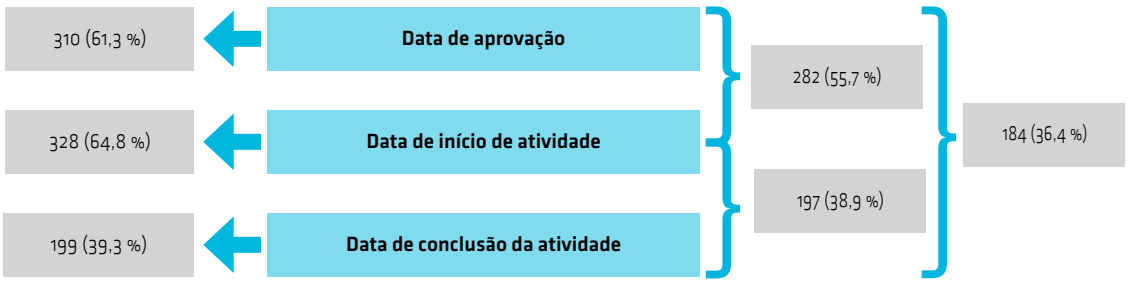
Esquema II.5. Possíveis Indicadores para a Cooperação Sul-Sul, conforme datas e uso potencial.

	Indicador	Fórmula	Uso potencial
Datas de Aprovação, Início e Conclusão	Duração média dos projetos e/ou ações	Σ (datas de conclusão - data de início)/Total dos projetos com que contamos com ambos os dados	DIMENSÃO
	Média do tempo decorrido entre a altura da aprovação e o início da atividade	Σ (datas de início - data de aprovação)/Total dos projetos com que contamos com ambos os dados	EFICIÊNCIA

Fonte: Reprodução do PIFCSS (2013).

Esquema II.6. Informação disponível sobre as datas dos projetos registados em 2012.

Número de projetos, em unidades e como percentagem do total (506) registada, em execução em 2012.



Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

dos a estas, podemos criar um bom número de novos Indicadores para a Cooperação Sul-Sul. O Esquema II.5 caracteriza dois desses possíveis indicadores. Em concreto:

a) Ao combinar as datas de início e de conclusão (ver fórmula) podemos, por exemplo, calcular a "duração média dos projetos e/ou das ações de cooperação". O resultado obtido permite que tenhamos uma ideia da "dimensão" dos instrumentos através dos quais se executa a cooperação orientada para o fortalecimento das capacidades.

b) Por outro lado, combinando as datas de aprovação e de início, podemos estimar "quanto tempo médio passa entre o momento em que os projetos e/ou ações são aprovados e aquele em que se inicia a atividade". Nesse caso, o resultado é a forma de nos aproximarmos da "eficiência" com a que foram implementados (PIFCSS, 2013).

No entanto, nesta edição de 2012, a informação relacionada com as datas dos projetos (e ações) em execução volta a estar incompleta. O Esquema II.6 mostra o volume dos dados realmente disponíveis: não há informação sobre as datas de aprovação e de início para quase 40% e 35% dos projetos, respetivamente; nem de conclusão, para mais de 60%. Igualmente, só contamos com as datas de aprovação e início, simultaneamente, para 55,7% dos projetos e com as de início e conclusão, para algo menos de 40%. Se levarmos em conta que os indicadores antes propostos dependem precisamente das anteriores combinações de dados, constatamos que esses indicadores devem ser aplicados a uma "amostra" que perde uma notável representatividade relativamente ao "universo" possível (sobre 282 e 197 projetos, respetivamente, face aos 506 registados em 2012). Para recuperar parte dessa "representatividade" convém: aplicar os indicadores; eliminar valores extremos; permanecer com os dados que refletem o padrão "mais geral"; construir a série de novos dados que daí resultar; e interpretar, através da estatística, o padrão de comportamento mais comum.

Seguindo esta lógica de análise, aprofundam-se, a seguir, outras características da CHSS Bilateral de 2012, que se podem conhecer a partir da disponibilização das datas. Em concreto:

a) O período em que os projetos "tenderam" a ser aprovados, iniciados e terminados;

b) Como medida de "eficiência", a média do tempo que, em geral, passou entre a aprovação dos projetos e a altura em que se iniciou a atividade;

c) Como medida de "dimensão", o tempo médio de duração dos mesmos, entendido em termos da diferença entre a altura em que se iniciaram e a correspondente à sua conclusão.

II.6.1.1. Períodos de aprovação, início e conclusão

A Tabela II.7 apresenta a distribuição de uma parte dos projetos de CHSS Bilateral de 2012,[12] conforme o ano em que foram aprovados ou iniciados, assim como aquele em que terminaram ou em que se estima que venham a terminar. Ao ordená-los conforme as suas frequências absolutas e relativas, simples e acumuladas, podemos saber em que ano tenderam a ter lugar cada um desses momentos do projeto. Igualmente, o Gráfico II.11 ilustra parte da informação anterior, ao relacionar cada data com o ano em que efetivamente se produziu. O resultado permite visualizar "os momentos pico" nos quais os projetos foram aprovados, iniciados ou concluídos.

Assim, a observação conjunta da Tabela II.7 e do Gráfico II.11 sugere que:

12. Obviamente, apenas aqueles para os quais contamos com os dados correspondentes disponíveis.

Tabela II.7. Distribuição dos projetos, conforme as datas de aprovação, início e conclusão.

Frequências absolutas, em unidades; relativas, em percentagem.

ANOS	DATAS DE APROVAÇÃO				DATAS DE INÍCIO				DATAS DE FINALIZAÇÃO			
	Frequência absoluta		Frequência relativa		Frequência absoluta		Frequência relativa		Frequência absoluta		Frequência relativa	
	Simples	Acumulada	Simples	Acumulada	Simples	Acumulada	Simples	Acumulada	Simples	Acumulada	Simples	Acumulada
2006	7	7	2,3%	2,3%	1	1	0,3%	0,3%				
2007	1	8	0,3%	2,6%	1	2	0,3%	0,6%				
2008	14	22	4,5%	7,1%	2	4	0,6%	1,2%				
2009	9	31	2,9%	10,0%	2	6	0,6%	1,8%				
2010	41	72	13,2%	23,2%	17	23	5,2%	7,0%				
2011	160	232	51,6%	74,8%	124	147	37,8%	44,8%				
2012	78	310	25,2%	100,0%	181	328	55,2%	100,0%	69	69	34,7%	34,7%
2013									96	165	48,2%	82,9%
2014									31	196	15,6%	98,5%
2015									3	199	1,5%	100,0%

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

Gráfico II.11. Distribuição dos projetos de CHSSB de 2012, conforme a data.

Em unidades.

GRÁFICO II.11.A. DATAS DE APROVAÇÃO E INÍCIO

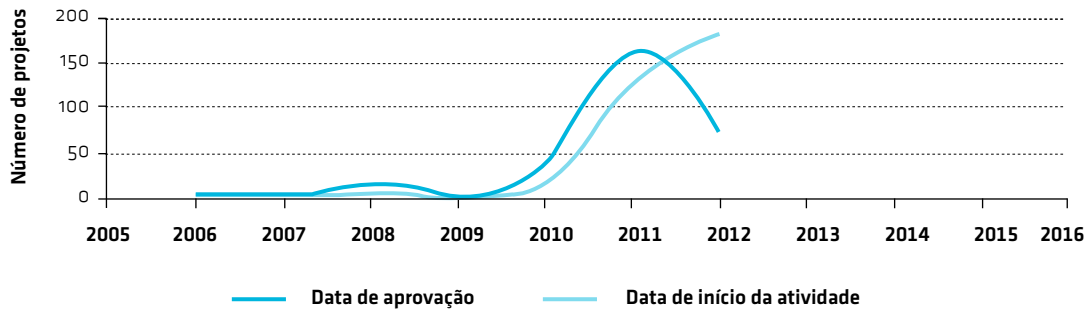
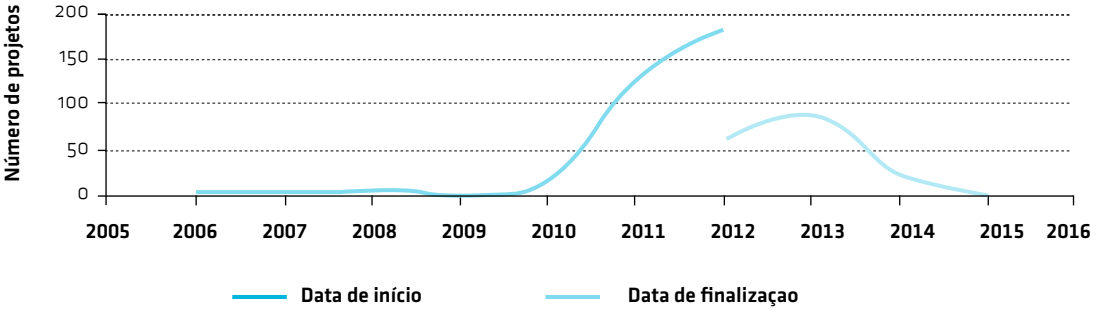


GRÁFICO II.11.B. DATAS DE INÍCIO E CONCLUSÃO



Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

a) Uma mínima parte (10%) dos projetos de CHSSB em execução em 2012, foram aprovados entre os anos 2006 e 2009. A maior parte (90%), foram formalizados em datas posteriores a 2009. Em qualquer caso, porém, 2011 foi o ano com mais aprovações (160 projetos; equivalente a mais de metade dos considerados).

b) Em coerência com o que antes foi mencionado, apenas 7,0% dos projetos foi iniciado antes do ano 2010. Foi no biénio 2011-2012 que se tenderam a concentrar a maioria dos inícios de atividade: 37,8% no primeiro ano; um pouco mais (55,2%), no segundo.

c) Apenas um terço dos projetos (69 - 34,7%), terminaram a sua atividade no mesmo ano de 2012. Os restantes, estima-se que o façam, maioritariamente, ao longo de 2013 (48,2%) e de 2014 (15,6%). Em menor número (1,5%), concluirão durante o ano de 2015.

II.6.1.2. Tempo decorrido entre a aprovação e o início dos projetos

Tal como se sugeria no início desta secção, realizar o cálculo do tempo médio que decorre entre a altura em que um projeto se aprova e aquela em que inicia, não é possível para os 506 projetos de CHSSB em execução em 2012, mas apenas para aqueles (282 projetos - 55,7% do total) para os quais temos as datas necessárias disponíveis.

Mas ao iniciar a análise e estimar, para cada um desses 282 projetos, o tempo decorrido, obtêm-se alguns dados "extremos". Assim, por um lado, 2,1% dos valores obtidos são negativos (até 626 dias) o que sugere que uma minoria dos projetos foram formalizados muito depois de trem sido iniciados; por outro lado, 8,9% registam atrasos superiores a 18 meses (entre 541 e 2.175 dias). O cálculo do tempo médio, mantendo estes valores extremos, é de 250,05 dias (pouco mais de 8 meses).

No entanto, assumindo que esses valores extremos não respondem aos padrões "mais habituais", a análise passa a realizar-se sobre uma nova amostra mais reduzida (de 246 projetos) mas "depurada" desses valores que parecem caracterizar apenas uma minoria (10%) dos casos. Ao realizar esse exercício e tal como se observa nas Tabelas II.8 (que distribuem os projetos conforme a sua média de duração, em intervalos de 60 dias) e no Gráfico II.12 (que mostra quantos projetos cada intervalo médio de duração regista), os resultados que se obtêm são diferentes dos anteriores mas, sobretudo, mais representativos.

Nestas condições:

a) Estima-se que o tempo decorrido entre a altura em que se aprovaram os projetos e aquela em que foram iniciados, foi de pouco mais de 6 meses (181,9 dias).

b) Abaixo desse tempo médio, situaram-se praticamente 60% dos projetos. De facto, a maioria registou desfasamentos entre ambas as datas inferiores aos dois meses

Tabela II.8. Projetos distribuídos conforme o tempo decorrido entre as datas de aprovação e início.

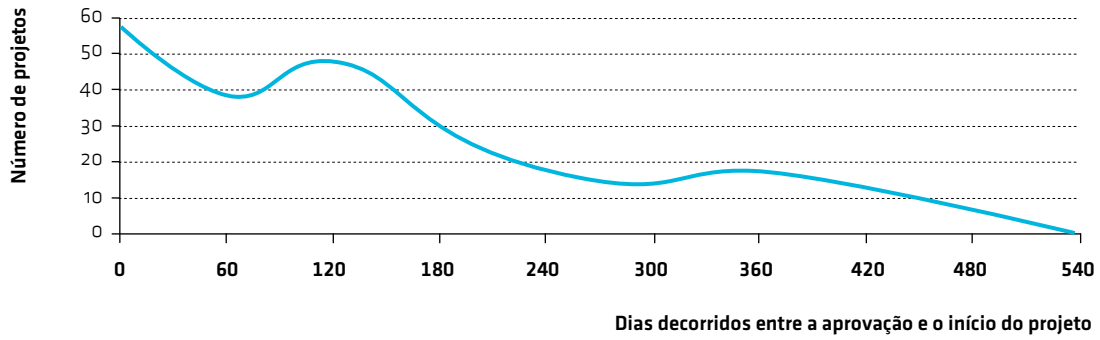
Frequências absolutas, em unidades; relativas, em percentagem.

INTERVALOS DE DIAS ENTRE AMBAS AS DATAS	PROJETOS CONFORME O TEMPO DECORRIDO ENTRE AS DATAS DE APROVAÇÃO E INÍCIO			
	Frequência absoluta		Frequência relativa	
	Simples	Acumulada	Simples	Acumulada
0-59	58	58	23,6%	23,6%
60-119	38	96	15,4%	39,0%
120-179	48	144	19,5%	58,5%
180-239	30	174	12,2%	70,7%
240-299	18	192	7,3%	78,0%
300-359	15	207	6,1%	84,1%
360-419	17	224	6,9%	91,1%
420-479	14	238	5,7%	96,7%
480-539	8	246	3,3%	100,0%

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

Gráfico II.12. Projetos distribuídos conforme o tempo decorrido entre as datas de aprovação e início.

Tempo decorrido, em dias; projetos, em unidades.



Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

(23,6% dos projetos) e entre 120 e 180 dias (19,5%, quase 1 de cada 5).

c) Igualmente, à medida que nos afastamos dessa média de 180 dias, o número de projetos que regista desfasamentos superiores é progressivamente decrescente. Assim, com atrasos entre 180 e 240 dias situaram-se uns 30 projetos (12,2%), enquanto que os compreendidos entre 480 e 540 dias foram apenas 8 (3,3% do total).

II.6.1.3. Tempo médio de duração

No exercício de 2012 identificaram-se 197 projetos (38,9% do total) para os quais contamos, simultaneamente, com as datas de início e de conclusão da atividade. Considerando, a partir destas, o tempo que cada projeto durou, obtém-se um intervalo de valores que oscila entre 1 dia e 2.711 dias (cerca de 7 anos e meio). Aceitando estes valores, obtemos uma duração média dos projetos em execução em 2012 de 572,07 dias (um ano e 7 meses).

Tabela II.9. Distribuição dos projetos, conforme o seu tempo médio de duração.

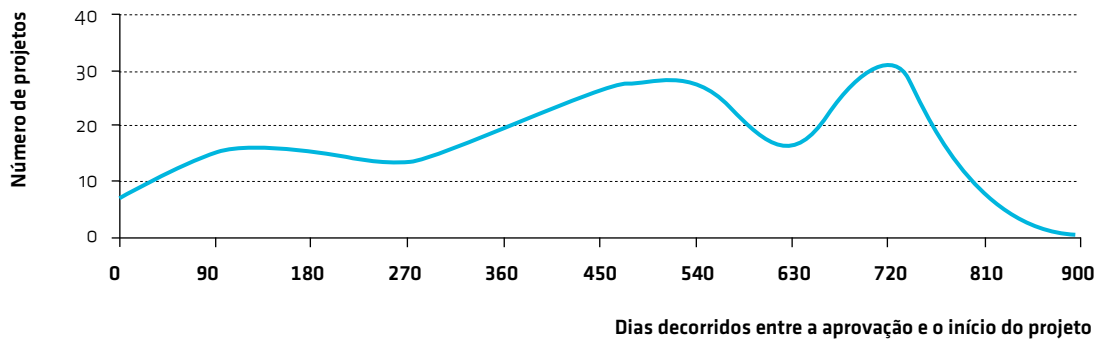
Frequências absolutas, em unidades; relativas, em percentagem.

INTERVALOS DE DIAS ENTRE AMBAS AS DATAS	PROJETOS CONFORME O TEMPO DECORRIDO ENTRE AS DATAS DE APROVAÇÃO E DE INÍCIO			
	Frequência absoluta		Frequência relativa	
	Simples	Acumulada	Simples	Acumulada
0-89	7	7	3,9%	3,9%
90-179	15	22	8,3%	12,2%
180-269	15	37	8,3%	20,6%
270-359	14	51	7,8%	28,3%
360-449	20	71	11,1%	39,4%
450-539	26	97	14,4%	53,9%
540-629	28	125	15,6%	69,4%
630-719	16	141	8,9%	78,3%
720-809	31	172	17,2%	95,6%
810-900	8	180	4,4%	100,0%

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

Gráfico II.13. Distribuição dos projetos, conforme o seu tempo médio de duração.

Tempo decorrido, em dias; projetos, em unidades.



Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

Mais uma vez, no entanto, identificaram-se valores que podem ser considerados "extremos" e, portanto, "de distorção" do resultado final. De facto, só há 17 projetos (8,6% da amostra inicial) que registaram períodos de duração superiores a 900 dias (entre 3 e 7,5 anos). Eliminando-os da referida amostra, o universo dos dados fica reduzido a 91,4% dos projetos que registaram durações inferiores a 3 anos. A partir da nova série de dados obtida construíram-se as Tabelas II.9 (na qual se ordenaram os projetos conforme a sua duração e pertença a intervalos trimestrais, de 90 dias), assim como o Gráfico II.13 (que inclui o número de projetos registados em cada um dos períodos considerados).

A partir dos dados incluídos nas referidas figuras, podemos afirmar que:

a) Os projetos de CHSS Bilateral intercambiados pelos países ibero-americanos em 2012, tenderam a manter-se em execução durante um tempo médio de 492,1 dias (equivalente, aproximadamente, a um ano e pouco mais de 4 meses).

b) De facto, a maioria dos projetos (67,8% - pouco mais de dois terços) registaram durações que estiveram à volta dessa média: em concreto, entre os 360 e os 810 dias. No entanto, dentro desse intervalo, observaram-se alguns "valores pico" por volta dos dois anos: entre os 540 e os 629 dias (15,6%) e entre os 720 e os 809 dias (17,2%).

c) Os restantes projetos (cerca de um terço) registaram, maioritariamente, durações inferiores à média (28,3% abaixo dos 360 dias); entretanto, foram uma minoria os que se executaram durante períodos mais longos (4,4% entre 810 e 900 dias).

Por outro lado, quando os projetos se dividem em dois grandes subgrupos (os que terminaram em 2012 e os que não terminaram e portanto continuam em execução), observa-se algo de interessante: como a não finalização tende a alargar o tempo de execução previsto. Para o ilustrar, elaboraram-se os Gráficos II.14.A e II.14.B: o primeiro, distribui os projetos conforme a sua duração e distingue-os dependendo de estarem ou não já terminados; o segundo, distingue também entre projetos finalizados e em execução e mostra que percentagem de cada um deles se executou em menos de um ano, entre um e dois anos ou em mais de dois anos. Neste sentido:

a) Tal como se observa no Gráfico II.14.A, os projetos terminados em 2012 registaram, maioritariamente, durações iguais ou inferiores a 540 dias (um ano e meio); entretanto, os que continuaram em execução concentraram-se, também na sua maioria, em intervalos notavelmente superiores, até 810 dias de duração (dois anos e 3 meses).

b) Confirma-se a mesma dinâmica no Gráfico II.14.B, que mostra como a maioria dos projetos já terminados (cerca de 95%), registaram períodos de execução ou inferiores a um ano (49,3%) ou entre um e dois anos (44,8%). Em contrapartida, para a maior parte dos que ainda estão em execução (mais 86%), estimaram-se durações entre um e dois anos (51,2%) e inclusivamente de mais de dois anos (pouco mais de um terço - 34,6%).

Finalmente, devemos comparar os resultados anteriores com os que correspondem às ações. Neste sentido e apenas com o objetivo de mostrar a diferente dimensão que estas têm relativamente aos projetos, das 203 ações permutadas em 2012, foram apenas consideradas 146 (72%) para as quais se tinham as datas de início e conclusão disponíveis. Desta amostra eliminaram-se por sua vez 4 valores (superiores a 900 dias), considerados excecionalmente elevados. Assim, e sobre a amostra das 142 ações restantes, observou-se (Gráfico II.15):

Gráfico II.14. Comparação da duração média estimada para os projetos de CHSSB, conforme terminaram em 2012 ou continuaram em execução posteriormente.

Projetos, em unidades; duração, em dias; participação, em percentagem.

GRÁFICO II.14.A. CONFORME OS DIAS ESTIMADOS DE DURAÇÃO

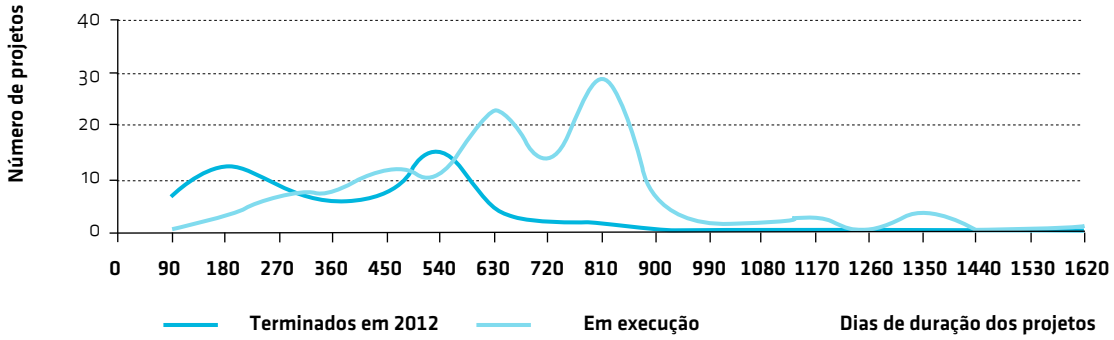
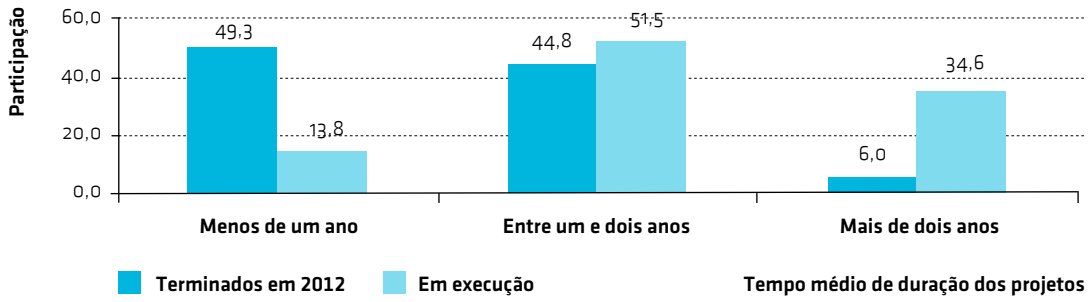


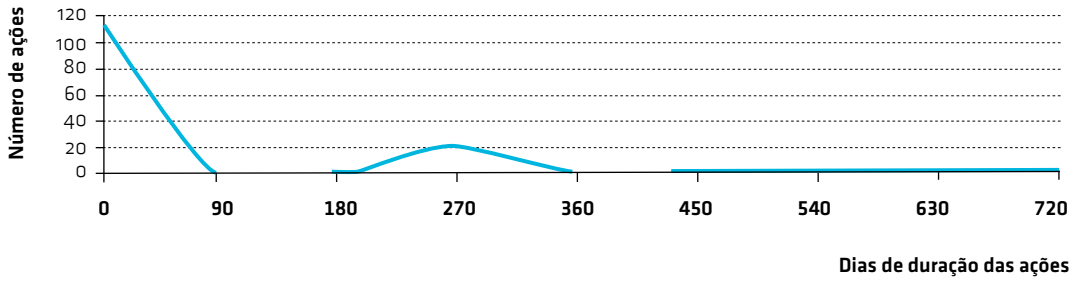
GRÁFICO II.14.B. CONFORME DUREM MENOS DE UM ANO, ENTRE UM E DOIS ANOS OU MAIS DE DOIS ANOS.



Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

Gráfico II.15. Distribuição das ações, conforme o seu tempo médio de duração.

Tempo decorrido, em dias; ações, em unidades.



Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

a) Por um lado, uma média de execução de 57,4 dias (apenas 2 meses);

b) Por outro lado, uma concentração da sua maioria (80%) em períodos inferiores a 100 dias, ao mesmo tempo que outro grupo importante (13,7% correspondente a cursos prolongados, bolsas de estudo e mestrados que são contabilizados como ações) registou intervalos de duração mais elevados, de entre 300 e 399 dias.

II.6.2. USANDO INDICADORES CONSTRUÍDOS À VOLTA DE CUSTOS

De forma semelhante à das datas, desde há dois anos que os países promoveram o registo dos custos orçamentados e executados dos projetos e ações de cooperação.[13] A possibilidade de contar com esses dados deu lugar à construção de uma nova série de indicadores. O Esquema II.7 especifica as características de três deles, ao anexar a cada um dos selecionados a sua correspondente fórmula e possível aplicação.

Mais especificamente:

a) O cálculo do custo orçamentado (ou executado) total ao qual ascendem o conjunto dos projetos (e/ou ações) promovidos na região durante um período ou exercício concreto, permite conhecer a dimensão, neste caso económica, da Cooperação Sul-Sul.

13. O custo direto orçamentado refere-se à "*soma das despesas previstas no documento de formulação do projeto". Por seu lado, o custo direto executado refere-se à "soma total das despesas associadas ao ciclo do projeto que envolva o desembolso de recursos financeiros*" (PIFCSS; 2013).

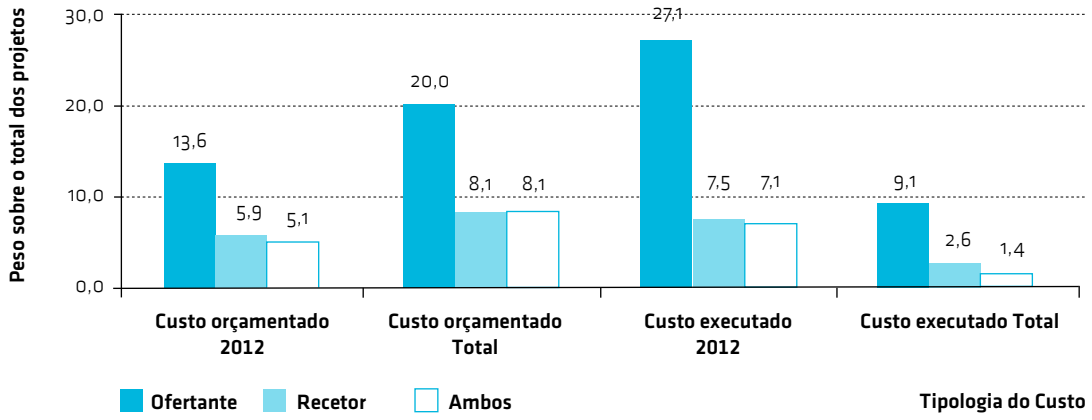
Esquema II.7. Possíveis Indicadores para a Cooperação Sul-Sul, conforme custos e uso potencial.

	Indicador	Fórmula	Uso potencial
Custos Orçamentados e Executados, por exercício e totais	Total do custo orçamentado /executado	Σi=1...n CDOi ou Σi=1...n CDEi i=1, ..., N Em que: N: número de projetos terminados CDOi: custo direto orçamentado para o projeto i CDEi: custo direto executado para o projeto i	DIMENSÃO
	Média da relação custo direto executado e custo direto orçamentado em projetos terminados	Σi=1...n (CDEi / CDPi)/N i=1, ..., N Em que: N: número de projetos terminados CDEi: custo direto executado para o projeto i CDOi: custo direto orçamentado para o projeto i	EFICIÊNCIA
	Média da relação entre o custo direto executado pelo(s) ofertante(s) e o custo direto executado pelo recetor	Σi=1...n (CDEOi / CDERi)/N i=1, ..., N Em que: N: número de projetos aprovados CDEO i: custo direto executado pelo(s) ofertante(s) para o projeto i CDER i: custo direto executado pelo recetor ou recetores para o projeto i	AVALIAÇÃO DA RESPONSABILIDADE PARTILHADA

Fonte: Reprodução do PIFCSS (2013).

Gráfico II.16. Informação disponível sobre custos, conforme a tipologia do custo e o papel do país.

Participação sobre os 506 projetos registados em 2012, em percentagem.



Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

b) Por seu lado, a estimativa da relação que existe entre o custo orçamentado e aquele que foi efetivamente executado, resulta numa medida de eficiência, pois o seu resultado é indicativo ou de uma sub-execução dos recursos (valores abaixo de um) ou de se ter gasto acima do inicialmente planificado (valores acima da unidade).

c) Igualmente, ao estimar que proporção do custo executado (ou orçamentado) foi assumida por cada uma das partes (neste caso, o ofertante e o recetor), o que se obtém explica o modo como se partilharam as responsabilidades. Para o caso específico da fórmula proposta, os valores acima de 0,5 sugerem que o ofertante assumiu uma responsabilidade económica maior do que o recetor e vice-versa (PIFCSS, 2013).[14]

No entanto, uma vez mais, houve dificuldades na hora de contar com toda a informação necessária. O Gráfico II.16 mostra para que percentagem do total dos 506 projetos registados em 2012 se têm disponíveis os dados relativos ao seu custo. Essa disponibilidade difere dependendo de se tratar do custo orçamentado ou do executado, de 2012 ou de todo o ciclo do projeto, e conforme tenha sido assumida por quem exerce a função de ofertante, de recetor ou pela combinação de ambos.

A observação do gráfico sugere que:

a) À margem da tipologia do custo, contamos sempre com um maior volume de informação do ponto de vista do ofertante que do recetor. Na maior parte dos casos a diferença é, além disso, significativa: de um mínimo de 6,5 pontos percentuais para o caso do custo executado total, e de um máximo de 19,6 para o do custo executado em 2012.

b) Igualmente, no que se refere à informação dos custos assumidos por ambos os cooperantes ao mesmo tempo, a disponibilidade de dados é inclusivamente menor e pouco significativa, já que a percentagem dos 506 projetos que tem algum tipo de informação associada a esse respeito oscila entre 1,4% do custo executado total e 8,1% do orçamentado total.

c) Por ordem de importância relativa, os quatro dados de custos dos quais temos mais informação referem-se aos assumidos pelo ofertante: custo executado em 2012 (para 27,1% dos projetos), orçamento total (para um de cada cinco), orçamentado para 2012 (para 13,6% dos registos) e total executado (para 9,1%).

Dada esta disponibilidade de dados, a análise de outras características da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral de 2012 aborda-se combinando os indicadores de custos com a aplicação estatística e identificando, na medida do possível, as tendências mais representativas relativamente a três variáveis: a dimensão económica da Cooperação Sul-Sul, o grau de eficiência com o qual se estima que se executa, e a responsabilidade partilhada pelos parceiros.

14. Devemos assinalar que, na altura de medir a responsabilidade partilhada, se poderiam também assumir outros indicadores complementares mais qualitativos, tais como, entre outros, a identificação da partilha de responsabilidades na formulação dos projetos ou a previsão de avaliações realizadas conjuntamente por todas as partes (PIFCSS, 2013).

Tabela II.10. Distribuição dos projetos, conforme o tipo de custo assumido pelo ofertante. 2012.

Intervalos de custo, em dólares; frequências absolutas, em unidades; relativas, em percentagem.

II.10.A. CUSTOS ORÇAMENTADOS

INTERVALOS DE CUSTO	CUSTO ORÇAMENTADO TOTAL				CUSTO ORÇAMENTADO 2012			
	Frequência absoluta		Frequência relativa		Frequência absoluta		Frequência relativa	
	Simples	Acumulada	Simples	Acumulada	Simples	Acumulada	Simples	Acumulada
0-49.999	71	71	70,3%	70,3%	58	58	84,1%	84,1%
50.000-99.999	12	83	11,9%	82,2%	5	63	7,2%	91,3%
100.000-149.999	5	88	5,0%	87,1%	2	65	2,9%	94,2%
150.000-199.999	5	93	5,0%	92,1%	0	65	0,0%	94,2%
200.000-249.999	0	93	0,0%	92,1%	3	68	4,3%	98,6%
250.000-299.999	5	98	5,0%	97,0%	0	68	0,0%	98,6%
300.000-349.999	0	98	0,0%	97,0%	0	68	0,0%	98,6%
350.000-399.999	1	99	1,0%	98,0%	0	68	0,0%	98,6%
400.000-449.999	1	100	1,0%	99,0%	0	68	0,0%	98,6%
Más de 450.000	1	101	1,0%	100,0%	1	69	1,4%	100,0%

II.10.B. CUSTOS EXECUTADOS

INTERVALOS DE CUSTO	CUSTO EXECUTADO TOTAL				CUSTO EXECUTADO 2012			
	Frequência absoluta		Frequência relativa		Frequência absoluta		Frequência relativa	
	Simples	Acumulada	Simples	Acumulada	Simples	Acumulada	Simples	Acumulada
0-9.999	17	17	37,0%	37,0%	105	105	76,6%	76,6%
10.000-19.999	15	32	32,6%	69,6%	13	118	9,5%	86,1%
20.000-29.999	3	35	6,5%	76,1%	5	123	3,6%	89,8%
30.000-39.999	3	38	6,5%	82,6%	4	127	2,9%	92,7%
40.000-49.999	0	38	0,0%	82,6%	2	129	1,5%	94,2%
50.000-59.999	2	40	4,3%	87,0%	1	130	0,7%	94,9%
60.000-69.999	0	40	0,0%	87,0%	0	130	0,0%	94,9%
70.000-79.999	1	41	2,2%	89,1%	0	130	0,0%	94,9%
80.000-89.999	1	42	2,2%	91,3%	1	131	0,7%	95,6%
90.000-99.999	0	42	0,0%	91,3%	0	131	0,0%	95,6%
Más de 100.000	4	46	8,7%	100,0%	6	137	4,4%	100,0%

Fuente: SEGIB a partir das declarações das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

II.6.2.1. Dimensão económica

A Tabela II.10 ordena os projetos conforme o valor de custo (orçamentado, executado, para 2012 ou total) que os seus respetivos ofertantes assumiram para tornar a execução possível. Ao construir a tabela, situou-se cada projeto dentro do intervalo de valores no qual se encontrava cada um. Tal como se observa:

a) A ordenação conforme o custo orçamentado (Tabela II.10.A) foi efetuada dentro de um intervalo de valores compreendidos entre 0 e mais de 450.000 dólares e em intervalos de 50.000. Realizou-se desta forma porque, ao analisar todos os valores, constatou-se que 99% dos projetos para os quais se sabe o custo orçamentado não ultrapassava os 450.000 dólares. 1% dos restantes apresentavam valores excecionais e muito afastados da norma geral.[15]

15. Em concreto, de 1.726.788 dólares para o custo orçamentado total e de 19 milhões para o orçamentado em 2012.

b) Em contraste, os intervalos considerados para o custo executado (Tabela II.10.B) foram menores (entre 0 e 100.000 dólares e de 10.000 em 10.000). Neste caso, optou-se por estes porque se constatou que 95% dos valores não ultrapassaram os 100.000 dólares. De facto, apenas dois projetos registaram custos entre 100.000 e 150.000 dólares e apenas 2% do total foram superiores e, mais uma vez, excessivamente elevados.[16]

Essa mesma escala de distribuição foi a que se usou para construir os Gráficos II.17.A e II.17.C, nos quais se mostra que proporção dos projetos se associa a cada intervalo de custos. Da observação das Tabelas II.10 e dos mencionados gráficos, podemos deduzir que:

a) Eliminando os valores mais extremos e reduzindo a amostra de projetos para os 95%-98% mais representativos, podemos saber a dimensão económica que, em média, cada um dos projetos de CHSS Bilateral teve em 2012. Assim, e depois desse exercício, estima-se que o custo orçamentado total de cada projeto tendeu a situar-se nos 48.379 dólares; o planificado para 2012, nos 15.814; a despesa executada para a execução de todo o ciclo do projeto, nos 22.197; e o efetivamente desembolsado em 2012, nos 8.171.

b) Os valores de referência nos quais se movimentam os custos são, no entanto, os 50.000 dólares (82,2% do orçamentado total e 91,3% do orçamentado 2012 não ultrapassam esse valor) e os 20.000 dólares (cerca de 70% de todos os custos executados ao longo do ciclo do projeto e 86,1% dos de 2012, situam-se também abaixo desse valor).

c) Ao considerar esta última tendência, torna-se necessário realizar uma análise mais pormenorizada do comportamento dos custos. Para isso devemos reduzir a escala dos intervalos de valores e os intervalos: até 100.000 dólares em intervalos de 10.000, no caso dos custos orçamentados; e até 30.000 em intervalos de 5.000, para o executado. Daí as novas versões dos Gráficos II.17 (B e D), que apresentam os projetos conforme os seus custos, mas referenciando-os agora numa escala menor.

d) Conforme esta nova divisão, podemos apontar que:

   • No caso do custo orçamentado total (Gráfico II.17.B), 70,3% dos projetos não superaram os 50.000 dólares e apenas 12% oscilaram entre 50.000 e 100.000. Entretanto, tal como seria de esperar, o volume dos projetos com custo orçamentado em 2012 abaixo dos 50.000 dólares foi superior (84,1%) e o dos que ultrapassaram esse valor, também não superaram os 100.000, foi inferior (7,2%).

   • No que se refere ao custo executado total (Gráfico II.17.D), a maioria (uns dois terços do total de projetos) distribuiu-se em proporções próximas, entre 0 e 10.000 dólares (37,0%) e entre 10.000 e 20.000 (32,6%). Em contraste, e também de forma coerente, a maior parte dos projetos (mais de três quartos – 76,6%) registaram valores de custo executado em 2012 inferiores a 10.000 dólares e apenas uma minoria (9,5%) se situou entre 10.000 e 20.000.

16. Os valores exatos rondaram os 2,8 e os 19 milhões de dólares.

II.6.2.2. Eficiência e responsabilidade partilhada

Finalmente, e agora com o objetivo de saber quão eficiente foi a execução da CHSS Bilateral em 2012, assim como qual foi o grau de responsabilidade "económica" que os diferentes parceiros partilharam, passamos a analisar os resultados obtidos através de dois indicadores: por um lado, o que se obtém ao estimar que parte do custo orçamentado por cada ofertante e para cada projeto resultou efetivamente executada; e por outro, saber que proporção do custo de um período foi assumida pelo ofertante e pelo recetor.

Mas, a particularidade do cálculo destes indicadores é que agora não precisamos de ter um dado de custo para cada caso, mas que, para cada um deles, se torna necessário combinar pelo menos dois dados: do executado e do orçamentado pelo ofertante num mesmo período, para o primeiro; dos executados ou orçamentados para cada período, por ofertante e recetor, para o segundo. A Tabela II.11 mostra como, para realizar os cálculos pertinentes, as amostras dos projetos resultantes são realmente muito pequenas. Em concreto:

a) A maior amostra de projetos para a qual temos ao mesmo tempo os dados referentes ao custo executado e orçamentado pelo ofertante durante o ano 2012, diz respeito apenas a 10,1% dos projetos (51 dos 506 que estiveram em execução neste exercício).

b) Entretanto, as amostras a partir das quais podemos calcular a relação entre os custos assumidos por cada parceiro são ainda menores. As únicas "destacáveis" e com graduações, são as que se referem ao custo executado em 2012 (há 17 projetos - 3,4% - do total para os quais dispomos de informação necessária), assim como ao custo orçamentado total (um número de projetos ainda mais baixo – 11 - o que reduz a amostra para 2,2%).

Em consequência, e dada a importância destas limitações, os resultados obtidos a partir dos dados anteriores têm uma representatividade muito limitada e devem ser interpretados com muita cautela. De facto, o exercício que se realiza a partir das amostras anteriores serve, não tanto para obter resultados conclusivos acerca do comportamento da CHSS Bilateral, mas para mostrar qual é o potencial tanto dos indicadores como do seu posterior tratamento estatístico. Neste sentido, com essas amostras elaboraram-se os Gráficos II.18, que apresentam: por um lado, qual é a percentagem do custo orçamentado pelo ofertante que maiormente se executa (Gráfico II.18.A); e, por outro lado, que proporção do custo tende a ser assumida pelo ofertante (Gráfico II.18.B) e pelo país recetor (Gráfico II.18.C). A sua observação sugere:

a) Em geral, os ofertantes tenderam a executar à volta de 100% da despesa orçamentada para cada projeto. De facto, no Gráfico II.18.A, esse é o valor que mais vezes se

Gráfico II.17. Distribuição dos projetos, conforme o tipo de custo assumido pelo ofertante.

Projetos, como percentagem sobre o total dos registos com dados de custo.

GRÁFICO II.17.A. CUSTO ORÇAMENTADO (PARA VALORES ATÉ 450.000 DÓLARES)

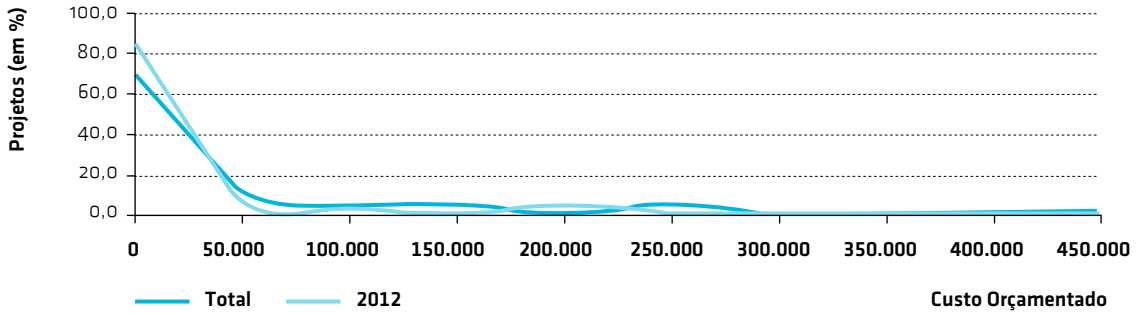


GRÁFICO II.17.B.CUSTO ORÇAMENTADO (PARA VALORES ATÉ 100.000 DÓLARES)

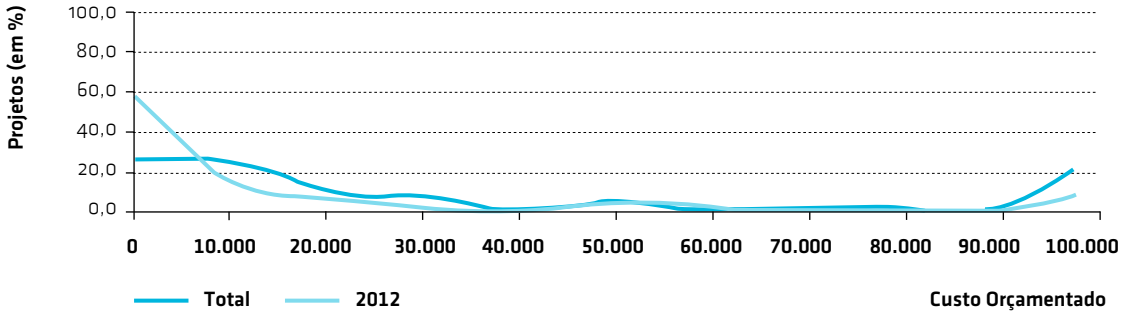


GRÁFICO II.17.C. CUSTO EXECUTADO (PARA VALORES ATÉ 100.000 DÓLARES)

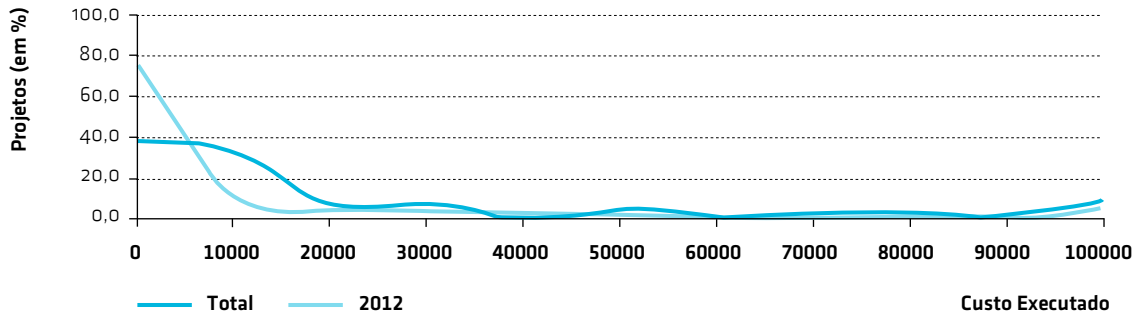
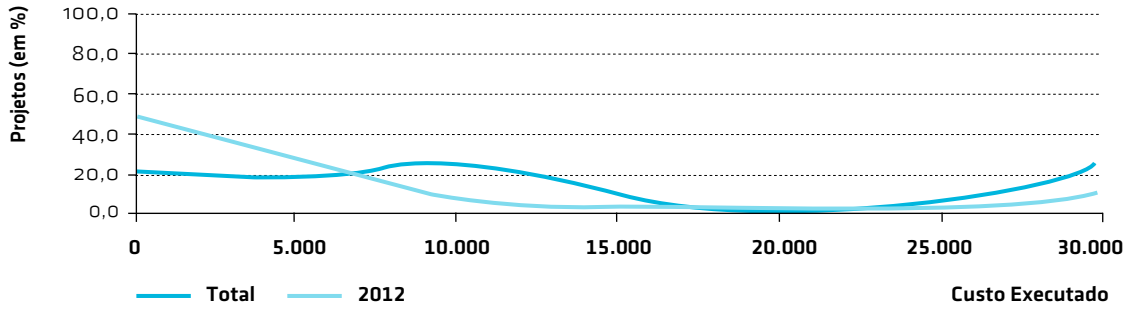


GRÁFICO II.17.D. CUSTO EXECUTADO (PARA VALORES ATÉ 30.000 DÓLARES)



Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

Tabela II.11. Disponibilidade dos dados necessários para o cálculo de indicadores a partir dos custos.

Projetos, em número; peso sobre o total, em percentagem.

USO POTENCIAL	INDICADOR	DADOS NECESSÁRIOS	DISPONIBILIDADE	
			Por projeto	Como percentagem do total
Eficiência	Relação entre Custo Executado e Custo Orçamentado (por cada ofertante) para cada projeto	Custo Executado Total	46	9,1%
		Custo Orçamentado Total	101	20,0%
		Ambos	28	5,0%
		Custo Executado 2012	137	27,1%
		Custo Orçamentado 2012	69	13,6%
		Ambos	51	10,1%
Responsabilidade partilhada	Relação entre Custo assumido pelo Ofertante e pelo Recetor ou Percentagem do custo final assumido por cada parceiro	Custo Orçamentado Total Ofertante	101	20,0%
		Custo Orçamentado Total Recetor	41	8,1%
		Ambos	11	2,2%
		Custo Orçamentado 2012 Ofertante	69	13,6%
		Custo Orçamentado 2012 Recetor	30	5,9%
		Ambos	4	0,8%
		Custo Executado Total Ofertante	46	9,1%
		Custo Executado Total Recetor	13	2,6%
		Ambos	0	0,0%
		Custo Executado 2012 Ofertante	137	27,1%
		Custo Executado 2012 Recetor	38	7,5%
		Ambos	17	3,4%

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

repete na maioria dos casos (78,6% dos projetos quando se avalia o custo total e 71,7% para o de 2012). Igualmente, o grau concreto de execução média também oscilou em torno dos 100%, embora com nuances dado o impacto dos valores extremos: assim, pressupõe-se que o ofertante tendeu a gastar 87,3% do orçamento total e 101,6% do planificado para 2012 (o primeiro rácio foi inferior a 100% porque 10% dos projetos registaram percentagens de execução menores, de 50%-70%; e o segundo ultrapassou-o, pelo efeito do registo de algum valor extremo de cerca de 120%).

b) Por outro lado, e no que se refere ao modo como se partilharam as despesas, verifica-se uma situação curiosa: atendendo aos dados disponíveis e calculando médias, no caso do custo orçamentado para todo o ciclo do projeto, os ofertantes tenderam a assumir 64% face aos 36% dos recetores; mas, quando a distribuição se calcula para o que efetivamente foi desembolsado em 2012, o recetor assume uma parte maior do que o ofertante (51% e 49%, respetivamente). De facto, no Gráfico II.18.B referente ao grau de responsabilidade assumida pelo ofertante e no Gráfico II.18.C do recetor, os "picos" de registo ratificam ambas as ideias:

- Os ofertantes tenderam a assumir entre 60% e 80% do custo planificado para todo o ciclo do projeto, e os recetores à volta de 10-30% desse orçamento.
- Entretanto, quando se trata do efetivamente executado em 2012, os ofertantes encontram a sua curva máxima deslocada para valores menores (entre 30% e 60%) e os recetores para registos superiores (de 30% a 60%).

Gráfico II.18. Distribuição dos projetos de CHSSB de 2012, conforme o indicador.

Projetos, como percentagem sobre o total dos registos com dados de custo.

GRÁFICO II.18.A. EFICIÊNCIA, CONFORME A RELAÇÃO EXISTENTE ENTRE O CUSTO EXECUTADO E O ORÇAMENTADO.

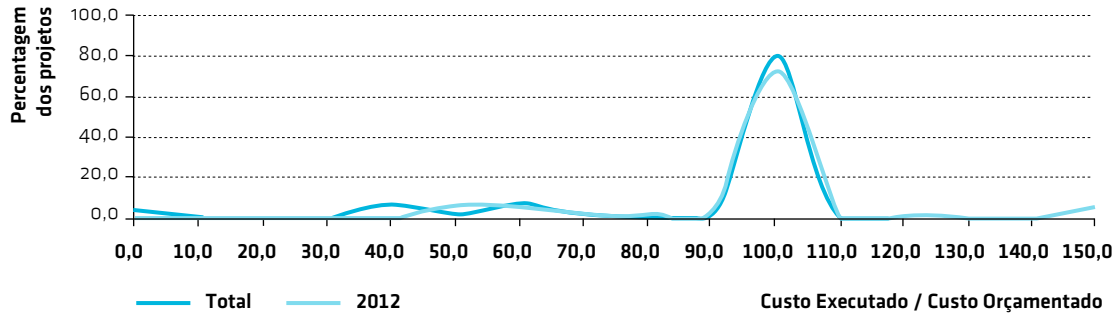


GRÁFICO II.18.B. RESPONSABILIDADE ASSUMIDA POR PARTE DO OFERTANTE

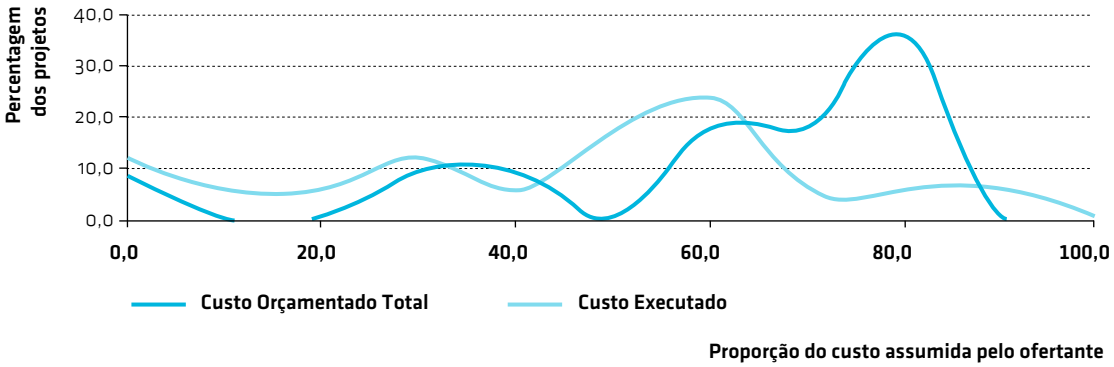
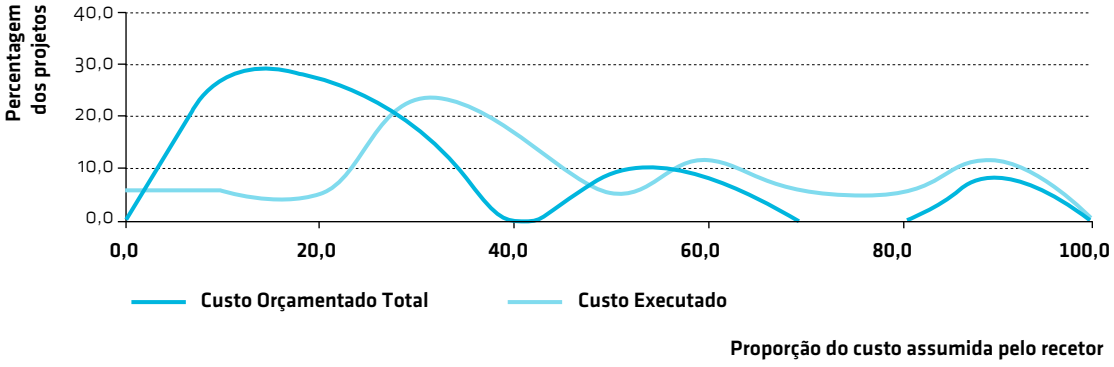


GRÁFICO II.18.C. RESPONSABILIDADE ASSUMIDA POR PARTE DO RECETOR



Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

3

A COOPERAÇÃO SUL-SUL TRIANGULAR NA IBERO-AMÉRICA

III.1. A NECESSIDADE DE ABORDAR ALTERAÇÕES CONCEPTUAIS E METODOLÓGICAS

EM MARÇO DE 2013, os países ibero-americanos reuniram-se num workshop em Buenos Aires (Argentina) para analisar o modo como até essa altura se tinham conceptualizado duas modalidades de cooperação: a Sul-Sul Triangular e a Horizontal Sul-Sul Regional.[1] O workshop foi convocado após uma análise exaustiva dos dados enviados pelos países sobre ambas as modalidades nas sucessivas edições do Relatório, entre 2007 e 2012. A esse respeito, a análise colocava em evidência que (PIFCSS e SEGIB, 2013):

a) Em mais de uma ocasião, foi detetada alguma confusão para distinguir a cooperação triangular da regional, o que provocou que uma mesma atividade ou projeto pudesse aparecer classificada e abordada, indistintamente, em qualquer das duas rubricas.

b) Igualmente, e graças ao esforço efetuado pelos países para informar, dispunha-se de uma grande quantidade de dados (sobretudo qualitativos) referentes a cada uma das modalidades. No entanto, parte da informação disponível não podia ser suficientemente aproveitada. Esse insuficiente aproveitamento explicava-se sobretudo pelas dificuldades na altura de a tratar metodologicamente, assim como pela falta de clareza no seu propósito de uso.

Portanto, e nestes moldes, evidenciou-se a necessidade de realizar um workshop para abordar:

a) **Uma redefinição dos conceitos de Cooperação Sul-Sul Triangular e de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional** utilizados até agora.

b) **Uma identificação das características essenciais de cada uma dessas duas modalidades**, para estabelecer uma clara delimitação e diferenciação entre ambas.

c) **Um processo de seleção da informação e do tipo de dados aos quais efetivamente se queria aceder quando se analisavam ambas as modalidades.** O objetivo residiu em otimizar a maior parte da informação finalmente disponível: por um lado, aumentando as opções de tratamento metodológico; e por outro, melhorando o conhecimento do máximo número de aspetos relativos ao seu comportamento.

O Workshop de Buenos Aires atendeu a estas necessidades e entre os seus resultados (PIFCSS e SEGIB, 2013) destacam-se, principalmente, as novas conceptualizações da Cooperação Sul-Sul Triangular e da Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. Neste quadro, e atendendo às alterações mais significativas introduzidas nas respetivas definições, o presente capítulo, dedicado à primeira destas modalidades, inicia-se refletindo sobre as características que se passaram a assumir como determinantes da Cooperação Sul-Sul Triangular. Após isso, e partindo a seguir tanto da definição resultante como do tipo de informação finalmente disponível, o presente capítulo desenvolve-se da seguinte forma:

a) Em primeiro lugar, registam-se e caracterizam-se o número de projetos e ações de Cooperação Sul-Sul Triangular que a Ibero-América teve em execução em 2012.

b) Em segundo lugar, analisa-se o grau de participação que os diferentes países ibero-americanos mantiveram nessa cooperação, assim como o papel a partir do qual o fizeram.

c) A seguir, realiza-se uma análise do caráter setorial da Cooperação Sul-Sul Triangular, o que permite aprofundar o perfil das capacidades e das necessidades, ao qual se atendeu com o impulso dos diferentes projetos e ações.

d) Pela primeira vez (e de forma análoga a como se fez para a Bilateral), estudam-se "outras características" da Cooperação Sul-Sul Triangular (como pode ser por exemplo a sua dimensão, entendida através dos tempos médios de duração dos projetos e do seu custo económico). Para esse efeito, recorre-se à aplicação de indicadores construídos sobre dados de datas e custos, assim como à aplicação e uso de recursos estatísticos.

e) Finalmente, aprofundam-se outros aspetos relacionados com a "operação" à qual a Cooperação Sul-Sul Triangular da qual a Ibero-América participa costuma responder, dando especial atenção aos esquemas que regulam o seu funcionamento, aos mecanismos através dos quais se financia a atividade e ao modo como se concretizam as diferentes fases do ciclo do projeto (identificação, negociação e formulação, implementação e acompanhamento e avaliação).

1. Em concreto, o Workshop teve lugar entre os dias 20 e 22 de março e intitulou-se "Questionário para o Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2013: revendo o tratamento das cooperações triangular e regional". Ver relatório final em PIFCSS e SEGIB (2013).

III.2. RUMO A UMA NOVA DEFINIÇÃO DE COOPERAÇÃO SUL-SUL TRIANGULAR

O ESQUEMA III.1 APRESENTA (e ilustra) as principais características de duas definições de Cooperação Sul-Sul Triangular: a que se manteve em vigor até ao exercício de 2012 e a que ficou acordada a partir de 2013. Tal como se observa através do mesmo, a aceitação da primeira destas conceptualizações diz respeito à identificação da CSS Triangular com qualquer modalidade determinada por:

a) A origem ou dinâmica específica sobre a qual se criou a cooperação. Assim, assumiu-se como elemento determinante que essa cooperação "*nasc(-eu) da troca de experiências entre dois países em desenvolvimento*", o que de outro modo dava também a entender como essa cooperação se referenciava e apoiava na Horizontal Sul-Sul Bilateral.

b) A partir daí, o mais relevante foi a "*intervenção* de um terceiro agente" de natureza diversa, podendo este ser um país em desenvolvimento, um país desenvolvido, um organismo multilateral ou outro.

c) Desta forma, destacou-se o número de agentes (três) como uma característica que define a triangular. Cada um assumia um papel: primeiro ofertante e recetor, para os dois primeiros países em desenvolvimento; segundo ofertante, para o caso do terceiro cooperante.

d) Finalmente, o exercício do referido papel pressupunha contributos: principal, embora não exclusivamente técnico, para o primeiro ofertante; principal, embora não exclusivamente financeiro, para o segundo ofertante. A definição não inclui qualquer contributo do recetor.

Mas o contraste desta definição com as casuísticas registadas pelos países para a CSS Triangular punha em causa alguns dos seus componentes. Destacaram-se duas contradições:

a) A modo de ilustração e segundo os dados disponíveis, do total dos 74 projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular relatados em 2012, apenas 5,9% *"nasc(-eu) de (um) intercâmbio de experiências entre dois países em desenvolvimento"* ao que se acrescentou *"um terceiro agente"*. A casuística mais habitual, de facto, diferiu bastante da anterior: a maioria dos projetos nasceu por iniciativa dos dois ofertantes, os quais convidaram e/ou receberam um pedido do país que exerceu o papel de recetor. Em consequência, os países consideraram que o modo como se criou a triangulação não podia ser um elemento determinante da sua natureza, pelo que também não podia constituir uma característica que define a CSS Triangular.

b) Igualmente, a informação de caráter económico, revelava, por exemplo que o papel do recetor não era "meramente" passivo e que, em muitas ocasiões, este agente assumia uma parte, mais ou menos significativa, do custo económico da cooperação. De facto, e neste sentido, assumir numa definição (inclusivamente explicitar – por ausência) que o recetor não assume qualquer contribuição, entra em contradição com parte dos princípios que a Ibero-América tem vindo a defender como essenciais para a prática da Cooperação Sul-Sul da região: entre eles, o fortalecimento mútuo de capacidades, a reciprocidade, a "responsabilidade partilhada" e, como não, a horizontalidade. De facto, e não sem uma certa autocrítica, a definição em vigor até 2012, ao não assumir contributos do recetor, tem inclusivamente uma tendência para "a verticalidade" (dos ofertantes para com o recetor) que choca frontalmente com o defendido.

Assim, e conforme estas e outras questões, os países decidiram modificar algumas das características que definem a Cooperação Sul-Sul Triangular e reformular a sua definição. Tal como se observa no Esquema III.1.B, desde 2013 passou a assumir-se que:

a) O modo como nasce cada triangulação não é um elemento determinante da sua natureza.

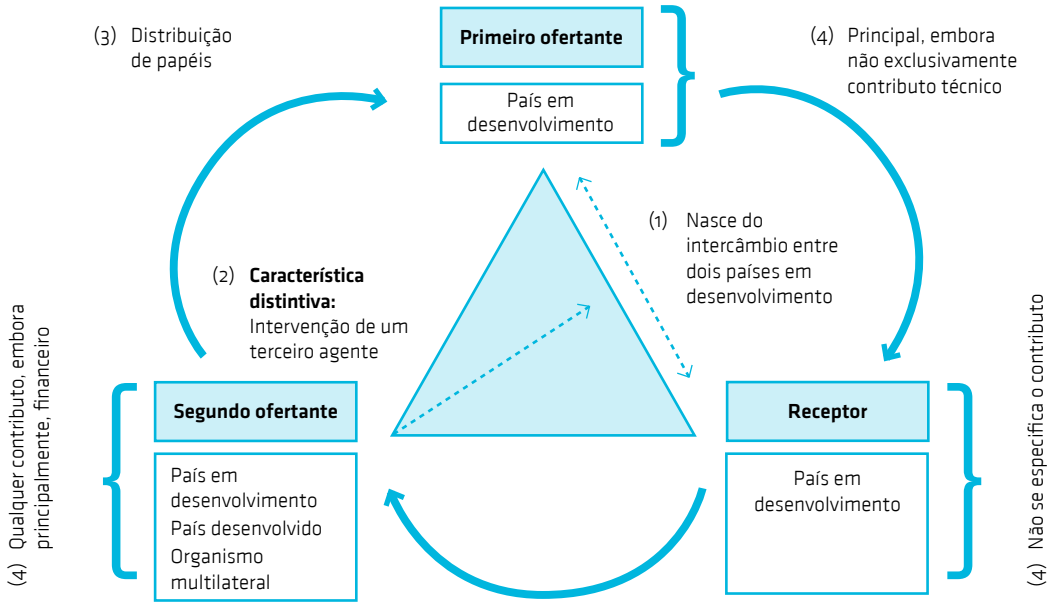
b) Por seu lado, o número de participantes também não o é. Assim, e à margem de quantos cooperem, o realmente é importante são os papéis assumidos pelos participantes. Neste sentido:

   - Mantém-se a necessidade de que se executem três tipos de papéis diferentes: os correspondentes aos denominados primeiro ofertante, segundo ofertante e recetor.
   - Entende-se que, no exercício de cada um desses papéis, podem participar vários agentes ao mesmo tempo, isso desde que as suas naturezas respetivas correspondam às seguintes: países em desenvolvimento (primeiro ofertante); países em desenvolvimento, desenvolvidos e organismos multilaterais – com a novidade de incluir entre estes últimos os organismos regionais (segundo ofertante); e países em desenvolvimento (recetor).
   - Embora todos os participantes, a partir de todos os papéis, possam realizar contribuições de todo o tipo (técnicas, financeiras ou outras), estabelece-se como a característica distintiva mais importante da Cooperação Sul-Sul Triangular o facto de que sobre o primeiro ofertante recaia a principal responsabilidade em termos de contributo técnico.

Assim, a modo de síntese e tal como se apresenta no Esquema III.1.B e no documento PIFCSS e SEGIB (2013, p.8), entende-se que, a partir deste exercício, se considerará que a Cooperação Sul-Sul Triangular se refere àquela "*modalidade de Cooperação Sul-Sul na qual participam um conjunto de agentes que, podendo todos eles realizar diferentes tipos de contributo (técnico, financeiro ou outro) dividem entre si o exercício de três papéis: o dos assim denominados primeiro ofertante e recetor (um ou vários países em desenvolvimento, em cada caso), e o de segundo ofertante (país em desenvolvimento, país desenvolvido, organismo regional ou multilateral, ou alguma associação deles). A característica distintiva está determinada pelo papel do primeiro ofertante, o qual atua como principal responsável pelo fortalecimento das capacidades*".

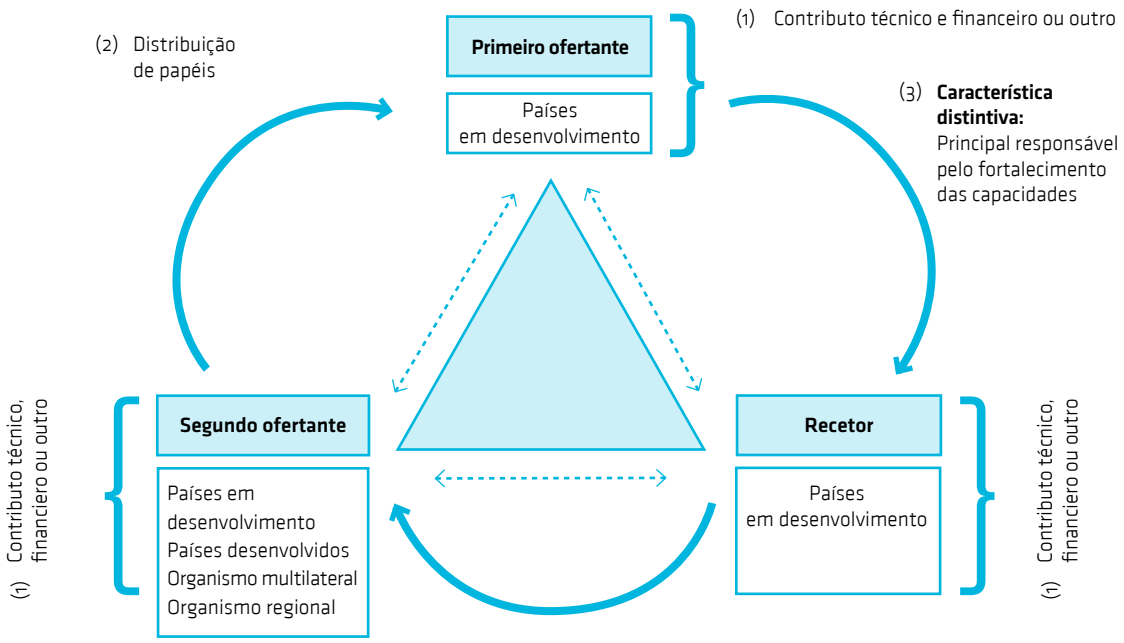
Esquema III.1. Redefinindo a Cooperação Sul-Sul Triangular: mudanças mais relevantes.

III.1.A. DEFINIÇÃO EM VIGOR ATÉ 2012



"...tal como no caso da (Cooperação) Horizontal (Sul-Sul Bilateral), a Cooperação (Sul-Sul Triangular) (1) parte do intercâmbio de uma experiência entre dois países em desenvolvimento. A (2) característica distintiva procede da intervenção de um terceiro agente (país em desenvolvimento, país desenvolvido ou organismo multilateral) que, ao dispor de maiores recursos, apoia a ação com uma dotação financeira e/ou técnica e humana. Os países participantes (3) distribuem os papéis de recetor; primeiro ofertante (principal, embora não exclusivamente contributo técnico) (4) e segundo ofertante (principal, embora não exclusivamente contributo financeiro) (4)."

III.1.B. DEFINIÇÃO ACORDADA A PARTIR DE 2013



"Modalidade de Cooperação Sul-Sul na qual participam um conjunto de agentes que, (1) podendo todos eles realizar diferentes tipos de contributos (técnicos, financeiros ou outros) distribuem o (2) exercício de três papéis: o dos assim denominados primeiro ofertante e recetor (um ou vários países em desenvolvimento, em cada caso), e o do segundo ofertante (país em desenvolvimento, país desenvolvido, organismo regional ou multilateral, ou alguma associação deles). A (3) característica distintiva está determinada pelo papel do primeiro ofertante, o qual atua como principal responsável pelo fortalecimento de capacidades."

Fonte: SEGIB a partir do PIFCSS e SEGIB (2013).

III.3. PROJETOS E AÇÕES DE COOPERAÇÃO SUL-SUL TRIANGULAR EM 2012

AO LONGO DE 2012, os países ibero-americanos mantiveram em execução 77 projetos e 55 ações de Cooperação Sul-Sul Triangular. As Tabelas III.1 (incluídas nesta mesma secção) e a A.3 (no anexo) classificam os referidos projetos e ações (respetivamente) segundo o país que atuou como primeiro ofertante, e acrescentam para cada item os dados relativos aos outros cooperantes (segundo ofertante e recetor) e o título da atividade, assim como o setor com o qual se relacionam (conforme os códigos e a classificação também usados na Bilateral).

Depois de se conhecer este dado global, elabora-se o Gráfico III.1, que tenta reconstruir a evolução histórica das ações e dos projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular de 2006 (data a que se refere o primeiro registo) até 2012. Mas as mudanças metodológicas sofridas durante esse mesmo período pela conceptualização, medição e identificação desta modalidade triangular, faz com que a série histórica resultante padeça de rigor. Neste sentido, e a modo de recordatório, devemos destacar:

a) A desagregação (realizada em 2010) de umas "ações" de Cooperação Sul-Sul Triangular que incluíam qualquer tipo de intervenção, independentemente da sua dimensão, em dois blocos diferenciados de instrumentos: os "projetos" e as "ações pontuais".

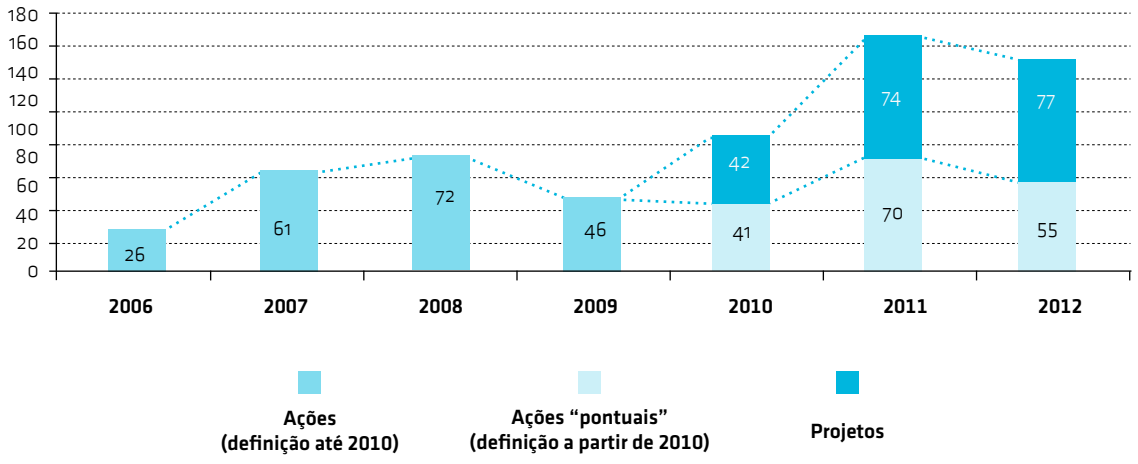
b) A impossibilidade (por razões diversas) de manter as mesmas fontes de informação em todos os exercícios. De facto, nem sempre os 22 países ibero-americanos puderam informar sobre os dados requeridos, o que impossibilita uma comparação real da informação ao longo do ano.

c) A mais recente mudança na definição da Cooperação Sul-Sul Triangular apesar de ajudar a "filtrar" melhor os registos não modifica muito substancialmente a sua quantificação.

Em consequência, qualquer interpretação do Gráfico III.1 deve ser realizada com cautela. No entanto, tendo em conta tudo isto, a sua observação sugere que, nestes últimos anos, a aposta dos países ibero-americanos nesta modalidade se reforçou: das 26 "ações" de 2006 para as 72 (praticamente o triplo) em 2008 e o máximo de 2011 (já com dados desagregados) em que se chegaram a registar mais de 140 intervenções (em concreto, 74 projetos e 70 ações de CSS Triangular). O conjunto das intervenções registou uma pequena redução em 2012, mas isso foi pelo decréscimo das ações (de 70 para 55) pois os projetos chegaram a registar um ligeiro aumento relativamente ao ano anterior (77 versus 74).

Gráfico III.1. Projetos e ações de Cooperação Sul-Sul Triangular. 2006-2012.

Em unidades.



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

Tabela III.1. Projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular, conforme o primeiro ofertante. 2012.

III.1.A. CHILE

SEGUNDO OFERTANTE	PROJETO	RECETOR	SETOR DE ATIVIDADE
Alemanha	Projeto de Cooperação Internacional para o Fortalecimento da Gestão dos Resíduos	Colômbia	Ambiente (41)
	Transferência de metodologia para desenvolver a estratégia de emprego e o empreendedorismo social	El Salvador	Emprego (26)
	Projeto entre o SERNAC do Chile e a DIACO da Guatemala para o Fortalecimento da gestão institucional nos âmbitos de atenção, educação e informação ao consumidor	Guatemala	Governo (31)
	Novo Desenho da Capacitação Docente e de Ações de Extensão do Curso de Engenharia e Alimentos	Guatemala	Saúde (12)
	Fortalecer a Institucionalidade da Secretaria dos Recursos Naturais e do Ambiente no Manuseamento Integral dos Resíduos Sólidos	Honduras	Ambiente (41)
	Promoção do emprego juvenil nas zonas rurais desfavorecidas	República Dominicana	Emprego (26)
Alemanha e Austrália	Paraguai entre todos e todas: Desenvolvimento Social Integrado no Território	Paraguai	Outros (Outros) (53)
Austrália	Capacitação para a regulamentação mineira	Honduras	Extrativas (2A)
Colômbia	Fortalecimento da gestão em matéria de promoção social, através da troca de experiências e de boas práticas entre o Chile e a Colômbia e a ação conjunta em apoio às sub-regiões da América Central e do Caribe	Países da América Central[1]	Outros (Social) (15)
Estados Unidos	Conceção e implementação de um sistema de inteligência de mercados agropecuários (SIMAG)	El Salvador	Agropecuário (2B)
	Implementação de um sistema de inocuidade de produtos agropecuários (SIPA), que permita desenvolver um modelo voluntário de aplicação de Boas Práticas Agropecuárias (BPA), em harmonia com Boas Práticas de Manufatura (BPM)	El Salvador	Agropecuário (2B)
	Fortalecimento da Unidade de Análise de Riscos de Pragas (ARPs) e do Sistema de Informação Geográfica (SIG) da Direção Geral de Saúde Vegetal de El Salvador	El Salvador	Agropecuário (2B)
	Fortalecimento da vigilância epidemiológica em serviços veterinários a partir da implementação de um sistema de registo de unidades produtivas numa zona piloto	El Salvador	Agropecuário (2B)
	Conceção do Sistema Nacional de Inspeção e Certificação Fitossanitária para Produtos Agrícolas de Exportação na Guatemala	Guatemala	Agropecuário (2B)
	Fortalecimento da capacidade da polícia panamenha para investigar delitos de corrupção	Panamá	Governo (31)
	Apoio e Fortalecimento do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) do Paraguai	Paraguai	Saúde (12)
	Fortalecimento do controlo interno da Direção Geral de Alfândegas	Paraguai	Comércio (2H)
	Fortalecimento, Instalação e entrada em funcionamento do Sistema de Proteção Social (Paraguai Solidário)	Paraguai	Outros (Social) (15)
	Apoio à conceção das políticas públicas da agricultura familiar	Paraguai	Agropecuário (2B)
	Fortalecimento do Sistema de Informação Comercial REDIEX	Paraguai	Comércio (2H)

Tabla III.1. Projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular, conforme o primeiro ofertante. 2012. (Continuação)

III.1.A. CHILE

SEGUNDO OFERTANTE	PROJETO	RECETOR	SETOR DE ATIVIDADE
Espanha	Medicina deTransfusão	Bolívia	Saúde (12)
	Boas práticas de intermediação e sistema de informação profissional	El Salvador	Emprego (26)
	Fortalecimento da Gestão e do Desenvolvimento dos funcionários do setor público ao serviço da cidadania do Paraguai	Paraguai	Governo (31)
Japão	Desenvolvimento de capacidades técnicas para a reabilitação inclusiva	Bolívia	Outros (Social) (15)
	Aquicultura de Moluscos	Colômbia	Pesca (2D)
	Fortalecimento dos Serviços de Atenção Precoce (SAT)	Paraguai	Saúde (12)
PMA	Programa Desnutrição Zero (PMA)	Bolívia	Saúde (12)
	Apoiando capacidades locais para melhorar a segurança alimentar e nutricional	Equador	Saúde (12)
	Programa de Segurança alimentar. Apoio ao Programa Desnutrição Zero	Guatemala	Saúde (12)
	Programa Desnutrição Zero (PMA)	Paraguai	Saúde (12)

III.1.B. OUTROS PRIMEIROS OFERTANTES

PRIMEIRO OFERTANTE	SEGUNDO OFERTANTE	PROJETO	RECETOR	SETOR DE ATIVIDADE
Argentina/ Colômbia	BM	Apoio à construção de uma política pública em Ciência, Tecnologia e Inovação	Bolívia	Ciência e tecnologia (24)
Brasil	Alemanha	Fortalecimento do Sistema Nacional Integrado de Saúde (SNIS) no Uruguai com ênfase em localidades com menos de 5.000 habitantes	Uruguai	Saúde (12)
	Itália e CAF	Programa Amazónia Sem Fogo (PASF)	Bolívia	Ambiente (41)
	Japão	Projeto para o desenvolvimento e administração de cursos de formação e capacitação baseada em competências laborais	Equador	Emprego (26)
		Apoio ao Estabelecimento da filosofia da Polícia comunitária (FPC)	El Salvador	Governo (31)
		Melhoramento da diversificação da Apicultura (FENIX)	Paraguai	Agropecuário (2B)
		Fortalecimento da transparência e desenvolvimento da capacidade dos governos locais	Paraguai	Governo (31)
Colômbia	Alemanha	Troca de experiências sobre os resultados e progressos do Programa de Municípios para o Desenvolvimento Local - PROMUDEL	Guatemala	Outros (Outros) (53)
	Austrália	Intercâmbio das boas práticas em promoção social e apoio às Micro e PME	Países de Mesoamérica[2]	Empresas (27)
	F-ODM	Sistema Nacional de Subsídio e Crédito Familiar para Habitação de Interesse Social	El Salvador	Outros (Social) (15)
México	Alemanha	Melhoramento da reutilização e tratamento de águas residuais e proteção de corpos de água com perspetiva de adaptação à mudança do clima	Bolívia	Água (14)
		Habitação sustentável em matéria de eficiência energética e ambiental	Colômbia	Construção (2E)
		Esquema vasto de cooperação triangular em gestão ambiental urbana e industrial	Países de Mesoamérica[2]	Ambiente (41)
		Fortalecimento da infraestrutura da qualidade	Paraguai	Indústria (2F)

Tabla III.1. Projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular, conforme o primeiro ofertante. 2012. (Continuação)

México	Alemanha	Gestão de locais contaminados	Peru	Ambiente (41)
	IICA	Cooperação triangular em matéria de agricultura em risco	Países de Mesoamérica[2]	Agropecuário (2B)
	Japão	Fortalecimento da monitorização da qualidade do ar: gases e partículas em suspensão	Honduras	Ambiente (41)
		Gestão de recursos naturais e bacias no Corredor Biológico do Caribe nas Honduras	Honduras	Ambiente (41)
		Melhoramento da tecnologia para a construção e sistema de difusão da habitação social sismo-resistente Fase II	El Salvador	Construção (2E)
		Melhoramento da Produção da Semente de Sésamo (Gergelim) para pequenos produtores	Paraguai	Agropecuário (2B)
	OEA	Assistência técnica no programa interamericano de educação em valores e práticas democráticas com perspetiva de interculturalidade para com os povos indígenas	Peru	Governo (31)
	PNUD/ ONU Mulheres	Selo de equidade de género	Honduras	Género (52)
Peru	Alemanha	Melhoria da Gestão Tributária Local	Guatemala	Governo (31)
		Troca de experiências de gestão da capacitação entre o RENIEC do Peru e a Direção Geral do Registo do Estado Civil (REC) do Paraguai	Paraguai	Governo (31)
Peru e Chile	GEF	Com vista a um gerenciamento com perspetiva ecossistémica do Grande Ecossistema Marinho da Corrente de Humboldt (GEMCH)	Peru e Chile	Ambiente (41)

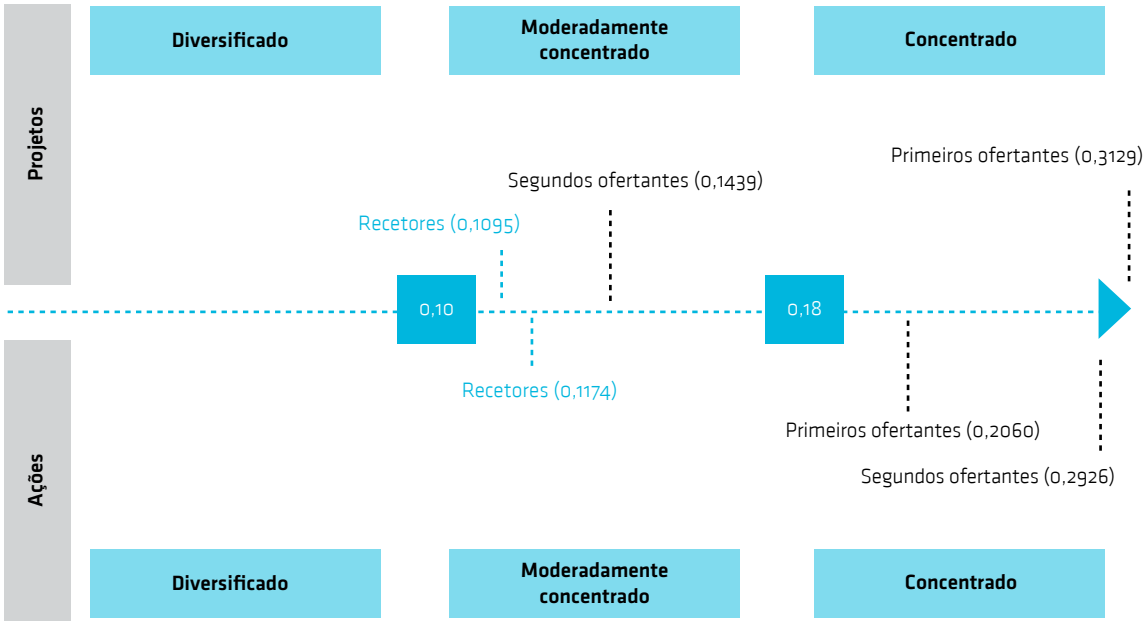
Nota: 1. Países da América Central: Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá.
2. Países da Mesoamérica: Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá e República Dominicana.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

III.4. PARTICIPAÇÃO DOS PAÍSES NA COOPERAÇÃO SUL-SUL TRIANGULAR EM 2012

Esquema III.2. Grau de concentração e dispersão da CSST, por cooperantes e papel. 2012.

Índice de Herfindal, com quatro casas decimais.



Fonte: SEGIB a partir do PIFCSS (2013) e das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

A PARTIR DA INFORMAÇÃO contida na Tabela III.1, também se pode reconhecer quem participou, no exercício de que papel e com que grau de intensidade, nos 77 projetos e nas 55 ações de Cooperação Sul-Sul Triangular promovidas ao longo de 2012. Um resumo disso pode ser encontrado observando de forma combinada o Esquema III.2 e o Gráfico III.2:

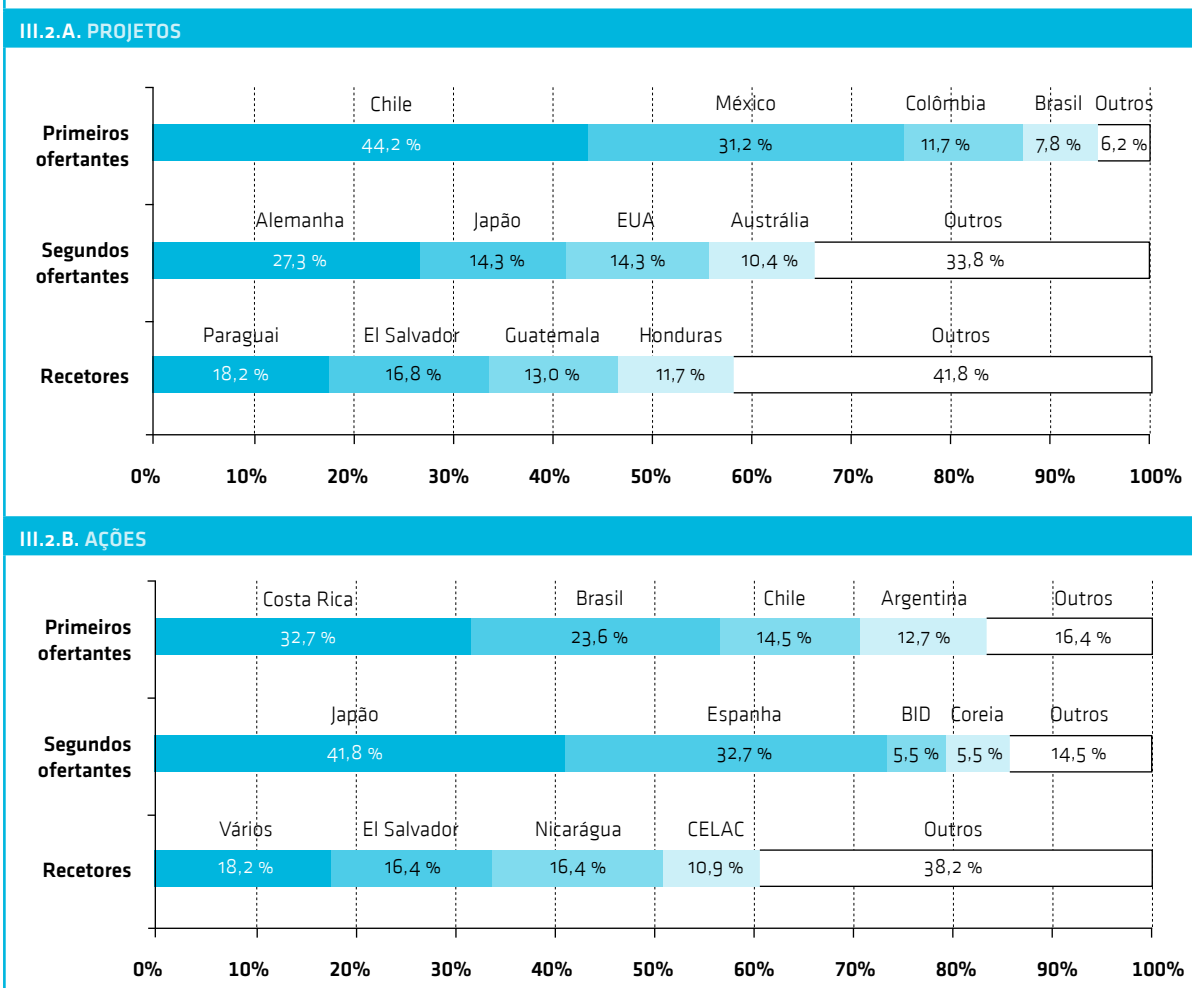
a) O Esquema III.2 mede (para projetos na parte superior e ações na parte inferior) quão concentrada está a Cooperação Sul-Sul Triangular de 2012 nuns poucos ou muitos primeiros ofertantes, segundos ofertantes e recetores. Para isso, aplica aos dados dos projetos e ações oferecidos ou recebidos pelos diferentes cooperantes, o mesmo Índice de Herfindahl de concentração e dispersão usado no caso Bilateral. Ao interpretar os resultados obtidos, devemos lembrar que o grau de concentração cresce à medida que o valor do índice ultrapassa os limiares de 0,1000 (moderadamente concentrado) e de 0,1800 (concentrado).[2]

b) O Gráfico III.2, por sua vez e nas suas versões A e B conforme se referem a projetos ou a ações, especifica a importância relativa que cada um dos principais cooperantes, no exercício de cada papel, teve sobre o total da CSS Triangular promovida em 2012.

2. De forma análoga ao que tem vindo a acontecer na Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, neste caso, o Índice de Herfindahl estimou-se para três cenários diferentes, conforme queiramos saber o que aconteceu com os primeiros ofertantes, os segundos ofertantes ou os recetores. Em cada um destes casos, o índice foi calculado a partir da fórmula $n\Sigma\, i=1\ (Pof\text{-}i\ /\ Pof\text{-}T\ )2$, equivalente à soma dos quadrados dos pesos relativos que cada parceiro (no exercício do papel correspondente) teve sobre a oferta ou receção final de projetos (ou de ações) de Cooperação Sul-Sul Triangular. De novo, o resultado obtido está compreendido entre 0 e 1.

Gráfico III.2. Distribuição da Cooperação Sul-Sul Triangular, conforme o cooperante e o papel. 2012.

Em percentagem.



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

Neste sentido e no que se refere ao caso dos projetos, devemos destacar que:

a) Dado que o número de possíveis cooperantes diminui quando se passa de analisar o papel dos recetores, para o de segundo ofertante e para o de primeiro ofertante (em 2012, 14 dos 19 países latino-americanos exerceram de recetor, 13 agentes de segundo ofertante e apenas 5 de primeiro), resulta lógico que a Cooperação Sul-Sul Triangular apresente graus de concentração e dispersão cada vez maiores conforme se produz essa mudança: assim, obtém-se um índice de 0,1095 para os recetores, de 0,1439 para os segundos ofertantes e um índice próprio de uma elevada concentração (0,3129), para os primeiros ofertantes.

b) Esta informação é coerente com o facto de que, à medida que a análise oscila entre os diferentes papéis, os principais cooperantes acumulam cada vez maiores participações sobre o total dos projetos de 2012. Mais especificamente, os três principais recetores (Paraguai, El Salvador e Guatemala) explicaram menos de metade (46,8%) dos projetos. Ao mesmo tempo, os três principais segundos ofertantes (Alemanha, Japão e Estados Unidos) representaram uma participação mais elevada (de 55,8% do total), embora muito inferior à dos três principais primeiros ofertantes (Chile, México e Colômbia) (87,0%). Igualmente, as percentagens mantiveram essa gradação crescente quando, para cada um dos papéis, se acrescentou o quarto principal cooperante (Honduras, Austrália e Brasil, que elevaram os valores anteriores até 58,5%, 66,2% e 94,8%, respetivamente).

Por seu lado, da análise das ações de Cooperação Sul-Sul Triangular, retiram-se conclusões semelhantes, não obstan-

te matizadas e tal como a seguir veremos, pela intensa relação entre alguns dos protagonistas. Na verdade:

a) Os níveis de concentração para os recetores, segundos ofertantes e primeiros ofertantes conforme o índice de Herfindahl (parte inferior do Esquema III.2) respondem aos padrões próprios de uma concentração moderada no primeiro dos casos (0,1174) e de uma maior concentração nos dois segundos (valores de 0,2926 e 0,2060, respetivamente).

b) Igualmente, a importância relativa dos quatro principais cooperantes no exercício de cada papel também aumenta, pois de explicar um pouco mais de 60% no caso dos recetores (vários países - fundamentalmente mesoamericanos – destacando-se El Salvador e a Nicarágua mais o bloco constituído pela CELAC), passa a explicar mais de 80% (85,5% e 83,6%) quando se refere ao segundo e primeiro ofertantes (Japão, Espanha, o BID e a Coreia do Sul, face à Costa Rica, Brasil, Chile e Argentina, respetivamente).

As nuances anunciadas no parágrafo anterior provêm da elevada concentração dos segundos ofertantes: neste sentido, apenas dois países, Japão e Espanha, bastaram para justificar, conjuntamente, cerca de 75% das 55 ações de 2012. A importância do papel desempenhado por estes agentes explica-se pelos acordos (a modo de Programas de Cooperação com Países Terceiros) que ambos mantiveram, precisamente, com alguns dos primeiros ofertantes (o Japão com o Brasil, o Chile e a Argentina, e a Espanha com a Costa Rica, respetivamente).[3]

Mas a relevância das relações bi e tri-laterais na hora de explicar a importância relativa de alguns países na Cooperação Sul-Sul Triangular de 2012, não foi uma questão exclusiva das ações. Neste sentido, para o caso dos projetos (e apesar de que o tamanho da amostra é pequeno para tanta diversidade de cooperantes e combinações de alianças), houve também que destacar as seguintes relações preferenciais:

a) Por um lado, as estabelecidas pelo Chile com o seu principal segundo ofertante, os Estados Unidos, um parceiro que chegou a justificar cerca de um terço (32,4%) dos 34 projetos promovidos em 2012 por esse país. Da mesma forma, e embora a sua cooperação tivesse tido muitos recetores diferentes, o Paraguai foi também um parceiro preferencial, ao justificar um de cada 4 projetos chilenos (26,5%). De facto, a triangulação Chile-Estados Unidos-Paraguai foi a que se repetiu num maior número de ocasiões (5, equivalentes a 14,7% das registadas).

b) Por outro lado, cerca de metade (45,8%) dos 24 projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular participados pelo México em 2012, tiveram como protagonista principal a Alemanha. Entretanto, a receção esteve muito diversificada, partilhando igual protagonismo países como El Salvador, Guatemala, Honduras, Peru ou o próprio Paraguai.

Finalmente, devemos destacar que, na Cooperação Sul-Sul Triangular de 2012, se identificaram também relações notavelmente intensas com outras nações que não fazem parte do espaço ibero-americano, como são as do Caribe (Tabela III.2). Igualmente, e também no âmbito extra-regional, devemos destacar a incipiente importância que Portugal está a dar ao impulso de projetos triangulares com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (ver Quadro III.1).

Assim, para terminar esta secção e no que se refere ao Caribe não ibero-americano:

a) A Argentina, o Chile, a Colômbia, Cuba e o México promoveram, no exercício do papel de primeiro ofertante, uma vintena de projetos e ações de Cooperação Sul-Sul Triangular nas nações do Caribe não Ibero-Americano (Tabelas III.2.A e III.2.B). Em várias ocasiões, a receção afetou um bloco de países integrantes do CARICOM ou da CELAC, e noutras o Haiti (que participou em 5 projetos e em todas as ações exceto duas), Belize, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis e São Vicente e Granadinas.

b) Nesses mesmos projetos e ações participaram, exercendo o papel de segundos ofertantes, uma parte dos países ibero-americanos (destacando-se o Brasil, o Chile, a Colômbia, a Espanha e o México), juntamente com instituições como o IICA e países extra-regionais bem dispersos geograficamente (Austrália, Canadá, Coreia do Sul, Israel e Japão).

c) Embora, tal como se observa na Tabela III.2, a Cooperação Sul-Sul Triangular promovida no Caribe não ibero-americano fosse orientada para diferentes objetivos, destacaram-se os projetos e as ações que promoveram o fortalecimento das políticas sociais e das instituições de governo, os setores da agricultura e da pesca, assim como tudo o que se relaciona com a ajuda humanitária e a prevenção de desastres.

3. Neste último caso, além disso, o acordo entre ambos os países serviu para cooperar com os países centro-americanos, um bloco que constituiu a parte mais importante desse "vários" que se salientou como principal recetor de ações (18,2% das 55 ações de 2012, conforme se observa no Gráfico III.2.B).

Tabela III.2. CSS Triangular com o Caribe não Ibero-Americano, conforme o primeiro ofertante. 2012.

III.2.A. PROJETOS

PRIMEIRO OFERTANTE	SEGUNDO OFERTANTE	PROJETO	RECETOR/ES	SETOR DE ATIVIDADE
Argentina	Canadá	Projeto de auto produção de alimentos frescos Pro-Huerta	Haiti	Agricultura (2B)
Chile e México	Colômbia	Fortalecimento da gestão em matéria de promoção social, através da troca de experiências e boas práticas	América Central e Caribe	Outras Políticas Sociais (15)
	México e Chile	Fortalecimento do ensino do espanhol no Caribe anglófono	CARICOM	Educação (11)
		Fortalecimento do Ministério da Economia do Haiti em matéria de promoção do investimento estrangeiro	Haiti	Governo (31)
Colômbia	Austrália	Programa de Cooperação Regional com a Mesoamérica – Componentes de promoção social e de Micro e PME	Belize	Outras Políticas Sociais (15)
México	IICA	Agricultura protegida	Santa Lúcia	Agricultura (2B)
	Espanha	Cooperação Triangular México-Espanha em apoio imediato sobre ajuda humanitária	Haiti	Ajuda Humanitária
	Japão	Formação de recursos humanos e desenvolvimento de ferramentas na edificação sismo-resistente	Haiti	Prevenção de desastres (42)

III.2.B. AÇÕES

PRIMEIRO OFERTANTE	SEGUNDO OFERTANTE	AÇÃO	RECETOR/ES	SETOR DE ATIVIDADE
Argentina	Japão	Curso Internacional de Gestão de Projetos de Cooperação Internacional (PCM)	Haiti, São Cristóvão e Nevis	Governo (31)
		Curso de aplicação de tecnologias de gestão nas pequenas e médias empresas	Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas	Empresas (27)
		IV Curso de segurança alimentar: auto-produção de alimentos e desenvolvimento local	Haiti	Agricultura (2B)
Chile	Coreia	Curso internacional de aquicultura	Países CELAC	Pesca (2D)
		Curso Internacional "Atualização de sistemas produtivos de aquicultura: bases científicas ou tecnológicas"	Países CELAC	Pesca (2D)
		Curso internacional sobre Governo eletrónico	Países CELAC	Governo (31)
	Israel	I Curso internacional de atenção à diversidade na primeira infância	Países CELAC	Outras Políticas Sociais (15)
	Japão	Curso de gestão integrada de bacias hidrográficas	Países CELAC	Abastecimento e saneamento de água (14)
Colômbia	Austrália	Programa de Cooperação Regional com a Mesoamérica – Componentes de promoção social e de Micro e PME	Belize	Outras Políticas Sociais (15)
Cuba	Brasil	Missão de coordenação com a cooperação tripartida na área da saúde	Haiti	Saúde (12)

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

QUADRO III.1.

Portugal e a crescente aposta na Cooperação Sul-Sul Triangular

AO LONGO DOS DOIS últimos anos, Portugal começou a mostrar um crescente interesse pela Cooperação Sul-Sul Triangular. Esse interesse manifestou-se através de duas vias: por um lado, na promoção e maior presença em fóruns internacionais nos quais se debate essa modalidade; por outro lado, no incipiente estabelecimento das bases e ferramentas necessárias para que Portugal promova novos projetos e ações de caráter triangular.

Nesse sentido:

a) Portugal decidiu participar ativamente nos debates internacionais que se desenvolveram em torno das principais características, do valor acrescentado e dos desafios da Cooperação Sul-Sul Triangular. Nesse contexto, destaca-se ter sido sede e parte organizadora do *Policy Dialogue* sobre Cooperação Triangular que teve lugar em Lisboa nos dias 16 e 17 de maio de 2013 sob a égide da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos (OCDE). No encontro participaram representantes oficiais de países (vários deles latino-americanos) e de organismos internacionais (como a OEA e a própria SEGIB), com o objetivo de identificar e partilhar boas práticas de Cooperação Triangular, assim como de a melhorar e promover. As conclusões do evento[1] foram apresentadas ao Comité Director da Aliança Global para uma Cooperação para o Desenvolvimento Eficaz, esperando que as suas conclusões constituam por sua vez a base para o debate que deverá ter lugar na primeira reunião desta Aliança Global na Cidade do México em abril de 2014.

b) Portugal está também a avançar na conceção da sua Nova Estratégia de Cooperação, a qual deverá ser adotada ao longo de 2014. Prevê-se que esta inclua, de forma explícita, uma maior atenção no que respeita à Cooperação Sul-Sul Triangular, o que se justifica já que Portugal entende que esta modalidade de cooperação obedece a fórmulas que lhe permitem conciliar a mobilização de recursos que num contexto de crise resultam escassos, com a troca de experiências. De facto, a Nova Estratégia de Cooperação portuguesa prevê:

   - Recorrer a diferentes modalidades de Cooperação Triangular, entre as quais se destacam as construídas à volta do cofinanciamento, o estabelecimento de Fundos Fiduciários e a formação e a criação de redes para a troca de conhecimentos e de experiências.
   - Atuar naquelas áreas de atividade que conjuguem dois fatores: as prioridades da cooperação portuguesa com as identificadas e manifestadas pelos seus parceiros e que permitam a todos, através da triangulação, aproveitar ao máximo as vantagens comparativas de cada qual. Não obstante e de forma preferencial, as áreas prioritárias serão as que se relacionam com a governação, a segurança humana e o desenvolvimento de capacidades (especialmente em Estados frágeis ou em situação de pós-conflito), o desenvolvimento sustentável, a luta contra a pobreza e a integração regional. Igualmente, poderiam incorporar-se novos interesses como os que dizem respeito ao ambiente e à mudança do clima, à segurança alimentar, à energia e à água, apenas para mencionar alguns.
   - Finalmente, tratar-se-ia de uma cooperação triangular que teria como área de atuação preferencial a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Assim, os principais recetores seriam Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. No que se refere aos parceiros ofertantes, estuda-se como potenciar os acordos com outros países ibero-americanos.

Parte destas intenções já se viram explicitamente refletidas nos Programas Indicativos de Cooperação que Portugal elaborou para todos os países da Comunidade de Língua Portuguesa. A modo de ilustração, referem-se os casos de Moçambique e Cabo Verde:

a) O Programa Indicativo de Cooperação Portugal-Moçambique,[2] em vigor para o período 2011-2014, define as relações entre ambos os países em matéria de cooperação. Este Programa justifica a aposta em perspetivas multilaterais e de Cooperação Triangular como fórmula para manter uma cooperação que, no atual contexto de crise económica, garanta uma ótima troca de conhecimentos e experiências. Além disso, neste caso em concreto e de acordo com as necessidades identificadas para Moçambique, torna-se explícito o apoio a duas novas áreas: a Capacitação Científica e Tecnológica e o Empreendimento e Desenvolvimento Empresarial.

b) Seguindo a mesma lógica mas mais recentemente, o Programa Indicativo de Cooperação com Cabo Verde[3] regulará a cooperação portuguesa para esse país durante o período 2012-2015. O documento base refere-se à Cooperação Triangular nos mesmos termos que o dedicado a Moçambique. ■

Fonte: SEGIB a partir do Instituto Camões da Cooperação e da Língua

1. http://www.oecd.org/dac/dac-global-relations/[FINAL]%20Summary%20Policy%20Dialogue%20on%20Triangular%20Co-operation.pdf
2. https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/pic_portugal_caboverde_2012_2015.pdf
3. https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/pic_2011_2014_mz.pdf

III.5. ANÁLISE SETORIAL DA COOPERAÇÃO SUL-SUL TRIANGULAR EM 2012

A SEGUIR, PASSAMOS a analisar o perfil setorial apresentado pela Cooperação Sul-Sul Triangular promovida na Ibero-América ao longo de 2012. Para esse efeito, os 77 projetos e as 55 ações registadas foram desagregadas por setores e dimensões de atividade. Este primeiro exercício permitiu desenhar o perfil das capacidades e das necessidades ao qual a região respondeu no seu conjunto. O mesmo exercício foi depois aplicado aos países ibero-americanos em cada um dos seus papéis o que permitiu, em segundo lugar, saber em que tipo de atividades se especializaram os ofertantes e em que setores se concentrou o apoio aos recetores.

Neste sentido, o Gráfico III.3 mostra o grau de importância relativa das diferentes dimensões de atividade[4] sobre o total dos projetos e ações de Cooperação Sul-Sul Triangular em 2012. Tal como se observa a partir do mesmo (Gráfico III.3.A), dois terços dos projetos (67,5%) foram orientados para o fortalecimento de capacidades económicas e sociais (44,2% e 23,4%, respetivamente). Na área estritamente económica, primaram os projetos que tiveram entre os seus objetivos o desenvolvimento dos setores produtivos (28,6%), maioritários face aos que apoiaram a criação de condições de funcionamento (15,6%). Também, praticamente um de cada cinco projetos (18,2%) foi promovido para atender a necessidades ambientais. Relativamente menos significativos (um de cada dez), foram os projetos destinados a fortalecer as instituições públicas e de Governo. Finalmente, "outras" dimensões (como a cultura, o género e os diferentes modelos de desenvolvimento) estiveram pouco representadas (3,9%) na CSS Triangular de 2012.

4. Mantém-se a mesma classificação usada na CHSS Bilateral e apresentada na Tabela A.1 do anexo.

Por seu lado, o perfil das ações (Gráfico III.3.B) distinguiu-se do dos projetos. Mais especificamente, a maioria das ações (56,4%) tiveram por objetivo o fortalecimento das áreas social (38,2%) e institucional ou de Governo (18,2%). Entretanto, apenas 1 de cada 5 ações esteve orientada para o setor económico, e isso somando as relacionadas com os setores produtivos (12,7%) às que desenvolveram infraestruturas e serviços (7,3%). Ao mesmo tempo, o elemento mais comum entre ambos os perfis resultou do peso dado ao setor ambiental (16,4% do total face a 18,2% registado para os projetos). Uma vez mais, as "outras" dimensões tiveram uma importância relativamente menor, de apenas 7,3%.

Uma nova desagregação já a nível de setores (Tabela III.3 e Gráfico III.4, nas suas versões A e B conforme se refiram a projetos ou a ações, respetivamente) incorpora algumas nuances aos perfis anteriormente descritos. Com efeito:

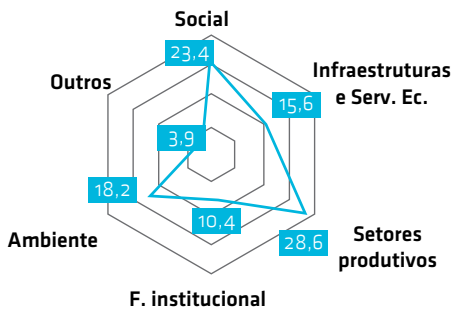
a) Metade dos 77 projetos foram orientados para o fortalecimento de três áreas bem diferentes, destacando-se, por ordem de importância relativa, o setor da agropecuária (19,5%), o ambiental (18,2%) e o da saúde (11,7%). Por seu lado, no quadro dessas áreas, resultaram relevantes, respetivamente, os projetos dedicados a fortalecer os sistemas fitossanitários de saúde animal e vegetal, os de gestão dos recursos naturais e resíduos ambientais, assim como os relacionados com a promoção de programas de nutrição.

b) Outros 30% correspondem àqueles projetos cujo objetivo foi, fundamentalmente, apoiar a construção de sistemas de proteção social (10,4%), a capacidade de gestão do setor público (10,4%) e o impulso às pequenas e médias empresas (9,1%). Entre os setores que completaram o perfil destacaram-se outros de caráter

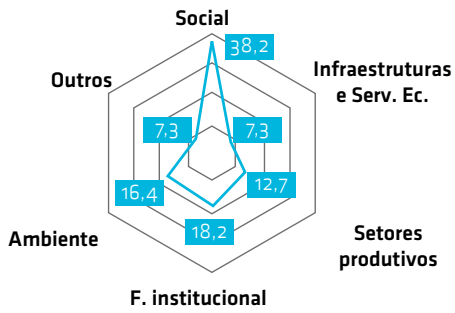
Gráfico III.3. Cooperação Sul-Sul Triangular, por grupos setoriais de atividade. 2012.

Em percentagem.

III.3.A. PROJETOS



III.3.B. AÇÕES



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

Tabela III.3. Distribuição da CSS Triangular, por setores de atividade. 2012.

Frequências absolutas, em unidades; relativas, em percentagem.

III.3.A. PROJETOS

CÓDIGO	SETOR DE ATIVIDADE	FREQUÊNCIA ABSOLUTA		FREQUÊNCIA RELATIVA	
		SIMPLES	ACUMULADA	SIMPLES	ACUMULADA
2B	Agropecuário	15	15	19,5%	19,5%
41	Ambiente	14	29	18,2%	37,7%
12	Saúde	9	38	11,7%	49,4%
15	Outros (social)	8	46	10,4%	59,7%
31	F. Institucional	8	54	10,4%	70,1%
27	Empresas	7	61	9,1%	79,2%
26	Emprego	4	65	5,2%	84,4%
2E	Construção	2	67	2,6%	87,0%
2H	Comércio	2	69	2,6%	89,6%
53	Outros (Outras)	2	71	2,6%	92,2%
2A	Extrativas	1	72	1,3%	93,5%
2D	Pesca	1	73	1,3%	94,8%
2F	Indústria	1	74	1,3%	96,1%
14	Abastecimento e s. água	1	75	1,3%	97,4%
52	Género	1	76	1,3%	98,7%
24	Ciência e tecnologia	1	77	1,3%	100,0%

III.3.B. AÇÕES

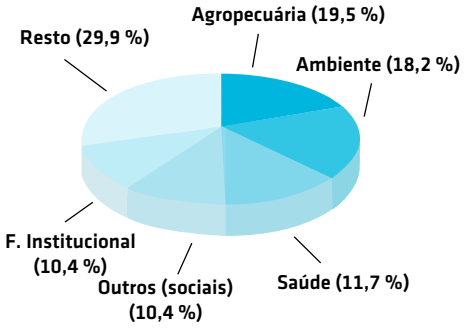
CÓDIGO	SETOR DE ATIVIDADE	FREQUÊNCIA ABSOLUTA		FREQUÊNCIA RELATIVA	
		SIMPLES	ACUMULADA	SIMPLES	ACUMULADA
31	F. Institucional	9	9	16,4%	16,4%
41	Ambiente	9	18	16,4%	32,7%
12	Saúde	7	25	12,7%	45,5%
11	Educação	6	31	10,9%	56,4%
14	Abastecimento e s. água	5	36	9,1%	65,5%
53	Outros (Outras)	4	40	7,3%	72,7%
2B	Agropecuário	3	43	5,5%	78,2%
2D	Pesca	3	46	5,5%	83,6%
13	Saúde reprodutiva	2	48	3,6%	87,3%
2G	Turismo	1	49	1,8%	89,1%
15	Outros (social)	1	50	1,8%	90,9%
32	Sociedade civil	1	51	1,8%	92,7%
21	Energia	1	52	1,8%	94,5%
22	Transporte e comunicações	1	53	1,8%	96,4%
26	Emprego	1	54	1,8%	98,2%
27	Empresas	1	55	1,8%	100,0%

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

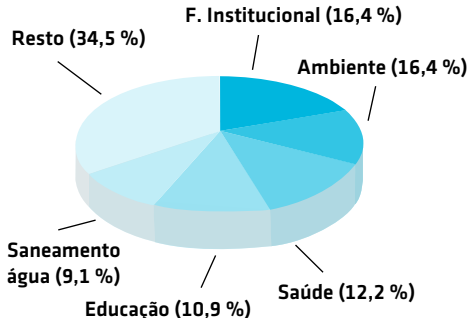
Gráfico III.4. Distribuição da CSS Triangular, por setores de atividade. 2012.

Participação, em percentagem.

III.4.A. PROJETOS



III.4.B. AÇÕES



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

económico, relacionados desta vez com o fomento do emprego, a construção e o comércio (10,4%).

c) Ao mesmo tempo, cerca de metade (45,5%) das 55 ações concentraram-se em três setores de perfil diferente mas cuja característica comum foi não se classificarem no setor económico: por um lado, o fortalecimento das instituições governamentais e o ambiente (16,4% em cada um dos casos); por outro lado, a cooperação na área da saúde (12,7% mais).

d) Por seu lado, uma de cada cinco ações teve por objetivo apoiar áreas sociais: em concreto, a educação (10,9%) e o abastecimento e saneamento de água (9,1%).

e) O perfil de capacidades das ações completou-se com atividades muito diversas, entre as quais se destacaram as relacionadas com modelos de desenvolvimento e questões de género e cultura (7,3%), demografia e saúde reprodutiva (3,6%), assim como com duas atividades enquadradas no setor económico (setores agropecuário e pesqueiro, com 5,5% cada uma).

No entanto, tal como se mencionou no início desta secção, a análise setorial pode também ser realizada a partir de outra ótica complementar, a qual requer a desagregação da cooperação de cada um dos cooperantes no exercício do seu respetivo papel. Como resultado, obtém-se o Gráfico III.5, que ilustra os perfis dos países que atuaram como principais primeiros ofertantes, segundos ofertantes e recetores[5] dos 77 projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular de 2012. A sua observação sugere que o tipo de atividades que se destacam para cada um destes cooperantes, está diretamente determinado pelas associações que se estabeleceram ao executar os diversos projetos. Por outras palavras:

a) O Chile (principal primeiro ofertante) orientou a sua cooperação para a transferência de capacidades no âmbito socioeconómico, pelo que 3 de cada 4 projetos tiveram como objetivo o fortalecimento da saúde e da proteção social (44,1%) bem como dos setores agropecuários e do comércio (29,4%). Neste sentido, não é circunstancial que estas duas últimas áreas expliquem, por sua vez, mais de 70% dos projetos participados pelos Estados Unidos como segundo ofertante, assim como entre 42,9% e 50,0% dos recebidos pelo Paraguai e El Salvador, dois países que se tornaram preferenciais para a Cooperação Chileno-Norte-americana. De facto, o Quadro III.2 apresenta com mais pormenor o Memorando de Entendimento que as Agências do Chile e dos Estados Unidos assinaram em 2011 para a Implementação de Atividades de Cooperação para o Desenvolvimento em Países Terceiros e que serviu como enquadramento para os projetos realizados em El Salvador, na Guatemala, no Paraguai e no Panamá. Esses projetos, foram claramente orientados para reforçar simultaneamente a agricultura e o comércio, em parte como estratégia, para apoiar, através da Cooperação Sul-Sul Triangular, a capacidade dos recetores para exportarem alimentos para novos mercados.

b) No que se refere ao México (segundo principal primeiro ofertante), mais de 90% dos projetos de cooperação triangular nos quais participou em 2012 procuraram fortalecer, em partes iguais, os setores produtivos (agricultura, construção e indústria) e do ambiente (gestão de recursos e de resíduos de diferente natureza). De novo, cada uma dessas áreas prioritárias destacou-se na cooperação dos segundos ofertantes com os quais se associou: com a Alemanha (para a qual o setor ambiental esteve presente em 47,6% dos projetos) e com o Japão (para o qual os setores produtivos tiveram uma importância relativa máxima, de 36,4%).

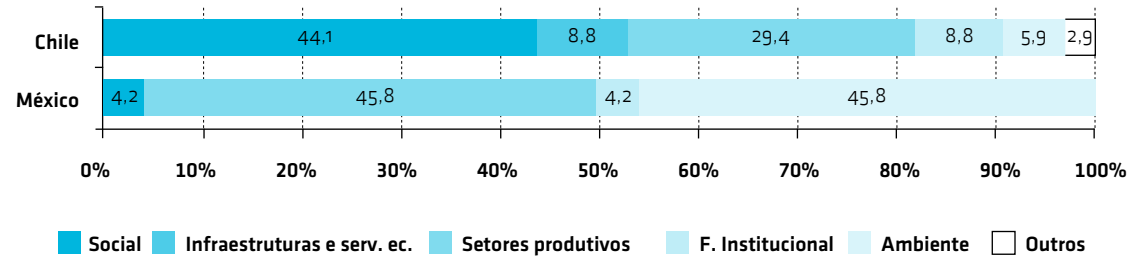
c) Finalmente, metade dos 10 projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular nos quais a Guatemala participou no papel de recetor, dependeram de triangulações executadas pelo Chile junto com outros parceiros (Alemanha, Estados Unidos, Colômbia e o PMA). A importância relativa do Chile explica que, tanto no seu perfil como no da Guatemala, os projetos de caráter social (especialmente os dedicados a combater a desnutrição) registaram uma participação importante (de 44,1% no caso do Chile e de 30% no da Guatemala).

5. Para que os resultados pudessem ser minimamente significativos, a análise só se aplicou àqueles agentes que participaram, no mínimo, em 10 projetos.

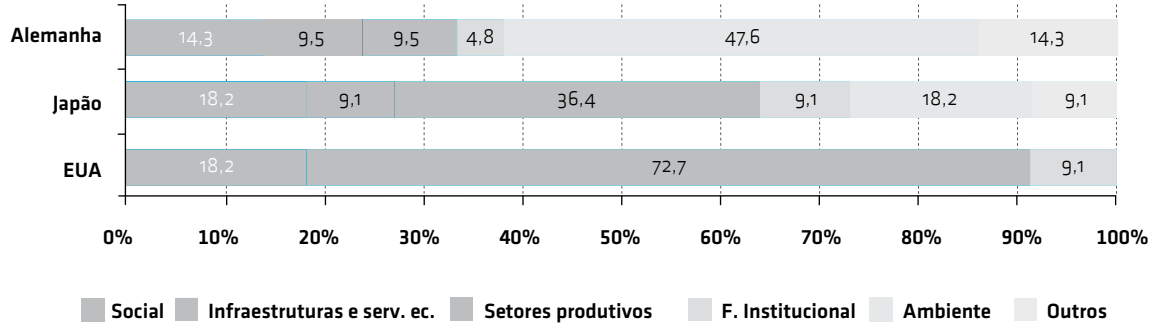
Gráfico III.5. Perfil setorial dos principais cooperantes, conforme o papel e a atividade. 2012.

Participação, em percentagem.

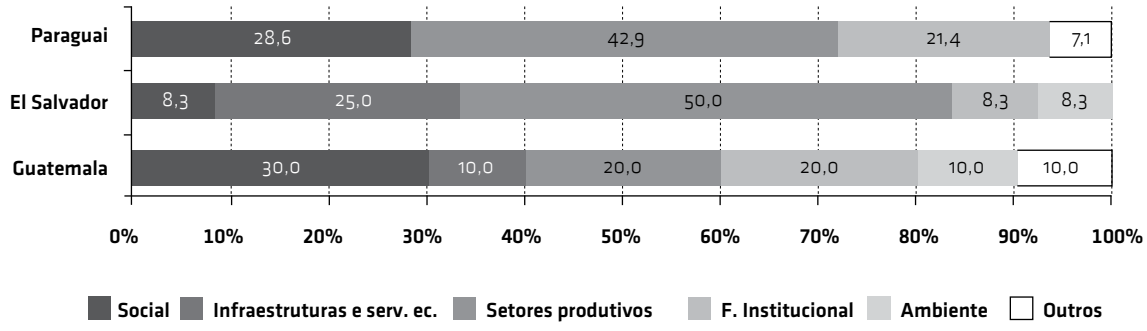
III.5.A. PRIMEIROS OFERTANTES



III.5.B. SEGUNDOS OFERTANTES



III.5.C. RECETORES



Nota: Para que as participações resultem significativas, apenas se tomam em conta países que em 2012 participaram pelo menos em 10 projetos de CSST.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

QUADRO III.2.

As Triangulações Chileno-Norte-americanas: ligando a agricultura ao comércio

O PRIMEIRO MEMORANDO de Entendimento sobre Cooperação entre os Governos do Chile e dos Estados Unidos data do ano 1998. No entanto, em janeiro de 2010, ambos os Governos procederam à sua atualização e estabeleceram as fundações, para que, em fevereiro de 2011, as suas respetivas Agências de Cooperação (a AGCI e a USAID) subscrevessem um MEMO para a Implementação de Atividades de Cooperação para o Desenvolvimento em Países Terceiros. Através do mesmo, os dois países criaram o enquadramento jurídico para promoverem ações e projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular noutros países, entre os quais naturalmente se incluíram os ibero-americanos. De facto, os 11 projetos triangulares realizados em 2012 em El Salvador, Guatemala, Paraguai e Panamá e incluídos na Tabela III.1, nasceram e foram geridos de acordo com a rubrica do mencionado MEMO.[1]

Uma análise pormenorizada das triangulações que a colaboração entre o Chile e os Estados Unidos realizou nesses quatro países também sugere um padrão muito definido relativamente às prioridades setoriais da referida cooperação. Na verdade, a maior parte dos projetos (72%) estabelece-se em torno do fortalecimento de duas áreas, a fitossanitária e a comercial, que por sua vez se encontram inter-relacionadas, especialmente no que se refere à inserção em mercados externos. Nesse sentido:

- Uma das prioridades da Cooperação Chileno-Norte-americana reside em fortalecer o setor agropecuário dos países recetores, sobretudo no que afeta a produção de alimentos de qualidade. A partir da experiência desenvolvida pelo Instituto de Saúde Pública do Chile, isso significa intervir em quatro grupos de características: nutricionais, organolépticas, comerciais e de inocuidade (garantia de que um alimento não provocará qualquer dano ao consumidor, sempre que se prepare ou ingira de acordo com o uso a que se destina).[2]
- A melhoria da qualidade dos produtos agropecuários destinados à alimentação visa um duplo objetivo: por um lado, garantir a saúde de todos os consumidores; e por outro, criar condições de inserção nos mercados de alimentos nacionais e internacionais. De facto, neste último espaço, o não cumprimento das normas sanitárias e dos requisitos técnicos torna-se em mais uma barreira ao comércio.
- Em consequência, não há entrada no comércio internacional sem se terem garantido as condições fitossanitárias. Mas a inserção nos mercados pode, por sua vez, ser fortalecida com a melhoria das ferramentas de gestão. É o caso, por exemplo, da implementação dos denominados Sistemas de Inteligência (imprescindíveis para o desenvolvimento de qualquer indústria) e aplicados, neste caso, aos Mercados Agropecuários. Esses Sistemas permitem conhecer todos os elementos (produtos, agentes envolvidos, volumes de vendas, etc.) da estrutura do mercado em questão, facilitam as decisões políticas e conferem mais transparência e fiabilidade ao mercado. Na verdade, a melhoria dos sistemas de informação de mercados é uma das quatro recomendações emanadas pelos ministros da agricultura do G20 durante o ano 2011 para mitigar a volatilidade dos preços do mercado e aumentar as exportações.[3]

Dadas estas prioridades, entende-se o perfil setorial dos projetos implementados em El Salvador, na Guatemala e no Paraguai:

- Em julho de 2011, as Agências chilenas e norte-americanas assinaram, juntamente com o Ministério da Agricultura de El Salvador, uma Declaração de Intenções para implementar, ao longo de 2012, quatro projetos que ajudassem a prevenir pragas, fortalecessem o sistema de segurança alimentar, melho-

1. http://www.agci.cl/index.php/nuestros-socios/estados-unidos
2. http://www.ispch.cl/inocuidad-alimentaria
3. http://www.cmdrs.gob.mx/prev/sesiones/2012/10a_sesion/3_aserca.pdf

rassem a saúde animal e concebessem um sistema de inteligência para os mercados agropecuários.[4]

Por seu lado, através da Cooperação Sul-Sul Triangular, a Guatemala começou a adotar o modelo de sucesso do Chile de associações público-privadas para a melhoria do Sistema Nacional de Inspeção e Certificação Fitossanitária para Produtos Agrícolas de Exportação. Igualmente, através dos diversos projetos executados, a cobertura dos produtos começou a expandir e os potenciais riscos das exportações agrícolas a reduzir, ao mesmo tempo que melhorou a inspeção agrícola, o que fará com que seja possível um maior acesso aos principais mercados.[5]

- Finalmente, três das linhas de trabalho impulsionadas pelo Paraguai (a quarta tem um perfil social) cumpriram também esse padrão, já que se referiram: à melhoria e expansão da agricultura e ao incremento do crédito dos pequenos agricultores; à reforma aduaneira, através tanto da modernização do sistema alfandegário como das mudanças no sistema de scanning de contentores; à promoção das exportações, a partir do fortalecimento do banco de dados e do impulso à criação de uma agência semelhante à bem sucedida "ProChile". ■

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

4. http://www.rree.gob.sv/index.php?option=com_k2&view=item&id=1522:chile-y-estados-unidos-apoyar%C3%A1n-iniciativas-de-agricultura-en-el-salvador-a-trav%C3%A9s-de-la-cooperaci%C3%B3n-t%C3%A9cnica-triangular&tmpl=component&print=1

5. http://chile.usembassy.gov/2013press0605-fact_sheet_trilateral_coop_us-chile.html

III.6. OUTRAS CARACTERÍSTICAS DA COOPERAÇÃO SUL-SUL TRIANGULAR EM 2012

DE MODO SEMELHANTE ao capítulo dedicado à Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, a criação de indicadores juntamente com a aplicação de técnicas estatísticas, dota a análise da Cooperação Sul-Sul Triangular de um vasto leque de novos recursos através dos quais podemos aprofundar o conhecimento desta modalidade. Trata-se também, e uma vez mais, de indicadores construídos em torno a dois tipos de dados: por um lado, das datas de início e finalização das atividades;[6] por outro lado, dos custos orçamentados e executados. Assim, através destes indicadores e do seu tratamento estatístico podemos obter mais informação sobre aspetos relativos, por exemplo, à dimensão económica e/ou à duração da CSS Triangular.

III.6.1. UMA ANÁLISE A PARTIR DOS DADOS RELATIVOS ÀS DATAS

Em qualquer análise estatística, a disponibilidade de dados determina o tamanho da amostra e, com ela, o grau de representatividade das conclusões que se retiram: como é de supor, quanto maior for o universo dos dados maior será a representatividade dos resultados, e vice-versa.

Por isso, a presente análise começa conhecendo qual o volume de informação se conseguiu registar em 2012 em torno das datas de início e de finalização das atividades dos projetos e ações de Cooperação Sul-Sul Triangular. A disponibilidade dos dados apresenta-se na Tabela III.4. A sua observação sugere que há mais informação disponível para as ações do que para os projetos, mas que por sua vez, há diferenças nos dados aos quais se acede dependendo da variável à qual se fizer referência: assim, a amostra para estudar questões relativas à data de início é bastante significativa (de 80,5% para os projetos e de 100% para as ações), enquanto que a amostra que se refere à data de finalização ou ao possível uso simultâneo de ambas continua a ser relevante para as ações (há dados para 87,3% dos registos finais) mas relativamente reduzida para os projetos (apenas 39%).

Com os dados disponíveis, efetua-se uma aproximação ao período no qual os projetos e as ações de Cooperação Sul-Sul Triangular que estiveram em execução ao longo de 2012 tenderam a iniciar e a finalizar. Para esse efeito, elaboraram-se a Tabela III.5 e o Gráfico III.6, os quais distribuem os projetos e as ações registadas em 2012 conforme o ano em que iniciaram e terminaram a sua atividade. A este respeito devemos assinalar que:

a) A maior parte dos projetos e das ações triangulares (54,8% e 63,6%, respetivamente) tiveram início no ano 2012. Na verdade, mais de 90% dos projetos e praticamente 100% das ações começaram nesse ano ou durante o ano anterior (2011).

b) Por outro lado, a finalização dos projetos também tendeu a produzir-se ao longo de 2012 (70%). Em contraste, estima-se que 25% dos projetos serão concluídos a partir de 2014 (16,7% durante esse ano e 6,6% nalguma altura de 2015 ou de 2016). Entretanto, aproximadamente 90% das ações deram por terminada a sua atividade no próprio ano 2012 e, de facto, praticamente 96% terão acabado antes que termine 2013.

6. Excluem-se as datas de aprovação porque não foram explicitamente definidas para o caso da Triangular.

Tabela III.4. Informação disponível sobre datas para projetos e ações de CSS Triangular. 2012.

Projetos e ações, em unidades; participação sobre o total, em percentagem.

	NÚMERO				PESO SOBRE O TOTAL		
	Total	Data início	Data finalização	Ambas	Data início	Data finalização	Ambas
PROJETOS	77	62	30	30	80,5%	39,0%	39,0%
AÇÕES	55	55	48	48	100,0%	87,3%	87,3%

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

Tabela III.5. Distribuição de projetos e ações de CSST, conforme as datas de início e finalização. 2012.

Frequências absolutas, em unidades; frequências relativas, em percentagem.

III.5.A. PROJETOS

ANOS	DATAS DE INÍCIO				DATAS DE FINALIZAÇÃO			
	Frequência absoluta		Frequência relativa		Frequência absoluta		Frequência relativa	
	Simples	Acumulada	Simples	Acumulada	Simples	Acumulada	Simples	Acumulada
2009	2	2	3,2%	3,2%				
2010	3	5	4,8%	8,1%				
2011	23	28	37,1%	45,2%				
2012	34	62	54,8%	100,0%	21	21	70,0%	70,0%
2013					2	23	6,7%	76,7%
2014					5	28	16,7%	93,3%
2015					1	29	3,3%	96,7%
2016					1	30	3,3%	100,0%

III.5.B. AÇÕES

ANOS	DATAS DE INÍCIO				DATAS DE FINALIZAÇÃO			
	Frequência absoluta		Frequência relativa		Frequência absoluta		Frequência relativa	
	Simples	Acumulada	Simples	Acumulada	Simples	Acumulada	Simples	Acumulada
2009	1	1	1,8%	1,8%				
2010	0	1	0,0%	1,8%				
2011	19	20	34,5%	36,4%				
2012	35	55	63,6%	100,0%	43	43	89,6%	89,6%
2013					3	46	6,3%	95,8%
2014					2	48	4,2%	100,0%

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

O uso simultâneo de ambas as datas também permite aplicar um indicador e estimar o tempo médio de duração dos diferentes projetos e ações de Cooperação Sul-Sul Triangular.[7] Posteriormente, para 40% dos projetos dos quais se dispõe dessa informação e para mais de 85% das ações elaborou-se a Tabela III.6 e o Gráfico III.7, os quais ordenam e distribuem os resultados obtidos do menor para o maior intervalo de tempo: em divisões de 90 dias (3 meses) para os projetos; e de 60 dias (2 meses) para as ações. A sua observação permite afirmar que:

a) Eliminando os valores extremos de ambas as amostras (mais de 1080 dias para os projetos e acima de 720 para as ações),[8] estima-se que os projetos tenderam a ser executados num tempo médio de 440 dias, equivalentes a pouco mais de 14 meses ou um ano e dois meses, enquanto que as ações registaram um tempo de execução notavelmente inferior, de 109 dias ou, o que é o mesmo, de pouco mais de 3 meses e meio.

b) Por seu lado, e tomando como referência esses dados médios, observa-se como os projetos se distribuíram em partes iguais em torno desses 440 dias de duração: 50% executou-se em menos tempo e outros 50% em mais. Não obstante, os valores mais repetidos situaram-se em intervalos mais extremos: assim, 43,3% dos projetos registaram durações inferiores a 180 dias e outros 30%

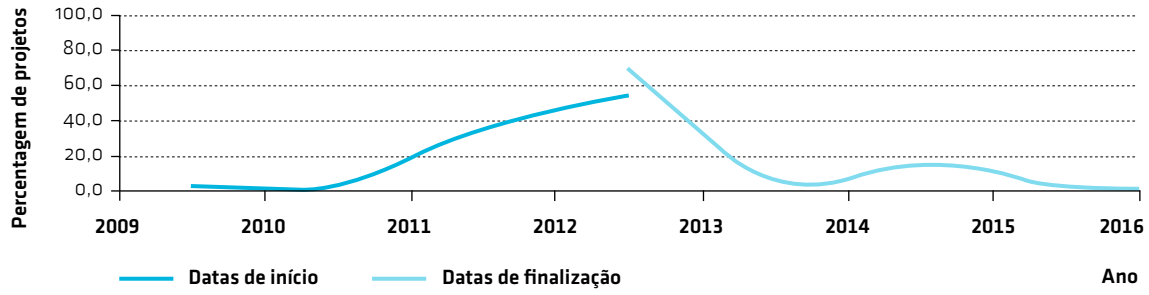
7. A duração de cada projeto e ação obtém-se ao subtrair da data de finalização a de início e estimar o número de dias decorridos entre ambas. A duração média para todos os projetos e ações obtém-se, por sua vez, somando as diferenças entre ambas as datas e dividindo esse resultado pelo total dos registos para os quais dispomos desse dado.

8. Dito de outra forma, tomando 93,3% da amostra dos projetos e 93,8% da amostra disponível para as ações.

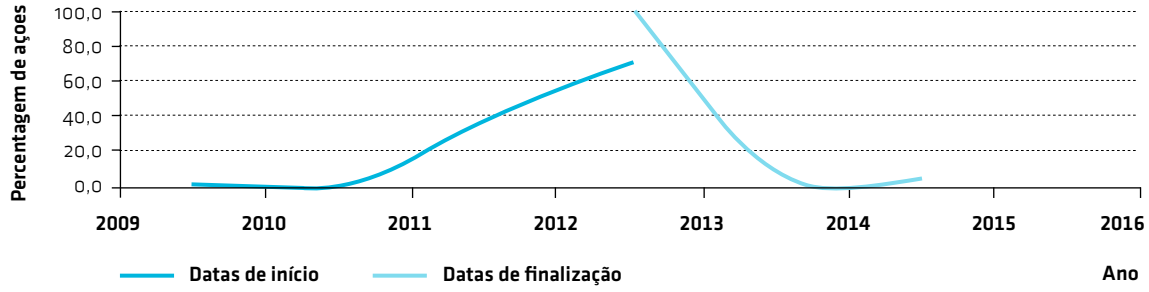
Gráfico III.6. Distribuição da CSS Triangular, conforme as datas de início e finalização.

Em percentagem.

III.6.A. PROJETOS



III.6.B. AÇÕES



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

Tabela III.6. Distribuição da CSS Triangular, conforme o tempo médio de duração.

Frequências absolutas, em unidades; frequências relativas, em percentagem.

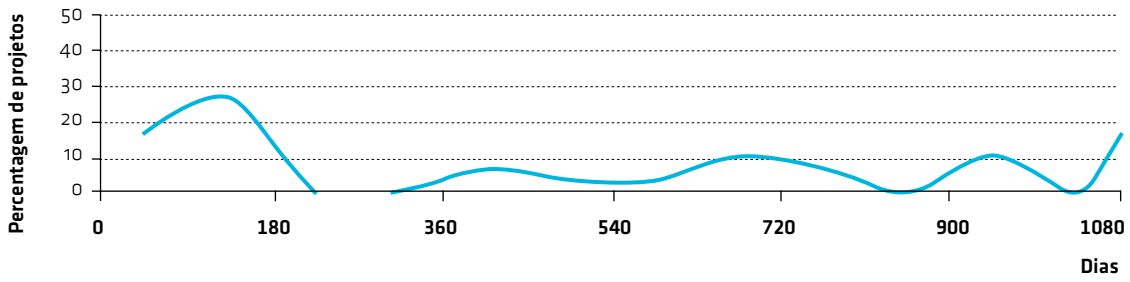
PROJETOS					AÇÕES				
INTERVALOS DE DIAS	FREQUÊNCIA ABSOLUTA		FREQUÊNCIA RELATIVA		INTERVALOS DE DIAS	FREQUÊNCIA ABSOLUTA		FREQUÊNCIA RELATIVA	
	Simples	Acumulada	Simples	Acumulada		Simples	Acumulada	Simples	Acumulada
0-89	5	5	16,7%	16,7%	0-59	28	28	58,3%	58,3%
90-179	8	13	26,7%	43,3%	60-119	3	31	6,3%	64,6%
180-269	0	13	0,0%	43,3%	120-179	1	32	2,1%	66,7%
270-359	0	13	0,0%	43,3%	180-239	2	34	4,2%	70,8%
360-449	2	15	6,7%	50,0%	240-299	3	37	6,3%	77,1%
450-539	1	16	3,3%	53,3%	300-359	3	40	6,3%	83,3%
540-629	1	17	3,3%	56,7%	360-419	2	42	4,2%	87,5%
630-719	3	20	10,0%	66,7%	420-479	1	43	2,1%	89,6%
720-809	2	22	6,7%	73,3%	480-539	2	45	4,2%	93,8%
810-899	0	22	0,0%	73,3%	540-599	0	45	0,0%	93,8%
900-989	3	25	10,0%	83,3%	600-659	0	45	0,0%	93,8%
990-1.079	0	25	0,0%	83,3%	660-719	0	45	0,0%	93,8%
Mais de 1.080	5	30	16,7%	100,0%	Mais de 720	3	48	6,3%	100,0%

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

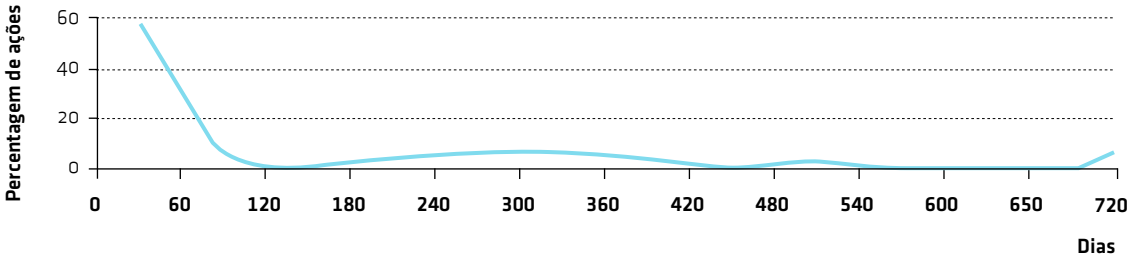
Gráfico III.7. Distribuição da CSS Triangular, conforme o tempo médio de duração.

Em unidades.

III.7.A. PROJETOS



III.7.B. AÇÕES



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

oscilaram entre os 630 e os 720 dias, os 900 e os 990 dias, e os que mais duraram, 1080 dias.

c) No entanto, cerca de dois terços (64,6%) das ações, situou-se abaixo da média de duração. De facto, um volume considerável das mesmas (58,3% do total) registou tempos de execução que em nenhum caso chegou a ultrapassar os 60 dias (dois meses). Entretanto, praticamente uma de cada 5 ações destacou-se por registar médias de duração superiores (entre 240 e 360 dias) à média (109 dias) e inclusivamente muito superiores (mais de 720 dias).

III.6.2. UMA ANÁLISE A PARTIR DOS DADOS RELATIVOS AOS CUSTOS

Seguindo a mesma lógica que a anterior, a análise da Cooperação Sul-Sul Triangular, a partir das informações relativas aos custos orçamentados e executados para realizar os diferentes projetos e ações, requer saber qual é o volume de dados disponíveis. A Tabela III.7 apresenta essa informação. Tal como se observa, a participação de um mínimo de três países alarga o leque de opções para os quais teria de haver dados combinados. Assim, por exemplo, a dimensão da CSS Triangular pode ser estimada a partir de um único dado referente ao custo assumido individualmente por cada cooperante; mas, para aplicar um indicador relativo à distribuição da responsabilidade económica, é preciso ter simultaneamente conhecimento dos três dados dos custos assumidos por cada um dos participantes.

Por isso, a Tabela III.7 mostra para quantos projetos (absolutos e relativos) se dispõe de informação sobre custos orçamentados e executados em 2012 e para todo o ciclo do projeto e, eventualmente, os relacionados com o primeiro ofertante, o segundo ofertante, o recetor, e a combinações entre o primeiro e o segundo ofertantes, o segundo ofertante e o recetor, assim como entre os três ao mesmo tempo. A observação desta tabela produz resultados que sugerem muito pouca representatividade:

a) O maior volume de dados disponíveis associa-se apenas a cooperantes que exerceram o papel de primeiro ofertante (uma das amostras de dados abarca 39% dos projetos) ou de segundo ofertante (um máximo de 23% dos projetos com a informação requerida).

b) Mesmo assim, e para cada um dos papéis, esses tamanhos máximos de amostra só estão associados a algum tipo de dado: no caso do primeiro ofertante, aos custos executados em 2012 e para todo o ciclo do projeto; no

caso do segundo ofertante, ao custo orçamentado total. O resto dos custos mostram representações muito menores.

Por esse motivo e dadas as baixas representatividades, as possibilidades de aplicação de indicadores reduzem-se substancialmente. Não obstante, e como exercício que ilustra o seu potencial de utilização, elaboraram-se a Tabela III.8 e o Gráfico III.8, que distribuem os projetos triangulares conforme o custo orçamentado total assumido pelo segundo ofertante (valores possíveis em intervalos de 50.000 dólares) e o custo executado total assumido pelo primeiro ofertante (intervalos de 25.000). A sua análise oferece uma aproximação à "dimensão económica" da Cooperação Sul-Sul Triangular executada em 2012. Em concreto:

a) Eliminando de novo os valores extremos e reduzindo as amostras para 90% dos valores mais representativos, obtemos que o Custo Orçamentado que o segundo ofertante tendeu a assumir para todo o ciclo do projeto se situou em 108.565 dólares; um valor maior que o dobro do Custo Executado pelo primeiro ofertante, também para a realização de todo o ciclo, pois este situou-se nos 41.919 dólares.

b) Tomando como referencia estes custos médios, observa-se também que, para a maioria dos projetos (60%), o segundo ofertante tendeu a orçamentar um valor inferior a esses 108.565 dólares. De facto, para uma grande parte dos projetos (cerca de 45%), o orçamento sempre se situou abaixo dos 50.000 dólares. Em contraste, 30% das intervenções registaram valores superiores e mais extremos, que se situaram entre os 200.000 e os 250.000 dólares, entre os 300 e os 350 mil e acima dos 400.000.

c) Da mesma forma, para 3 de cada 4 projetos, o primeiro ofertante assumiu um custo total de execução abaixo dos 41.919 dólares registados como média. Além disso e uma vez mais, em mais de metade das ocasiões (56,7%) esse custo foi inclusivamente inferior aos 25.000 dólares. De entre as restantes possibilidades, destacaram-se as ocasiões (um de cada 5 projetos) em que este cooperante assumiu orçamentos superiores, até 75.000 dólares, e entre 100.000 e 125.000 dólares.

Tabela III.7. Informação disponível sobre os custos da CSS Triangular, conforme a tipologia do custo e os cooperantes que o assumem. 2012.

Projetos, em unidades; participação, em percentagem.

PARCEIRO QUE ASSUME O CUSTO	NÚMERO DE PROJETOS QUE TÊM A INFORMAÇÃO ASSOCIADA				PARTICIPAÇÃO DESSES PROJETOS SOBRE OS 77 REGISTADOS EM 2012			
	Custo Orçamentado		Custo Executado		Custo Orçamentado		Custo Executado	
	Total	2012	Total	2012	Total	2012	Total	2012
Primeiro ofertante	7	1	30	30	9,1%	1,3%	39,0%	39,0%
Segundo ofertante	18	10	8	6	23,4%	13,0%	10,4%	7,8%
Recetor	0	0	0	1	0,0%	0,0%	0,0%	1,3%
Primeiro e segundo ofertantes	0	0	0	3	0,0%	0,0%	0,0%	3,9%
Segundo ofertante e recetor	1	0	0	0	1,3%	0,0%	0,0%	0,0%
Os três cooperantes	9	1	0	0	11,7%	1,3%	0,0%	0,0%
Registros	33	23	56	63	42,9%	29,9%	72,7%	81,8%

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

Tabela III.8. Distribuição dos projetos de CSST, conforme o tipo de custo e o cooperante. 2012.

Intervalos, em dólares; frequências absolutas, em unidades; frequências relativas, em percentagem.

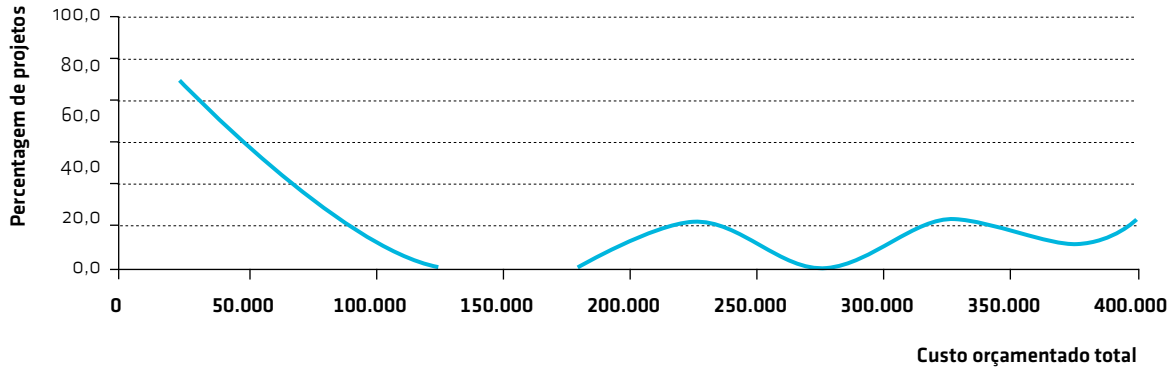
CUSTO ORÇAMENTADO TOTAL PELO SEGUNDO OFERTANTE					CUSTO EXECUTADO TOTAL PELO PRIMEIRO OFERTANTE				
INTERVALOS	Frequência absoluta		Frequência relativa		INTERVALOS	Frequência absoluta		Frequência relativa	
	Simples	Acumulada	Simples	Acumulada		Simples	Acumulada	Simples	Acumulada
0-49.999	8	8	44,4%	44,4%	**0-24.999**	17	17	56,7%	56,7%
50.000-99.999	3	11	16,7%	61,1%	**25.000-49.999**	6	23	20,0%	76,7%
100.000-149.999	0	11	0,0%	61,1%	**50.000-74.999**	2	25	6,7%	83,3%
150.000-199.999	0	11	0,0%	61,1%	**75.000-99.999**	0	25	0,0%	83,3%
200.000-249.999	2	13	11,1%	72,2%	**100.000-124.999**	4	29	13,3%	96,7%
250.000-299.999	0	13	0,0%	72,2%	**125.000-149.999**	0	29	0,0%	96,7%
300.000-349.999	2	15	11,1%	83,3%	**Mais de 150.000**	1	30	3,3%	100,0%
350.000-399.999	1	16	5,6%	88,9%					
Mais de 400.000	2	18	11,1%	100,0%					

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

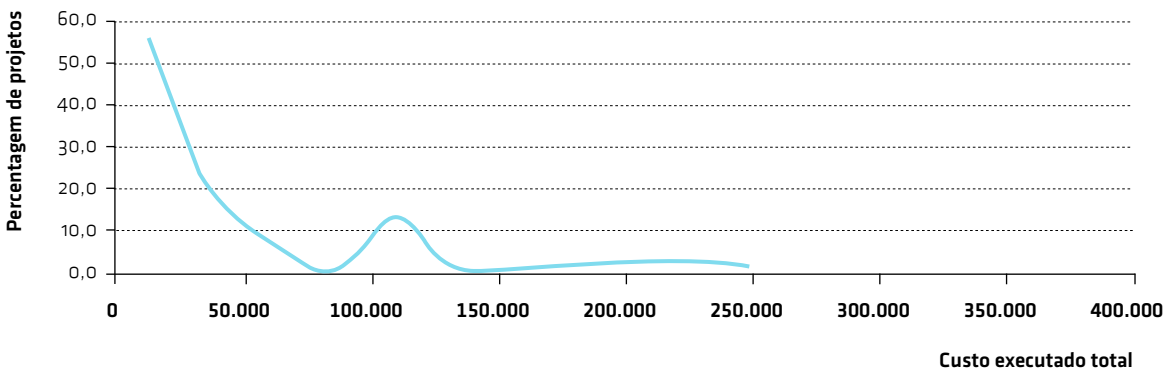
Gráfico III.8. Distribuição dos projetos de CSST, conforme o tipo de custo e o cooperante. 2012.

Custo, em dólares; projetos, como percentagem do total.

III.8.A. CUSTO ORÇAMENTADO TOTAL PELO SEGUNDO OFERTANTE



III.8.B. CUSTO EXECUTADO TOTAL PELO PRIMEIRO OFERTANTE



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

III.7. PLANIFICAÇÃO E GESTÃO OPERACIONAL DA COOPERAÇÃO SUL-SUL TRIANGULAR

PARA A PRESENTE EDIÇÃO do *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América*, os países mostraram um especial interesse em conhecer outros aspetos da Cooperação Sul-Sul Triangular mais relacionados com a sua planificação e a sua gestão operacional. Em concreto, queriam saber:

- A pedido de quem e em resposta a que tipo de necessidade nasce uma triangulação.
- Através de que tipo de acordos se regula a relação entre os diversos agentes.
- Sob que mecanismos ou fórmulas de financiamento se executa.
- Quem e de que modo participa em cada uma das fases do ciclo do projeto.

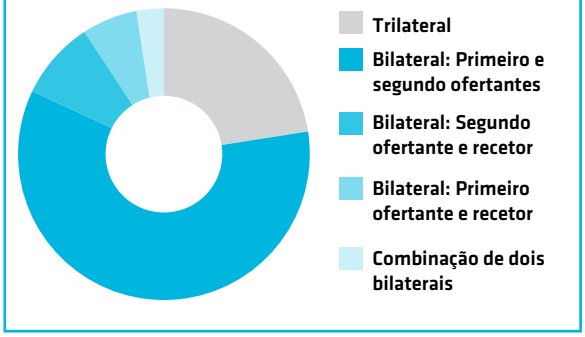
Assim, recolheu-se nova informação de caráter mais qualitativo. Esta nova informação permitirá conhecer com maior profundidade outras questões relativas a 75%-80% dos projetos e ações de Cooperação Sul-Sul Triangular de 2012. Desta forma, atendendo ao grau de representatividade da amostra resultante e limitando primeiro a análise à ferramenta de maior dimensão (os projetos), identificaram-se os seguintes padrões operacionais:

a) Em praticamente todas as ocasiões, **o projeto nasceu a pedido de quem exerceu o papel de recetor**. Além disso, normalmente, o referido pedido tendeu a produzir-se coincidindo com o processo de formulação de alguma norma ou de algum plano de gestão institucional de aspetos setoriais e nacionais do desenvolvimento por parte do recetor (a modo de ilustração, a conceção de um programa plurianual de Ciência e Tecnologia ou de uma política pública de proteção social, entre outros). A necessidade de receber apoio técnico para este processo, levou a maior parte dos recetores a solicitar estas triangulações.

b) Esta dinâmica tendeu a coincidir também com a **divulgação, a modo de catálogo de "oferta", de projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular** por parte, principalmente, do primeiro ofertante e, em menos ocasiões, do segundo ofertante. Como resposta a esta divulgação, os recetores conciliaram as suas necessidades ao pedido e à candidatura ao projeto.

c) **Praticamente 80% dos projetos foram também executados através de um acordo que regulamentou a relação entre os diferentes cooperantes**. Mas, tal como se observa no Gráfico III.9, as ocasiões em que o acordo foi avalizado pelas três partes foram uma minoria: **a maior parte das vezes o acordo regulatório foi bilateral** (quase sempre entre o primeiro e o segundo ofertantes; por vezes entre um dos dois ofertantes e o recetor; e menos vezes, combinaram-se dois acordos bilaterais da mesma natureza que os anteriores). Isto concorda com o padrão geral anteriormente descrito, no qual o pedido dos recetores se entende a modo de resposta a um chamamento "formal" dos ofertantes.

Gráfico III.9. Tipo de acordo que regulamenta a relação, conforme as partes signatárias e os cooperantes. 2012.



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

d) **Tais acordos tiveram múltiplas denominações:** acordos, convenções, memorandos de entendimento, declarações de intenções, atas de compromisso, registos de discussões, para citar alguns; mas também Comissões Mistas, Programas de Cooperação Triangular com Países Terceiros e Documentos de Projetos. De um modo ou de outro, todos incluíram, em diferentes formatos, um padrão de planificação e gestão para a cooperação que enquadraram. A diferença mais relevante entre os diferentes formatos relacionou-se com as possíveis consequências legais que envolvem a sua assinatura. Assim, por exemplo e em geral, os Memorandos de Entendimento (Memos) não costumam ser juridicamente vinculativos,[9] mas limitam-se a incluir as intenções das partes signatárias. De facto, muitas vezes servem de base para estabelecer convenções ou contratos que serão mais tarde assinados e se tornarão vinculativos para todas as partes.[10]

e) Relativamente a estes acordos, devemos também acrescentar que, **entre aqueles que os assinaram se**

9. http://articles.economictimes.indiatimes.com/2013-02-04/news/36743089_1_mou-document-parties

10. http://www.ues.edu.sv/secretaria-de-relaciones-nacionales-e-internacionales/sites/default/files/MANUAL_CONVENIOS.pdf e http://www.diccionariojuridico.mx/

destacam, por um lado, as Agências e Direções Gerais de Cooperação dos países e, por outro, instituições e organismos governamentais de nível local ou central. O papel mais ativo das Agências e Direções Gerais ficou principalmente associado àqueles acordos que responderam à fórmula dos Programas de Cooperação Triangular com Países Terceiros, Comissões Mistas e Memos de Entendimento.

f) Por seu lado, e relativamente às vias através das quais se financiaram os projetos, os países afirmaram que **na maior parte das vezes não houve um mecanismo formal de financiamento**. No entanto, quando o houve, tratou-se de Fundos dependentes de agentes (organismos internacionais, regionais ou países) que atuaram como segundos ofertantes (por exemplo, os fundos fiduciários do Banco Mundial, da OEA, do GEF ou o Fundo Regional de Cooperação Triangular para a América Latina e o Caribe da Agência alemã – GIZ) ou de Fundos conjuntos estabelecidos entre os dois ofertantes (Fundo Misto Espanha-Chile para Cooperação Triangular). Face a isso, o modo habitual de financiamento tendeu a responder às contribuições partilhadas ou às transferências financeiras do segundo ofertante (por exemplo, contributos do GIZ ou subsídios de Espanha) administradas preferencialmente por cada uma das partes ou por quem exerceu o papel de primeiro ofertante.

g) Assim, para **sabermos mais acerca daqueles que participaram e de como o fizeram nas diferentes fases do ciclo de um projeto de Cooperação Sul-Sul Triangular**, elaborou-se o Gráfico III.10: no eixo horizontal, situam-se, numeradas, as quatro fases do ciclo (sendo 1, a de Identificação; 2, a de Negociação e Formulação; 3, a de Implementação; e 4, a de Acompanhamento e Avaliação); e, na vertical, a percentagem de projetos para os quais se registou a participação de diversas combinações de parceiros (contemplando-se como variantes a ação dos três cooperantes; primeiro e segundo ofertantes; primeiro ofertante e recetor; só o primeiro ofertante; só o recetor). Como dado adicional, os países tenderam a assinalar quem os tinham representado em cada uma das fases e no exercício de cada papel: em geral, Agências e Direções Gerais de Cooperação, instituições e organismos públicos executores e população-alvo. Assim, e por cada fase do ciclo:

- **A ação conjunta dos dois ofertantes foi a que mais prevaleceu** (em praticamente 60% das ocasiões) **na identificação do projeto**. Ao mesmo tempo, o **recetor**, de maneira combinada com os outros dois cooperantes, com o primeiro ofertante ou individualmente, **participou em quase todas as restantes identificações**. Neste sentido, este grau de participação do recetor juntamente com a informação de que tende a ser este o que solicita os projetos, confirma a teoria antes mencionada de que são o primeiro e o segundo ofertantes os que maioritariamente "identificam" e "convidam" a participar nos projetos de CSS Triangular e os recetores que, em resposta, formalizam o pedido.

- **A ação tripartida**, da que participaram ao mesmo tempo os diferentes agentes no exercício dos três papéis, **deu-se principalmente na fase da negociação e da formulação**, coincidindo com o processo de elaboração do documento do projeto. Este trabalho coletivo garantiu, entre outras coisas, que os projetos apresentassem uma adequada adaptação às realidades e particularidades próprias de cada caso. Nas restantes ocasiões voltou-se a destacar o papel do primeiro ofertante (sozinho; em ação combinada com o segundo ofertante; ou junto do recetor).

- **A fase de implementação**, associada à execução técnica do projeto, **esteve claramente protagonizada pelo** máximo responsável da transferência de **experiências e de conhecimento: o primeiro ofertante,** que se destacou na execução de 100% dos projetos (em metade destes acompanhado pelo segundo ofertante; num terço deles atuando junto do segundo ofertante e do recetor; em quase 1 de cada 5 projetos, individualmente).

- **Na fase de avaliação e acompanhamento, o recetor** (desta vez muito representado através dos destinatários) **e em ação tripartida com os restantes agentes, voltou a recuperar parte do protagonismo inicial.** Mesmo assim, os dois ofertantes foram os que participaram mais diretamente nesta fase do ciclo, não apenas por que se encarregaram diretamente desta em metade das ocasiões mas também porque, nos casos participados pelo recetor, tenderam a definir as diretrizes.

A modo de síntese, elaborou-se o Esquema III.3, que descreve a fórmula operacional mais frequente na planificação e gestão dos projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular. Em resumo, e nos termos da análise realizada, parece que o padrão mais geral é o seguinte:

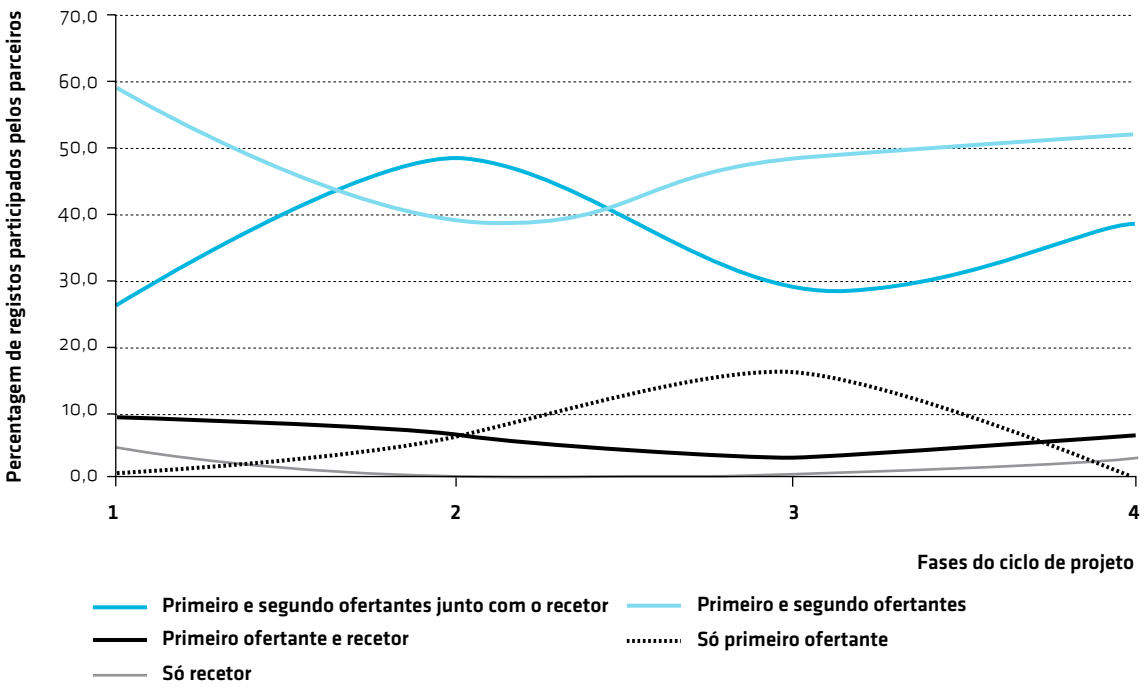
a) Os projetos realizados através desta modalidade tendem a nascer a pedido dos recetores. Por sua vez, esse pedido interpreta-se a modo de resposta formal a um convite dos ofertantes, que oferecem um catálogo de possíveis projetos de acordo com as suas capacidades. Entre os possíveis projetos, os recetores também tendem a solicitar aqueles que cobrem as suas necessidades de fortalecimento institucional, muitas vezes associadas a processos de conceção e implementação de políticas e estratégias públicas para o desenvolvimento.

b) Por seu lado, "o convite" para participar em projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular tende a estar regulamentado por um acordo bilateral assinado pelo primeiro e segundo ofertantes, o que parece ser coerente com o facto de que os diferentes tipos de acordos formais que regulam a relação entre as partes costumam ter um caráter bilateral e tenham sido assinados, principalmente, por aqueles que exercem esses dois papéis. Entretanto, os acordos assinados pelos três cooperantes, embora mencionáveis, continuam a ser minoritários.

c) A maior parte do financiamento tende a recair nesses mesmos ofertantes (e especialmente no que exerce de segundo): a maioria das vezes, através de contributos

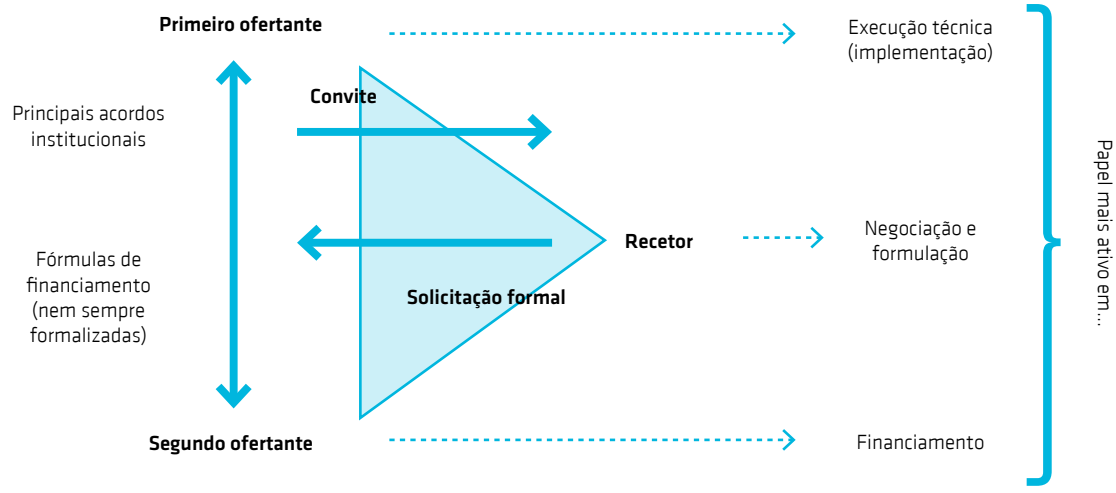
Gráfico III.10. Participação dos diferentes parceiros nas fases do ciclo dos projetos de CSST.

Participação, em percentagem sobre o total dos registos que oferecem essa informação.



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

Esquema III.3. Operação mais frequente nos projetos de CSS Triangular.



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

específicos. Neste sentido, são poucas as ocasiões em que o financiamento se canaliza através de mecanismos institucionalizados. Não obstante, quando isso acontece, a fórmula jurídica que é mais adotada é a de fundos de cooperação, individuais ou mistos.

d) Finalmente, e na parte mais específica relativa ao modo como os cooperantes participam nas diferentes fases do ciclo do projeto, podemos afirmar que:

   • O primeiro ofertante é o cooperante mais ativo em todas elas, mas a sua importância, inclusivamente participando de forma individual, aumenta durante a implementação do projeto, em que prevalece o seu papel de executor técnico da cooperação.

   • O segundo ofertante também tem uma presença importante em todas as fases do ciclo, prestando apoio institucional e técnico. Contudo, essas funções parecem acompanhar o seu contributo mais destacado que é, sem dúvida, o financeiro.

   • O recetor mantém uma participação irregular na qual, no entanto, se destacam duas situações: a de menor envolvimento, coincidindo com a execução técnica do projeto; a de maior, quando na fase de negociação e formulação se elabora o documento do projeto e a sua voz resulta imprescindível para adaptar uma cooperação de caráter geral a outra que responda melhor às novas necessidades colocadas.

Em última análise, cabe assinalar que os padrões de funcionamento geral das ações não tendem a diferir muito dos identificados para os projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular. No entanto, a fórmula final adotada por cada operação, esteve muito relacionada com quem exerceu o papel de segundo ofertante: Japão e Espanha, em 3 de cada 4 ações registadas. Neste sentido e a modo de ilustração:

a) Quase todas as ações participadas pelo Japão seguiram o mesmo padrão: registou-se um Programa de Associação com o primeiro ofertante; entre ambos detetaram as necessidades da região e ofereceram (e financiaram) a partir daí, um curso aos países candidatos. A única exceção a este padrão foi na associação com o México, pois nesse caso a dinâmica habitual foi a de que fosse o próprio México a solicitar ao Japão que organizasse um curso.[11]

b) Por seu lado, as ações de Cooperação Sul-Sul Triangular enquadradas na associação entre Espanha e a Costa Rica, contaram também com um quadro interinstitucional assinado por estes dois ofertantes. A partir deste, as ações que se realizaram responderam a uma demanda do recetor segundo um catálogo de cooperação técnica da Costa Rica,[12] e foram financiadas a partir de um subsídio de Espanha para o Programa de Cooperação Triangular.

11. Estes mesmos padrões repetiram-se também nas ações triangulares com a Coreia, Israel e os Estados Unidos, nas quais o principal primeiro ofertante foi o Chile.

12. Disponível em http://documentos.mideplan.go.cr/alfresco/d/d/workspace/SpacesStore/d413032b-30b5-4ce4-a5eb-ad101c140516/Catalogo-oferta-cooperac-tec-CR-978-9977-73-042-4.pdf.

4

A IBERO-AMÉRICA E A COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL REGIONAL

IV.1. A MODO DE INTRODUÇÃO

O ANTERIOR *RELATÓRIO da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América* dedicava um capítulo à reflexão sobre a Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. Para isso, realizava um exercício através do qual podíamos conhecer melhor as características que, por definição, eram assumidas como associadas a essa modalidade. Da reflexão realizada resultou uma recomendação principal: a de proceder a uma melhor identificação dessas características e, assim, a uma reformulação do conceito de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. O objetivo último tinha duas vertentes: por um lado, facilitar uma melhor sistematização das experiências realizadas através desta modalidade; e por outro, avançar na sua diferenciação e delimitação relativamente a outras experiências que, mesmo tendo elementos de caráter "regional", não se deviam classificar como CHSS Regional.

Tal como já se avançou, o workshop que teve lugar em Buenos Aires, em março de 2013, teve em conta este testemunho e procedeu a repensar as definições de Cooperação Sul-Sul Triangular e de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. Tomando como referência as novas conceptualizações, o presente capítulo da CHSS Regional estrutura-se da seguinte forma:

a) A primeira secção aborda as mudanças efetuadas ao conceito.

b) A seguir, e conforme a nova definição, sistematizam-se os programas e projetos de CHSSR que os países ibero-americanos declararam ter em execução em 2012.

c) A partir da lista dos programas e dos projetos obtidos na secção anterior, efetua-se uma análise setorial, a qual permite conhecer o perfil das capacidades fortalecidas na região.

d) Finalmente abordam-se questões de caráter mais qualitativo e operacional: por um lado, relativamente aos agentes (sobretudo países e organismos) que participam na CHSS Regional; por outro, a tudo o que se refere ao mecanismo institucional que acompanha esta modalidade e, portanto, ao modo como se regula a relação entre os cooperantes.

IV.2. REDEFININDO E DELIMITANDO A COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL REGIONAL

O ESQUEMA IV.1 FOI ELABORADO a partir de duas definições de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional: a que esteve em vigor até ao workshop de março de 2013 de Buenos Aires (parte superior da figura) e a que se usará a partir dessa data (parte inferior). Tal como se depreendia da recomendação efetuada, a imagem de um funil ligando ambas as definições sugere que a reflexão realizada pelos países em torno das características que devem definir esta modalidade não envolveu mudanças conceptuais substanciais: mais especificamente, limitou-se a "ajustar" algumas destas características e a colocar a ênfase e a hierarquia na sua importância relativa.

Com efeito, a definição de partida (a superior, acordada pelos países em edições anteriores do Relatório) caracterizou a Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional a partir:

a) Da participação de um mínimo de três países em desenvolvimento.

b) De um acordo e uma estratégia de cooperação formulada por consenso de todas as partes.

c) Da existência de uma perspetiva regional, orientada para a integração e/ou o desenvolvimento.

d) Da garantia de ser regida por algum enquadramento institucional.

e) Da sua execução ou instrumentalização a partir de programas, projetos ou ações.

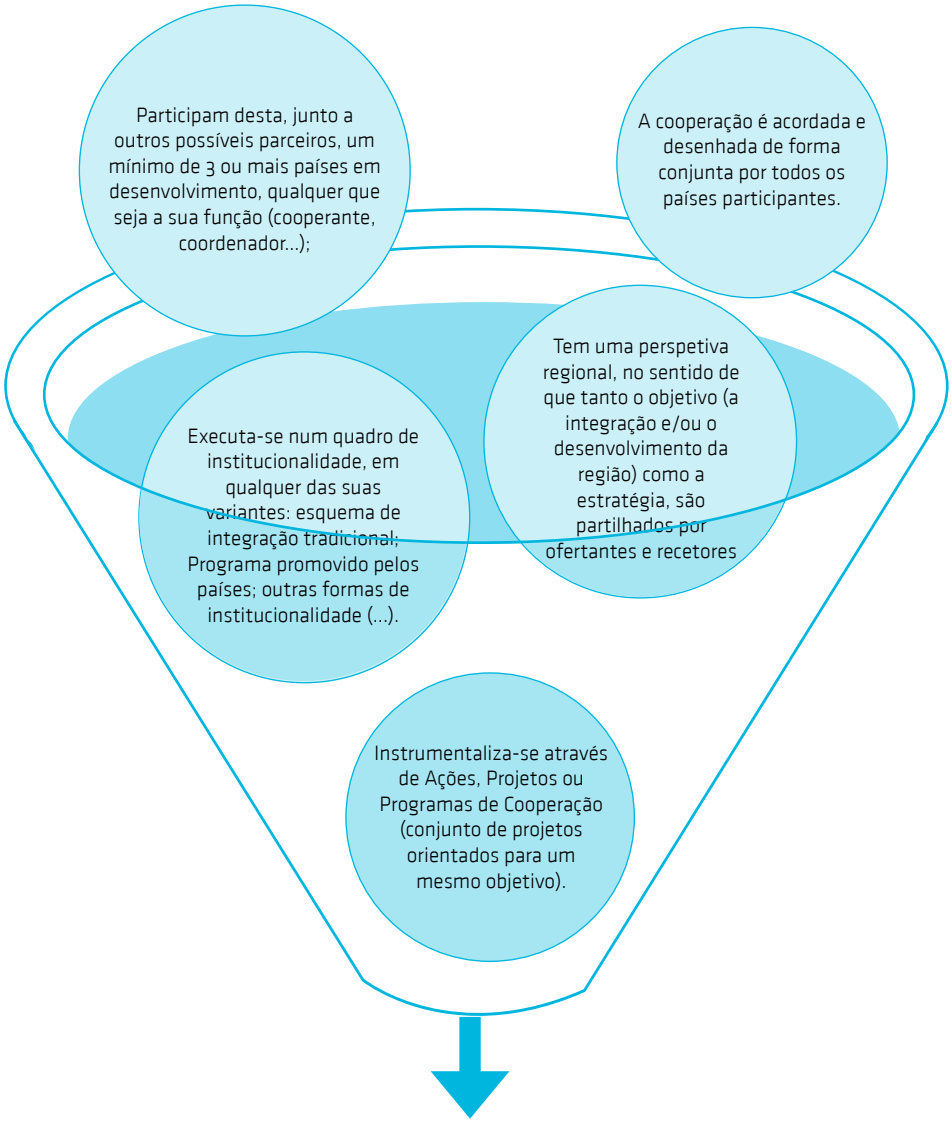
Tomando como referência esta caracterização, os países ibero-americanos matizaram algumas destas características e reclassificaram-nas de maior para menor importância relativa. Como resultado, os mesmos países acordaram que toda a cooperação é Horizontal Sul-Sul Regional quando:

a) Tem por objetivo o desenvolvimento e/ou a integração regional. Neste caso, a nuance retira importância ao objetivo em si mesmo e também à região que afeta,

Esquema IV.1. Reformulação e principais mudanças na definição de CHSS Regional.

Definição de COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL REGIONAL (em vigor até março de 2013)

"...classifica aquela cooperação que cumpre simultaneamente as seguintes condições:



Nova Definição: *"É uma modalidade de Cooperação Sul-Sul que tem por objetivo o desenvolvimento e/ou a integração de uma região, entendendo com isso que os países que a formam (um mínimo de três em desenvolvimento) partilham e estabelecem esse objetivo. O carácter regional desta cooperação fica incluído num mecanismo institucional formalizado. A sua execução estabelece-se a partir de Programas e Projetos."*

Fonte: SEGIB a partir do PIFCSS e SEGIB (2013).

entendida esta como um espaço que agrega lugares que partilham características geográficas e histórico-sociais.[1] Face a isto, o que se acentua é o facto de que o objetivo "seja da região" (quer dizer, partilhado, acordado e defendido a partir da ação coletiva de todos os cooperantes).

b) Na verdade, o modo como se garante essa participação de todos torna-se na segunda das características mais importantes da Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional, pois os países passam a considerar determinante que esta modalidade não apenas conte com um mecanismo institucional (esquema regulador das relações entre os participantes) mas também, e sobretudo, que este tenha sido formalmente reconhecido por todos os cooperantes.

c) Ambas as características se impõem sobre todas as restantes, que passam a ter um caráter secundário. Todavia, sublinha-se que, embora o número e a tipologia dos participantes não seja determinante, a CHSS Regional deve ser participada, no mínimo, por três países em desenvolvimento, qualquer que seja o seu papel (esta é outra característica que fica diluída em contraste com o que acontece na Cooperação Sul-Sul Triangular – na qual é determinante).

d) Finalmente, a Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional passa a ser exclusivamente instrumentalizada através de programas e projetos. As ações ficam excluídas pois os países entendem que o requisito de contar com um mecanismo institucional formalizado por todos exige um tempo e um esforço que uma ferramenta como a ação, de uma dimensão ou tamanho relativamente menor não merece (PIFCSS e SEGIB; 2013).

Tendo em conta tudo o anterior, a partir de 2013, a Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional define-se como aquela "***(...) modalidade de Cooperação Sul-Sul que tem por objetivo o desenvolvimento e/ou a integração de uma região, entendendo-se com isso que os países que a formam (um mínimo de três em desenvolvimento) partilham e acordam esse objetivo. O caráter regional desta cooperação fica incluído num mecanismo institucional formalizado. A sua execução estabelece-se a partir de Programas e Projetos***."

Esta nova definição, que dá ênfase ao objetivo e à institucionalidade formalizada, dota-se agora de novos elementos para distinguir casuísticas e as classificar corretamente. Cumprindo com parte do objetivo prosseguido, esta nova definição (juntamente com a também promovida para a Cooperação Sul-Sul Triangular) permite que, experiências que a priori poderiam parecer de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional mas não o são, se possam classificar na modalidade que efetivamente lhes corresponde. Para o ilustrar, elaborou-se o Quadro IV.1.

1. Baseado em duas das conceções de região da Real Academia da Língua Espanhola (RAE): 1. Porção de território determinada por carateres étnicos ou circunstancias especiais de clima, produção, topografia, administração, governo, etc.; 2. Cada uma das grandes divisões territoriais de uma nação, definida por características geográficas e histórico-sociais, e que por sua vez se pode dividir em províncias, departamentos, etc. (http://lema.rae.es/drae/?val=regi%C3%B3n+).

QUADRO IV.1.

Experiências com características bilaterais, triangulares e regionais: como se classificam?

FREQUENTEMENTE, ALGUMAS experiências de Cooperação Sul-Sul combinam elementos próprios da cooperação bilateral, da triangular e da regional. A coincidência simultânea desses elementos dificulta a classificação dessas experiências numa modalidade concreta. No entanto, a partir do exercício de delimitação realizado em 2013, as dúvidas diluem-se e mesmo partilhando elementos, emergem uma série de características que marcam a diferença e que são determinantes para uma correta classificação. A modo de ilustração, dois exemplos nos quais se contrastam duas experiências muito parecidas que, no entanto, correspondem a modalidades diferentes de Cooperação Sul-Sul.

Caso 1. CHSS Bilateral e CHSS Regional: quando se envolvem mais de três países em desenvolvimento

As experiências A e B do Caso 1 incluem um fortalecimento de capacidades entre países em desenvolvimento. Em cada um desses intercâmbios, participam 4 países: três exercendo como recetores do projeto; um quarto como ofertante. Mas entre ambas as experiências há uma diferença substancial: o quadro institucional. Com efeito:

- Tal como se observa na figura que ilustra a experiência A, o ofertante executa o seu projeto em vários países ao mesmo tempo, mas através do estabelecimento de três acordos de colaboração, nitidamente bilaterais.
- No que se refere à experiência B, pelo contrário, essa mesma cooperação está enquadrada num acordo institucional partilhado e formalizado por todos.

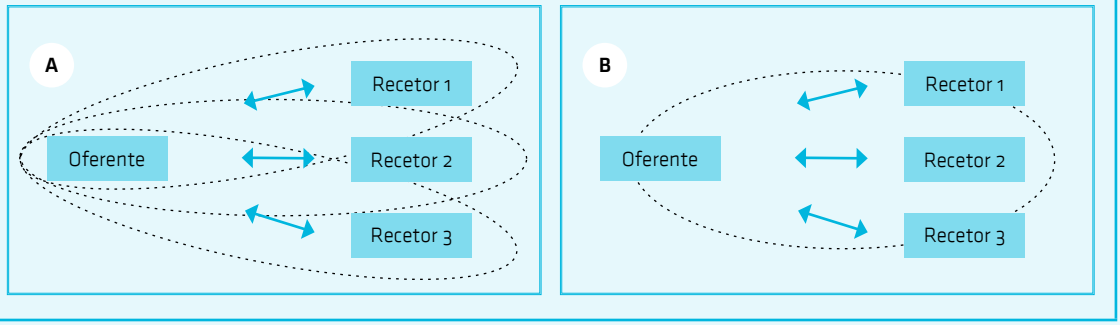
Aceitando essa diferença, podemos afirmar que a **experiência A** corresponde ao registo de três projetos de **Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral** (projetos, seguramente, integrados por sua vez num programa de cooperação de "alcance regional" para o ofertante), enquanto que a **experiência B** cumpre os requisitos necessários para ser registada como um programa ou um projeto de **Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional**.

Caso 2. CSS Triangular e CHSS Regional: quando participa um organismo regional

Por sua vez, as experiências A e B do Caso 2 apresentam um fortalecimento de capacidades no qual participam: por um lado, três países em desenvolvimento (um no papel de ofertante e os outros dois no de recetores) e, por outro lado, um organismo de caráter regional. O modo como este organismo participa na cooperação determina a modalidade:

- Na execução da experiência A, o Organismo Regional, como qualquer cooperante mais, apoia com recursos técnicos, financeiros ou outros, a cooperação que o ofertante realiza nos outros dois países. O quadro institucional que regula o modo como a cooperação se executa pode responder a diferentes fórmulas: a coexistência simultânea de vários acordos (por exemplo, entre o organismo e o ofertante e entre o ofertante e cada um dos recetores); ou de um acordo pensado, concertado e formalizado por todos (incluindo o Organismo Regional). No entanto, em qualquer dos dois casos, o papel desempenhado pelo Organismo Regional determina que a **experiência A** responde à lógica própria de dois projetos de **Cooperação Sul-Sul Triangular** (um em cada país recetor e outra vez, se quisermos, dentro de um programa triangular de "alcance regional").

EXPERIÊNCIAS PARA O CASO 1

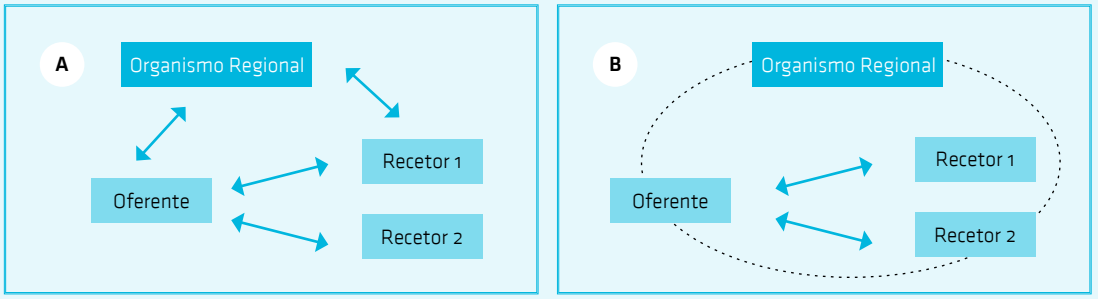


Fonte: SEGIB.

- Por contraste, na segunda das experiências, o Organismo Regional envolve-se de outra forma: de facto, dota a cooperação intercambiada entre os países em desenvolvimento de um mecanismo institucional através do qual se regula a sua relação, segundo as normas previamente aceites pelos próprios países ao se integrarem no referido organismo. Mas o organismo, nem realiza contributos técnicos nem exerce qualquer papal de assistência técnica. Assim, a **experiência B** responde ao padrão próprio da **Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional**. ■

Fuente: SEGIB partir de Agencias y Direcciones Generales de Cooperação

EXPERIÊNCIAS PARA O CASO 2



Fuente: SEGIB.

IV.3. PROGRAMAS E PROJETOS DE COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL REGIONAL EM 2012

AO LONGO DO ANO 2012, os países ibero-americanos declararam ter participado num total de 38 programas e 13 projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. Esses programas e projetos aparecem enumerados numa lista, respetivamente, nas Tabelas IV.1 e IV.2. Igualmente, para facilitar o acompanhamento das análises que se realizam nesta e nas seguintes secções, a partir do conteúdo das tabelas, foi atribuído um código a cada programa e projeto.

Por seu lado, devemos acrescentar aqui que os 38 programas e 13 projetos de 2012 foram classificados conforme a sub-região à qual pertencem os países participantes. Em concreto:

a) América Central (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá).

b) Mesoamérica (integrada pela América Central juntamente com a República Dominicana e o México, mas também por um país não ibero-americano como Belize).

c) Andina (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela).

d) América do Sul (os 5 países andinos mais a Argentina, o Brasil, o Chile, o Paraguai e o Uruguai).

e) América Latina (os 19 países do continente desde o México até ao Chile, incluindo Cuba e a República Dominicana e excluindo os restantes países caribenhos da região).

f) Ibero-América (acrescentando Andorra, Espanha e Portugal aos 19 anteriores).

As Tabelas IV.3 (desta mesma secção) e A.4 (do anexo) detalham para cada um desses 38 programas e 13 projetos, respetivamente, quais foram os países que participaram. A sua observação ajuda a entender o critério de classificação utilizado, o qual prima sobre o da participação de um organismo de caráter sub-regional, que poderia ter sido usado como critério alternativo.[2] Para ilustrar a forma como se elaboraram as listas desses programas e projetos de cooperação:

a) A Iniciativa Amazónica contra a Malária (código 4.1), participada principal e maioritariamente por países andinos (Bolívia, Colômbia, Equador e Peru) juntamente com o Brasil (Tabela IV.3), classifica-se na sub-região Sul-Americana, à qual pertencem os 5 países.

b) O Programa MERCOSUL-AECID (código 6.23), participado pela Argentina, Brasil, Paraguai, Venezuela, Uruguai e Espanha, classifica-se na Ibero-América porque é a única sub-região que os agrupa, isso apesar do organismo regional que participa no Programa não ser ibero-americano mas um organismo integrado por países da América do Sul.

Também e de forma excecional, há um par de casos para os quais a lógica de participação de um "elemento regional" condiciona a classificação. Acontece nalguns registos da América Central e da Mesoamérica (como os dos Programas e Projetos 1.1, 1.4, 2.2 e A.2, respetivamente), apoiados por mecanismos (como o Sistema para a Integração Centro-Americano - SICA - ou o do Mecanismo de Diálogo de Tuxtla) que obrigam a incluir nessas duas sub-regiões experiências participadas por países que a priori não pertencem a elas, caso da República Dominicana (para o centro-americano) e da Colômbia (para a Mesoamérica).[3]

Finalmente, devemos destacar que há países não ibero-americanos que também participaram nos programas e projetos registados em 2012. Trata-se principalmente e tal como se observa na Tabela IV.3 e na A.4 do anexo, de países caribenhos (Belize, Guiana, Haiti, Jamaica e Suriname); Porto Rico (Estado Livre Associado que, especialmente no início dos anos noventa, manteve um estatuto especial com alguns programas culturais da Conferência Ibero-Americana); e de doadores tradicionais como a Alemanha, a Austrália, os Estados Unidos e a Suíça os quais, como se verá, desempenharam um papel relevante no financiamento de uma parte da Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional registada em 2012.

2. Na realidade, decide-se obviar este segundo critério porque, tal como se verá mais à frente, os organismos regionais não estão presentes em todos os programas e projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional.

3. Devemos lembrar aqui que se estava a usar um critério claramente geográfico, que não tinha em conta o facto de que a República Dominicana pertence a um organismo da América Central como o SICA ou de que a Colômbia participe no Projeto Mesoamericano.

Tabela IV.1. Programas de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. 2012.

SUB-REGIÃO	NOME DO PROGRAMA DE COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL REGIONAL	CÓDIGO ATRIBUÍDO
AMÉRICA CENTRAL	Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos de Saúde da América Central e R. Dominicana	1.1
	Programa de Compra Conjunta de Medicamentos	1.2
	Programa Regional de Segurança Alimentar e Nutricional para a América Central (PRESANCA II)	1.3
	Programa Regional de Segurança Fronteiriça na América Central e R. Dominicana	1.4
MESOAMÉRICA	Programa Mesoamericano de Cooperação (eixo México)	2.1
	Programa Regional de Cooperação com a Mesoamérica (eixo Colômbia)	2.2
ANDINA	Programas regionais do Comité Andino de Autoridades de Telecomunicação (CAATEL)	3.1
AMÉRICA DO SUL	Iniciativa Amazónica contra a Malária	4.1
	Programa para a Integração das Infraestruturas Regionais dos países da UNASUR	4.2
AMÉRICA LATINA	Acordo Regional de Cooperação para a Promoção da Ciência e Tecnologia Nucleares na América Latina (Programa ARCAL - OIEA)	5.1
	Programa de Transferência do modelo SENAI de Prospetiva para a Formação Profissional (CINTEFOR)	5.2
IBERO-AMÉRICA	Apoio ao Desenvolvimento de Arquivos Ibero-americanos (ADAI)	6.1
	IBERBIBLIOTECAS	6.2
	IBERMUSEUS	6.3
	IBERMÚSICAS	6.4
	IBERORQUESTRAS JUVENIS	6.5
	IBERVIRTUAL	6.6
	Modernização da Justiça e das Novas Tecnologias	6.7
	Observatório de Justiça	6.8
	Plano Ibero-Americano de Alfabetização (PIA)	6.9
	Programa de Cooperação entre Operadores Jurídicos (IBERRED)	6.10
	Programa de Desenvolvimento em Apoio à Construção do Espaço Cénico Ibero-Americano (IBERCENA)	6.11
	Programa de Formação e Transferência Tecnológica em Matéria de Gestão Integrada de Recursos Hídricos	6.12
	Programa de Mobilidade Académica Pablo Neruda	6.13
	Programa de Luta contra a Delinquência Organizada	6.14
	Programa de Apoio à Criação de um Espaço Audiovisual Americano (IBERMEDIA)	6.15
	Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CYTED)	6.16
	Programa Ibero-Americano de Cooperação para a Gestão Territorial (PROTERRITORIOS)	6.17
	Programa Ibero-Americano para o Desenvolvimento Estratégico Urbano (CIDEU)	6.18
	Programa Ibero-Americano para o Desenvolvimento e a Modernização da Educação Técnico Profissional	6.19
	Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul	6.20
	Programa Ibero-Americano sobre Propriedade Industrial e Promoção do Desenvolvimento	6.21
	Programa Ibero-Americano sobre a situação dos Idosos na região	6.22
	Programa de Cooperação MERCOSUL-AECID	6.23
	Rede de Arquivos Diplomáticos Ibero-Americanos (RADI)	6.24
	Reforma das Instituições Penitenciárias	6.25
	Televisão Educativa Ibero-Americana (TEIB)	6.26
	Virtual Educa	6.27

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

Tabela IV.2. Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. 2012.

SUB-REGIÃO	NOME DO PROJETO DE COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL REGIONAL	CÓDIGO ATRIBUÍDO
AMÉRICA CENTRAL	Academia Regional de Busca e Salvamento em situações de emergência	A.1
	Sistematização, instrumentos e ferramentas para a transferência e implementação do modelo *Small Business Development Centers* (SBDC) através dos Centros de Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas (CDMYPE)	A.2
ANDINA	Busca de Novos Mercados para Frutas e Hortaliças (FPG)	B.1
	Troca de Experiências sobre a Abertura de Novos Mercados para os produtos com Valor Acrescentado da Colômbia, do Equador e do Peru	B.2
AMÉRICA DO SUL	Desenvolvimento de Mecanismos de Exportação de Serviços em Zonas Francas da Colômbia, Brasil e Peru	C.1
	Manuseamento Integrado e Sustentável dos Recursos Hídricos Transfronteiriços na Bacia do Rio Amazonas Considerando a Variabilidade Climática e a Mudança do Clima (Projeto GEF-Amazonas)	C.2
	Sistema de controlo de qualidade para produtos de valor acrescentado	C.3
AMÉRICA LATINA	Contributo das Entidades Fiscalizadoras Superiores para a Transparência nas Administrações Públicas	D.1
	Identificação e seleção de cultivos de tomate tolerante ao complexo de viroses transmitido pela Bemisia Tabaci	D.2
	Projeto de Melhoria da Competitividade das PME (Aliança do Pacífico)	D.3
	Rede de Investigação Científica em matéria de Mudança do Clima (Aliança do Pacífico)	D.4
	Transversalização da Perspetiva de Género nas Políticas Públicas de Saúde	D.5
IBERO-AMÉRICA	Projeto Ibero-Americano pela Qualidade IBERQUALITAS/FUNDIBEQ	E.1

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

Tabela IV.3. Países participantes nos Programas de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. 2012.

PROGRAMA		PAÍSES IBERO-AMERICANOS (DE NORTE A SUR DEL CONTINENTE, MÁS PENÍNSULA IBÉRICA)																						OUTROS PAÍSES
SUB-REGIÃO	CÓDIGO	México	Guatemala	Honduras	El Salvador	Nicarágua	Costa Rica	Panamá	Cuba	Dominicana	Colômbia	Venezuela	Equador	Peru	Bolívia	Brasil	Paraguai	Uruguai	Argentina	Chile	Andorra	Espanha	Portugal	
AMÉRICA CENTRAL	1.1		■	■	■	■	■	■		■														
	1.2		■		■		■	■																
	1.3		■	■	■	■	■	■																
	1.4		■	■	■	■	■	■		■														Belize
MESOAMÉRICA	2.1	■	■	■	■	■	■	■		■														Belize
	2.2		■	■	■	■	■	■		■	■													Belize, Austrália, EEUU
ANDINA	3.1										■		■	■	■									
AMÉRICA DO SUL	4.1										■		■	■	■	■								Guiana, Surinam, EEUU
	4.2										■		■	■	■	■	■		■	■				Guiana, Surinam
AMÉRICA LATINA	5.1	■	■		■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■				Haiti, Jamaica
	5.2		■		■		■	■		■						■								
IBERO-AMÉRICA	6.1	■			■		■			■	■		■	■		■		■	■	■		■	■	Puerto Rico
	6.2	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
	6.3	■								■	■		■			■		■	■	■		■	■	
	6.4	■					■				■			■				■	■	■				
	6.5	■								■	■	■	■						■			■		
	6.6	■					■	■	■	■	■	■	■	■		■	■		■			■	■	
	6.7	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
	6.8	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
	6.9	■	■	■	■	■	■		■	■	■		■	■	■	■	■		■	■		■		
	6.10	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
	6.11	■			■		■	■		■	■		■	■		■		■	■	■		■		
	6.12	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
	6.13	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■			■			■	■	■	■		■	■	
	6.14	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
	6.15	■	■				■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■		■		
	6.16	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■		■	■	
	6.17	■	■		■		■	■			■			■	■	■			■	■		■		
	6.18	■	■	■	■	■	■	■	■	■		■	■	■	■	■	■	■	■	■		■		Puerto Rico
	6.19		■	■	■	■	■			■			■	■			■			■				
	6.20	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■		■	■	■		■	■	■	■		■	■	
	6.21	■					■			■						■	■	■	■			■	■	
	6.22	■											■			■	■	■	■	■		■		
	6.23											■				■	■	■	■			■		
	6.24	■					■	■	■	■	■		■	■	■	■	■	■	■	■				
	6.25	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
	6.26	■	■	■	■	■	■	■	■	■		■	■	■	■	■	■		■	■		■	■	
	6.27	■		■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■		■		

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

IV.4. ANÁLISE SETORIAL DA COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL REGIONAL DE 2012

OS PROGRAMAS E PROJETOS de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional dos quais participaram os países ibero-americanos durante o ano 2012 tiveram por objetivo o fortalecimento de capacidades. O seu perfil setorial foi definido pelos próprios países, que identificaram problemas comuns para os quais a melhor resposta era, precisamente, coletiva.

O Gráfico IV.1 ilustra os setores de atividade (conforme a classificação já usada em capítulos anteriores) com os quais os programas e os projetos de 2012 estiveram relacionados. Numa primeira aproximação, observa-se como ambos os instrumentos foram usados para dar resposta a problemáticas relacionadas com o fortalecimento das capacidades de gestão dos Governos, e também com os âmbitos da Saúde e da Educação. No entanto, ao mesmo tempo, os países optaram pelos programas quando precisaram de atender a necessidades nas áreas da Cultura e da Ciência e Tecnologia; e pelos projetos para objetivos mais específicos relacionados com a competitividade da Empresa, o Ambiente e o Género.

De forma mais específica, devemos mencionar que:

a) Praticamente 40% dos Programas teve por objetivo fortalecer os setores da Justiça (que se classifica em Governo) e o da Cultura. Tratou-se sobretudo de programas para a Modernização do setor judicial, a colaboração entre Operadores jurídicos, a Luta contra a delinquência organizada ou a Reforma das instituições penitenciárias; assim como o da promoção das Artes cénicas e da gestão de Museus, Bibliotecas e Arquivos documentais. O seu peso explica-se pela enorme importância que os Programas de Cooperação Ibero-americana tiveram sobre o total dos 38 Programas registados em 2012 (mais de metade) centrados setorialmente nestes temas. Neste grupo temático deveríamos acrescentar o Programa dedicado à Segurança Fronteiriça na América Central e República Dominicana.

b) Por seu lado, um de cada 4 Programas, foi concebido para fortalecer as áreas sociais da Educação e da Saúde. A este respeito, destacaram-se os programas do espaço ibero-americano dedicados à educação virtual, alfabetização e formação profissional; assim como outro promovido pelo SENAI brasileiro e CINTEFOR-OIT na América Central para este mesmo tipo de formação; a Iniciativa Amazónica contra a Malária; e os programas que na América Central se dedicaram a fortalecer os Recursos Humanos no setor público da saúde, a busca de fórmulas para a Compra conjunta de medicamentos e a Segurança alimentar.

c) Em 2012 também tiveram uma importância significativa os programas pensados para dotar os países da região de maiores capacidades e recursos científico-tecnológicos. Tratou-se, fundamentalmente, de toda a cooperação promovida na Ibero-América e América Latina através de programas como CYTED, o de Propriedade Industrial e Desenvolvimento e o ARCAL-OIEA para a Promoção da Ciência e Tecnologia Nuclear.

d) Para além destas temáticas concretas, houve também alguns propósitos transversais a vários Programas de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. De facto, muitos tiveram uma tendência para o fortalecimento das políticas públicas e para a aplicação de avanços em Investigação, Desenvolvimento e Inovação. A modo de ilustração, destacaram-se os programas de cooperação para a Gestão territorial, de transferência de tecnologia para a Gestão de recursos hídricos e de Modernização da Educação e da Justiça. Houve também três programas multissetoriais que combinaram várias linhas de ação. Foi o caso dos dois Mesoamericanos (eixos México e Colômbia) e do Mercosul-AECID.

e) No que se refere aos projetos (Gráfico IV.1.B, construído a partir das Tabelas IV.2 e IV.4),[4] a maioria, um de cada cinco, foram promovidos para fortalecer a competitividade das Empresas da região e facilitar ao mesmo tempo a sua melhor inserção nos mercados. Neste âmbito destacaram-se, entre outros, os projetos centro-americano, sul-americano e da Aliança do Pacífico para o desenvolvimento e melhoria da competitividade das Micro e PME, assim como os que apoiaram a busca de novos mercados para produtos (agropecuários e de maior valor acrescentado) da sub-região andina.

f) Entretanto, os projetos relacionados com a Saúde foram numerosos mas de perfil disperso. A maioria desses projetos encaixaram nas linhas de ação contempladas nos Programas Mercosul-AECID e Mesoamérica (eixo México) (Tabela IV.4). Assim, abordaram o fortalecimento de capacidades que foram desde a formação para implantes cocleares até às metodologias de diagnóstico em situações de emergência, passando pelo tratamento de lesões no sistema nervoso dos adultos, apenas para nomear algumas.

g) Outra quarta parte dos projetos de CHSS Regional de 2012 apresentaram um padrão curioso: o de apoio aos Governos e ao Ambiente. Em ambas as áreas houve uma preocupação partilhada relacionada com as questões

4. Tal como se assinala na nota metodológica do gráfico, o perfil dos projetos foi estimado tendo em conta tanto os 13 projetos registados individualmente (Tabela IV.2) como aqueles que foram executados no quadro dos programas de caráter multissetorial, como são o MERCOSUL-AECID e o Mesoamérica (eixo México), e incluídos na Tabela IV.4.

Gráfico IV.1. Tipo de capacidades que se fortaleceram através da CHSS Regional. 2012.

Participação em porcentagem

IV.1.A. PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO

IV.1.B. PROJETOS DE COOPERAÇÃO

Nota metodológica: Dado que alguns dos programas têm varias linhas de ação setorial, a estimativa do perfil dos projetos foi realizada tendo em conta tanto os projetos independentes como aqueles executados no quadro de dois desses Programas multissetoriais, como são o MERCOSUL-AECID e o Mesoamérica (eixo México).

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

Tabela IV.4. Seleção de Projetos executados no quadro de alguns Programas de CHSSR. 2012.

PROGRAMA	NOME DO PROJETO DE COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL REGIONAL
PROGRAMA ARCAL-OIEA	Apoio à Automatização de Sistemas e Processos em Instalações Nucleares
	Apoio ao melhoramento genético de subutilizados e de outras culturas importantes para o desenvolvimento agrícola sustentável em comunidades rurais, através de uma técnica de mutagenese rádio-induzida
	Harmonização e validação de métodos analíticos para a monitorização de resíduos de risco para a saúde humana em alimentos
	Fortalecimento da comunicação e de associações estratégicas nos países para potenciar o uso das aplicações nucleares
	Melhoria das culturas alimentares na América Latina por mutação induzida
PROGRAMA MERCOSUR-AECID	Fortalecimento da institucionalidade e da perspetiva de género no MERCOSUL
	Fortalecimento institucional de políticas de igualdade de género na agricultura familiar do MERCOSUL
	Governação fronteiriça: fortalecimento das capacidades dos governos regionais e locais do MERCOSUL
	Integração produtiva setorial e territorial no quadro do Observatório Regional Permanente de Integração Produtiva do MERCOSUL (ORPIP)
	Troca de Experiências sobre o Modelo de Gestão da Política de Compras Públicas da Agricultura Familiar
	Observatório MERCOSUL de Sistemas de Saúde (OMSS)
	Promoção dos movimentos cooperativos do Cone Sul como instrumentos de inclusão social, criação de trabalho digno e como agentes de desenvolvimento e aprofundamento do MERCOSUL
	Sistema de Informação Ambiental do MERCOSUL (SIAM)
PROGRAMA MESOAMERICANO DE COOPERAÇÃO (EIXO MÉXICO)	Atualização de prevenção e reabilitação da Deficiência centrada nos Novos Desafios da Saúde
	Apoio à capacidade institucional dos países centro-americanos em diagnóstico de saúde, assim como na resposta a emergências de saúde
	Assessoria para a criação ou consolidação de centros de educação à distância na região mesoamericana
	Desenvolvimento de capacidades institucionais dos governos mesoamericanos para a monitorização e avaliação do cumprimento dos ODM
	Formação em Implante Coclear
	Fomento de capacidades de recursos humanos dos países da Mesoamérica em matéria de proteção civil e gestão integral de riscos associados a casos de desastres
	Formação de líderes em doenças crónicas não transmissíveis
	Formação de Recursos Humanos em matéria estatística
	Fortalecimento da Ordenação e do Desenvolvimento Pesqueiro na Região da América Central (FODEPESCA)
	Lesões do Sistema Nervoso e Periférico de Adultos
	Perspetivas climáticas na Mesoamérica e as suas aplicações
	Projeto de Intercâmbio Académico ANUIES-CSUCA
	Projeto integral de educação inclusiva na região mesoamericana
	Rede mesoamericana de recursos bióticos
	Uso eficiente da água na rega de pequena escala em zonas de vulnerabilidade a condições climáticas

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

"de gestão": assim, registaram-se projetos para um melhor tratamento estatístico; de transferência metodológica para a monitorização e a avaliação; de construção de sistemas de informação ambiental; de modelos de gestão de compras públicas e de fiscalização e transparência das administrações dos Estados. Igualmente, houve experiências muito marcadas pela necessária ação de fronteira: a título exemplo, houve projetos de *governação fronteiriça* (Governo) e de gestão de recursos hídricos *transfronteiriços* na Bacia do Rio Amazonas (Ambiente). De facto, um problema como o da mudança do clima (para o qual as fronteiras se diluem e face ao qual apenas podem ser eficazes as soluções coletivas) está presente em vários dos projetos registados (nos C.2 e D.4 e num Mesoamericano – eixo México).

h) Finalmente, devemos destacar alguns projetos nas áreas da Educação (para garantir a inclusão, o acesso à formação à distância e aos intercâmbios académicos), mas, sobretudo, os orientados a transversalizar a igualdade de Género. Nesse caso específico, houve projetos para alargar esta perspetiva às políticas públicas de saúde da América Latina, para a fortalecer no âmbito institucional do Mercosul, assim como para a incorporar na agricultura familiar dos países desse mesmo organismo.

Relativamente a esta última experiência e como dado adicional, o setor agropecuário não se destacou tanto como setor da CHSS Regional (embora houvesse projetos, sobretudo fitossanitários) mas, especialmente, como "objeto" sobre o qual aplicar os projetos. Neste sentido, registaram-se projetos de transversalização de género e de solicitação de compras públicas à agricultura familiar, assim como de promoção das PME vinculadas a essa mesma atividade. No entanto, certamente, os casos mais expressivos foram os dos projetos realizados no quadro do Programa ARCAL-OIEA para a Promoção da Ciência e da Tecnologia Nuclear (Tabela IV.4)[5] nos quais a transferência de técnicas e métodos analíticos nucleares se realiza para se aplicar à melhoria das culturas, ao desenvolvimento fitossanitário ou à realização de uma agricultura sustentável.

5. São os projetos da parte superior da Tabela IV.4. No entanto, estes não foram incluídos na estimativa do perfil setorial dos projetos porque pertencem a um Programa, o ARCAL-OIEA, muito definido setorialmente (Ciência e Tecnologia) e que já foi incluído na estimativa do perfil correspondente aos Programas.

IV.5. PAÍSES E ORGANISMOS REGIONAIS: FÓRMULAS DE PARTICIPAÇÃO

OS SUCESSIVOS *RELATÓRIOS da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América*, ao abordarem a Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional, insistiram numa ideia: trata-se de uma modalidade que necessita da participação de vários países, mas não necessariamente da de um organismo regional. De facto, na edição de 2012 do Relatório apresentava-se uma figura (aqui reproduzida como Esquema IV.2) que, através de formas ovais e de espaços de intersecção, tentava ilustrar essa ideia: sugeria que nem toda a cooperação participada por esses organismos (área C+A) é Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional (só a A); da mesma forma que pode haver Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional (A+B) da qual não participem esses organismos (B).

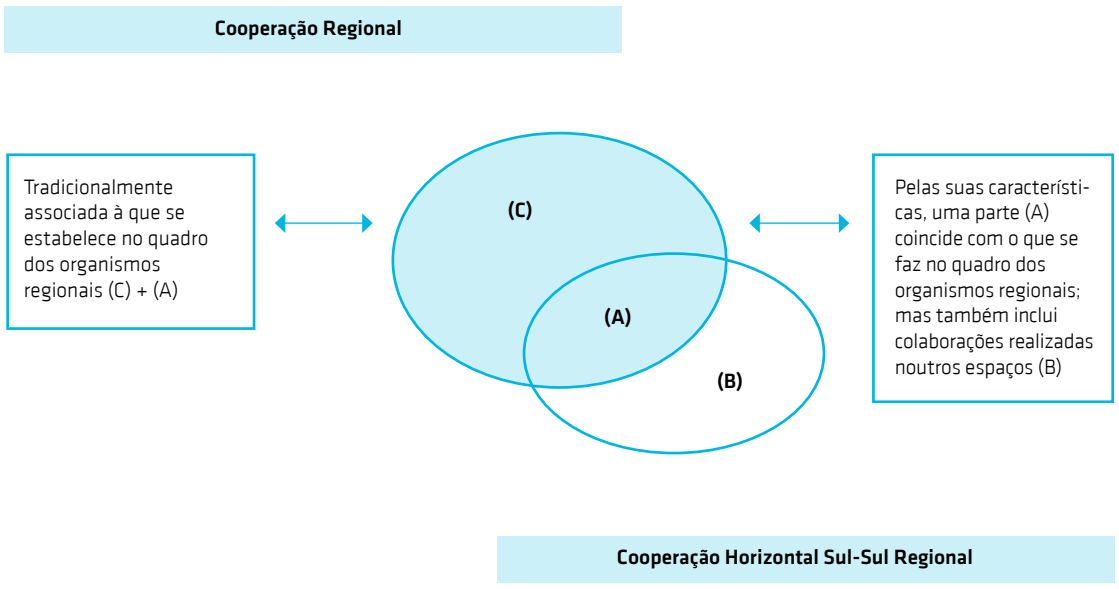
Da mesma forma, as definições de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional usadas nos sucessivos Relatórios, assumem (no caso da que esteve em vigor até março de 2013, de forma inclusivamente explícita) a possibilidade de que os organismos regionais participem nesta modalidade dotando-a para isso de um quadro de institucionalidade. Mas, trata-se de uma "possibilidade", não de uma "condição", ao contrário do que acontece com a exigência de participação de um mínimo de três países em desenvolvimento (ver os conceitos incluídos no Esquema IV.1 do número IV.2).

Por tudo isto, era interessante realizar uma identificação da forma como tanto os países como os organismos regionais (e outros intergovernamentais) participaram na Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional: quando, através de quem e com que fórmulas de ação combinada. Para esse efeito, elaboraram-se as Tabelas IV.5 (nesta mesma secção) e A.5 (no anexo). Tal como se observa, estas detalham, para cada um dos programas e projetos de 2012, respetivamente, que agentes (nacionais e/ou locais) participaram em representação dos países ibero-americanos; quais o fizeram em nome de outros países parceiros; e quais como parte de alguma instância de um organismo regional.

A propósito da sua observação podemos afirmar que:

a) O agente que necessariamente sempre esteve presente nos programas e projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional foi a autoridade, instituição ou organismo setorial nacional que representou o país participante. A este respeito, as Tabelas IV.5 e A.5 oferecem uma sé-

Esquema IV.2. CHSS Regional e cooperação participada por Organismos Regionais.



Fonte: Reprodução da SEGIB (2012).

rie de exemplos. Para nomear apenas alguns: nos programas centro-americanos de saúde participaram os ministérios e as instituições do setor; no de Segurança fronteiriça, os gabinetes e direções gerais de migração; no de CINTEFOR-OIT e no de Modernização da Educação Técnica, as instituições de aprendizagem e os ministérios da educação; e nos programas ibero-americanos, tais como no Ibermedia e no Ibercena, as instituições relacionadas com as artes cénicas, o cinema e o mundo audiovisual.

b) Mas a participação destas autoridades setoriais respondeu a um duplo formato: o "individual", a nível do país; e/ou o "grupal", entendendo-se aqui que as instituições homólogas dos países se integraram como parte de outro agente cuja fórmula jurídica tendeu a ser, entre outros, um conselho, associação, fórum ou reunião ministerial. A título de ilustração:

   - Nos projetos dos programas mesoamericanos, nos registados para a América do Sul, assim como no programa CINTEFOR-OIT e nalguns dos pertencentes ao espaço ibero-americano das áreas da Justiça, Ciência e Tecnologia e Arquivos diplomáticos, as instituições setoriais participaram sem necessidade de se integrarem ou de passarem a formar outro agente de caráter "supranacional".

   - Entretanto, por exemplo, os ministérios e institutos setoriais que participaram nos Programas 1.1, 1.2 e 1.3 sobre saúde e nutrição da cooperação centro-americana apareceram organizados em torno do CISSCAD e do COMISCA (Conselhos dos Institutos de Segurança Social da América Central e República Dominicana e dos Ministros da Saúde da América Central); no 1.3 sobre segurança alimentar, fizeram o mesmo em torno ao CAC (Conselho Agropecuário da América Central); e no 1.4, dedicado ao fortalecimento da Segurança nas fronteiras, à volta da OCAM (Comissão Centro-Americana de Diretores de Migração).

c) Igualmente, e tal como se observa nas Tabelas IV.5 e A.5, parte destes novos agentes (não todos) dependeram e/ou foram parte orgânica de organismos regionais e inclusivamente internacionais. Aconteceu, por exemplo, com todos os centro-americanos antes citados (pertencentes ao quadro do SICA); assim como com outros não mencionados mas que responderam à mesma lógica (entre eles, o CAATEL - Comité Andino de Autoridades de Telecomunicações - relativamente à CAN, e o Grupo de Trabalho de Telecomunicações do COSIPLAN - Conselho Sul-Americano de Infraestruturas e Planeamento - para com a UNASUR).

d) Outros representantes dos países que puderam aparecer, desta vez de forma mais pontual, nos diferentes programas e projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional, foram os Ministérios das Relações Exteriores e as Agências e Direções Gerais de Cooperação. A sua ação foi relevante em programas como os mesoamericanos (onde intervieram as agências mexicanas e colombianas); nalguns programas ibero-americanos (onde a agência espanhola teve uma participação ativa); e nos projetos registados nas sub-regiões andinas e sul-americana e nos que se destacou a liderança da APCI (Agência Peruana para a Cooperação Internacional).

e) Ainda no âmbito dos representantes ao nível do país, identificaram-se alguns programas e projetos que, pelas suas características, requereram a participação de agentes locais. Foi o caso dos Programas Centro-Americanos de Segurança Alimentar e de Segurança Fronteiriça, do Ibero-Americano para o Desenvolvimento Estratégico Urbano (CIDEU) e do Projeto Sul-Americano para o Desenvolvimento de Mecanismos de Exportação de Serviços em Zonas Francas, nos quais intervieram associações de municípios, municípios e prefeituras.

f) Por seu lado, devemos destacar que também houve programas e projetos nos quais os organismos regionais, desta vez através das suas secretarias-gerais, desempenharam um papel determinante, pois deles dependeu a dotação de um enquadramento institucional e/ou de umas pautas de acompanhamento para a Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. Aconteceu nos programas mesoamericanos (com o SICA); nos ibero-americanos (com a SEGIB, OEI, OISS e COMJIB, dependendo do caso); nalguns dos centro-americanos e dos andinos (com a OMS e a OPS); assim como nos projetos liderados pelo Peru e enquadrados no Fundo Fiduciário Pérez Guerrero (FFPG) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

g) Finalmente, o mapa dos agentes termina com os representantes dos outros países não ibero-americanos que participaram nos programas e projetos de CHSS Regional. Tratou-se, em geral, de Agências de Cooperação (a da Alemanha, Austrália, Estados Unidos e Suíça) que exerceram o papel financiador; assim como de instituições especializadas no apoio técnico (caso, por exemplo, dos Centros para o Controle e a Prevenção de Doenças dos Estados Unidos na Iniciativa Amazónica contra a Malária).

Tabla IV.5. Mapa dos agentes que participaram nos Programas de CHSS Regional, em representação de um país e/ou de um organismo regional. 2012.

PROGRAMA		ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES QUE PARTICIPAM NOS DIFERENTES PROGRAMAS, CLASSIFICADOS CONFORME REPRESENTEM...					
				PAÍSES IBERO-AMERICANOS			
				A NÍVEL NACIONAL			A NÍVEL LOCAL
SUB-REGIÃO	CÓDIGO	ORGANISMOS REGIONAIS E/OU INTERNACIONAIS	OUTROS PAÍSES PARCEIROS	Instituições	No caso de estarem agrupadas, especificar o novo órgão*	De que organismo depende	
América Central	1.1	OMS/OPS		• Institutos de Saúde, Segurança Social, Água e saneamento	• RESSCAD; CISSCAD	• SICA	
	1.2			• Institutos de Segurança Social • Ministérios da Saúde	• CISSCAD; COMISCA	• SICA	
	1.3			• Institutos de Nutrição • Ministérios da Agricultura • Institutos de Segurança Social • Ministérios da Saúde	• INCAP, CAC, OSPESCA, CISSCAD, COMISCA	• SICA	• Associações de Municípios • Municípios regionais
	1.4	UE		• Direções de Migração • Gabinetes de Migração e Alfândegas	• OCAM	• SICA/OIM	• Governos de municípios fronteiriços
				• Polícias Nacionais de Fronteira	• Comissão de Chefes de Polícias da América Central • Gabinete Regional da Interpol para a América Central		
Mesoamérica	2.1	SICA (Secretaria-Geral)		• Agência Cooperação (AMEXCID) • Ministérios das Relações Exteriores • Instituições dos 6 setores considerados prioritários			
	2.2	SICA (Secretaria-Geral); CAF	Agências Cooperação (AUSAID, USAID)	• Agência Cooperação (APC) • Ministérios das Relações Exteriores • Instituições dos setores prioritários			
Andina	3.1			• Organismos que estabelecem as normas e administram as telecomunicações	• CAATEL	• CAN	
América do Sul	4.1	OMS/OPS	Agências Cooperação (USAID); Centros para o Controlo e a Prevenção de Doenças (USA)	• Ministérios da Saúde Pública	• RAVREDA	• OPS/AMI	
	4.2			• Ministérios de Infraestruturas de Planeamento (Responsáveis pelas Telecomunicações)	• Grupo de Trabalho de Telecomunicações como parte do COSIPLAN	• UNASUR	

Tabela IV.5. Classificação dos agentes que principalmente participam nos Programas de CHSS Regional, conforme representem. 2012 (continuação).

PROGRAMA		ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES QUE PARTICIPAM NOS DIFERENTES PROGRAMAS, CLASSIFICADOS CONFORME REPRESENTEM...					
				PAÍSES IBERO-AMERICANOS			
				A NÍVEL NACIONAL			A NIVEL LOCAL
SUB-REGIÃO	CÓDIGO	ORGANISMOS REGIONAIS E/OU INTERNACIONAIS	OUTROS PAÍSES PARCEIROS	Instituições	No caso de estarem agrupadas, especificar o novo órgão*	De que organismo depende	
América Latina	5.1	OIEA (Coordenador projetos regionais da secção de AL)		• Instituições Nucleares			
	5.2	CINTEFOR/OIT		• Instituições responsáveis pela Aprendizagem e a Formação Profissional			
Ibero-América	6.1			• Representantes em matéria arquivística			
	6.2	SEGIB		. Ministérios e Secretarias da Cultura	CERLALC	UNESCO	
				• Bibliotecas • Organizações e Fundações • Universidades e Centros Investigação			
	6.3	SEGIB; OEI		• Instituições Museológicas • Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) . Agência de Cooperação (AECID)			
	6.4	SEGIB		• Autoridades das Artes Musicais			
	6.5	SEGIB		• Autoridades setoriais designadas			
	6.6			• Universidades	AIESAD		
	6.7	COMJIB		• Ministérios da Justiça • Agência de Cooperação (AECID)			
	6.8			• Ministérios da Justiça • Juízes e Procuradores			
	6.9	SEGIB, OEI, Organização do Convénio Andrés Bello		• Ministérios da Educação			
	6.10	COMJIB		• Ministérios da Justiça • Ministérios Públicos e Procuradorias	• Cúpula Judicial Ibero-Americana • Associação Ibero-Americana de Ministérios Públicos	Conferência Ibero-Americana	
	6.11	SEGIB		• Autoridades de Artes Escénicas			
	6.12			• Entidades responsáveis pela gestão da água	• Conferência de Diretores Ibero-Americanos da Água	Conferência Ibero-Americana	
	6.13	SEGIB, OEI		• Instituições de Educação Superior	CUIB		

Tabela IV.5. Classificação dos agentes que principalmente participam nos Programas de CHSS Regional, conforme representem. 2012 (continuação).

PROGRAMA		ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES QUE PARTICIPAM NOS DIFERENTES PROGRAMAS, CLASSIFICADOS CONFORME REPRESENTEM...					
				PAÍSES IBERO-AMERICANOS			
				A NÍVEL NACIONAL			
SUB-REGIÃO	CÓDIGO	ORGANISMOS REGIONAIS E/OU INTERNACIONAIS	OUTROS PAÍSES PARCEIROS	Instituições	No caso de estarem agrupadas, especificar o novo órgão*	De que organismo depende	A NIVEL LOCAL
Iberoamérica	6.14	COMJIB		• Ministérios da Justiça			
	6.15			• Institutos do Cinema e representantes Audiovisuais			
	6.16			• Organismos responsáveis pela política Científica e Tecnológica			
	6.17	SEGIB		• Representantes em matéria territorial			
	6.18	SEGIB					Prefeituras
	6.19	OEI		• Ministérios da Educação • Agência de Cooperação (AECID)			
	6.20	SEGIB		• Agências e Direções Gerais de Cooperação			
	6.21			• Ministérios responsáveis pela Propriedade Industrial	• Foro de Ministros	Conferência Ibero-Americana	
	6.22	SEGIB; OISS		• Instituições de Segurança Social			
	6.23			• Representantes setoriais • Ministérios de R. Exteriores • Agências e Direções de Cooperação • Agência de Cooperação (AECID)	• Reuniões Ministeriais • Grupos e Subgrupos de Trabalho	MERCOSUR	
	6.24			• Responsáveis pelos Arquivos Históricos nos Ministérios de RE			
	6.25	COMJIB		• Ministérios da Justiça			
	6.26			• Ministérios da Educação e Cultura • Universidades, Institutos, Canais de TV...			
	6.27	SEGIB, OEA		• Ministérios da Educação			

Acrónimos* (por ordem de aparecimento): RESSCAD (Reunião do Setor Saúde da América Central e R. Dominicana); CISSCAD (Conselho de Institutos de Segurança Social da América Central e R. Dominicana); COMISCA (Conselho de Ministros da Saúde da América Central); INCAP (Instituto de Nutrição da América Central e do Panamá); CAC (Conselho Agropecuário da América Central); OSPESCA (Organização do Setor Pesqueiro e Aquícola do Istmo Centro-Americano); OCAM (Comissão Centro-Americana de Diretores de Migração); RAVREDA (Rede Amazónica de Vigilância da Resistência aos Antimaláricos); CAATEL (Comité Andino de Autoridades de Telecomunicações); COSIPLAN (Conselho Sul-Americano de Infraestruturas e Planeamento); CERLALC (Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e no Caribe); Associação Ibero-Americana de Educação Superior à Distância (AIESAD); CUIB (Conselho Universitario Ibero-Americano).

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

IV.6. ACERCA DOS MECANISMOS INSTITUCIONAIS QUE REGULAM ESTA COOPERAÇÃO

TAL COMO SE MENCIONOU nas primeiras secções deste capítulo, o exercício de reformulação do conceito de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional consistiu, fundamentalmente, em estabelecer uma nova ordem hierárquica dos elementos ou características que a definem. Em concreto, duas dessas características foram categorizadas como determinantes: a existência de um objetivo regional partilhado e acordado por todos; a necessidade de executar esta modalidade conforme o pautado num mecanismo institucional formalizado por todos os participantes.

Entendido nos termos do esquema que regula a relação entre os cooperantes,[6] o mecanismo institucional define muitos dos aspetos funcionais da CHSS Regional: entre outros, os relacionados com o modo como se vão decidir e gerir tanto o objeto da cooperação como o instrumento de execução; os que dizem respeito ao estabelecimento dos procedimentos através dos quais se vão identificar, solicitar e aprovar o projeto ou programa; o modo como se vão desenvolver as fases de implementação, conclusão, acompanhamento e avaliação; assim como tudo o que afeta os procedimentos relacionados com o orçamento e a administração dos recursos.

Assim, e para efetuar uma primeira aproximação às características dos mecanismos institucionais que acompanharam a CHSS Regional de 2012, passamos a conhecer algo mais sobre:

a) Os **instrumentos jurídicos** em torno dos quais se constituirão os referidos mecanismos.

b) A **estrutura orgânica** que se criou para tornar esta modalidade operacional.

c) O **modo como se regularam alguns aspetos** concretos, como a solicitação, aprovação, acompanhamento e avaliação dos programas, e a **forma como se financiaram**.

Dado que a informação de que dispomos não está completa (quer dizer, não cobre todos os programas e projetos registados), as lições que se retirem não serão 100% conclusivas nem representativas de tudo o que acontece na Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional na Ibero-América. Neste sentido, termos de levar em conta que a maior parte da informação procede do estudo de três casos: os Programas (Cúpula) da Cooperação Ibero-Americana;[7] o Programa Mesoamericano (eixo México);[8] e o Programa Mercosul-AECID.[9]

IV.6.1. INSTRUMENTOS JURÍDICOS

O quadro regulamentar que acompanhou a Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional foi organizado em torno de um conjunto de **instrumentos jurídicos** de diferentes tipos e denominações, destacando-se os acordos, convenções, quadros de ação e protocolos de execução, apenas para nomear alguns. Não obstante, o mais relevante, residiu no facto de que a maioria dos programas e projetos dependeram ao mesmo tempo de uma combinação de vários instrumentos jurídicos e de que, entre eles, houve uma relação hierárquica normalmente determinada por duas questões:

a) Pelo nível de pormenor associado ao objeto ou aspeto regulado (de mais para menos hierarquia, do mais geral para o mais específico e do mais estratégico para o mais operacional).

b) Por vezes (embora nem sempre), pelo estatuto político daqueles que subscreveram os documentos que apoiaram os referidos instrumentos (neste caso, oscilaram entre os Chefes de Estado e de Governo e os representantes de instituições governamentais).

Para ilustrar o atrás mencionado, elaborou-se o Esquema IV.3, que apresenta os instrumentos jurídicos que se foram criando para gerir a cooperação do Programa Mesoamericano (eixo México). Assim, do mais geral para o mais específico e por ordem cronológica de aparecimento, a citada figura destaca quatro instrumentos de regulação da cooperação mesoamericana: o *Mecanismo de Diálogo e Concertação de Tuxtla* (que data de 1996); o *Memorando de Entendimento* (Memo) entre a Secretaria Técnica da Comissão Mexicana para a Cooperação com a América Central (ST-CMCCA) e

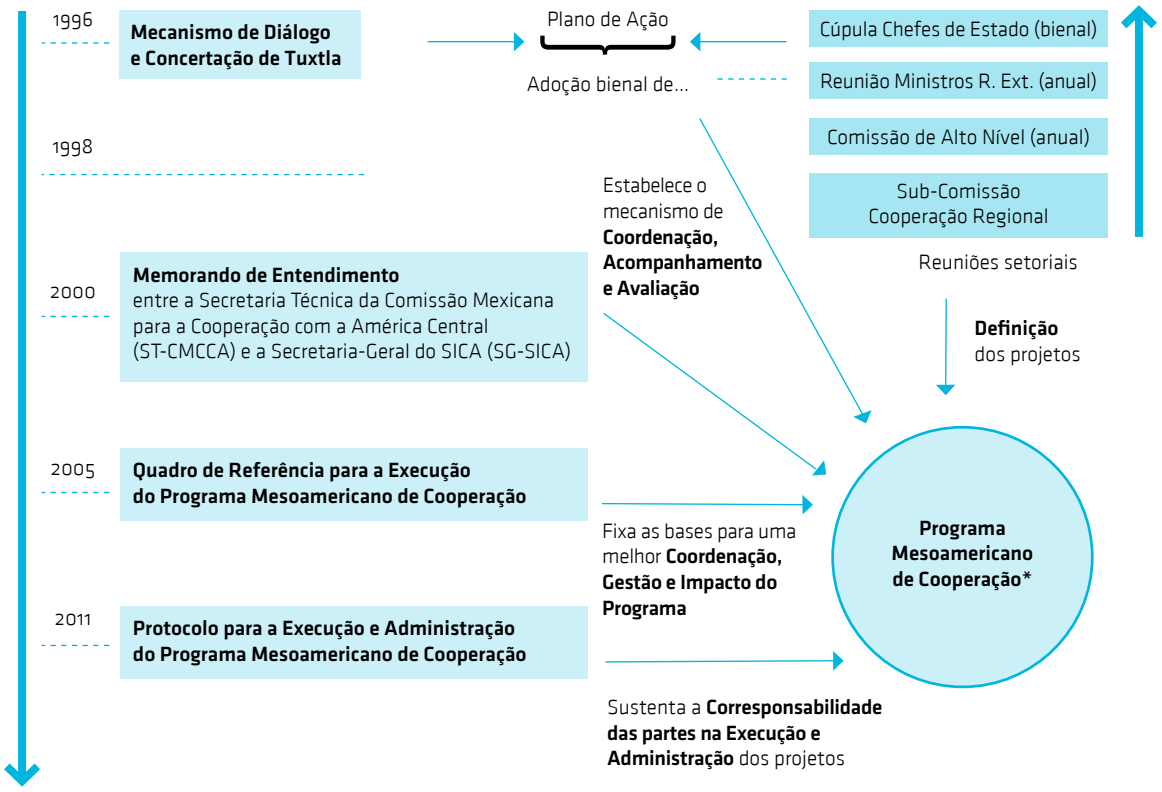
6. Devemos lembrar que tal como se mencionou no Relatório de 2012, a "*dimensão institucional*" é a que "*está composta por padrões reconhecíveis de interação entre pequenos grupos*" (Bartle) ou, dito por Charlin (1985), a "*que dota uma relação de elementos reguladores*" (http://cec.vcn.bc.ca/mpfc/modules/dim-inss.htm) (SEGIB, 2012).

7. Cabe assinalar que no espaço da Conferência Ibero-Americana se registam dois tipos de programas de cooperação: por um lado, aqueles que, como conjunto de projetos, respondem a linhas de ação ou de trabalho de alguns dos organismos setoriais (como podem ser a COMJIB, a OISS ou a OEI); e por outro lado, os denominados Programas Ibero-Americanos (ou Programas Cúpula), aprovados pelas máximas autoridades políticas dos países participantes nas sucessivas Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo. Neste último caso, trata-se dos programas 6.1 a 6.6, 6.9, 6.11 a 6.13, 6.15 a 6.18, 6.20 a 6.22, 6.24, 6,26 e 6.27 da Tabela IV.1. A distinção é importante porque ambos os tipos de programas se regem por instrumentos jurídicos e procedimentos orgânicos e operacionais diferentes.

8. Programa 2.1 da Tabela IV.1.

9. Programa 6.23 da Tabela IV.1.

Esquema IV.3. Processo de criação e caracterização do mecanismo institucional que rege o Programa Mesoamericano de Cooperação (eixo México).



Nota*: Durante os biénios 1998-2000 e 2001-2002 adotaram-se Programas de Cooperação Regional México-América-Central; a partir do biénio 2003-2004 e até ao que está em vigor 2013-2014, a denominação muda para Programa Mesoamericano de Cooperação.

Fonte: SEGIB a partir de Agencias y Direcciones Generales de Cooperação, Cairo y Rocha (2007) y documentos oficiales emanados de las distintas Cúpulas de Tuxtla.

a Secretaria-Geral do SICA (SG-SICA) (2000); o *Quadro de Referência para a Execução e Administração do Programa Mesoamericano de Cooperação* (2005); e o *Protocolo para a Execução e Administração do Programa* (2011).

Tal como sugere o mesmo esquema:

a) O *Mecanismo de Diálogo e Concertação de Tuxtla* foi acordado pelos Chefes de Estado da região no ano 1996. A sua entrada em vigor fixou o quadro para aprovar, de dois em dois anos, um Programa Mesoamericano de Cooperação.[10] Através desse Mecanismo estabeleceram-se as linhas gerais e o Plano de Ação ao qual cada Programa devia responder. Estabeleceu-se também que cada um dos Programas devia incluir as preocupações dos países, expressas primeiro nas reuniões setoriais das diferentes instituições públicas e submetidas, posteriormente, a níveis hierarquicamente superiores através da Subcomissão de Cooperação Regional, da Comissão de Alto Nível e da Reunião de Ministros das Relações Exteriores, até chegar à Cúpula de Chefes de Estado.

b) Os restantes instrumentos (Memo, Quadro de Referência e Protocolo de Execução), foram também aprovados em sucessivas Cúpulas de Chefes de Estado (Tuxtla, 2000; Tegucigalpa, 2005; Cartagena, 2010), mas não necessariamente assinados por eles (por exemplo, o Memo foi subscrito pelas Secretarias Técnicas e pela Secretaria-Geral, respetivamente, da Comissão Mexicana para a Cooperação com a América Central e do SICA). Os seus objetivos de regulação foram, além disso, muito mais operacionais, afetando questões como a coordenação, a gestão, a administração, o acompanhamento e a avaliação dos projetos, assim como a repartição de corresponsabilidades entre os participantes.

Os Programas Ibero-Americanos, cujos mecanismos institucionais se ajustaram, fundamentalmente, aos seguintes

10. Tal como sugere a nota do Esquema IV.3, desde o primeiro *Programa de Cooperação Regional México-América-Central 1998-2000* até ao programa em vigor *Programa Mesoamericano de Cooperação 2013-2104*, sucederam-se um total de 8 programas bienais.

instrumentos seguiram um padrão semelhante: a *Convenção de Bariloche* impulsionada pelos Chefes de Estado e de Governo na Cúpula com o mesmo nome que teve lugar no ano 1995; o *Manual Operacional da Cooperação Ibero-Americana* (cuja última versão foi debatida pelos Responsáveis de Cooperação e aprovada pelos Presidentes na Cúpula de Mar del Plata, em 2010); um *Documento de Formula*ção e um *Regulamento* específico para cada Programa (dependendo do ano de aprovação do Programa em questão). Neste sentido:

a) A Convenção de Bariloche, nascida precisamente para responder à "*necessidade de que houvesse um enquadramento institucional que regulasse as rela*ções *(de cooperação) dentro das Cúpulas da Conferência Ibero-Americana"* (Convenção, 1995; p.1), estabeleceu as condições e requisitos gerais para impulsionar um Programa de Cooperação.

b) Os restantes instrumentos regularam aspetos mais operacionais, referentes aos mecanismos de consultas e de decisão dos Programas; à estrutura orgânica; às linhas de ação e modalidades de execução; às regras de administração dos recursos, assim como ao acompanhamento e avaliação da sua execução; e a tudo o que respeita à formalização da sua aprovação e ao seu possível encerramento; isto apenas para nomear alguns.

IV.6.2. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

Por seu lado e para que, a partir do pautado pelos mecanismos institucionais, a Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional consiga efetivamente ser operacional, é necessário que os programas e projetos em questão se dotem de órgãos **de administração e gestão**. Trata-se de agentes funcionais, indispensáveis quer para a tomada de decisões, quer para a própria execução da cooperação. Para o ilustrar, os seguintes exemplos são suficientes:

a) O Programa Mesoamericano (eixo México) organiza-se em torno a uma Comissão Executiva, integrada pelos denominados Comissariados Presidenciais, designados por cada país. A sua principal função é a de coordenar e fazer o acompanhamento dos projetos e das ações promovidas.

b) Na altura de poder executar a cooperação aprovada no Programa Mercosul-AECID, pode-se designar e/ou contratar uma Unidade de Gestão, responsável pelos aspetos operacionais. Na Reunião Ministerial especializada associada a cada projeto,[11] também se pode constituir um Comité Técnico-Político que garanta o seu acompanhamento.

c) Finalmente, o *Manual Operacional da Cooperação Ibero-Americana* obriga a que cada Programa se estruture, obrigatoriamente, à volta dos seguintes órgãos: um de decisão, denominado Comité Intergovernamental (CI) e integrado pelos representantes governamentais designados pelos países que aderiram ao referido Programa; e outro executor, a Unidade/Secretaria Técnica, formado por pessoal contratado por decisão do CI. Entre as principais funções do Comité Intergovernamental destacam-se debater e aprovar as linhas estratégicas do Programa, o Plano Operacional e o Orçamento Anual; decidir a localização da sede da Unidade Técnica; e orientar as relações com outros organismos e parceiros. Entretanto, a UT responsabiliza-se por aspetos mais funcionais, como podem ser a coordenação do dia-a-dia do Programa, a preparação de relatórios que facilitem ao CI a tomada de decisões, assim como a administração de recursos, só para nomear alguns.

A estrutura orgânica de um Programa Ibero-Americano pode não terminar aqui, porque o mesmo Manual permite que cada Comité Intergovernamental decida sobre a possibilidade de contar também com um Comité Executivo (formado por 3 a 5 membros do CI) e com um Presidente ou Secretário Executivo, cargo este que é rotativo e eleito de novo pelo CI de entre os seus membros. Entre as suas funções estão as de convocar e dirigir as reuniões do Comité Intergovernamental, assim como de acompanhar e apoiar técnica e logisticamente a UT (SEGIB, 2010).

IV.6.3. REGULANDO PROCESSOS

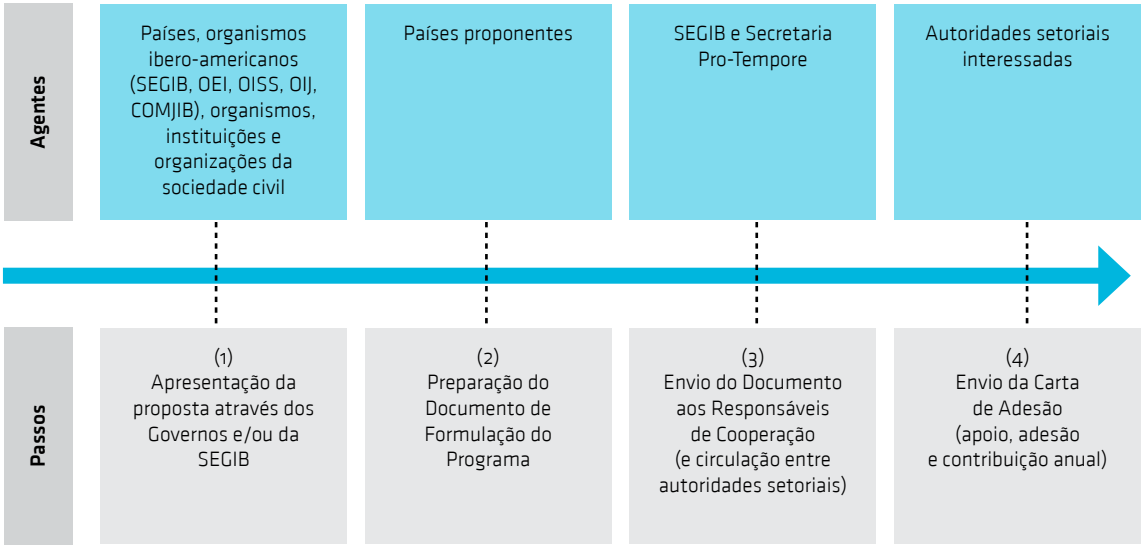
Tal como já se referiu, os mecanismos institucionais regem aspetos muito variados das relações e dos procedimentos operacionais da Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. A seguir, apresentam-se algumas questões relacionadas com a forma como se regulam algumas das fases de gestão dos programas e projetos de cooperação executados nesta modalidade.

a) Relativamente aos **processos de solicitação, aprovação e formalização da cooperação**. Em geral, podemos afirmar que a identificação do problema assim como a solicitação de resposta através de um programa ou de um projeto de CHSS Regional, tende a recair nas instituições setoriais dos países participantes. Além disso, a maioria das vezes estas fazem-no organizadas em fóruns ou em reuniões ministeriais (caso das três experiências de referência - Programas Ibero-Americanos, Mesoamericano (eixo México) e Mercosul-Aecid), ou através de Conselhos e Comissões (procedimento muito comum na América Central). Nalgumas ocasiões acrescentam-se ao pedido os organismos de caráter regional (caso dos ibero-americanos, por exemplo); e, menos vezes, trata-se de um processo liderado por um organismo (OIEA e CINTEFOR nos programas ARCAL e de Formação Profissional para a América Latina) e/ou por um país (papel do Brasil através do SENAI, no mesmo CINTEFOR).

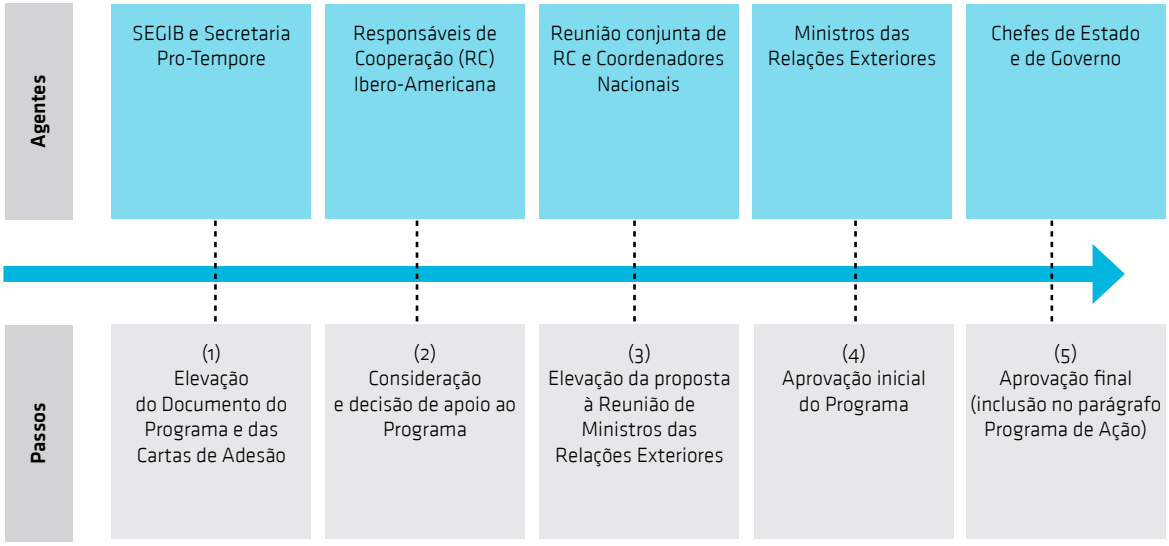
11. Mais à frente, no Quadro IV.2, detalha-se o papel destas Reuniões Ministeriais nos projetos que se realizam no Programa Mercosul-Aecid.

Esquema IV.4. Mecanismo de aprovação e formalização de um Programa Ibero-Americano.

IV.4.A. PASSOS PRÉVIOS À CÚPULA IBERO-AMERICANA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO



IV.4.B. PASSOS DURANTE A CÚPULA IBERO-AMERICANO DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO



Fonte: SEGIB a partir da Convenção de Bariloche (1995) e do Manual Operacional da Cooperação Ibero-Americana (2010).

Aprovada a solicitação, o processo de formalização tende a recair nas altas instâncias políticas, quer em instituições setoriais (a maior parte dos programas centro-americanos costumam ser assinados, por exemplo, pelos conselhos e comissões nos quais os setores se organizam) quer nos próprios Chefes de Estado e de Governo (onde se destacam os casos emblemáticos dos Programas Cúpula Ibero-Americanos e os da Mesoamerica – eixo México). Por vezes, os signatários são também as Agências de Cooperação diretamente envolvidas (como sucede com a espanhola e o Programa Mercosul-Aecid e com a APC colombiana no Programa Mesoamericano – neste caso no eixo Colômbia).

Em qualquer caso, o Esquema IV.4 ilustra um ciclo completo de solicitação, aprovação e formalização de um Programa de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional, tal como os Ibero-Americanos e tal como estabelece a Convenção de Bariloche e o Manual Operacional. O Esquema mostra, de forma separada, os passos que antecedem a realização da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo (espaço natural de aprovação e formalização) e os que ocorrem durante a mesma. Para cada um dos passos seguidos indica-se, além disso, que agentes estão diretamente envolvidos (organismos ibero-americanos, representantes dos Governos e máximas autoridades políticas). Em síntese, antes da Cúpula, os países identificam e apresentam a sua proposta, a avaliam e manifestam a sua adesão; durante a Cúpula, a SEGIB e a Secretaria Pro-Tempore submetem o Documento do Programa e as Cartas de Adesão às sucessivas instâncias (Responsáveis de Cooperação Ibero-Americana, Ministros das Relações Exteriores e Chefes de Estado e de Governo). Ultrapassados todos os trâmites, é aprovado, assinado e incluído num parágrafo do Plano de Ação dessa Cúpula.

b) A **implementação** é certamente a fase do programa e/ou do projeto de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional na qual participam mais direta e ativamente os representantes setoriais dos países, ou, pelo menos, aquela na qual tendem a fazê-lo sozinhos. São pois menos comuns ou representativas as ocasiões em que o organismo regional acompanha os países, quer supervisionando (caso da OMS/OPS nalguns dos programas centro-americanos) quer prestando assistência técnica (COMJIB, OEI e OISS nos programas que se promovem sob a sua competência).

c) Por seu lado, e no que se refere ao **processo de acompanhamento e avaliação** da cooperação implementada na modalidade Sul-Sul Regional, as fórmulas são muito variadas, mas, ao contrário do que acontecia na fase de execução, os países tendem a perder protagonismo face aos organismos regionais e inclusivamente internacionais. Neste sentido, por exemplo, o acompanhamento e a avaliação dos Programas (Cúpula) Ibero-Americanos recai na SEGIB; o de outros programas relacionados com a Conferência Ibero-Americana mas que não são Programas Cúpula, em organismos como a COMJIB e a OEI; o da Iniciativa Amazónica contra a Malária, na OPS juntamente com a USAID; e do Programa ARCAL é avaliado pela própria OIEA. No entanto, uma outra fórmula habitual é a de estabelecer mecanismos de consulta no interior dos programas e projetos, como sucede nos casos do Programa Mercosul-Aecid (um quadro no qual os setores, através das Reuniões Ministeriais, as Unidades de Gestão e a própria AECID, acompanham periodicamente os projetos) e do Programa Mesoamericano (no qual um órgão da própria estrutura, a Comissão Executiva, é responsável pelo acompanhamento e avaliação).

Em qualquer caso e para oferecer uma visão de síntese do modo como podem estar regulamentadas todas as fases do processo, elaborou-se o Quadro IV.2. Este quadro apresenta uma experiência concreta: a dos projetos promovidos pelo Programa Mercosul-AECID. Neste sentido, reveem-se, em termos gerais, as regras seguidas por qualquer projeto desde que é solicitado e aprovado até que é executado e inclusivamente avaliado. A seguir, a mesma explicação reproduz-se para dois projetos específicos: o dedicado ao Fortalecimento da Institucionalidade e da Perspetiva de Género no Mercosul; e o promovido para Estabelecer um Sistema de Informação Ambiental neste mesmo organismo. A sua leitura ilustra os agentes e as suas funções em cada uma das fases do ciclo de um projeto de CHSS Regional.

IV.6.4. SOBRE O FINANCIAMENTO

Através dos diferentes mecanismos institucionais estabelecem-se também as regras a partir das quais se financiam os diferentes programas e projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. As normas afetam aspetos bem diversos, mas destacam-se as que se relacionam: por um lado, com as fontes a partir das quais se alimentarão os orçamentos; e, por outro, com a designação de quem serão os decisores e administradores dos fundos resultantes.

O Esquema IV.5 mostra quais tendem a ser as três principais fórmulas de financiamento da Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional:

a) O estabelecimento de contributos ou de quotas (em geral assumidas pelas instituições setoriais dos países participantes no programa ou projeto em questão).

b) A receção de outros contributos, desta vez procedentes de organismos regionais e internacionais, assim como de países parceiros ou doadores (não ibero-americanos).

c) A constituição de um Fundo de Cooperação Regional.

Há vários exemplos que ilustram estas possíveis variantes, mas a maioria dos programas e projetos alimentam-se de financiamento combinando várias dessas fórmulas. Assim:

a) Os programas e projetos promovidos nas sub-regiões andina e centro-americana, costumam acrescentar, aos contributos realizados pelos países através das suas instituições setoriais e/ou dos conselhos e comités que

QUADRO IV.2.

Aprovação e gestão dos projetos do Programa de Cooperação MERCOSUL-AECID: uma ilustração

NO ANO 2008, O MERCOSUL e a Agência Espanhola de Cooperação para o Desenvolvimento (AECID) subscreveram um Memorando de Entendimento (MEMO) para regular as relações de cooperação que se tinham vindo a estabelecer entre ambas as instituições desde há algum tempo. Surgia assim um Programa de Cooperação com o apoio financeiro espanhol, destinado a promover projetos que favorecessem o fortalecimento das instituições do MERCOSUL, o desenvolvimento regional e uma maior coesão social entre os seus Estados membros. Além disso, e conforme as prioridades setoriais de cada uma das partes, o Programa contemplou 6 linhas de trabalho: Fortalecimento Institucional; Género; Ambiente; Integração Produtiva; Desenvolvimento Local, Rural e Fronteiriço; e Saúde.

O Memorando de Entendimento rege a gestão e a execução de cada um dos projetos a realizar sob a égide deste Programa. Neste sentido, estabelecem-se os processos a seguir para cada uma das fases do projeto e designa-se que tipo de agentes e/ou órgãos participam em cada um dos passos a dar. A observação do gráfico reproduzido neste quadro, de facto sugere que:

- A identificação das necessidades a enfrentar deve resultar das consultas nacionais realizadas pelos grupos de trabalho, assim como das reuniões especializadas que se realizem no quadro do MERCOSUL; grupos e reuniões nos quais participam as instituições setoriais nacionais dos diferentes países membros.
- A proposta do perfil do projeto que surge nestas instâncias submete-se a uma dupla avaliação e aprovação: no MERCOSUL, primeiro com o Grupo de Cooperação Internacional (GCI, até 2012 denominado Comité de Cooperação Técnica) e depois com o Grupo do Mercado Comum (GMC) (órgão executivo deste organismo regional integrado pelos Ministérios das Relações Exteriores); e a seguir com a Espanha, para que a AECID valide e autorize o desembolso dos fundos comprometidos.
- Depois da aprovação por ambas as partes, o desenvolvimento das atividades a realizar no projeto deve responder ao Plano Operacional (Anual e Geral) negociado, formulado e acordado entre o Mercosul e a AECID. Também se estabelece um mecanismo de consultas periódicas entre ambas as instituições que afeta todos os aspetos relativos à execução do projeto e, muito especialmente, às atividades de Acompanhamento e Avaliação.
- Finalmente, e embora cada projeto possa responder à modalidade decidida em cada caso, a sua execução pode também passar pela designação e/ou contratação de uma unidade responsável pela gestão do projeto.

Para ilustrar o procedimento, apresentam-se a seguir duas experiências relativas a projetos executados nesse quadro, no ano 2012: o primeiro relativo à linha de Género e o segundo, à de Ambiente.

Caso 1. Projeto para o Fortalecimento da Institucionalidade e da Perspetiva de Género no MERCOSUR

- A Reunião de Altas Autoridades e Ministras do MERCOSUL (RMAAM) (antes Reunião Especializada da Mulher – REM), constituída por representantes dos mecanismos da mulher e/ou pelos Ministérios das Relações Exteriores de cada um dos Estados Membros, consultou os países sobre as necessidades de trabalho prioritárias a nível regional. Orientada, por sua vez, pelos debates realizados pelos Grupos de Trabalho (GT) que integram a violência de género, o tráfico, e a participação política da mulher, a RMAAM elaborou uma proposta inicial do perfil do projeto.
- A proposta foi apresentada ao Grupo de Cooperação Internacional do MERCOSUL (GCI) e aprovada pelo Grupo de Mercado Comum (GMC). Posteriormente, a mesma proposta foi entregue à AECID, que, por sua vez, a passou a avaliar e aprovar, e, a seguir, a disponibilizar os fundos.
- Para o desenvolvimento do projeto, a RMAAM constituiu no seu seio um Comité Político-Técnico para garantir o seu acompanhamento. Paralelamente, contratou-se uma Unidade de Gestão para realizar a coordenação da implementação e execução do projeto.
- Participam no acompanhamento, a Unidade de Gestão do projeto e a RMAAM (representadas por uma coordenadora geral e por uma assistente administrativa) e a própria AECID. Os ajustes que se devam realizar, tendo em conta os resultados obtidos nesse acompanhamento, passam a depender das decisões que a AECID e o GMC tomarem nas reuniões que tendem a realizar-se com caráter semestral.
- Finalmente, no final do projeto faz-se uma avaliação externa.

Caso 2. Estabelecimento de um Sistema de Informação Ambiental no MERCOSUL

- O Subgrupo de Trabalho número 6 de Ambiente (SGT-6), constituído por representantes dos Ministérios e organismos governamentais de Ambiente de todos os Estados membros, identificaram para cada um dos seus países quais as necessidades de trabalho prioritárias a nível regional.
- Depois desse exercício de identificação, o SGT-6 elaborou uma proposta inicial do perfil do projeto que, a posteriori, apresentou ao Grupo de Cooperação In-

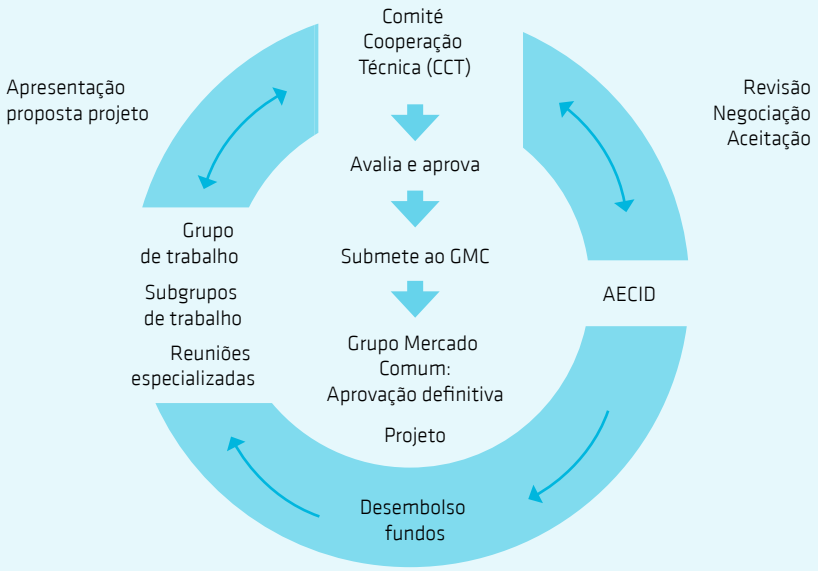
ternacional para aprovação inicial e, com o objetivo de conseguir a sua aprovação definitiva, ao do Grupo do Mercado Comum formado em torno dos Ministros das Relações Exteriores.

- Paralelamente, a AECID analisou e aprovou a proposta, e disponibilizou os fundos.
- A gestão do projeto recaiu na unidade de pessoal técnico e administrativo contratada para esse efeito.
- A Unidade de Gestão do projeto, juntamente com o SGT-6 e a AECID, realizaram o acompanhamento e a avaliação periódica do projeto. Para tomar decisões conforme as conclusões que se vão obtendo, a AECID mantém reuniões de coordenação semestrais com o Grupo de Cooperação Internacional (GCI).
- De novo, ao terminar o projeto, faz-se uma avaliação externa. ■

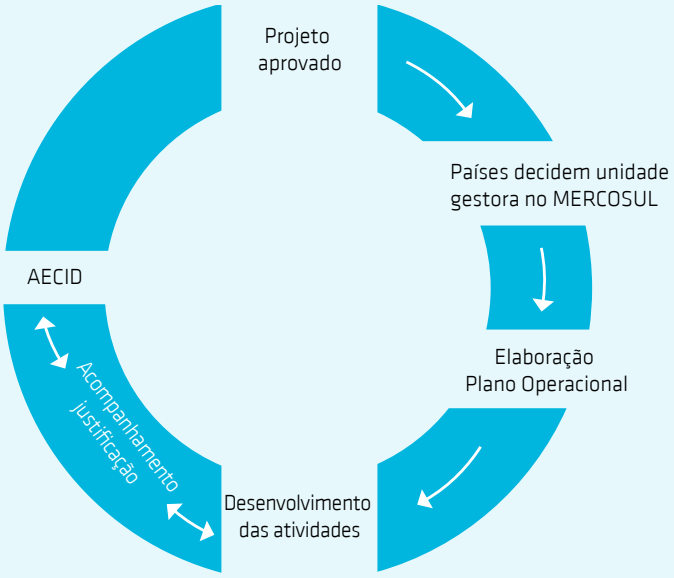
Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação e da AECID (2010).

Processo de aprovação e gestão dos rojetos do Programa MERCOSUL-AECID

1. CICLO DE APROVAÇÃO DOS PROJETOS

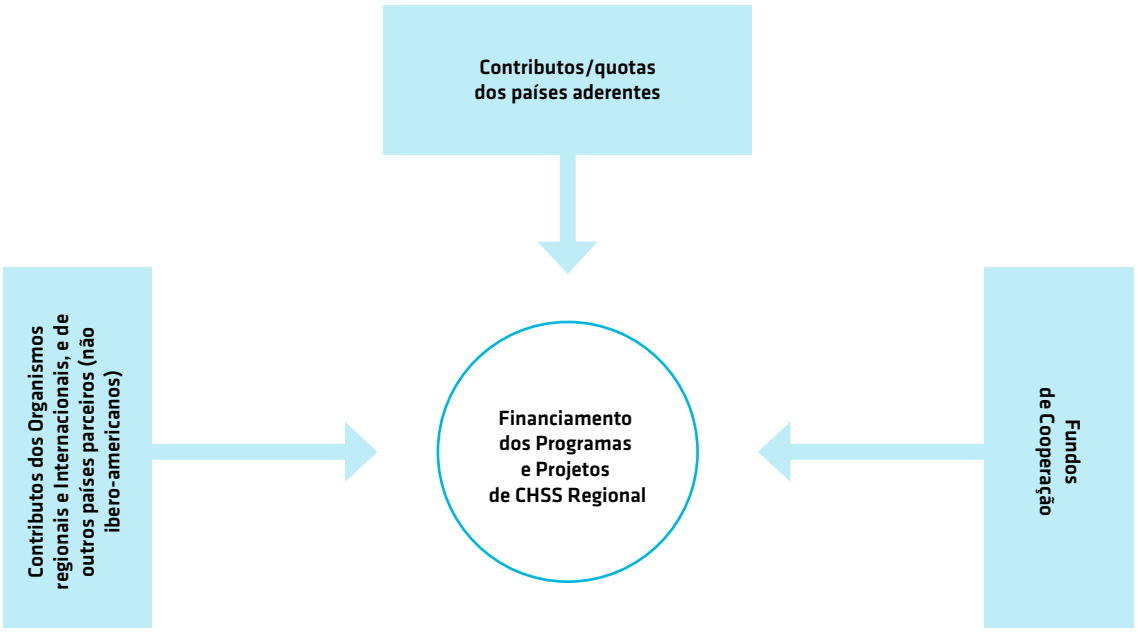


2. CICLO DE GESTÃO DOS PROJETOS



Fonte: Reprodução da AECID (2010).

Esquema IV.5. Principais fontes de financiamento da Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

as agrupam, as contribuições procedentes de outros países ou organismos, como podem ser a Agência Suíça, a OMS/OPS e a União Europeia.

b) Os Programas Mesoamericanos (tanto o eixo México como o eixo Colômbia) financiam-se, principalmente, através dos Fundos de Cooperação constituídos pelas Agências mexicana e colombiana (em concreto e respetivamente, a partir do Fundo da AMEXCID e do Fundo de Cooperação e Assistência Internacional da Colômbia - FOCAI). No entanto, o financiamento dos projetos promovidos neste quadro, pode também contar com contribuições em espécie, logísticas e/ou técnicas, de outros países participantes.

c) Igualmente, o Programa ARCAL para a América Latina recorre também à constituição de um Fundo de Cooperação Regional alimentado simultaneamente pelos contributos dos países da região e pelos atribuídos pela própria OIEA.

d) Entretanto, o Manual Operacional da Cooperação Ibero-Americana estabelece, para os Programas Cúpula, a possibilidade de se financiarem com contribuições dos países (financeiras ou em espécie com possível valorização); contribuições voluntárias dos próprios países membros (recurso habitualmente usado pela cooperação espanhola através da constituição de fundos voluntários); e financiamento da Cooperação Internacional ou de outras fontes. No caso maioritariamente dos programas de cooperação financeira não reembolsável (como o Ibermedia e o Ibercena),[12] o Manual recomenda a constituição de um Fundo com quotas diferenciadas segundo a capacidade financeira de cada país.

Finalmente, devemos mencionar que a tomada de decisões a respeito da execução orçamental e da atribuição de recursos, assim como a sua consequente administração, tende a recair nos órgãos que, no interior dos programas e projetos de cooperação, são responsáveis pelas funções de decisão e de gestão, respetivamente. A título de ilustração, no Programa Mercosul-Aecid, as decisões tomam-se nos órgãos de consulta estabelecidos entre ambas as instituições, enquanto que a administração do dinheiro é da responsabilidade da Unidade de Gestão. De forma análoga e tal como já se mencionou, nos Programas Ibero-Americanos, o Comité Intergovernamental decide como se atribuem os fundos e assume a aprovação do orçamento, e a Unidade Técnica procede à administração dos recursos.

12. Os Programas Ibero-Americanos podem ser divididos em dois grandes grupos: os que apenas realizam atividades de cooperação técnica; e os que, além disso, podem realizar convocatórias de ajudas a projetos e/ou sufragar parte de alguns planos nacionais (SEGIB, 2010).

5

A IBERO-AMÉRICA NA AJUDA PÚBLICA AO ESENVOLVIMENTO (APD)

V.1. A CRISE ECONÓMICA E A ANÁLISE DA AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO (APD)

DESDE O INÍCIO DO século XXI, a análise da cooperação e do seu principal instrumento financeiro, a Ajuda Pública ao Desenvolvimento ou APD, centrou-se em três grandes questões:

a) Na possibilidade de que essa ajuda contribuísse para alcançar, no ano 2015, os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) acordados no seio das Nações Unidas em 2000;

b) No grau de cumprimento dos compromissos de financiamento assumidos pela comunidade internacional para com esses ODM, entre as Cúpulas de Monterrey (2002) e Doha (2008);

c) Na opções de melhorar a qualidade e a eficácia da Ajuda, debate ao qual se dedicaram especialmente os Eventos de Alto Nível celebrados entre Roma (2003) e Busan (2011).

A preocupação por estas questões continua em vigor, mas, a partir de 2008, um novo fator surgiu na análise sobre os fluxos da Ajuda Pública ao Desenvolvimento: o possível impacto de uma crise financeira e económica mundial, de particular gravidade para os países doadores. A principal preocupação reside, tal como seria de esperar, em como esta crise afeta a APD. Por exemplo, o Banco Mundial promoveu um estudo[1] para identificar o padrão do comportamento histórico dos fluxos da Ajuda Pública ao Desenvolvimento em contextos posteriores a uma crise financeira global, para, conforme esse estudo, fazer as suas previsões para o atual cenário. Assim, e fazendo uma análise econométrica do impacto das crises das décadas de 80 e de 90 em 24 doadores para o período 1977-2007, o estudo conclui que, após uma crise financeira global e numa estimativa de médio prazo, a APD desses doadores pode chegar a reduzir-se em proporções equivalentes a uma quinta ou a uma quarta parte do seu valor pré-crise.[2]

O estudo assinalou os ajustes fiscais com os quais os doadores costumam responder a este tipo de crises como o principal canal de transmissão entre a crise e a redução da APD. Igualmente, situou o ajuste como causa explicativa do prolongamento do estancamento da Ajuda no tempo. Por outro lado, e projetando os resultados a partir da situação atual, o Banco Mundial expressou especial preocupação pelo que possa acontecer com a APD de alguns dos doadores que em 2008 ocupavam os primeiros lugares do ranking mundial, entre eles, os Estados Unidos, o Reino Unido e a Espanha, que ocupavam o primeiro, o terceiro e o sétimo lugares, respetivamente.

No entanto, as preocupações sobre o impacto da crise na APD mundial não se refletem apenas na sua possível redução (RACI, 2012). Desde o início desta última crise também se passou a centrar a atenção noutros aspetos, como podem ser as possíveis revisões dos compromissos já adquiridos ou as modificações nas prioridades estratégicas, setoriais e geográficas, de alguns doadores, fator esse que, tal como se verá, pode chegar a alterar substancialmente as estruturas dos doadores e dos recetores da Ajuda Pública ao Desenvolvimento.

Tendo em conta este cenário, o presente capítulo centra a sua análise na Ajuda Pública ao Desenvolvimento na qual a Ibero-América participou no período 2000-2012 (último para o qual há dados disponíveis), dando especial atenção às mudanças e inflexões registadas a partir de 2008. A análise realizou-se a partir de uma dupla perspetiva: a dos fluxos de APD mundiais que se destinaram à região; e a das trocas de Ajuda registadas no interior da própria Ibero-América e particularmente a partir de Espanha, Portugal e Andorra para os seus outros parceiros. Para concluir o capítulo, acrescenta-se uma secção dedicada à APD participada por outra subregião de especial interesse como é a integrada pelo Haiti e pelo resto do Caribe não ibero-americano.

Finalmente, devemos assinalar que o presente capítulo se elabora a partir de duas fontes de dados principais: as estatísticas do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos (OCDE) (http://stats.oecd.org/); e as declarações realizadas pelas Agências e Direções de Cooperação dos países ibero-americanos.

1. A referência bibliográfica é Dang, Knack e Rogers (2010).

2. Mais especificamente, o estudo assina que, cinco anos depois de uma crise bancária, o país doador atingido pela crise tende a reduzir a sua APD em 17% e que, passados uns 10-11 anos, essa redução alcança 24% (Dang, Knack e Rogers, 2010).

V.2. A IBERO-AMÉRICA E A AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO (APD) MUNDIAL

A PRESENTE SECÇÃO analisa o que aconteceu com a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) mundial que, entre os anos 2000 e 2012, teve por destino os países ibero-americanos que ainda se classificam como recetores (de momento, os dezanove que pertencem por sua vez à América Latina).[3] Em concreto, analisa a evolução dessa APD e contrasta o seu comportamento com o dos fluxos mundiais destinados ao conjunto dos países em desenvolvimento. Posteriormente, identifica os principais doadores e recetores da região, refere as alterações sofridas pelas suas respetivas estruturas entre os anos 2000, 2008 e 2012 e interpreta esses resultados.

V.2.1. A EVOLUÇÃO DA AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO (2000-2012)

A linha inferior do Gráfico VI.1.A apresenta a evolução da Ajuda Pública ao Desenvolvimento que todos os doadores destinaram à Ibero-América entre os anos 2000 e 2012. Tal como a sua observação sugere, nessa etapa a APD destinada à região praticamente duplicou: dos 3.237 milhões de dólares da primeira data até aos 6.215 milhões da segunda. No entanto, por períodos, e tomando como referência as possíveis consequências da crise iniciada em 2008, identifica-se uma mudança de tendência: de uma notável taxa de aumento médio de 9,4% entre 2000 e 2008, para outra, significativamente menor, de 2,8%, obtida entre 2009 e 2012. Contudo, esta segunda taxa de crescimento, esconde resultados muito díspares: assim, em 2009, 2010 e 2012, a APD mundial à Ibero-América registou quedas cada vez mais intensas, de 1,8%, 3,6% e 13,1%, respetivamente; todavia, essa tendência negativa (de acordo com os tempos de crise) viu-se compensada pelo enorme e anómalo crescimento de 29,9%, registado em 2011. O último dado explica porque é que, contra qualquer prognóstico, a APD de 2011 alcançou um máximo histórico de 7.152 milhões de dólares e porque é que a de 2012 registou o segundo melhor valor do período, ainda superior aos 6.200 milhões.

Por seu lado, a APD mundial destinada a todos os países em desenvolvimento (linha superior do mesmo Gráfico V.1.A), mostra com mais intensidade a mudança de tendência provocada pela crise: de uma taxa de crescimento médio superior a 13,0% na etapa 2000-2008 para uma taxa ainda positiva mas menor, de 1,8%, para o período 2009-2012. De novo, este segundo registo esconde dinâmicas díspares que sugerem que o impacto da crise não se fez notar de forma imediata mas só algum tempo depois. Neste sentido, esse 1,8% de média combinou: um primeiro registo de leve queda (-0,6% em 2009), dois de aumento (3,6% e 7,1% em 2010 e 2011) e outro de notável diminuição (um negativo 5,7%, correspondente a 2012). Tudo isto explica que a APD mundial aos países em desenvolvimento passasse de cerca de 50.000 milhões de dólares do ano 2000 para o máximo histórico de mais de 141.000 milhões de dólares em 2011, para se reduzir de novo para 133.039 milhões no ano 2012.

Fruto destas diferentes dinâmicas, o Gráfico V.1.B sugere uma progressiva perda de participação relativa da região ibero-americana como recetora da APD mundial. Assim, entre os anos 2000 e 2008 a Ajuda Pública ao Desenvolvimento mundial destinada à Ibero-América representou, em média, 5,9% da destinada ao conjunto dos países em desenvolvimento. Durante a etapa seguinte, 2009-2012, essa participação reduziu-se para 4,6%. No entanto, as irregularidades registadas no crescimento anual de ambas as ajudas durante o segundo período, explicam que os valores mais baixos (de 4,2%) correspondam aos anos 2007 e 2010 e que, nos dois últimos anos, o peso da Ibero-América se recuperasse para os atuais 4,7%.

V.2.2. ACERCA DOS DOADORES

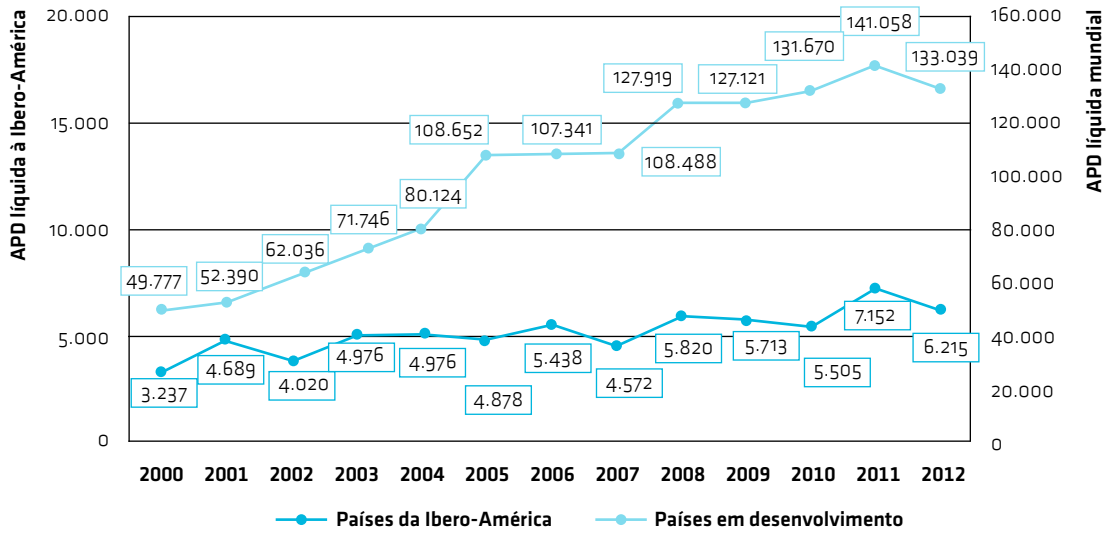
O Gráfico V.2 desagrega, por doadores, os 6.215 milhões de dólares da Ajuda Pública ao Desenvolvimento recebidos pela Ibero-América em 2012. Da sua observação podemos destacar, em primeiro lugar, os valores correspondentes aos dois principais doadores bilaterais, França e Estados Unidos, os quais com 1.268 e 1.245 milhões de dólares, respetivamente, explicaram mais de 40% do valor da APD final. A uma distância significativa (de uns 500 milhões de dólares), situou-se o terceiro doador, neste caso multilateral (as Instituições da União Europeia), o qual dedicou à região 12% do total (um pouco menos de 750 milhões de dólares). A Alemanha foi o quarto doador total (e o terceiro bilateral), ao dedicar à Ibero-América uma valor de APD que praticamente alcançou os 600 milhões de dólares, equivalentes a quase 10% do valor global. A seguir, destacou-se outro multilateral (o Banco Interamericano de Desenvolvimento), o qual desembolsou algo mais de 500 milhões de dólares. Finalmente, o resto da Ajuda Pública ao Desenvolvimento teve origem na Noruega, em Espanha e no Canadá, os quais dedicaram à região, respetivamente, 312, 201 e 191 milhões de dólares (no conjunto, os últimos 11,3%).

3. A partir de 2013, o Chile e o Uruguai consideram-se Países de Rendimento Elevado (PRE). Fruto desta mudança, é muito provável que, a partir da altura em que o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) começa a publicar os seus dados de APD em 2014, o Chile e o Uruguai não apareçam na lista dos países recetores ou o façam noutra rubrica.

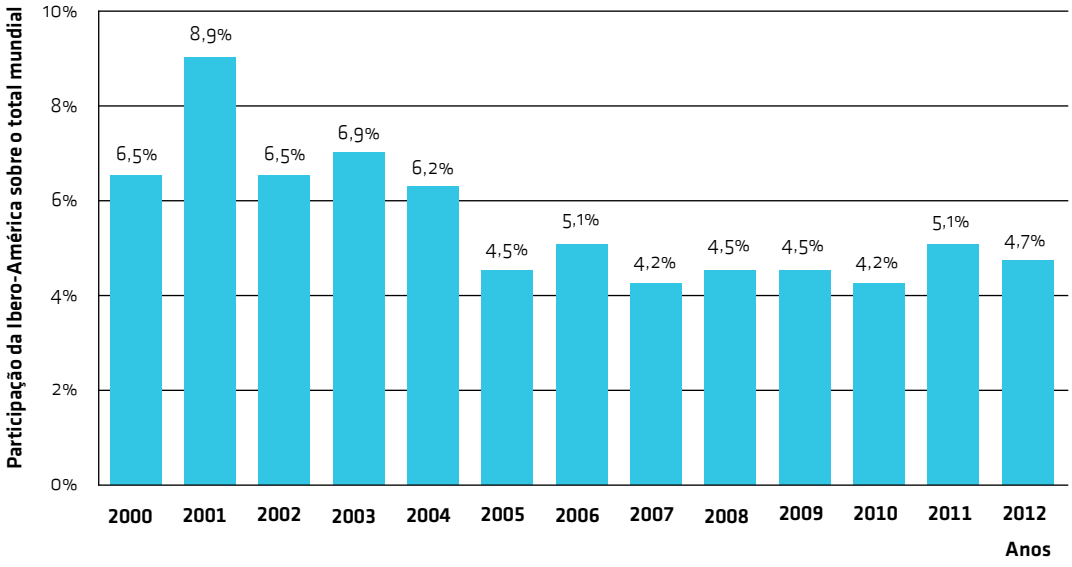
Gráfico V.1. Total da APD líquida destinada à Ibero-América e aos países em desenvolvimento. 2000-2012.

APD em milhões de dólares, a preços correntes; participação, em percentagem.

V.1.A. COMPARAÇÃO TENDÊNCIAS



V.1.B. PARTICIPAÇÃO DA IBERO-AMÉRICA NA A APD MUNDIAL

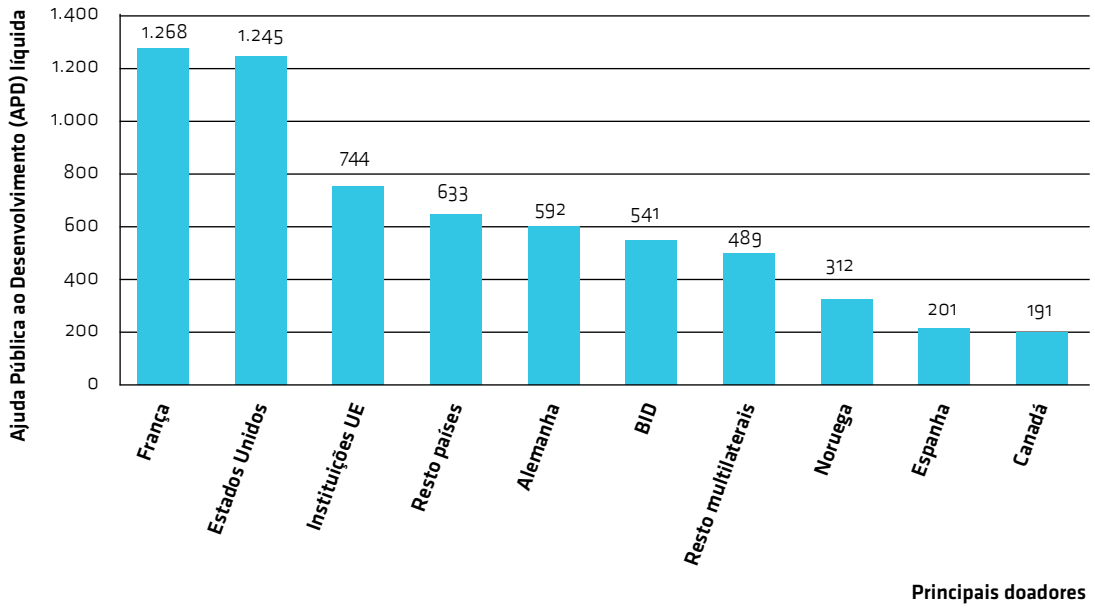


Nota: Apenas se recolhem os dados da APD para os quais se conhece o destino geográfico.

Fonte: SEGIB a partir das estatísticas do CAD da OCDE (http://stats.oecd.org/).

Gráfico V.2. Total da APD líquida destinada à Ibero-América, conforme os doadores. 2012.

Em milhões de dólares, a preços correntes.



Nota: Apenas se recolhem os dados da APD para os quais se conhece o destino geográfico.

Fuente: SEGIB a partir das estatísticas do CAD da OCDE (http://stats.oecd.org/).

Contudo, os números absolutos não são suficientes para se saber qual a prioridade dada por cada um dos doadores à região ibero-americana. Assim, e para se conhecer melhor o esforço efetivamente realizado por cada um deles elaborou-se o Gráfico V.3, o qual relaciona, para cada doador, o valor da sua APD à Ibero-América (em milhões de dólares) com o que esta quantia representou (em percentagem) relativamente à ajuda global desse mesmo doador a todos os países em desenvolvimento. Assim se observa, por exemplo, como os mais de 1.200 milhões da ajuda que os Estados Unidos dedicaram à região apenas representaram 5% dos mais de 25.000 milhões que mobilizou em 2012; enquanto que para a França, esses mesmos 1.200 milhões representaram um esforço mais de três vezes superior, equivalentes a 16% da sua APD total (cerca de 8.000 milhões). De facto, esse rácio só foi ultrapassado por Espanha, para a qual os seus 200 milhões de 2012 representaram 20% da sua APD desse ano e, dada a sua natureza, pelo BID (quase 40% dos seus recursos tiveram como destino a América Latina). Para os restantes doadores, a sua APD à região oscilou entre 4-5% da UE e do Canadá e 7% e 9% da Alemanha e da Noruega.

Mas, no ano 2012, o que mais se destacou em termos de doadores relacionou-se, sem dúvida, com os nomes dos seus protagonistas: em concreto, com a irrupção da França como principal doador; com o consequente deslocamento dos Estados Unidos; e com a progressiva perda de presença de países como o Japão e a Espanha. Para o ilustrar elaborou-se o Gráfico V.4, que contrasta, para os anos 2000 e 2012, o peso de cada um dos cinco principais doadores à região sobre o total da APD destinada à Ibero-América. A esse respeito, devemos assinalar que:

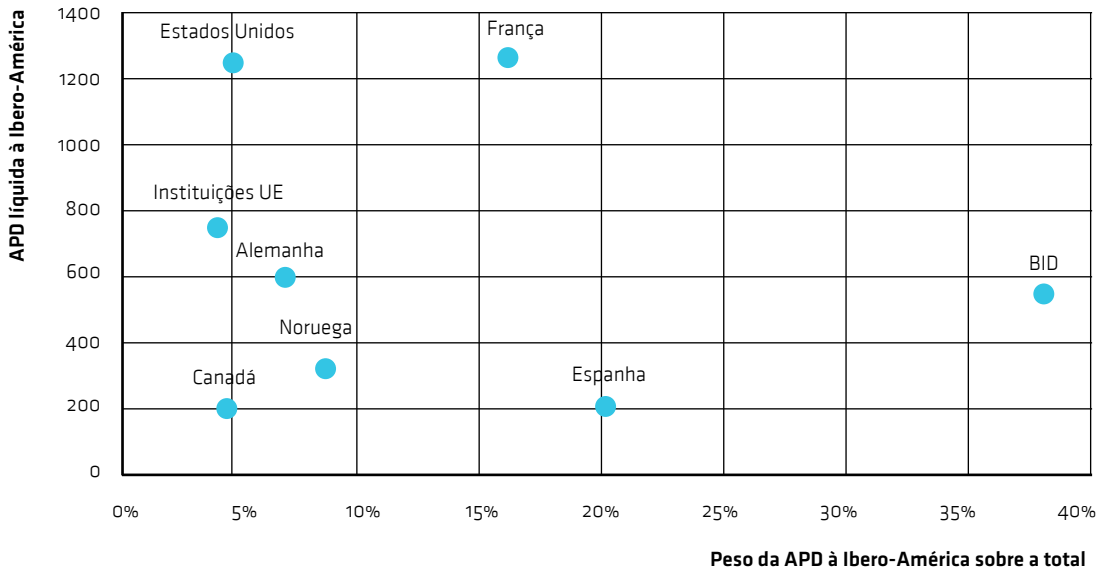
a) Em 2012, a França tornou-se no principal doador de Ajuda Pública ao Desenvolvimento para a Ibero-América, chegando a justificar a quinta parte do total recebido pela região. O salto da França foi exponencial: no ano 2000 este país destinou à Ibero-América uns 83 milhões de dólares; e em 2008 esse valor não tinha sequer duplicado, situando-se nos 156 milhões de dólares; mas, a partir desse ano o valor da APD aumentou para uma média anual de 84,9% até se situar em quase 1.270 milhões de dólares em 2012 (Tabela A.7 do Anexo).

b) Por seu lado, a muito pouca distância, separados por apenas 13 milhões de dólares, encontram-se os Estados Unidos, que desde 2001 lideram a APD à Ibero-América,[4] passando a ocupar o segundo lugar como doador. No entanto, a sua perda de liderança, deve-se não só ao forte incremento da ajuda francesa, mas também a uma

4. Entre os anos 2000 e 2001, os Estados Unidos quase duplicaram a sua APD à região: dos 520 milhões de dólares da primeira data para os 999,8 milhões da segunda (Tabela A.7 do anexo).

Gráfico V.3. Esforço dos principais doadores, conforme a APD líquida destinada à Ibero-América e o peso desta sobre o total da APD que destinaram a todos os países em desenvolvimento. 2012

APD, em milhões de dólares a preços correntes; e participação, em percentagem.

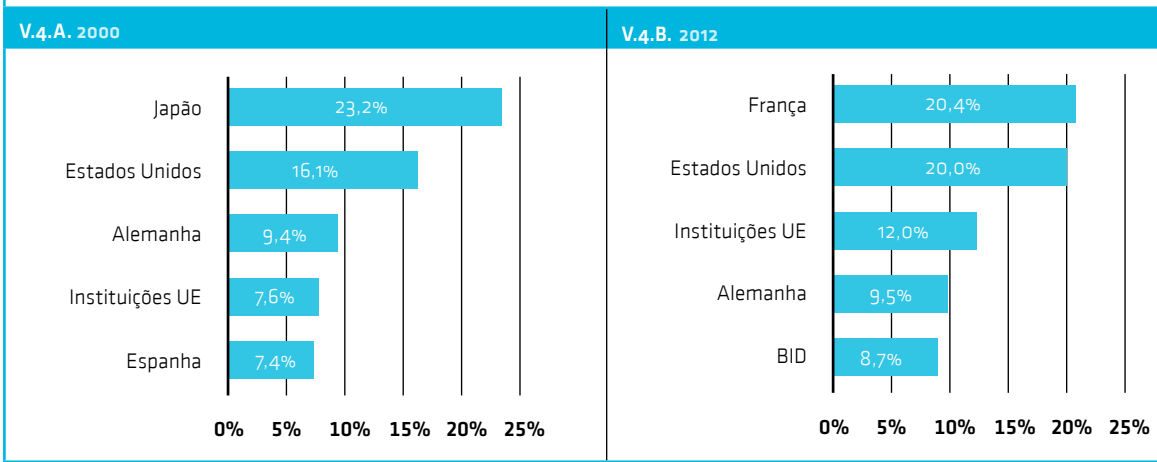


Nota: Apenas se recolhem os dados da APD para os quais se conhece o destino geográfico.

Fonte: SEGIB a partir das estatísticas do CAD da OCDE (http://stats.oecd.org/).

Gráfico V.4. Participação dos principais doadores da APD líquida à Ibero-América. 2000 e 2012.

Participação, em percentagem sobre o total da APD líquida mundial recebida pela região.



Nota: Apenas se recolhem os dados da APD para os quais se conhece o destino geográfico.

Fonte: SEGIB a partir das estatísticas do CAD da OCDE (http://stats.oecd.org/).

certa retirada de fundos à região: dos 1.426 milhões de dólares de 2008 para os 1.245 milhões de 2012 (Tabela A.7).

c) Entretanto, Espanha, o país que entre os anos 2005 e 2010 tinha partilhado a liderança com os Estados Unidos, foi deslocado, como doador bilateral, para o quarto lugar em 2011 e para o quinto em 2012. Neste caso, as dinâmicas registadas nos períodos 2000-2008 e 2009-2012 (crescimento médio anual de 33,2% face a uma queda média também anual de 33,1%, respetivamente), permite entender que o valor da APD do ano 2012 (200,5 milhões de dólares), depois de ter chegado a um máximo histórico de quase 1.200 milhões em 2008, se situasse inclusivamente por debaixo dos 241 milhões do ano 2000.

d) Também, durante todo este período, o Japão passou de ser o principal doador da Ibero-América (tal como mostra o Gráfico V.4.A, em 2000 representava 23,2% da APD à região) para registar participações inclusivamente negativas: de facto, nos anos 2010 e 2012, os seus valores de APD foram de -462 e -209 milhões de dólares, respetivamente. Esses valores sugerem que o Japão passou a receber dos seus recetores (sobretudo do Peru e do México) como devolução ou retorno, mais recursos dos que mobilizou como doador.

e) Finalmente, a Alemanha foi o doador que manteve um fluxo de APD mais estável na região. Isso reflete-se na pouca variação do seu peso relativo registado sobre o total dos fundos mundiais para a Ibero-América: em torno a 9,5-9,8%, tanto no ano 2000 como em 2008 e 2012 (Gráfico V.4 e SEGIB, 2010). Entretanto, as Instituições da União Europeia continuaram a apostar na região e aumentaram a sua participação de 7,6% correspondente ao ano 2000 para 12,0% em 2012.

V.2.3. ACERCA DOS RECETORES

O Gráfico V.5 desagrega de novo os 6.215 milhões da APD mundial destinados à Ibero-América em 2012, mas desta vez a partir da ótica dos recetores. Neste caso, a sua observação certifica que o Brasil se tornou em 2012 no país que mais fundos de ajuda recebeu (1.288 milhões de dólares, equivalentes a uma quinta parte do total recebido pela região). Seguiram-no, a uma distância de mais de 500 milhões de dólares, dois países andinos, a Colômbia e a Bolívia, para os quais os volumes de ajuda recebida oscilaram em torno dos 750 e 650 milhões. Ambos registaram, conjuntamente, cerca de 23% da ajuda finalmente computada. Entretanto, as Honduras e a Nicarágua registaram valores de APD ainda superiores aos 500 milhões de dólares; e o México e o Peru, rondarem os 400 milhões. Os 25% restantes da APD regional ficou distribuída entre 12 países que registaram por sua vez volumes de ajuda díspares: por debaixo dos 100 milhões de dólares situaram-se Cuba, Panamá, Venezuela, Costa Rica e Uruguai; entre os 100 e os 200, os países sul-americanos Argentina, Equador, Chile e Paraguai; e por cima dos 200 mas sem ultrapassar os 300 milhões de dólares, a Guatemala, a R. Dominicana e El Salvador.

No entanto, a importância relativa desses volumes absolutos de fundos para cada um dos países ibero-americanos é diferente quando, para além disso, temos em conta o que representa essa ajuda em termos per capita. Para esse efeito foi elaborado o Gráfico V.6, o qual faz a relação de ambas as variáveis: a APD líquida recebida no eixo vertical; e a APD per capita no horizontal. Da sua observação depreendem-se uma série de possibilidades:

a) Para os dois principais recetores, o Brasil e a Colômbia, os mais de 1.200 e 750 milhões de ajuda que chegaram ao país em 2012 representaram apenas 6,5 e 16 dólares por habitante.

b) Porém, para o terceiro, quarto e quinto recetores, a ajuda per capita resultou muito mais significativa. Assim, a Bolívia, as Honduras e a Nicarágua situaram entre os 60 e 90 dólares por habitante (em concreto, 62,7 dólares, 70 e 88,9, em cada caso).

c) Entre o sexto e o décimo país recetores devemos distinguir entre os dois primeiros (México e Peru, com ajudas per capita de 3,5 e 13,1 dólares) dos três seguintes (Guatemala, República Dominicana e El Salvador, na faixa correspondente aos 20 e 40 dólares).

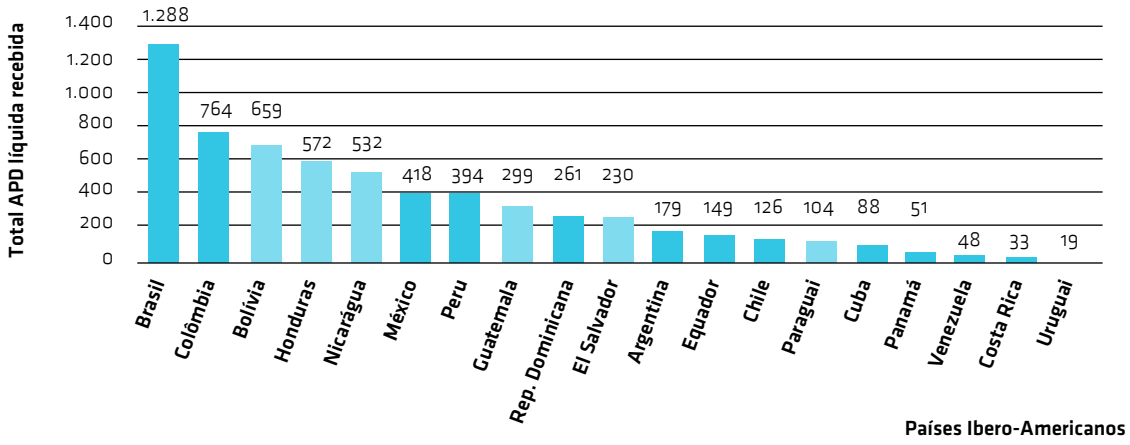
Mas analogamente ao que aconteceu com os doadores, o mais significativo do ano 2012 foi o que aconteceu com os que protagonizaram o papel de recetor. Nesse sentido, os Gráficos V.7 e V.8 ilustram, de forma complementar, as alterações registadas entre os anos 2000 e 2012. Para isso, comparam os pesos relativos que os principais recetores mantiveram sobre o total da APD recebida pelo conjunto da Ibero-América em cada um desses anos.[5] Assim, e a partir dos gráficos e da Tabla A.6 do anexo, podemos afirmar que:

a) Em 2012, o Brasil tornou-se, pela primeira vez, no principal recetor da ajuda da Ibero-América. Na realidade, a receção de fundos por parte desse país cresceu de forma exponencial: 24,2% de média anual entre os anos 2000 e 2008 (de 231 milhões de dólares para 460,4 milhões); e a uma taxa superior, de 36,4% anuais, no período seguinte, impulsionando o valor da APD até aos quase 1.300 milhões de dólares.

5. Em concreto, o Gráfico V.7 mostra, nas suas respetivas versões A e B, o peso dos cinco principais recetores nos anos 2000 e 2012. Por sua vez, o Gráfico V.8 situa num mesmo gráfico os principais recetores em função do peso que mantiveram no ano 2000 (eixo vertical) e 2012 (horizontal). Por seu lado, no gráfico, delimitam-se quatro quadrantes cujo valor de referência é uma participação relativa de 11%: quadrante sudoeste, com pesos relativos desse país por debaixo de 11% tanto numa data como na outra; noroeste (por cima de 11% no ano 2000 mas por debaixo em 2012); nordeste (por cima de 11% em ambas as datas); e sudeste (por debaixo de 11% no ano 2000 mas por cima desse valor em 2012).

Gráfico V.5. Total da APD líquida destinada à Ibero-América, conforme o recetor. 2012.

Em milhões de dólares, a preços correntes.

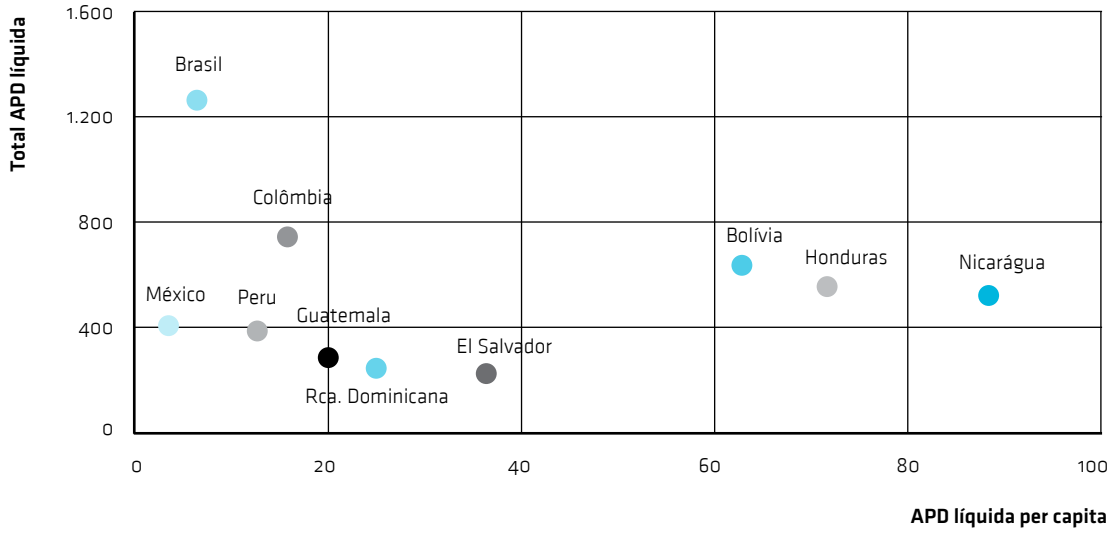


Nota: Apenas se recolhem os dados da APD para os quais se conhece o destino geográfico. Por cores, distinguem-se os PRM-Baixo dos PRM-Alto e PRA.

Fonte: SEGIB a partir das estatísticas do CAD da OCDE (http://stats.oecd.org/).

Gráfico V.6. Importância da APD destinada aos principais recetores, conforme a APD líquida total recebida e em termos per capita. 2012

APD líquida, em milhões de dólares a preços correntes; APD per capita, em dólares.

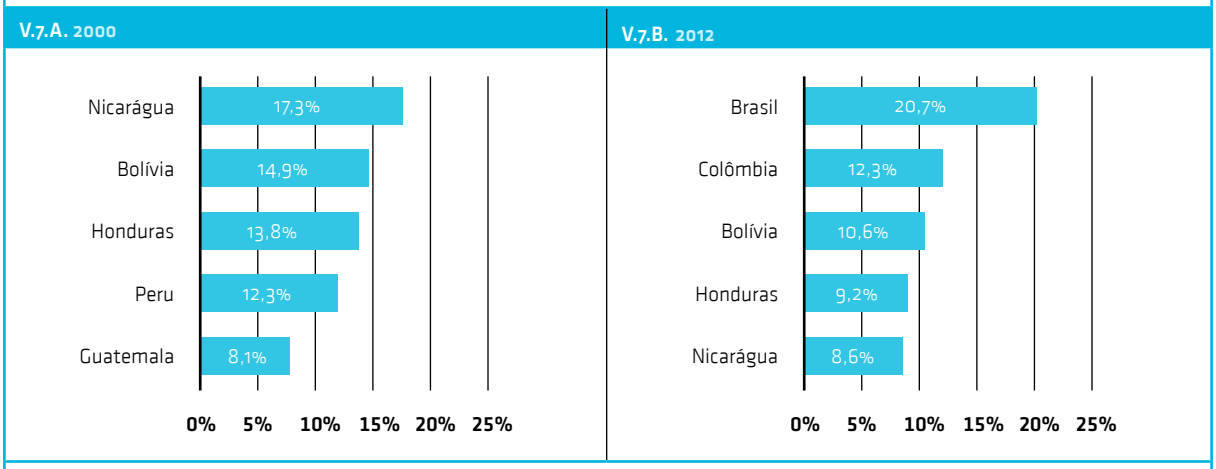


Nota: Apenas se recolhem os dados da APD para os quais se conhece o destino geográfico.

Fonte: SEGIB a partir das estatísticas do CAD da OCDE (http://stats.oecd.org/) e do Banco Mundial (http://datos.bancomundial.org/).

Gráfico V.7. Participação dos principais recetores de APD líquida à Ibero-América. 2000 e 2012.

Participação, em percentagem sobre o total da APD líquida mundial recebida pela região.

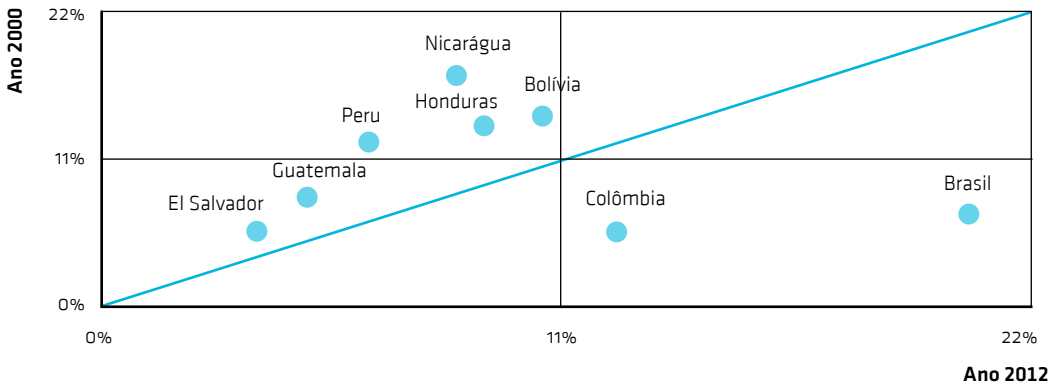


Nota: Apenas se recolhem os dados da APD para os quais se conhece o destino geográfico.

Fonte: SEGIB a partir das estatísticas do CAD da OCDE (http://stats.oecd.org/).

Gráfico V.8. Comparação dos pesos relativos dos principais recetores sobre a APD líquida mundial destinada à Ibero-América. 2000 e 2012.

Participação, em percentagem.



Nota: para que os resultados sejam significativos, excluem-se da análise aqueles países cuja APD representa menos de 5% do total da APD recebida pela região tanto no ano 2000 como no ano 2012.

Fonte: SEGIB a partir das estatísticas do CAD da OCDE (http://stats.oecd.org/).

b) Entretanto, a APD destinada à Colômbia (primeiro recetor de 2006, 2008, 2009, 2010 e 2011), registou duas fases de crescimento bem diferentes: por um lado, de aumento exponencial (32,1% anuais entre os anos 2000 e 2008); por outro, de queda (redução média por ano de 4,5% na etapa 2009-2012). Em consequência, o seu deslocamento explica-se não apenas pelo crescimento do Brasil mas também pela perda dos fundos recebidos: dos 900-1000 milhões nos últimos anos para pouco mais de 750 em 2012.

c) Finalmente, e tal como se observa no Gráfico V.8, quatro países (Peru, Honduras, Nicarágua e Bolívia, situados na parte superior do quadrante esquerdo) perderam peso relativo: de participações sobre a APD total do ano 2000 superiores a 11% (em concreto, de 12,3%, 13,8%, 17,3% e 14,9%) para outras inferiores a esse registo (6,3%, 9,2%, 8,6% e 10,6%, respetivamente). Tudo isto, juntamente com o que foi mencionado nos pontos anteriores, explica porque é que no ano 2000 esses quatro países foram

os principais recetores da APD da região e porque é que em 2012 apenas três deles (Bolívia, Honduras e Nicarágua) se mantiveram entre os cinco primeiros e ocuparam posições por debaixo do Brasil e da Colômbia.

V.2.4. INTERPRETANDO O IMPACTO DA CRISE

Tendo em conta o que foi tratado nas secções anteriores, a partir do ano 2008, coincidindo com o início da crise financeira global, começaram a identificar-se pontos de inflexão e alterações na evolução e estrutura da Ajuda Pública ao Desenvolvimento destinada à Ibero-América. De facto, algumas tendências só se podem interpretar tendo em conta os efeitos da referida crise:

a) No período 2009-2012 e tal como seria de esperar no atual cenário económico, a APD destinada à região começou a registar taxas de crescimento anual negativas. A tendência para o decréscimo da ajuda, no entanto, não se manifestou globalmente (de facto, em 2011 a APD à Ibero-América registou um máximo histórico) como consequência do efeito compensatório do ano 2011, quando os fluxos de ajuda registaram uma taxa de crescimento muito intensa, de 30%, situando a média do período num positivo 2,8%.

b) Mas a irregularidade do crescimento e o aumento contra qualquer prognóstico da APD global destinada à região deve interpretar-se tendo em conta a soma das alterações dos comportamentos individuais dos principais doadores da região: fundamentalmente, dos doadores tradicionais, como os Estados Unidos, a Espanha e o Japão e dos novos, o caso de França. Neste sentido, o Gráfico V.9.A apresenta a evolução da APD desses quatro doadores entre os anos 2000 e 2012. A partir do biénio 2008 e 2009, a observação do referido gráfico evidencia: o aparecimento de registos negativos no caso da cooperação japonesa; a intensa queda da APD espanhola; a crescente irregularidade, com tendência para o decrescimento, da ajuda procedente dos Estados Unidos; e o intenso crescimento da APD francesa.

c) As alterações da Ajuda Pública ao Desenvolvimento desses doadores refletem diferentes respostas à crise: de ajuste fiscal e redução orçamental nalguns casos; de modificação das prioridades setoriais e geográficas noutro. De facto, a outra face da moeda foram as alterações que também se registaram na estrutura dos recetores. Assim, o Gráfico V.9.B mostra a evolução da APD recebida pelo Brasil, Colômbia, Bolívia e Honduras durante todo o período 2000-2012. De novo, a inflexão a partir do biénio 2008-2009 é notória, pois na mesma etapa coincidiram: as moderadas reduções da ajuda à Bolívia e Honduras com a irregular mas progressiva queda dos fundos destinados à Colômbia e com o intenso aumento da Ajuda Pública ao Desenvolvimento destinada ao Brasil.

d) Um dado relevante para interpretar o que aconteceu reside em estimar qual foi o contributo de cada doador e de cada recetor para a alteração registada na APD destinada à Ibero-América entre os anos 2008 e 2012: quer dizer, medir o impacto de cada um deles sobre os 395,1 milhões de dólares que separaram o valor de 2012 (6.215,1 milhões de dólares) do correspondente ao primeiro ano da crise (5.820 milhões de dólares). Para o ilustrar elaborou-se o Esquema V.1. Nesse esquema situaram-se os países conforme exerceram de doadores (parte esquerda) ou de recetores (direita) e em função de que o seu contributo para a mudança tivesse sido positivo (quadrantes superiores) ou negativo (inferiores). A leitura do esquema é muito reveladora:

   - Na perspetiva dos doadores, entre 2008 e 2012, apenas a França contribuiu para a região com mais de 1.100 novos milhões de dólares, um valor praticamente três vezes superior aos 395 milhões registados finalmente como aumento da APD à região. Somaram-se também de forma positiva outros doadores multilaterais (a UE e o BID), cujas contribuições durante esses anos cresceram 650 milhões de dólares.
   - Essas contribuições foram contrabalançadas no valor da APD total pelas contribuições negativas da Espanha, do Japão e dos Estados Unidos, três países que nesse período tiveram de reduzir os seus fundos para a região em 986, 434 e 181 milhões de dólares, respetivamente.
   - Por seu lado, as contribuições líquidas a partir dos recetores procederam dos aumentos na APD do Brasil (827 milhões de dólares) e do México (outros 268 milhões). A partir desse lado ficaram recetores tradicionais como a Colômbia, a Nicarágua e a Guatemala, países para os quais os fundos mundiais recebidos nesse período se reduziram, em cada caso, em 207, 208 e 236 milhões de dólares.

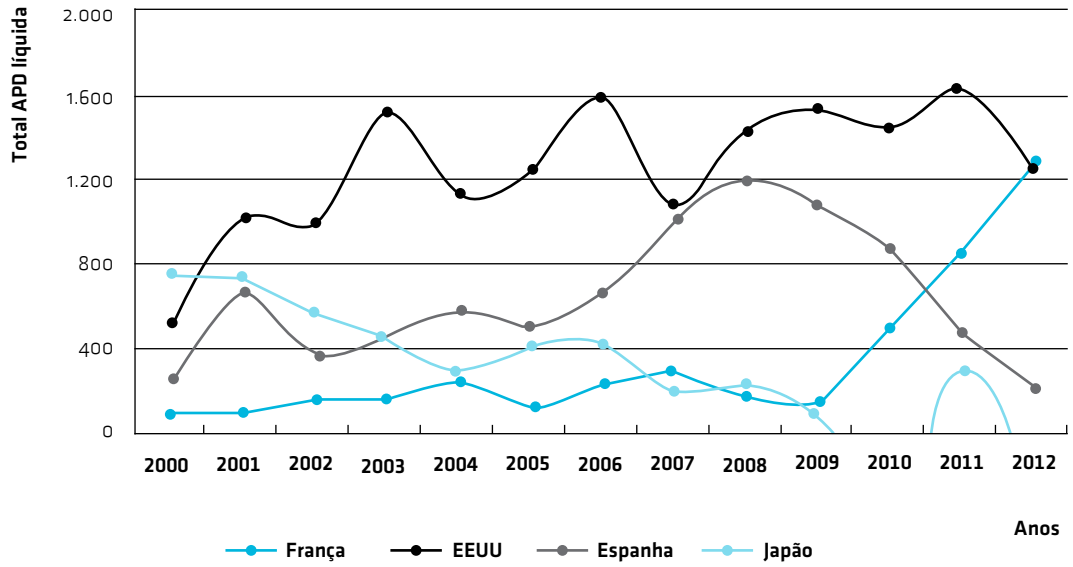
e) Finalmente, todas estas alterações refletiram-se também num novo padrão das relações bilaterais. Os Gráficos V.10.A e B apresentam a forma como estas ficaram estruturadas no ano de 2012: o primeiro, incluindo o peso de alguns recetores na APD mobilizada para a região pelos principais doadores; o segundo, fazendo o mesmo mas agora com o peso desses doadores sobre a ajuda mundial recebida por cada um dos principais recetores da região. Da sua observação podemos destacar:

   - O intenso intercâmbio mantido entre a França e o Brasil, dois países que em 2012 se classificaram como primeiro doador e recetor da região e que, além disso e tal como se acaba de observar, foram os principais responsáveis pelo crescimento vivido pela APD destinada à Ibero-América entre 2008 e 2012. Os dados foram muito explícitos: neste último exercício, a França concentrou 67,8% da sua ajuda à América Latina no Brasil; por seu lado, para o Brasil, a APD francesa registou também mais de duas terças partes do total recebido.
   - Igualmente interessante resulta a relação do Brasil com o quarto doador bilateral à região, a Noruega. Neste

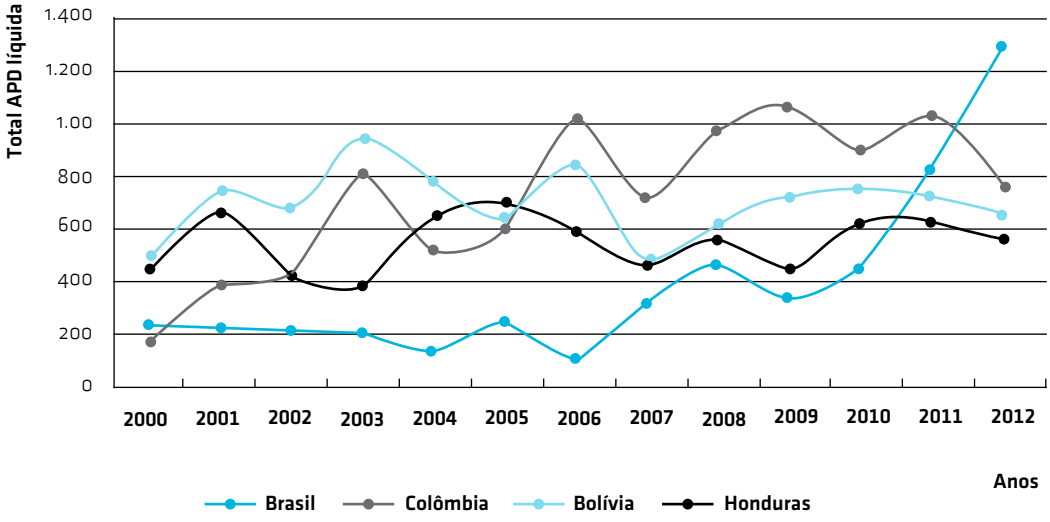
Gráfico V.9. Evolução da APD líquida mundial à Ibero-América, conforme os doadores e os recetores. 2000-2012.

Em milhões de dólares.

V.9.A. PRINCIPAIS DOADORES



V.9.B. PRINCIPAIS RECETORES

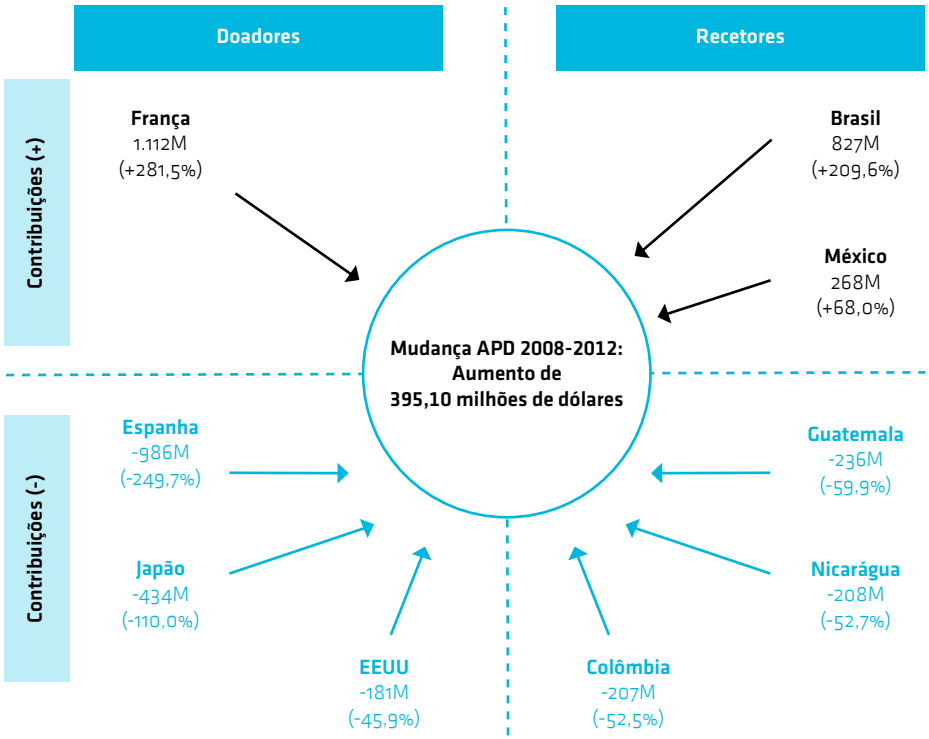


Nota: Apenas se recolhem os dados da APD para os quais se conhece o destino geográfico.

Fonte: SEGIB a partir das estatísticas do CAD da OCDE (http://stats.oecd.org/).

Esquema V.1. Contribuição dos principais doadores e recetores para a mudança registada no total da APD líquida mundial destinada à Ibero-América. 2008-2012.

Contribuição absoluta, em milhões de dólares; contribuição relativa, em percentagem.



Fonte: SEGIB a partir das estatísticas do CAD da OCDE (http://stats.oecd.org/).

caso, o país nórdico destinou ao Brasil 68,8% dos 312 milhões de dólares que mobilizou para a Ibero-América em 2012; entretanto, a cooperação norueguesa representou 16,7% da APD que chegou ao país carioca.

- Por sua vez, os Estados Unidos tiveram como parceiros preferenciais a Colômbia e o México, dois países onde chegaram 26,3% e 17,0% dos fundos mobilizados para a região em 2012. Ao mesmo tempo, para cada um desses dois países o seu doador mais importante foi precisamente os Estados Unidos, que explicou 42,8% da APD recebida pela Colômbia e 50,8% da que chegou ao México.

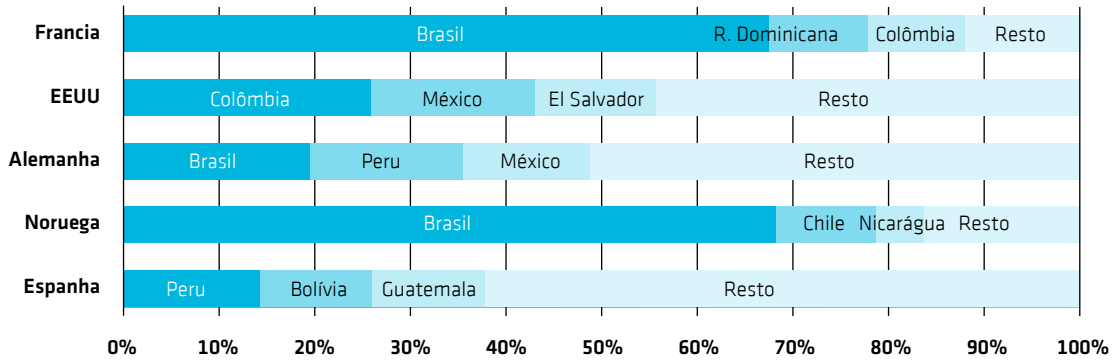
- Assim, e dada a importância da APD dos Estados Unidos recebida por estes dois países, não é de estranhar que as suas variações resultassem determinantes para explicar o comportamento do total da ajuda recebida pela Colômbia e pelo México, embora em direções inversas (de redução e aumento, respetivamente). Nesse sentido, entre os anos 2008 e 2012, a cooperação norte-americana reduziu sem dúvida a sua ajuda à Colômbia para metade (numa quantia equivalente a 300 milhões de dólares) enquanto que duplicou a do México (de 102 para 212 milhões de dólares).

- Finalmente, Espanha manteve sempre uma relação bastante diversificada em termos de destino país, mas preferencialmente concentrada em apoiar as sub-regiões centro-americana e andina. A drástica redução dos fundos que a cooperação espanhola destinou à América Latina entre 2008 e 2012 (de quase 1.000 milhões de dólares), teve assim um forte impacto nesses países. De facto, o deslocamento do Peru, da Guatemala, da Nicarágua, da Bolívia e das Honduras dos principais recetores da região esteve em parte relacionado com a menor ajuda procedente de Espanha: de facto, a sua APD destinada a estes países registou quedas entre 70% e 90%, equivalentes a perdas entre 93 e 255 milhões de dólares.

Gráfico V.10. Importância relativa dos doadores e dos recetores na APD dos seus parceiros. 2012.

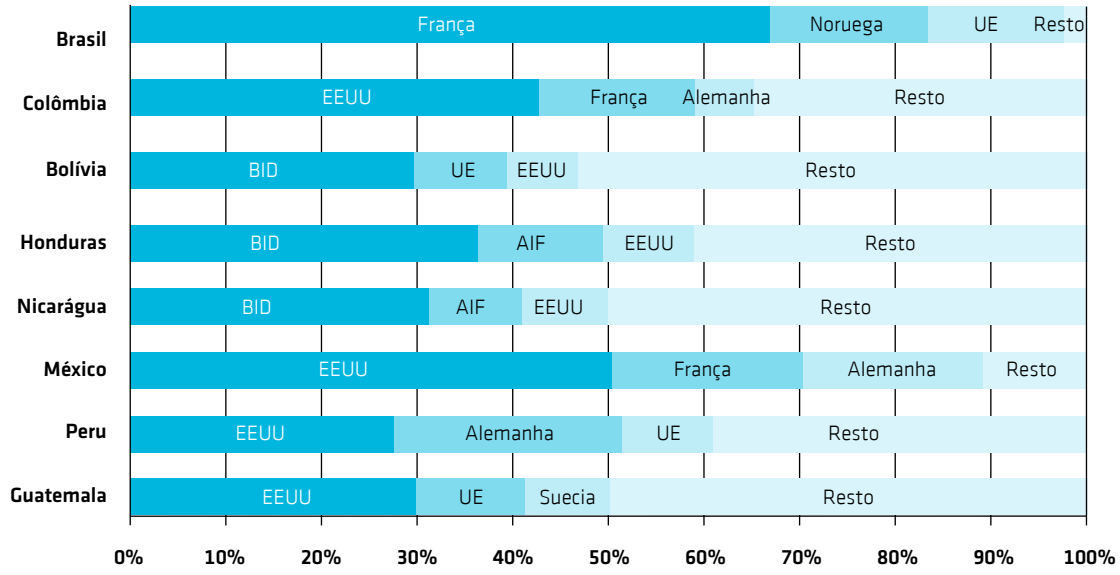
Participação, em percentagem.

V.10.A. PESO DOS RECETORES IBERO-AMERICANOS NA APD QUE OS PRINCIPAIS DOADORES DESTINARAM À REGIÃO.



Participação dos recetores na APD de cada doador à Ibero-América

V.10.B. PESO DOS DOADORES SOBRE A APD RECEBIDA PELOS PRINCIPAIS RECETORES DA REGIÃO.



Participação dos doadores na APD recebida por cada recetor ibero-americano

Nota: Apenas se recolhem os dados da APD para os quais se conhece o destino geográfico.

Fonte: SEGIB a partir das estatísticas do CAD da OCDE (http://stats.oecd.org/).

V.3. A APD DE ESPANHA, PORTUGAL E ANDORRA DESTINADA AOS SEUS PARCEIROS IBERO-AMERICANOS

TAL COMO SE MENCIONOU no início deste capítulo, a presente secção centra-se nos intercâmbios de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) registados no interior da própria Ibero-América e particularmente a partir de Espanha, Portugal e Andorra para o resto dos seus parceiros. Abarca o período 2000-2012, dando especial atenção aos possíveis efeitos da crise de 2008.

V.3.1. ESPANHA

A análise realizada acerca dos fluxos mundiais de ajuda destinados à Ibero-América durante estes últimos anos, deixa entrever o drástico ajuste com o qual Espanha teve de responder à difícil situação económica que enfrenta desde 2008. O Gráfico V.11 apresenta a evolução da Ajuda Pública ao Desenvolvimento que Espanha destinou aos países em desenvolvimento (linha superior) e aos seus parceiros ibero-americanos (inferior) no período 2000-2012. Ao observá-lo, o ano 2008 situa-se como ponto de inflexão de duas dinâmicas contrapostas: a primeira, anterior a esta data, de crescimento exponencial dos fluxos; a segunda, posterior à mesma data, de intensa redução da ajuda. Como resultado destacado, o retorno a valores de APD inclusivamente inferiores aos do ano 2000.

Com efeito, entre os anos 2000 e 2008, a Ajuda Pública ao Desenvolvimento que Espanha destinou ao conjunto dos países em desenvolvimento cresceu a um ritmo médio anual próximo dos 30%. Essa taxa de crescimento permitiu setuplicar a APD espanhola: dos 720 milhões de dólares registados no início da década para os mais de 4.800 milhões correspondentes a 2008. Por sua vez, os fluxos de ajuda ao resto dos seus parceiros ibero-americanos mantiveram também um ritmo de crescimento exponencial que quintuplicou os valores de APD: desde os 241 milhões de dólares até aos 1.187 milhões. Embora os fluxos mundiais tivessem aumentado um pouco mais do que os destinados à Ibero-América, a cooperação espanhola manteve esta região como destino preferencial. Pelo menos isso é o que sugere o Gráfico V.12, que mostra o peso que a APD espanhola teve para a Ibero-América sobre o seu total mundial. É que embora essa participação tenha oscilado de um máximo excecional de 56,3% em 2001 para um mínimo de 24,7% em 2008, em média, para o período 2000-2008, Espanha tendeu a destinar 35,5% da sua APD à Ibero-América.

O que atrás se disse contrasta com o que aconteceu a partir da eclosão da crise. Nesta segunda etapa os fluxos espanhóis da APD começaram a encadear taxas de crescimento negativas e progressivamente mais intensas: em concreto e tanto para a ajuda mundial como para a destinada aos países ibero-americanos, os registos oscilaram entre as quedas de 7-10% do biénio 2008-2009 e as que chegaram a alcançar 57% nos anos 2011-2012. Isto deu origem a que, dos máximos históricos da APD registados em 2008 se passasse a valores muito inferiores, próprios do início da primeira etapa: assim, a ajuda espanhola total de 2012 situou-se por debaixo dos 1.000 milhões de dólares (algo que não acontecia desde 2002) e a dirigida à Ibero-América em 201 milhões de dólares (um valor inclusivamente inferior aos 241 milhões registados no ano 2000). Para este último período 2009-2012, o peso relativo da APD destinada à região ibero-americana sobre o total mundial sofreu menos oscilações (Gráfico V.12), mas a participação que manteve em média (de 21,5% face aos anteriores 35,5%) sugere que a cooperação espanhola teve dificuldades em manter a Ibero-América como destino preferencial.

No entanto, a redução da APD destinada à região não impediu que Espanha se continuasse a esforçar por manter a sua cooperação diversificada por entre numerosos recetores.[6] Assim, e tal como sugere o Gráfico V.13 (o qual ordena os 19 países latino-americanos conforme o volume de ajuda recebido da cooperação espanhola no ano 2012), 98,4% dos 200 milhões de dólares mobilizados por Espanha para a região distribuíram-se por um total de 12 países; 80%, por oito; sendo 14,6%, a máxima participação registada por um único país (neste caso pelo Peru, o qual, com 29 milhões de dólares, foi o principal recetor da cooperação espanhola para a Ibero-América em 2012). Desta forma, e em termos geográficos, tudo isto se concretizou em continuar a apoiar preferencialmente as regiões andina e centro-americana:

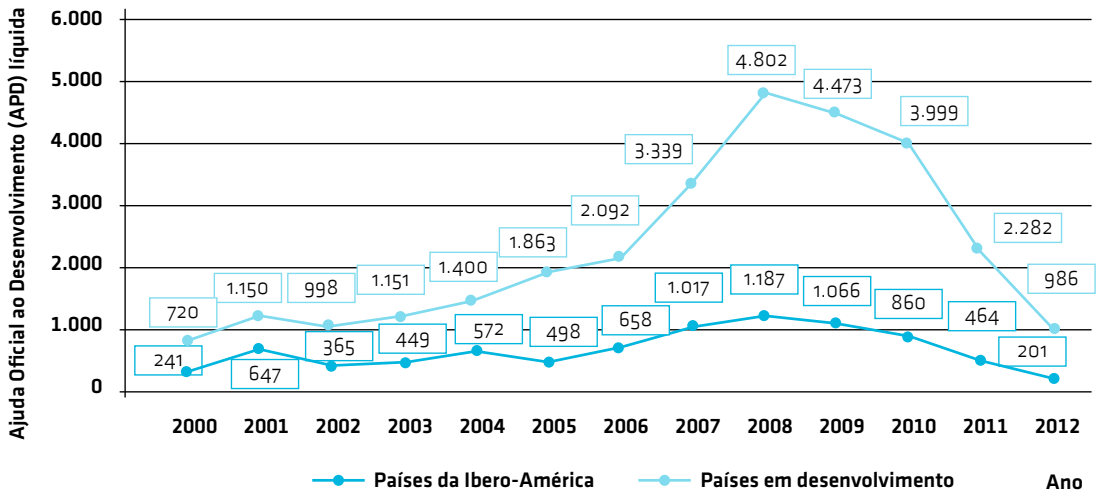
a) Em 2012 (Gráfico V.13), os oito principais recetores foram, precisamente e por um lado, o Peru, a Bolívia, a Colômbia e o Equador (os quais somaram 87,2 milhões de dólares equivalentes a 43,5% da APD da região) e, por outro lado, a Guatemala, a Nicarágua, El Salvador e as Honduras (74,6 milhões que representaram 37,2% dos fundos para a Ibero-América).

b) Entre os anos 2000 e 2012 apenas se registaram algumas variações de destino mas sempre no interior dessas duas sub-regiões. O Gráfico V.14 compara os pesos relativos mantidos pelos países como recetores da cooperação espanhola para a Ibero-América nos anos 2000 e

6. Uma forma de saber o grau de diversificação consiste, tal como noutros capítulos, em calcular o Índice de Herfindahl: desta vez, somando os quadrados das participações de cada recetor ibero-americano sobre a APD que Espanha destinou ao conjunto da região em 2012. Ao fazer este cálculo, efetivamente, obtém-se um Índice de 0,0943, o qual sugere diversificação, pois para começar a sugerir concentração deveria situar-se acima de 0,1000.

Gráfico V.11. Total da APD líquida de Espanha à Ibero-América e aos países em desenvolvimento. 2000-2012.

En milhões de dólares, a preços correntes.

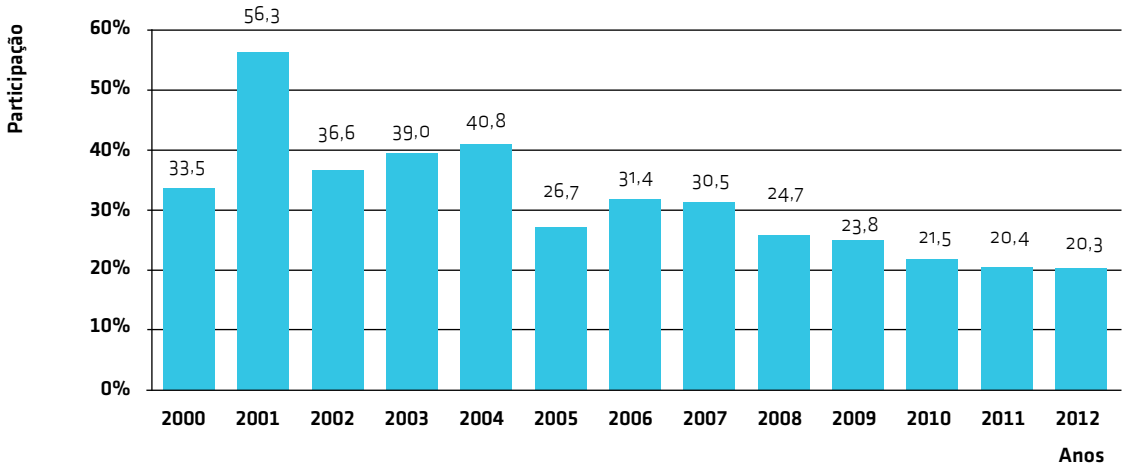


Nota: Apenas se recolhem os dados da APD para os quais se conhece o destino geográfico.

Fonte: SEGIB a partir das estatísticas do CAD da OCDE (http://stats.oecd.org/).

Gráfico V.12. Participação da Ibero-América sobre a APD líquida de Espanha. 2000-2012.

Participação, em percentagem.

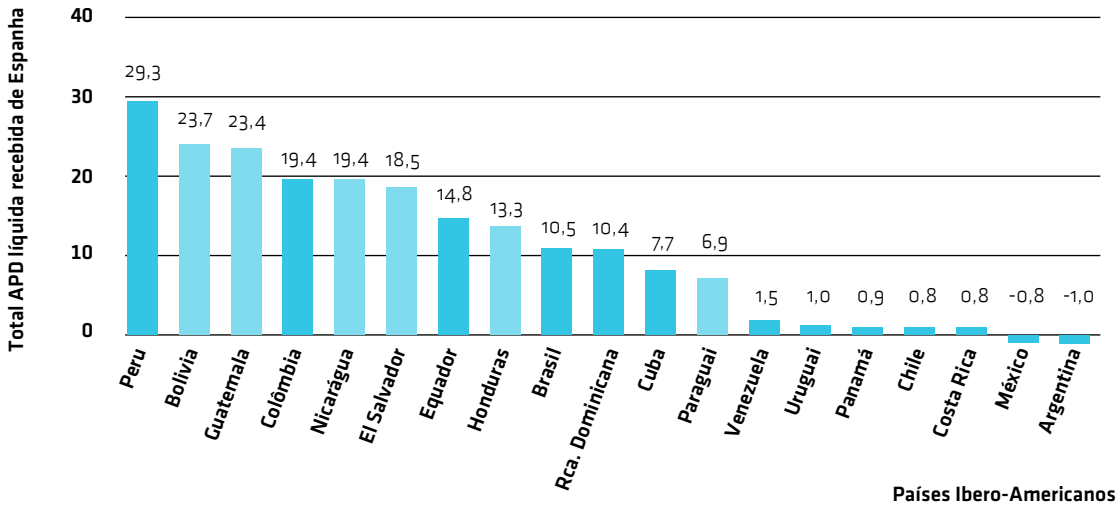


Nota: Apenas se recolhem os dados da APD para os quais se conhece o destino geográfico.

Fonte: SEGIB a partir das estatísticas do CAD da OCDE (http://stats.oecd.org/).

Gráfico V.13. Total da APD líquida de Espanha à Ibero-América, conforme os principais recetores. 2012.

Em milhões de dólares, a preços correntes.

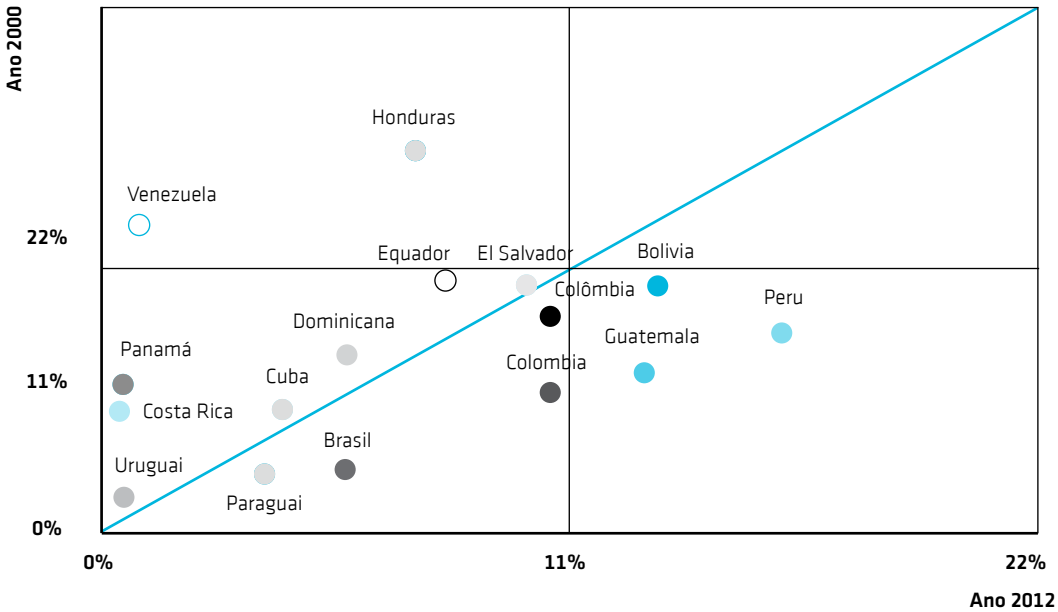


Nota: Apenas se recolhem os dados da APD para os quais se conhece o destino geográfico. Por cores, distinguem-se os PRM-Baixo dos PRM-Alto e PRA.

Fuente: SEGIB a partir das estatísticas do CAD da OCDE (http://stats.oecd.org/).

Gráfico V.14. Comparação dos pesos relativos dos principais recetores sobre a APD líquida que Espanha destinou à Ibero-América. 2000 e 2012.

Participação, em percentagem.



Fonte: SEGIB a partir das estatísticas do CAD da OCDE (http://stats.oecd.org/).

2012.[7] Tal e como se observa tomando como referência o eixo vertical, no ano 2000 os países centro-americanos e andinos, desde a Colômbia e a Guatemala até às Honduras, foram os que registaram participações relativas mais elevadas (entre 5,2-6% e 14,5%). No entanto, ao comparar os registos de 2000 com os de 2012, observam-se as perdas do peso de países como a Venezuela, as Honduras e o Equador (por cima da diagonal) e os ganhos de participação da Bolívia, da Guatemala, do Peru, da Colômbia e da Nicarágua (cujos pontos de referência se situam por debaixo dessa mesma diagonal).

V.3.2. PORTUGAL E ANDORRA

Entre os anos 2000 e 2008, Portugal duplicou o seu valor total de Ajuda Pública ao Desenvolvimento: dos 178,6 milhões de dólares da primeira data para os 373,4 milhões da última. Mas, Portugal é outro dos países europeus que foi fortemente atingido pela crise financeira global desencadeada em 2008.

Fruto desse facto, a partir dessa data a sua APD começou a registar um comportamento irregular no qual se alternaram taxas de crescimento de sinal oposto. Esta alternância em plena crise permite entender que, em 2011, a sua APD registasse um máximo histórico de 477,1 milhões de dólares e que este valor se reduzisse apenas um ano depois para os 397,2 milhões de dólares (http://stats.oecd.org/).

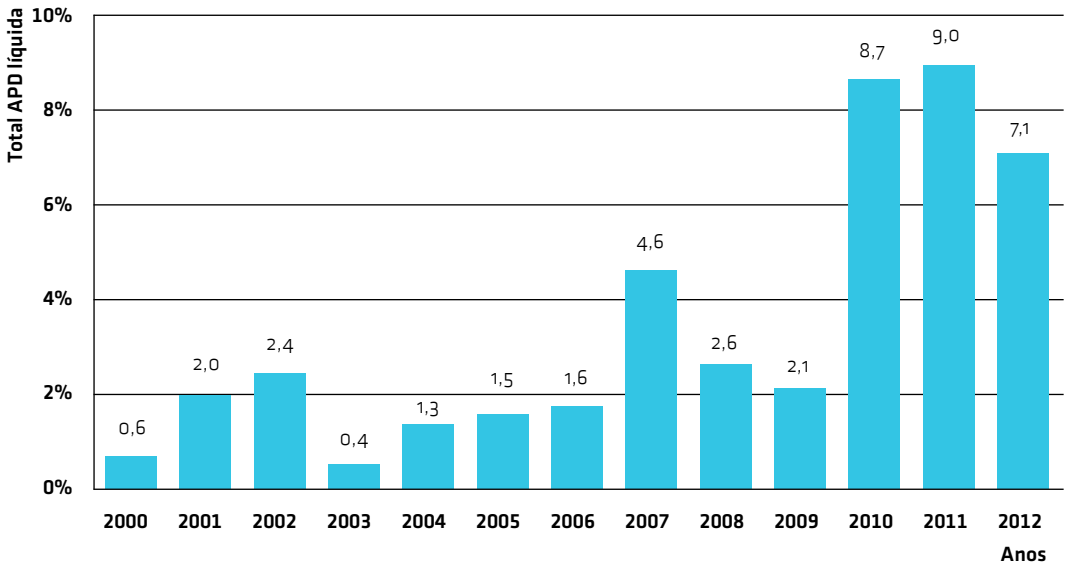
Contudo, tal como se assinalou noutras edições do Relatório, a maior parte dos fluxos de ajuda tiveram como destino preferencial os países da Comunidade de Língua Portuguesa. A Ibero-América, portanto, representa tradicionalmente uma proporção baixa do total da ajuda desse país: de facto, no período 2000-2012, a máxima participação relativa da região registou-se em 2010, quando a APD para a Ibero-América representou 2,2% da ajuda total (http://stats.oecd.org/). Neste sentido, o Gráfico V.15 permite observar os valores entre os quais se moveu a ajuda de Portugal à Ibero-América entre os anos 2000 e 2012: desde os 600.000 dólares da primeira data até ao máximo de 9 milhões em 2011 e 7 milhões no último ano. No ano de 2012, devemos também mencionar que, como tem vindo a ser habitual, 91,4% dessa ajuda (6,4 milhões de dólares) teve por único destino o Brasil.

Finalmente, devemos acrescentar que, em 2012, quase não se registou cooperação para a Ibero-América procedente de Andorra. A única contribuição que consta como Ajuda Pública ao Desenvolvimento, registada pelas próprias autoridades andorranas, refere-se aos 50.000 dólares mobilizados para cumprir os compromissos da sua participação no espaço ibero-americano e, em concreto, no Programa Ibero-Americano de Bancos de Leite Humano liderado pelo Brasil.

7. Tal como com o Gráfico V.8, o Gráfico V.13 divide-se em quatro quadrantes conforme os pesos relativos dos principais recetores nos anos 2000 e 2012. Desta vez, a delimitação dos quadrantes está marcada por uma participação relativa de 10%. Também se acrescenta uma linha diagonal. Sobre esta situam-se os países que tivessem tenham tido exatamente a mesma percentagem de participação relativa no ano 2000 e 2012. Neste sentido, os países que se situam por cima são aqueles que registaram no ano 2000 participações superiores às de 2012; e vice-versa, para os que se situam abaixo da linha diagonal.

Gráfico V.15. Total da APD líquida de Portugal para a Ibero-América. 2000-2012.

Em milhões de dólares, a preços correntes.



Nota: Apenas se recolhem os dados da APD para os quais se conhece o destino geográfico.

Fonte: SEGIB a partir das estatísticas do CAD da OCDE (http://stats.oecd.org/).

V.4. O HAITI E O CARIBE NÃO IBERO-AMERICANO NA AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO (APD)

O GRÁFICO V.16.A APRESENTA a evolução da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) mundial ao Caribe não ibero-americano entre os anos 2000 e 2012. Tal como se observa, o valor global registou um comportamento irregular: de certa contração na etapa 2000-2003; de aumento exponencial até 2010; e de nova queda logo a seguir, isto esse 2010 e 2012. Mais especificamente, entre os anos 2000 e 2003, a APD total ao Caribe não ibero-americano acumulou uma queda de 2,4%, a qual fez com que a ajuda passasse dos 442 milhões de dólares da primeira data para os 405 milhões da segunda. A partir dessa altura registou-se um aumento exponencial que permitiu quintuplicar o valor de 2003 até aos 1.812 milhões de 2009, um número, no entanto, que se voltou a duplicar para se chegar a situar no máximo histórico de 2010, equivalente aos 3.678 milhões de dólares. Em 2011 e 2012 começaram de novo a registar-se taxas de crescimento negativas que reduziram o valor final para os 1.568 milhões de dólares, numa faixa característica dos valores do biénio 2008-2009.

Se a análise dos fluxos mundiais de APD para o conjunto dos países em desenvolvimento e a Ibero-América se viu marcada pelos possíveis impactos da crise financeira global de 2008, no caso do Caribe não ibero-americano tudo se deve interpretar tendo em conta o Haiti (significativamente o principal recetor) e o dramático terremoto que sofreu no ano 2010. De facto, o Gráfico V.16.A situa por debaixo da linha de pontos que se constrói sobre os valores anuais da APD à região, duas áreas de acumulação: a inferior refere-se à APD que todos os anos o Haiti recebeu, e a superior à parte da ajuda que correspondeu ao resto do Caribe não ibero-americano. Quando se calculam as proporções representadas por cada área, pode afirmar-se que o Haiti sempre representou entre 37,6-39,0% da APD total à região (anos 2001 e 2002) até alcançar o máximo de 83,3% registado coincidindo com a resposta internacional ao terrível terremoto.

A observação combinada dos dados do ano 2012 para os Gráficos V.16.A e V.16.B (o qual inclui os milhões de dólares que cada um dos outros países da região recebeu esse ano),[8] acentua a diferença do peso relativo mantido pelos diferentes recetores. Assim, dos quase 1.570 milhões de dólares da Ajuda Pública ao Desenvolvimento que chegaram à região em 2012, 81,3% (uns 1.275 milhões) destinaram-se ao Haiti; 7,3% à Guiana (segundo recetor a muita distância, com uma APD de 114 milhões de dólares); 10% foram distribuídos entre um total de seis países (Suriname, Santa Lúcia, Dominica, Belize, São Cristóvão e Nevis e Jamaica, que registaram fluxos de ajuda entre 20 e 40 milhões de dólares); e uma última e menor percentagem de 1,2% do total, entre três países mais (São Vicente e Granadinas, Granada e Antígua e Barbuda).

Mas, como já se viu anteriormente, a importância relativa do valor absoluto dos fundos recebidos nem sempre equivale à que corresponde quando esse valor se distribui em termos per capita (Gráfico V.17). No caso do Caribe não ibero-americano, além disso, a enorme disparidade entre nações, em termos de tamanho e de população, acentua mais essa diferença. Assim, quando a Ajuda Pública ao Desenvolvimento total de 2012 se ordena por país recetor e se estima o seu valor por habitante, os dois principais recetores, o Haiti e a Guiana, ficam relegados para quinto e quarto lugar, respetivamente, pois a sua ajuda passou a representar uns 125 e 144 dólares per capita. Entretanto, a recetores como São Cristóvão e Nevis, Dominica e Santa Lúcia, passaram a corresponder valores superiores, de 409, 358 e 148 dólares por habitante, em cada caso.

Finalmente, devemos assinalar que as diferenças entre o Haiti e o resto das nações do Caribe não ibero-americano se manifestaram também em termos de doadores. Neste sentido, os Gráficos V.18.A e B mostram a composição dos doadores em 2012 distinguindo o Haiti do resto dos recetores: primeiro (versão A), registando os doadores de forma agregada, conforme a sua natureza bilateral ou multilateral; e depois (versão B), especificando para cada doador particular o seu peso relativo sobre a ajuda recebida pelo Haiti e pelo resto do Caribe. A sua observação combinada sugere o seguinte:

a) Enquanto que os doadores bilaterais chegaram a registar praticamente dois terços da ajuda que chegou ao Haiti, no caso das outras nações caribenhas a participação deste tipo de doadores reduziu-se até uma quarta parte. O inverso aconteceu, consequentemente, com os doadores multilaterais, que explicaram a menor parte da cooperação ao Haiti (35,4% do total) e a maior da destinada ao resto da região (uns notáveis 73,9% da ajuda).

b) Igualmente, a Ajuda Pública ao Desenvolvimento que o Haiti recebeu em 2012 teve, fundamentalmente, origem na cooperação dos Estados Unidos, do Canadá e da França, os quais com participações relativas de 33,5%, 13,1% e 5,8%, respetivamente, explicaram mais de metade dos 1.275 milhões de dólares finalmente registados. Também importante foi a receção de fundos procedentes do BID (12,1%) e da UE (outros 10,3%).

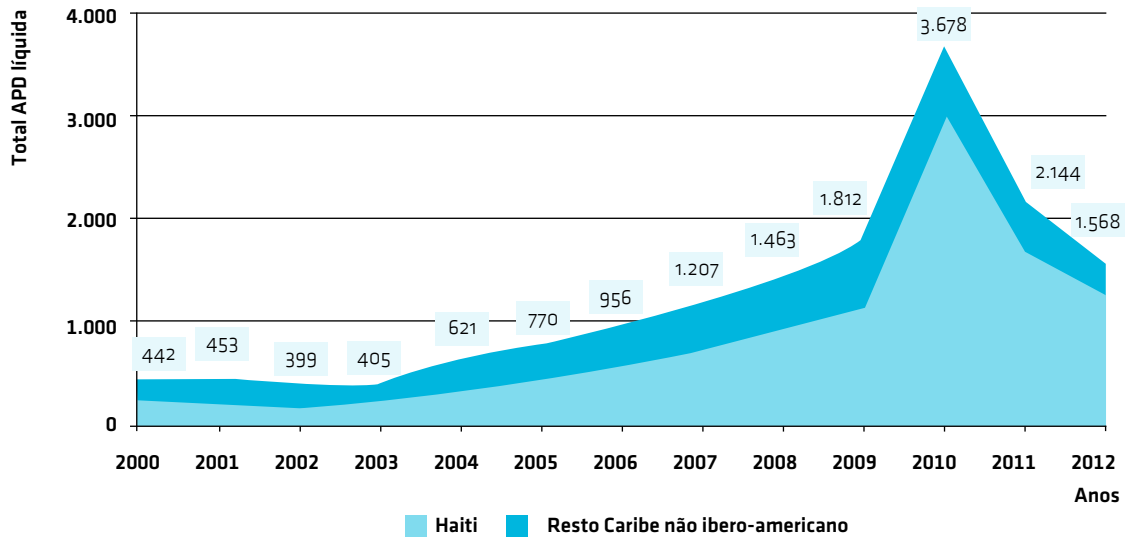
c) Por seu lado, as instituições da UE (40,6% da APD) junto com o BID (20,6%) e o Banco de Desenvolvimento do Caribe (9,3%), foram os principais responsáveis pelos fundos que chegaram em 2012 ao resto das nações do Caribe não ibero-americano. Entre o resto dos doadores destacaram-se três países (França, Estados Unidos e Reino Unido), os quais conjuntamente contribuíram com 23,2% da APD finalmente registada.

8. Devemos mencionar que, para além dos 10 países incluidos neste segundo gráfico, o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE inclui também na lista de recetores do Caribe não ibero-americano outras "nações" como Monserrate e Anguila. Na presente análise estas foram excluidas porque não fazem parte das Nações Unidas por serem considerados não "nações", mas sim "territórios não autónomos" (neste caso dependentes do Reino Unido).

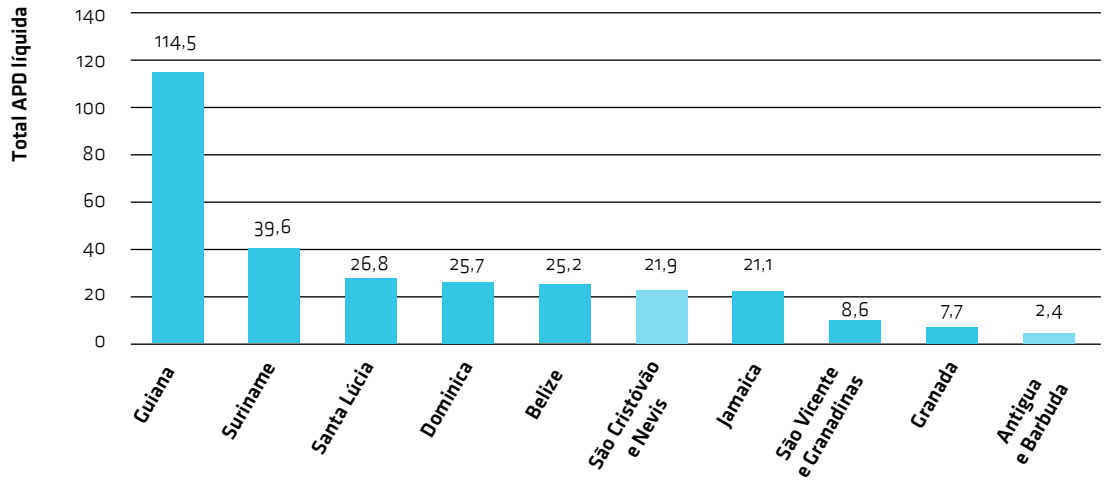
Gráfico V.16. Total da APD líquida destinada ao Haiti e o resto do Caribe não ibero-americano. 2000-2012.

APD em milhões de dólares, a preços correntes.

V.16.A. TOTAL CARIBE NÃO IBERO-AMERICANO, DISTINGUINDO O HAITI DOS RESTANTES PAÍSES. 2000-2012.



V.16.B. TOTAL CARIBE NÃO IBERO-AMERICANO EXCETO O HAITI, CONFORME O RECETOR. 2012.

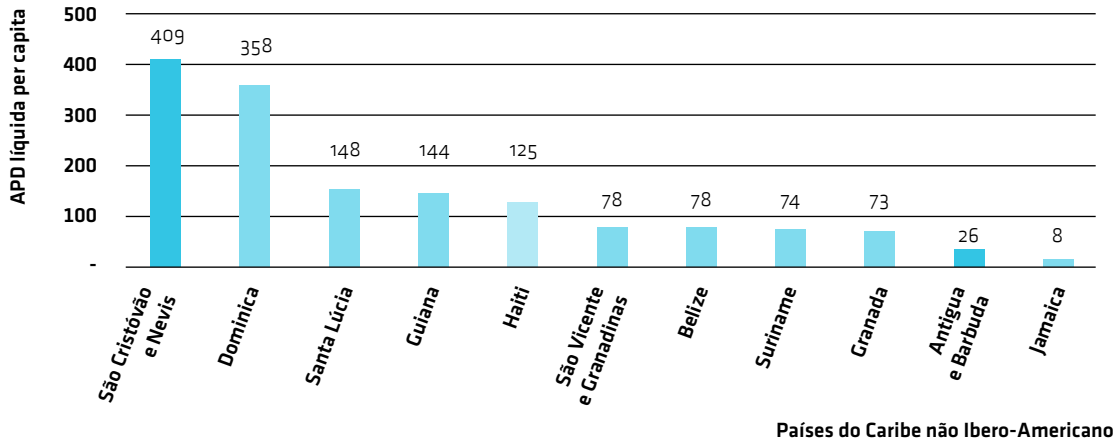


Nota: Apenas se recolhem os dados da APD para os quais se conhece o destino geográfico. Não se incluem os dados das Baamas, Barbados e Trindade e Tobago porque o CAD não os considera recetores. No Gráfico V.13.B e por cores, distinguem-se os dois Países de Renta Alta (PRA) dos restantes.

Fonte: SEGIB a partir das estatísticas do CAD da OCDE (http://stats.oecd.org/).

Gráfico V.17. Total da APD líquida per capita destinada aos países do Caribe não ibero-americano. 2012.

Em dólares.



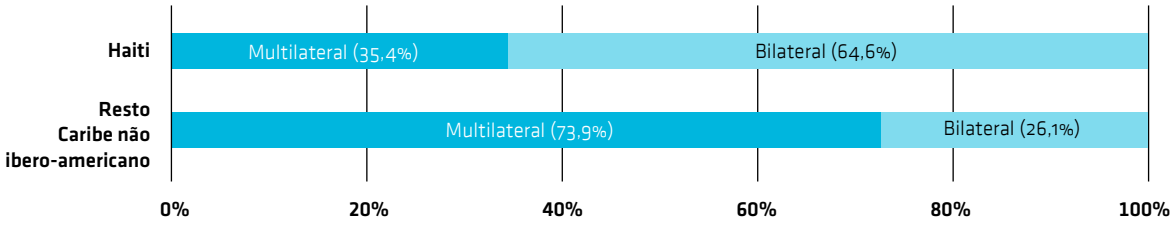
Nota: Apenas se recolhem os dados da APD para os quais se conhece o destino geográfico. Não se incluem os dados das Baamas, Barbados e Trindade e Tobago porque o CAD não os considera recetores. Por cores, distinguem-se os países conforme sejam Países Menos Adiantados (PMA), Países de Rendimento Medio-Baixo (PRM-Baixo) e Países de Rendimento Alto.

Fonte: SEGIB a partir das estatísticas do CAD da OCDE (http://stats.oecd.org/).

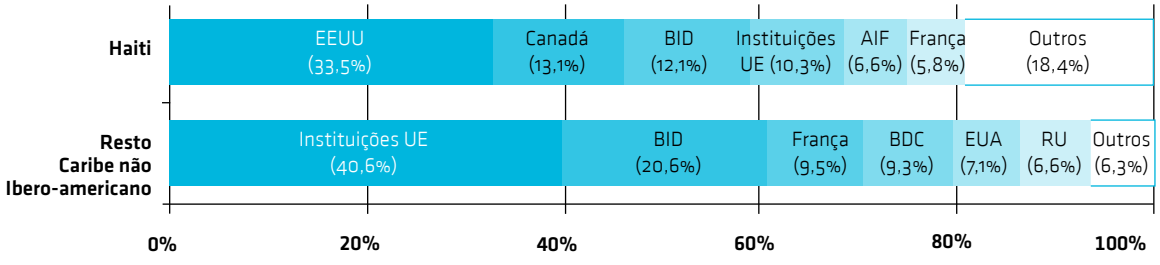
Gráfico V.18. Total da APD líquida destinada ao Haiti e ao resto do Caribe não ibero-americano, conforme os doadores. 2012.

Participação, em percentagem.

V.18.A. DISTRIBUIÇÃO DA APD LÍQUIDA TOTAL CONFORME OS DOADORES BILATERAIS E MULTILATERAIS.



V.18.B. PESO DOS DIFERENTES DOADORES SOBRE A APD LÍQUIDA TOTAL.



Fonte: SEGIB a partir das estatísticas do CAD da OCDE (http://stats.oecd.org/).

BIBLIOGRAFIA

Agência de Cooperação Internacional do Chile (AGCI) (2014). "Os Nossos Parceiros: Os Estados Unidos". AGCI [Em linha]. Disponível em: http://www.agci.cl/index.php/nuestros-socios/estados-unidos. [Acedido em 8 de janeiro de 2014]

Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) (2010). "Seminário-Workshop: A integração produtiva na nova agenda do MERCOSUL". Intervenções do seminário realizado em Montevideu, de 12 a 16 de abril de 2010. Montevideu, 277 pp

Agência de Serviços à Comercialização e Desenvolvimento de Mercados Agropecuários (ASERCA) (2012). "Apresentação ao Conselho Mexicano para o Desenvolvimento Rural Sustentável: Serviço de Informações de Mercados Agroalimentares, SIMA". Quinta-feira 25 de outubro de 2012. ASERCA. México D.F.

Babwani, S (2013). "How a memorandum of understanding differs from an agreement", publicado no *The Economic Times* dia 4 de fevereiro de 2013. New Delhi

Bartle, P. (1967). "A dimensão institucional também chamada dimensão social ou da interação". [Em linha]. Disponível em: http://cec.vcn.bc.ca/mpfc/modules/dim-inss.htm. [Acedido em 14 de outubro de 2012]

Barros Charlin, R. (1986). "A dimensão jurídico-institucional da cooperação económica chileno-argentina" na *Revista de Integração Latino-Americana* número 119, dezembro de 1986. Buenos Aires, pp 32-50

Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (s.f.). "Programa Indicativo de Cooperação Portugal – Cabo Verde 2012-2015". Camões. Lisboa. 45 pp

----- (s.f.). "Programa Indicativo de Cooperação Portugal – Moçambique 2011-2014". Camões. Lisboa. 31 pp

Comissão Económica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (2013). *Anuário Estatístico da América Latina e do Caribe*. CEPAL. Santiago do Chile, 221 pp

-------- (2013). *Panorama fiscal da América Latina e do Caribe: Reformas Tributárias e Renovação do Pacto Fiscal*. CEPAL. Santiago do Chile, 53pp

Corporação Latinobarómetro (2010). *Relatório 2010*. Corporação Latinobarómetro. Santiago do Chile, 127 pp

Dang, H. Knack, S. Rogers, H. (2009). "International Aid and Financial Crises in Donor Countries". *Policy Research Working Paper* 5162. The World Bank Development Research Group, Human Development and Public Services Team. 35 pp

Embaixada dos Estados Unidos em Santiago do Chile (2013). "U.S. – Chile Trilateral Cooperation Fact Sheet". Embaixada dos Estados Unidos em Santiago do Chile [Em linha]. Disponível em: http://chile.usembassy.gov/2013press0605-fact_sheet_trilateral_coop_us-chile.html [Acedido em 8 de janeiro de 2014]

Escutia, J.L. (2013). "Perspetiva comparada do voto no estrangeiro em 18 países da América Latina" na *Revista Mundo Eleitoral* [Em linha]. Cidade do Panamá. Disponível em: http://www.mundoelectoral.com/html/index.php?id=1007 [Acedido em 3 de dezembro de 2013]

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) (s.f.). "Os povos indígenas na América Latina". UNICEF [Em linha]. Disponível em: http://www.unicef.org/lac/pueblos_indigenas.pdf [Acedido em 10 de dezembro de 2013]

González, D. Martinoli, C. Pedraza, J. (2009). *Os Sistemas Tributários da América Latina: Situação atual, reformas e políticas para promover a coesão social*. Instituto de Estudos Fiscais. Madrid, 546 pp

Green, D. Richard, K. Miller-Dawkins, M. "The Global Economic Crisis and Developing Countries". Oxfam Research Report. maio 2010. 72 pp

International Institute for Democracy and Electoral Assistance (IDEA) (2013). "Electoral Processes". IDEA [Em linha]. Estocolmo. Disponível em: http://www.idea.int/americas/ep.cfm [Acedido em 3 de dezembro de 2013]

Instituto Federal Eleitoral (IFE) (2011). "Estudos Eleitorais na Perspetiva Internacional Comparada". IFE. México D.F, 73 pp

Ministério do Planeamento Nacional e das Políticas Económicas da Costa Rica (MIDEPLAN) (s.f.). "Catálogo de Oferta da Cooperação Técnica da Costa Rica". MIDEPLAN. San José. 91 pp

Ministério das Relações Exteriores de El Salvador (2011). "O Chile e os Estados Unidos apoiarão iniciativas de agricultura em El Salvador através da cooperação técnica triangular". Ministério das RE [Em linha]. Disponível em: http://www.rree.gob.sv/index.php?option=com_k2&view=item&id=1522:chile-y-estados-unidos-apoyar%C3%A1n-iniciativas-de-agricultura-en-el-salvador-a-trav%C3%A9s-de-la-cooperaci%C3%B3n-t%C3%A9cnica-triangular&tmpl=component&print=1. [Acedido em 13 de janeiro de 2014]

Ministério da Saúde Pública do Equador (2012). "Modelo de Cuidados Integrais do Sistema Nacional de Saúde". Ministério da Saúde Pública do Equador. Quito. 219 pp

Mondragón, A (2002). "O que são os indicadores?" na *Revista Informação e Análise*. nº19, pp 52-58

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos (OCDE) (2013). "Summary of Discussions of the Policy Dialogue on Triangular Co-operation", realizado em Lisboa nos dias 16 e 17 de maio. OCDE. Paria. 5 pp

Organização Pan-Americana da Saúde (OPS) (2006). "138ª Sessão do Comité Executivo. Tema 4.5 da ordem de trabalhos provisória: A Saúde dos Povos Indígenas das Américas". OPS. Washington D.C. 24 pp

----- (2008). "Uma Visão da Saúde Intercultural para os Povos Indígenas das Américas". OPS. Washington D.C. 60 pp

------ (2012). "Equador" em *Saúde nas Américas 2012*. Publicação científica e técnica Nº 636. OPS. Washington D.C. pp 273-288

----- (2012). "A Situação da Saúde nas Américas. Indicadores Básicos". OPS. Washington D.C. 12 pp

Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS) (2013). "Gerando Indicadores para a Cooperação Sul-Sul". Documento de Trabalho Nº 4. PIFCSS. Montevideu, 40 pp

Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS) e Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) (2013). "Relatório do Seminário-Workshop: Questionário para o Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2013: Revendo o Tratamento das Cooperações Triangular e Regional". Realizado em Buenos Aires de 20 a 22 de março de 2013. PIFCSS e SEGIB. Montevideu-Madrid. 34 pp

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2013). "Povos indígenas na América Latina: apesar dos progressos na participação política, as mulheres são as mais atrasadas". PNUD [Em linha]. Disponível em: http://www.undp.org/content/undp/es/home/presscenter/pressreleases/2013/05/22/pueblos-indigenas-en-america-latina-pese-a-los-avances-en-la-participacion-politica-las-mujeres-son-las-mas-rezagadas-segun-el-pnud/ [Acedido em 10 de dezembro de 2013]

RACI (2012). "O que irá acontecer com a Cooperação Internacional em 2012?". Rede Argentina para a Cooperação Internacional. [Em linha]. Disponível em: http://www.raci.org.ar/que-pasara-con-la-cooperacion-internacional-en-2012/ [Acedido em 10 de março de 2013]

Rádio Programas do Peru (RPP) (2012). "Tendências do voto eletrónico na América Latina". publicado na *RPP* em 17 de setembro de 2012

Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) (2012). *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2012*. SEGIB, PIFCSS e AECID. Madrid. 167 pp

------ (SEGIB) (2010). *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2010*. SEGIB e Agência Espanhola de Cooperação para o Desenvolvimento (AECID). Madrid, 163 pp

Secretaria das Relações Nacionais e Internacionais da Universidade de El Salvador (SRNI) (2011). "Manual Prático para o Tratamento de Convenções Nacionais e Internacionais". SRNI. San Salvador. 15 pp

Survival International (2008). "O Progresso Pode Matar: Como o Desenvolvimento Imposto Destrói a Saúde dos Povos Indígenas". Survival International. Madrid. 59 pp

---------- (2013). "Direito Internacional: A Convenção 169". Survival International [Em linha]. Disponível em: http://www.survival.es/campanas/convenio169 [Acedido em 10 de dezembro de 2013]

Unceta, K. Arrinda, A (eds.) (2010). "Development Cooperation. Facing the challenges of Global Change". Center for Basque Studies. Current Research Series No. 3. University of Nevada, Reno. 221 pp

Valdés, L (s.f.). "Sistemas Eleitorais e de Partidos", em *Cadernos de Divulgação da Cultura Democrática*. Nº 7. Instituto Federal Eleitoral [Em linha]. México D.F. Disponível em: http://www.ife.org.mx/documentos/DECEYEC/sistemas_electorales_y_de_partid.htm [Acedido em 3 de dezembro de 2013]

Declarações, resoluções e documentos oficiais

Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo (2010). "Manual Operacional da Cooperação Ibero-Americana". Mar del Plata. 29 pp

--------- (1995). "Convenção para a Cooperação no âmbito da Conferência Ibero-Americana". San Carlos de Bariloche. 4 pp

Equador (2008). *Constituição Política da República do Equador*, publicada no Registo Oficial Nº449 em 20 de outubro de 2008. Quito. 81 pp

Mecanismo de Diálogo e Concertação de Tuxtla (2010). Declaração da XII Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Mecanismo de Diálogo e Concertação de Tuxtla. 26 de Outubro, Cartagena das Índias, Colômbia, 14 pp

------ (2009). Declaração da XI Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Mecanismo de Diálogo e Concertação de Tuxtla. 27 a 29 de julho, Guanacaste, Costa Rica, 13 pp

------ (2005). Declaração da VII Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Mecanismo de Diálogo e Concertação de Tuxtla. 29 de junho, Tegucigalpa, Honduras, 15 pp

------ (2004). Declaração da VI Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Mecanismo de Diálogo e Concertação de Tuxtla. 25 de março, Manágua, Nicarágua, 7 pp

------ (2000). Declaração da IV Cúpula de Chefes de Estado e de Governo dos Países Integrantes do Mecanismo de Diálogo e Concertação de Tuxtla. 25 de agosto, Cidade da Guatemala, Guatemala, 17 pp

------ (1998). Declaração da III Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Mecanismo de Diálogo e Concertação de Tuxtla. 17 de julho, San Salvador, El Salvador, 15 pp

------ (1996). Declaração da II Reunião de Chefes de Estado e de Governo do Mecanismo de Diálogo e Concertação de Tuxtla. 16 de fevereiro, San José, Costa Rica, 7pp

Principais páginas digitais consultadas

Aula Fácil - http://new.aulafacil.com/

Banco Mundial – Dados - http://datos.bancomundial.org

Agência Brasileira de Cooperação (ABC) – www.abc.gov.br

Agência Chilena de Cooperação Internacional (AGCI) www.agci.cl

Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) - http://www.aecid.es/

Agência Mexicana de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AMEXCID) - http://amexcid.gob.mx/

Agência Peruana de Cooperação Internacional (APCI) www.apci.gob.pe

Agência Presidencial de Cooperação Internacional da Colômbia (APC) - http://www.apccolombia.gov.co/#&panel1-1&panel2-1

Agência Uruguaia de Cooperação Internacional (AUCI) www.auci.gub.uy

Caribbean Community (CARICOM) http://www.caricom.org/

Comissão Económica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) - http://www.eclac.org

CEPALSTAT. Bases de Dados e Publicações Estatísticas da Comissão Económica para a América Latina e o Caribe. http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/Portada.asp

Cooperação Ibero-Americana http://cooperacioniberoamericana.org/es

Dicionário Jurídico http://www.diccionariojuridico.mx/index.php

Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos (OCDE). International Development Statistics Online http://www.oecd.org/dataoecd/idsoline

Mapa da Cooperação Internacional da APC da Colômbia http://www.sitimapa.com/apc/apcNew2.3/

Fundo Argentino de Cooperação Sul-Sul e Triangular (FO-AR) http://www.foargentina.cancilleria.gov.ar/

Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) http://www.mercosur.org.uy

Organização das Nações Unidas (ONU) http://www.un.org/

Organização do Tratado de Cooperação Amazónica (OTCA) http://otca.info/portal/

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) http://www.unesco.org/new/es/unesco/

Organização Mundial da Saúde (OMS) http://www.who.int/

Organização Pan-Americana da Saúde (OPS) http://www.paho.int/

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Relatórios sobre o Desenvolvimento Humano http://hdr.undp.org/en/espanol/

Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul – www.cooperacionsursur.org

Real Academia da Língua Espanhola (RAE) http://www.rae.es/rae.html

Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) http://www.segib.org

Secretaria Técnica para a Cooperação Internacional (SETECI) do Equador – http://www.cooperacioninternacional.gob.ec/

Sistema para a Integração Centro-Americana (SICA) http://www.sica.int/

ANNEXES

Tabela A.1. Classificação dos setores de atividade, conforme dimensão e código.

DIMENSÃO SETORIAL		SETOR DE ATIVIDADE	CÓDIGO	DESCRIPCIÓN
SOCIAL (INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS)		*Educação*	(11)	• De básica a universitária. Inclui: políticas educativas, investigação, formação de professores, formação profissional...
		Saúde	(12)	• Geral e básica. Política de saúde, serviços médicos, atenção de saúde básica, investigação médica, nutrição básica, infraestruturas de saúde, educação sobre saúde, formação de pessoal de saúde...
		População e saúde reprodutiva	(13)	• Programas e políticas sobre população, atenção sobre saúde reprodutiva, planeamento familiar, luta contra as DTS, formação específica...
		Abastecimento e saneamento de água	(14)	• Política de recursos hídricos, fornecimento e água potável, desenvolvimento de bacias fluviais, formação...
		Outros	(15)	• Serviços e políticas sociais, política de habitação...
ECONÓMICA	Infraestruturas e Serviços Económicos	*Energia*	(21)	• Geração e fornecimento. Política energética, produção de energia, distribuição de gás, centrais térmicas, hidroelétricas, energia solar, investigação energética...
		Transporte e armazenamento	(22)	• Política de transportes, transportes por estrada, caminhos-de-ferro, marítimos, fluviais, aéreos, armazenamento...
		Comunicações	(23)	• Política de comunicação, telecomunicações, rádio, televisão, imprensa, tecnologia da informação e das comunicações...
		Ciência e tecnologia	(24)	• Desenvolvimento científico e tecnológico, apoio à transferência de conhecimentos que reforcem o sistema científico, universalização do acesso à tecnologia...
		Banca e finanças	(25)	• Política financeira, instituições monetárias, ensino, serviços financeiros...
		Emprego	(26)	• Política de emprego...
		Empresas	(27)	• Serviços e instituições de apoio à empresa, desenvolvimento de Micro e Pequenas e Médias Empresas, privatizações, fortalecimento dos processos de competência...
	Setores Produtivos	*Extrativas*	(2A)	• Exploração e extração de recursos minerais e energéticos. Planificação e legislação mineira, geologia, carvão, petróleo, gás, minerais...
		Agricultura	(2B)	• Política agrícola, terras aráveis, reforma agrária, soberania alimentar, pecuária, desenvolvimento agrícola alternativo, saúde animal e vegetal, cooperativas agrícolas...
		Silvicultura	(2C)	• Política florestal, desenvolvimento florestal, investigação em silvicultura...
		Pesca	(2D)	• Política pesqueira, serviços pesqueiros, investigação...
		Construção	(2E)	• Política de construção
		Indústria	(2F)	• Política industrial, indústrias por setores...
		Turismo	(2G)	• Política turística,.
		Comércio	(2H)	• Política e regulamentação do comércio externo. Acordos comerciais regionais, negociações comerciais multilaterais...
DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL		*Governo*	(31)	• Fortalecimento das instituições públicas, planeamento do desenvolvimento, gestão do setor público, modernização do Estado, governação, Direitos Humanos (extensão de direitos de primeira, segunda e terceira geração), luta contra a impunidade, desmobilização, processos de consolidação da paz após conflitos (ONU), capacitação estatística ...
		Sociedade civil	(31)	• Apoio e fortalecimento da sociedade civil...
AMBIENTE		*Ambiente*	(41)	• Proteção do ambiente, políticas ambientais, biodiversidade, investigação ambiental...
		Prevenção de catástrofes	(42)	• Apoyo logístico a la previsión de desastres que tengan su origen en fenómenos sísmicos, climatológicos...
OUTROS		*Cultura*	(51)	• Cultura e lazer, bibliotecas, museus...
		Género	(52)	• Programas e projetos relacionados com a mulher e o desenvolvimento, fomento e apoio a grupos e organizações de mulheres...
		Outros	(53)	• Fomento de diferentes modelos de desenvolvimento rural, urbano, alternativo não agrícola, comunal...

Fonte: SEGIB a partir do CAD (novembro de 2004)

Matriz A.2. Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2012

A.2.1. DIMENSÃO SOCIAL

SOCIOS OFERENTES		PARCEIROS RECETORES																			
		PRM-BAIXO					PRM-ALTO												PR-ALTO		TOTAL
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguay	Argentina	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Peru	R. Dominicana	Venezuela	Chile	Uruguai	
PRM-BAIXO	Bolívia																				0
	El Salvador																				0
	Guatemala																				0
	Honduras																				0
	Nicarágua																				0
	Paraguay																				0
PRM-ALTO	Argentina	1							1	1			1			1		1		1	7
	Brasil	1				1										1	1				4
	Colômbia				1																1
	Costa Rica		1		1								1								3
	Cuba												1								1
	Equador			1												1	1				3
	México	3	2	2	3	3	2	2	3	3	2	2	2		3	2	2	6	2	2	46
	Panamá						1														1
	Peru												1								1
	R. Dominicana																				0
	Venezuela												1								1
PR-ALTO	Chile	1			1			1									1				4
	Uruguai		1																		1
	TOTAL	6	4	3	6	4	3	3	4	4	2	2	7	0	3	5	5	7	2	3	73

Matriz A.2. Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2012

A.2.2. DIMENSÃO ECONÓMICA. INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECETORES																			
		PRM-BAIXO					PRM-ALTO												PR-ALTO		TOTAL
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguay	Argentina	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Peru	R. Dominicana	Venezuela	Chile	Uruguai	
PRM-BAIXO	Bolívia																				0
	El Salvador												1								1
	Guatemala																				0
	Honduras																				0
	Nicarágua																				0
	Paraguay																				0
PRM-ALTO	Argentina	2	1	1													1				5
	Brasil									1	1	1					1				4
	Colômbia																				0
	Costa Rica																				0
	Cuba																				0
	Equador		1																		1
	México		1												2						3
	Panamá																				0
	Peru																				0
	R. Dominicana																				0
	Venezuela																				0
PR-ALTO	Chile																				0
	Uruguai																				0
	TOTAL	2	3	1	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	2	0	2	0	0	0	14

Matriz A.2. Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2012

A.2.3. DIMENSÃO ECONÓMICA. SETORES PRODUTIVOS

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECETORES																			
		PRM-BAIXO					PRM-ALTO												PR-ALTO		TOTAL
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguay	Argentina	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Peru	R. Dominicana	Venezuela	Chile	Uruguai	
PRM-BAIXO	Bolívia																				0
	El Salvador																				0
	Guatemala																				0
	Honduras																				0
	Nicarágua																				0
	Paraguay																				0
PRM-ALTO	Argentina					1					1										2
	Brasil					2				1						1					4
	Colômbia										1										1
	Costa Rica													1							1
	Cuba																				0
	Equador																				0
	México				1						2	1									4
	Panamá																				0
	Peru																		0+(1)		1
	R. Dominicana																				0
	Venezuela																				0
PR-ALTO	Chile												2			0+(1)					3
	Uruguai																				0
	TOTAL	**0**	**0**	**0**	**1**	**3**	**0**	**0**	**0**	**1**	**4**	**1**	**2**	**1**	**0**	**2**	**0**	**0**	**1**	**0**	**16**

Matriz A.2. Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2012

A.2.4. FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECETORES																			
		PRM-BAIXO					PIRM-ALTO												PR-ALTO		TOTAL
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguay	Argentina	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Peru	R. Dominicana	Venezuela	Chile	Uruguai	
PRM-BAIXO	Bolívia																				0
	El Salvador														1						1
	Guatemala																				0
	Honduras																				0
	Nicarágua																				0
	Paraguay																				0
PRM-ALTO	Argentina	3	2	1	1	1	1		3	3	1		3		1	3	1	3	3	3	33
	Brasil		1					1		1						1					4
	Colômbia														1	0+(1)					2
	Costa Rica				1											1					2
	Cuba														1						1
	Equador		2							1					2						5
	México		3		1						1				2	1	2				10
	Panamá															0+(1)					1
	Peru	1								1+(1)			1		0+(1)					0+(1)	6
	R. Dominicana																				0
	Venezuela															1					1
PR-ALTO	Chile	1					1									1					3
	Uruguai															0+(1)					1
	TOTAL	5	8	1	3	1	2	1	3	7	2	0	4	0	9	11	3	3	3	4	70

Matriz A.2. Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2012

A.2.5. AMBIENTE

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECETORES																			
		PRM-BAIXO					PRM-ALTO												PR-ALTO		TOTAL
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguay	Argentina	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Peru	R. Dominicana	Venezuela	Chile	Uruguai	
PRM-BAIXO	Bolívia																				0
	El Salvador																				0
	Guatemala																				0
	Honduras																				0
	Nicarágua																				0
	Paraguay																				0
PRM-ALTO	Argentina																				0
	Brasil																				0
	Colômbia		1										1	1							3
	Costa Rica												2								2
	Cuba		2																		2
	Equador														1						1
	México		1																		1
	Panamá																				0
	Peru												1								1
	R. Dominicana																				0
	Venezuela																				0
PR-ALTO	Chile												1				2				3
	Uruguai																				0
	TOTAL	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	1	1	0	2	0	0	0	13

Matriz A.2. Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2012

A.2.6. OUTRAS DIMENSÕES

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECETORES																			
		PRM-BAJO					PRM-ALTO												PR-ALTO		TOTAL
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguay	Argentina	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Peru	R. Dominicana	Venezuela	Chile	Uruguai	
PRM-BAJO	Bolívia																				0
	El Salvador																				0
	Guatemala																				0
	Honduras																				0
	Nicarágua																				0
	Paraguay																				0
PRM-ALTO	Argentina	1																			1
	Brasil						1														1
	Colômbia		3								2										5
	Costa Rica																				0
	Cuba																				0
	Equador		1															1			2
	México		1		1					1	2		1						1	1	8
	Panamá																				0
	Peru																				0
	R. Dominicana																				0
	Venezuela																				0
PR-ALTO	Chile																				0
	Uruguai																				0
	TOTAL	**1**	**5**	**0**	**1**	**0**	**1**	**0**	**0**	**1**	**4**	**0**	**1**	**0**	**0**	**0**	**0**	**1**	**1**	**1**	**17**

Nota: a) Seguindo os critérios do Banco Mundial, à data de 1 de julho de 2013, os países foram classificados de acordo com os seus níveis de Rendimento Nacional Bruto per capita. Nesta base, cada economia foi classificada como País de Rendimento Médio Baixo (RNB per capita entre 1.036 e 4.085 dólares), Rendimento Médio Alto (entre 4.086 e 12.615 dólares) e Rendimento Alto (mais de 12.616 dólares).

b) Entre parêntesis apresentam-se aqueles projetos que foram declarados pelos países como "bidirecionais". Nesses casos, os dois países participantes são ao mesmo tempo ofertante e recetor.

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

Tabela A.3. Ações de Cooperação Sul-Sul Triangular, conforme o primeiro ofertante. 2012.

PRIMEIRO OFERTANTE	SEGUNDO OFERTANTE	AÇÃO	RECETOR/ES	SETOR DE ATIVIDADE
Argentina	**Japão**	VIII Curso regional para guardas-florestais da América Latina	Nicarágua	Ambiente (41)
		Curso internacional de gestão da eficiência energética na indústria	Bolívia Brasil Chile Colômbia Costa Rica Cuba Equador El Salvador Guatemala Honduras México Nicarágua Panamá Paraguai Peru R. Dominicana Uruguai Venezuela	Energia (21)
		Curso Internacional de gestão de Projetos de Cooperação Internacional	Bolívia Brasil Chile Colômbia Costa Rica Cuba Equador El Salvador Guatemala Honduras México Nicarágua Panamá Paraguay Peru R. Dominicana Uruguai Venezuela	Governo (31)
		Curso sobre prevenção e controlo de zoonoses na região da América do Sul	Bolívia Equador Paraguay Peru Uruguai	Saúde (12)
		Curso sobre aplicação de tecnologias de gestão nas pequenas e médias empresas	Bolívia Brasil Chile Colômbia Cuba Equador El Salvador Nicarágua Paraguay Peru Uruguai	Empresas (27)

Tabela A.3. Ações de Cooperação Sul-Sul Triangular, conforme o primeiro ofertante. 2012. (Continuação)

PRIMEIRO OFERTANTE	SEGUNDO OFERTANTE	AÇÃO	RECETOR/ES	SETOR DE ATIVIDADE
		IV Curso sobre segurança alimentar: autoprodução de alimentos e desenvolvimento local	Cuba Equador El Salvador Guatemala Nicarágua Paraguay Panamá R. Dominicana	Agricultura (2B)
		Curso sobre conservação e uso sustentável de plantas nativas ornamentais da América Latina	Brasil Bolívia Costa Rica Colômbia Chile Equador México Paraguay Peru Uruguai	Agricultura (2B)
Brasil	**Alemanha**	Reunião Técnica do GT - Saúde do Homem Brasil, Alemanha, Equador, Chile e Uruguai	Equador	Saúde (12)
		Negociação e elaboração do projeto de cooperação técnica na área das redes integradas de serviços de saúde	Paraguay	Saúde (12)
	BID	Apoio para a implantação do Programa Nacional de Avaliação da Qualidade da Água - visita de funcionários da ANA ao Brasil	Peru	Abastecimento e saneamento de água (14)
		Visita Técnica dos presidentes regionais das regiões de Piura, San Martín, Amazonas e Huancavelica ao Pernambuco – Brasil	Peru	Governo (31)
	Japão	Curso de gestão e conservação dos recursos genéticos vegetais	Nicarágua	Agricultura (2B)
		Curso internacional de práticas de gestão e sustentabilidade urbana	Nicarágua	Outros (53)
		II Curso de formação internacional para a elaboração, execução e monitorização do projeto de carbono na América Latina	Nicarágua	Ambiente (41)
		V Curso internacional de monitorização de florestas tropicais	Nicarágua	Ambiente (41)
		III Curso internacional de atenção humanizada à mulher e ao recém-nascido	Nicarágua R. Dominicana	População e saúde reprodutiva (13)
		II Curso internacional sobre técnicas de gestão e operação de sistemas para a redução e controlo de fugas de água	Nicarágua	Abastecimento e saneamento de água (14)
		III Curso internacional sobre técnicas de gestão e operação de sistemas para a redução e controlo de fugas de água	Nicarágua	Abastecimento e saneamento de água (14)
		I Curso internacional para a capacitação intensiva em gestão ambiental dos poluentes orgânicos persistentes (POPs)	R. Dominicana	Ambiente (41)
		IV Curso internacional de promoção da saúde, desenvolvimento local e municípios saudáveis (2009-2013)	R. Dominicana	Saúde (12)

Tabela A.3. Ações de Cooperação Sul-Sul Triangular, conforme o primeiro ofertante. 2012. (Continuação)

PRIMEIRO OFERTANTE	SEGUNDO OFERTANTE	AÇÃO	RECETOR/ES	SETOR DE ATIVIDADE
Chile	**Coreia**	Curso internacional KOICA "Atualização de sistemas produtivos de aquicultura: bases científicas ou tecnológicas"	Países da CELAC	Pesca (2D)
		Curso internacional sobre governo eletrónico	Países da CELAC	Pesca (2D)
		Curso internacional sobre gobierno electrónico	Países da CELAC	Governo (31)
	Estados Unidos	ILEA Curso anticorrupção 2012	Países da América Central	Governo (31)
		ILEA Curso sobre Violência de Género/ Violência Intrafamiliar	Países da América Central	Outros (53)
	Israel	I Curso internacional de atenção à diversidade na primeira infância	Países da CELAC	Outros (Políticas Sociais) (15)
	Japão	Curso de gestão integrada de bacias hidrográficas	Países da CELAC	Abastecimento e saneamento de água (14)
		Curso internacional sobre produção de sementes de moluscos bivalves	Países da CELAC	Pesca (2D)
Colômbia	**Fundo para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (Espanha-Nações Unidas)**	Experiências de Colômbia de intervenção urbana estratégica, desenvolvimento urbano, criação de espaços públicos, instrumentos de gestão urbana, entre outros	El Salvador	Outros (53)
Costa Rica	**Espanha**	Conceção de instalações turísticas	El Salvador	Turismo (2G)
		Fortalecimento do Sistema de Formação em Gestão Pública	El Salvador	Governo (31)
		Conceção do manual de boas práticas de proteção ao consumidor	El Salvador	Sociedade civil (32)
		Fortalecimento do Programa: Sejamos produtivos.	El Salvador	Educação (11)
		Capacitação para o censo e consulta nacional sobre diversidade sexual	El Salvador	População e saúde reprodutiva (13)
		Administração de medicamentos nas instituições públicas de saúde	El Salvador	Saúde (12)
		Curso de deteção de necessidades, gestão e avaliação do impacto da capacitação na administração pública	El Salvador	Governo (31)
		Sistema de planificação de transportes.	El Salvador	Transporte e armazenamento (22)
		Distrito de Alto Rendimento, DAR-La Trinidad	Guatemala	Saúde (12)
		Formação e investigação em cuidados paliativos e alivio da dor	Guatemala	Saúde (12)
		Apoio técnico para a melhoria da Gestão Integral de Resíduos Sólidos no Município de Jalapa	Guatemala	Ambiente (41)

Tabela A.3. Ações de Cooperação Sul-Sul Triangular, conforme o primeiro ofertante. 2012. (Continuação)

PRIMEIRO OFERTANTE	SEGUNDO OFERTANTE	AÇÃO	RECETOR/ES	SETOR DE ATIVIDADE
Costa Rica	**Espanha**	Fortalecimento das capacidades financeiras e promoção de mercados sustentáveis para produtores de pequena e média escala	Honduras	Outros (53)
		Fortalecimento dos conhecimentos de reabilitação profissional	Honduras	Educação (11)
		Implementação de novas metodologias para a avaliação das aprendizagens	Honduras	Educação (11)
		Apoio à conceção do curso: Educação inclusiva e atenção à diversidade.	Nicarágua	Educação (11)
		Apoio à conceção do curso: "Atenção à diversidade"	Nicarágua	Educação (11)
		Workshop de orientação sobre a experiência da Costa Rica na lei de política salarial	R. Dominicana	Emprego (26)
		Seminário internacional: "Partilhando boas práticas de avaliação do desempenho"	R. Dominicana	Governo (31)
México	**Japão**	Curso internacional sobre sistemas naturales de tratamiento de aguas y lodos residuales, su reutilización y aprovechamiento	Varios países de la región	Abastecimiento y saneamiento de agua (14)
		Curso internacional sobre monitoreo de la calidad de las aguas costeras en la Región Mesoamericana para la medición de parámetros indicadores del Cambio Climático	Varios países de la región	Medio ambiente (41)
Panamá	**Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA)**	Uso de Dispositivos Móveis de Captura (PDA) para o pessoal técnico do Gabinete Nacional de Estatística e Informação de Cuba (ONEI)	Cuba	Governo (31)
	Japão	Fortalecimento para a gestão sustentável das bacias da zona florestal protegida da barragem de El Cajón, com a participação comunitária das Honduras	Honduras	Ambiente (41)
		Conservação da Bacia do Lago Yguazú	Paraguai	Ambiente (41)
Peru	**Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA)**	Inquérito nacional sobre a situação educativa na Venezuela	Venezuela	Educação (11)
Uruguai	**Japão**	Curso de gestão de resíduos sólidos nos governos locais	Argentina Bolívia Brasil Chile El Salvador R. Dominicana	Ambiente (41)
Venezuela	**Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)**	Estágio no Município de Chacao (Caracas)	Costa Rica	Governo (31)

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

Tabela A.4. **Países participantes nos Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. 2012.**

PROJETO		PAÍSES IBERO-AMERICANOS (DO NORTE PARA O SUL DO CONTINENTE E PENÍNSULA IBÉRICA)																						OUTROS PAÍSES
SUB-REGIÃO	CÓDIGO	México	Guatemala	Honduras	El Salvador	Nicarágua	Costa Rica	Panamá	Cuba	R. Dominicana	Colômbia	Venezuela	Equador	Peru	Bolívia	Brasil	Paraguay	Uruguai	Argentina	Chile	Andorra	Espanha	Portugal	
América Central	A.1		■	■	■	■	■	■																Suíça
	A.2		■	■	■	■	■	■		■														
Andina	B.1										■		■	■										
	B.2										■		■	■										
América do Sul	C.1										■			■		■								
	C.2										■	■	■	■	■	■								Guiana, Suriname
	C.3													■				■	■	■				
América Latina	D.1		■		■		■	■			■		■				■			■				Alemanha
	D.2		■	■	■	■	■	■			■													
	D.3	■									■			■						■				
	D.4	■									■			■						■				
	D.5	■	■	■	■	■	■	■		■										■				
Ibero-América	E.1	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

Tabela A.5. Classificação dos agentes que principalmente participam nos Projetos de CHSS Regional, conforme quem representam. 2012.

PROYECTO		ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES QUE PARTICIPAM NOS DIFERENTES PROGRAMAS, CLASSIFICADOS CONFORME REPRESENTAM...					
				PAÍSES MEMBROS			
				A NÍVEL NACIONAL			A NÍVEL LOCAL
SUB-REGIÃO	CÓDIGO	Organismos Regionais e/ou Internacionais*	Países parceiros	*Instituições*	*No caso de estarem agrupadas, especificar o novo órgão**	*De que organismo dependem*	
América Central	A.1		Agência de cooperação (COSUDE)	Organismos de proteção civil e gestão do risco			
	A.2		Universidade de San Antonio (EUA)	CONAMYPE e Instituições encarregadas da promoção das micro e pequenas empresas	CENPROMYPE	SICA	
Andina	B.1	FFPG (PNUD)		Agência Peruana de Cooperação Internacional e Agências ou organismos encarregados da promoção das exportações			
	B.2	FFPG (PNUD)		Agencia Peruana de Cooperação Internacional e Agências ou organismos encarregados da promoção das exportações			
América do Sul	C.1	FFPG (PNUD)		Agencia Peruana de Cooperação Internacional, Ministérios das Relações Exteriores			Zonas francas de Bogotá, do Peru e de Manaus
	C.2	SP-OTCA, GEF, PNUMA		Ministérios, Secretarias ou Direções relacionadas com a gestão da água, com assuntos fronteiriços ou com o ambiente.			
	C.3	FFPG (PNUD)		Agência Peruana de Cooperação Internacional, Organismos encarregados da inovação, produção e/ou qualidade do setor madeireiro.			
América Latina	D.1		Agência de Cooperação (GIZ)	Entidades fiscais superiores dos países	OLACEFS	INTOSAI	
	D.2	BID, IICA, GCIAI FONTAGRO	Agência de Cooperação (AECID)	Consórcio de centros de investigação do setor agropecuário de organizações públicas ou alianças público-privadas.			
	D.3			Instituições públicas relacionadas com matérias de fomento produtivo, Agências de Cooperação dos países membros	GTC	Aliança do Pacífico	
	D.4			Instituições públicas relacionadas com o ambiente e/ou a tecnologia e a ciência, Agências de Cooperação dos países membros	GTC	Aliança do Pacífico	
Ibero-América	E.1	FUNDIBEQ, SEGIB		Organismos e organizações relacionadas com a excelência e a gestão da qualidade			

Acrónimos* (por ordem de aparecimento): COSUDE (Agencia Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação); CEMPROMYPE (Centro Regional de Promoção das Micro e PME); FFPG (Fundo Fiduciário Pérez-Guerrero); SP-OTCA (Secretaria Permanente da Organização do Tratado para a Cooperação Amazónica); GEF (Global Environment Fund); PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Ambiente); GIZ (Agência de Cooperação Alemã); OLACEFS (Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores); INTOSAI (Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores); BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento); IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura); GCIAI (Grupo Consultivo para a Investigação Agrícola Internacional); FONTAGRO (Fundo Regional de Tecnologia Agropecuária); GTC (Grupo de Trabalho de Cooperação da Aliança do Pacífico); FUNDIBEQ (Fundação Ibero-Americana para a Gestão da Qualidade)

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

Tabela A.6. Total da APD líquida destinada à Ibero-América, conforme os países recetores. 2000-2012.

EM MILHÕES DE DÓLARES, A PREÇOS CORRENTES

PAÍSES	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Brasil	231,4	219,5	207,7	198,3	154,4	243,1	113,4	321,2	460,4	336,9	453,3	815,5	1.288,2
Colômbia	185,9	384,4	438,4	800,4	514,8	620,5	1.005,2	722,8	972,0	1.059,5	901,1	1.017,7	764,5
Bolívia	481,7	743,7	689,3	938,4	785,4	643,1	850,0	475,8	627,9	725,3	741,0	721,8	658,6
Honduras	448,3	657,1	421,1	393,8	657,9	690,1	594,4	464,3	564,3	456,1	631,1	620,4	571,5
Nicarágua	560,4	931,0	517,2	842,6	1.240,2	763,4	740,2	840,1	740,7	772,6	662,3	694,3	532,4
México	-57,8	118,1	125,2	123,1	108,0	180,5	269,8	113,4	149,1	184,5	471,1	971,3	417,8
Peru	396,8	450,6	488,5	516,9	463,5	450,5	463,4	307,0	463,0	441,2	-255,9	604,8	393,8
Guatemala	263,1	234,3	249,6	246,8	217,1	256,6	484,3	454,4	536,0	375,6	393,5	387,9	299,4
R. Dominicana	56,0	106,9	145,0	68,9	84,5	80,6	53,8	123,1	156,0	119,1	175,2	225,4	261,3
El Salvador	179,7	237,5	233,3	192,2	216,4	204,5	162,9	88,1	233,4	276,0	283,5	285,9	230,4
Argentina	52,5	145,6	81,5	106,6	91,3	96,2	115,1	101,3	130,6	126,7	121,1	87,0	178,9
Equador	146,1	183,6	220,0	174,9	153,3	225,8	187,8	217,3	230,6	207,9	157,1	158,8	149,4
Chile	48,9	75,3	-7,3	85,7	54,4	167,3	101,4	104,9	107,9	78,7	197,5	164,0	125,5
Paraguay	81,6	61,4	56,8	51,2	22,4	50,7	56,0	108,0	133,5	147,8	120,8	94,3	104,4
Cuba	44,0	53,7	63,7	75,0	103,5	88,4	93,7	92,8	127,5	115,1	129,1	86,9	87,9
Panamá	15,4	26,1	20,4	27,4	22,6	26,7	31,0	-135,0	28,5	65,0	128,9	111,4	50,8
Venezuela	76,1	44,7	56,5	81,1	44,9	50,3	62,9	77,8	59,2	66,3	52,7	44,9	48,1
Costa Rica	9,6	0,4	-0,3	29,0	12,8	25,8	31,7	58,0	66,1	108,6	95,0	40,4	32,7
Uruguai	17,4	15,2	13,7	23,6	29,1	14,4	21,1	37,0	33,3	50,0	46,7	19,4	19,3
P. Ibero-americanos	**3.237,0**	**4.688,8**	**4.020,1**	**4.975,9**	**4.976,5**	**4.878,3**	**5.438,1**	**4.572,2**	**5.820,0**	**5.712,7**	**5.505,0**	**7.151,9**	**6.215,0**
P. em desenvolvimento	**49.776,6**	**52.390,3**	**62.035,8**	**71.746,2**	**80.124,4**	**108.652,1**	**107.340,6**	**108.488,4**	**127.918,7**	**127.121,1**	**131.670,2**	**141.058,4**	**133.039,3**
Ibero-América sobre o total mundial	**6,5%**	**8,9%**	**6,5%**	**6,9%**	**6,2%**	**4,5%**	**5,1%**	**4,2%**	**4,5%**	**4,5%**	**4,2%**	**5,1%**	**4,7%**

Nota: Os dados referem-se apenas àqueles volumes de APD líquida para os quais se sabe o destino geográfico.

Fonte: SEGIB a partir de http://stats.oecd.org/

Tabela A.7. Total da APD líquida destinada à Ibero-América, conforme o doador. 2000-2012.

EM MILHÕES DE DÓLARES, A PREÇOS CORRENTES

DOADORES	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
França	83,4	85,3	133,4	154,5	235,4	121,9	229,2	276,2	156,1	152,7	484,8	840,8	1.268,4
EUA	520,8	999,8	986,3	1.501,1	1.123,9	1.236,0	1.582,1	1.046,1	1.426,3	1.525,9	1.436,5	1.610,5	1.245,0
Alemanha	305,8	306,9	320,2	433,6	611,5	384,8	359,1	344,5	567,7	576,9	656,2	796,0	591,7
Noruega	44,9	71,4	44,4	60,3	58,3	83,9	79,0	238,3	99,9	85,2	113,4	138,9	312,0
Espanha	241,1	647,3	365,2	448,8	571,7	497,5	657,8	1.017,1	1.187,1	1.065,6	860,3	464,5	200,5
Canadá	60,2	65,6	93,5	106,9	112,7	137,4	117,2	163,5	143,2	155,2	129,5	172,9	191,0
Japão	750,0	710,1	546,0	441,0	270,8	403,8	414,5	202,6	225,0	88,3	-462,0	294,8	-209,8
Resto Países (CAD e não CAD)	581,7	698,5	783,1	691,8	849,7	846,6	648,2	89,5	866,4	816,1	749,6	911,0	842,5
Instituições UE	244,5	424,3	263,2	392,3	364,9	444,0	531,2	624,3	521,0	594,5	546,3	772,5	743,8
Fundo Especial do BID	64,8	190,5	115,1	198,7	178,2	94,2	92,9	68,4	123,6	134,5	403,5	573,5	541,4
Resto Multilaterais	339,9	489,1	369,7	546,8	599,7	628,3	727,0	501,7	503,9	517,8	586,9	576,7	488,5
TOTAL	**3.237**	**4.688,8**	**4.020,1**	**4.975,9**	**4.976,5**	**4.878,3**	**5.438,1**	**4.572,2**	**5.820**	**5.712,7**	**5.505**	**7.151,9**	**6.215,1**

Nota: Os dados referem-se apenas àqueles volumes da APD líquida para os quais se sabe o destino geográfico.

Fonte: SEGIB a partir de http://stats.oecd.org/

Tabela A.8. Total da APD líquida espanhola destinada à Ibero-América, conforme os países recetores. 2000-2012.

EM MILHÕES DE DÓLARES, A PREÇOS CORRENTES

PAÍSES	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Peru	18,5	29,1	31,9	44,4	56,2	65,5	69,4	109,4	131,5	100,2	118,1	61,2	29,3
Bolívia	22,4	29,7	30,8	51,6	54,5	66,7	51,6	74,6	93,0	97,6	69,0	51,4	23,7
Guatemala	14,5	16,5	17,5	23,5	22,4	38,9	223,8	252,9	255,9	113,4	92,9	45,9	23,4
Colômbia	12,6	25,1	32,4	14,4	9,6	31,0	69,0	64,3	85,0	148,6	56,2	49,4	19,4
Nicarágua	19,7	399,5	22,3	72,7	207,7	60,1	36,6	115,1	125,4	142,4	106,2	64,6	19,4
El Salvador	22,4	45,9	55,7	27,0	27,5	42,6	44,1	61,1	83,6	125,7	85,5	44,6	18,5
Equador	23,2	18,9	43,0	24,6	31,5	48,2	37,7	71,3	87,9	48,7	55,3	22,0	14,8
Honduras	34,9	33,0	36,4	57,6	54,0	95,0	44,3	110,8	117,6	58,4	69,1	15,0	13,3
Brasil	5,6	6,5	6,2	7,1	9,9	10,2	17,2	32,8	36,8	64,9	26,4	21,1	10,5
R. Dominicana	15,8	17,1	38,2	24,8	45,1	21,4	18,3	27,3	32,1	29,2	49,9	51,3	10,4
Cuba	10,6	9,7	13,3	14,5	16,6	15,2	17,6	24,0	45,8	37,7	42,8	19,7	7,7
Paraguai	5,3	8,4	4,1	11,7	6,4	7,1	9,8	13,3	23,0	38,9	21,8	16,3	6,9
Venezuela	28,2	11,4	16,7	35,7	2,8	-5,4	9,9	15,9	15,5	12,9	8,2	0,5	1,5
Uruguai	2,8	1,8	1,2	4,4	2,7	2,3	4,1	12,7	9,4	12,2	8,4	5,6	1,0
Panamá	13,0	7,3	5,9	8,1	6,6	4,5	6,4	10,6	7,4	6,3	5,9	2,5	0,9
Chile	-1,6	-2,9	1,7	2,0	3,4	4,1	4,3	6,7	7,1	9,6	11,3	8,2	0,8
Costa Rica	11,0	3,3	10,1	10,1	9,9	2,3	3,0	10,0	15,5	9,3	5,2	4,6	0,8
México	-11,4	-9,2	-12,0	-26,5	-28,3	-24,5	-23,1	-17,2	-15,1	-14,5	5,3	-21,8	-0,8
Argentina	-6,5	-3,9	9,9	41,2	33,4	12,3	13,8	21,6	29,7	24,1	23,0	2,5	-1,0
Total Ibero-América	**241,1**	**647,3**	**365,2**	**448,8**	**571,7**	**497,5**	**657,8**	**1.017,1**	**1.187,1**	**1.065,6**	**860,3**	**464,5**	**200,5**
Total mundo	**720,2**	**1.149,5**	**998,5**	**1.151,4**	**1.400,2**	**1.863,0**	**2.092,0**	**3.338,9**	**4.801,6**	**4.473,1**	**3.998,9**	**2.281,7**	**985,5**
Ibero-América como % do total	**33%**	**56%**	**37%**	**39%**	**41%**	**27%**	**31%**	**30%**	**25%**	**24%**	**22%**	**20%**	**20%**

Nota: Os dados referem-se apenas àqueles volumes da APD líquida para os quais se sabe o destino geográfico.

Fonte: SEGIB a partir de http://stats.oecd.org/